

**GISELE CARNEIRO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES DE TROCA DO PARANÁ**

**CURITIBA  
2004**

**GISELE CARNEIRO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES DE TROCA DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: **Prof. Dr. José Antonio Peres Gediel**

CURITIBA  
2004

## TERMO DE APROVAÇÃO

GISELE CARNEIRO

### ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS CLUBES DE TROCA DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. José Antonio Peres Gediel

---

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvia Leser de Mello

---

Curitiba,

*Aos construtores dos Clubes de Troca, que me  
emprestaram sua voz, sua coragem, força e  
esperança, tornando possível este trabalho.*

*Agradeço:*

*À minha mãe, Niva, símbolo de amor e compreensão. Ao meu pai Roberto (in memoriam), exemplo de integridade.*

*Às filhas e amigas Sara e Débora, pela paciência e carinho.*

*A Márcia C. Knapik e ao Antonio Carlos Bez, pela contribuição infinita.*

*Ao professor orientador Dr. José Antonio Peres Gediel, pelo incentivo.*

*Ao professor Dr. Celso Luiz Ludwig, pelo auxílio valioso.*

*À Universidade Federal do Paraná, que oportunizou esta pesquisa.*

## RESUMO

Este trabalho objetivou registrar e fundamentar teoricamente a experiência dos Clubes de Troca no Paraná, que se situa na categoria “Economia Solidária”, buscando possíveis aproximações com os Movimentos Sociais e, ao mesmo tempo, delimitando possíveis fronteiras com o denominado Terceiro Setor. Para tanto, foi preciso empreender estudo sobre o momento por que passa o capitalismo mundial, para a compreensão sobre a forma como foi gestado o Terceiro Setor no Brasil, a partir da Reforma do Estado, para então analisar os seus fundamentos, as críticas a ele dirigidas e sua atuação no enfrentamento da pobreza. Apresentou-se, em seguida, uma visão panorâmica dos movimentos sociais, especialmente os brasileiros, na tentativa de detectar pontos de convergência destes com os Clubes de Troca, segundo os marcos teóricos acessados e as formas como estes movimentos se pronunciam atualmente em nível mundial. Uma incursão histórico-conceitual a partir da categoria “Economia Solidária” se fez necessária, bem como um breve panorama sobre o novo mundo do trabalho. Buscou-se pontos de aproximação entre as idéias e experiências anarquistas e a Economia Solidária, bem como as raízes do cooperativismo e do que se denomina autogestão, principal diferencial da Economia Solidária com relação à empresa capitalista, na concepção de Paul Singer. Privilegiou-se, finalmente, o registro histórico dos Clubes de Troca no Paraná, bem como a descrição das dinâmicas que se estabelecem nestes espaços, contendo relatos de reuniões, as falas dos seus participantes e o referencial teórico/metodológico que fundamenta tal prática, qual seja: educação libertadora de Paulo Freire, com ênfase na ação dialógica, e a Ética da Libertação, que se pauta na primazia da vida humana, proposta por Enrique Dussel.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to register and to base theoretically the experiences of Clube de Troca no Paraná (Exchange Club in Paraná) that is situated in the Solidary Economics categories bringing possible approach to Social Movements and, at the same time, delimitating possible boundaries with the so called Third Sector. For this, it was necessary a study on the real situation that the world's capitalism is going through, to understand the way how the Third Sector was created in Brazil, from the State Reform and from this point to analyse its fundamentals, the criticism that was made about it and its contribution to face the poverty. After this, we presented a panoramic view of the Social Movements, especially Brazilian ones in attempting to detect their converged points with the Exchange Club ones, according to the marked accessed theories and the way how these movements are worldwide organized nowadays. A historic-conceptual incursion on the Solidary Economics category was necessary as well as a brief view on the new world of work. We also tried to get a point of approach between the anarchic ideas and experiences with the Solidary Economics, as well as the cooperative system roots and what is understood for self-management, the main difference between the Solidary Economics and the capitalism company, according to Paul Singer. Finally, we gave such a privilege to the historic register of the Exchange Club in Paraná and also the description of the dynamics that happened in these places with meeting retelling, the speeches of the persons involved and the theoretical/methodological referential that fundamentals such practice whatever it is: Paulo Freire's freeing education with emphasis on dialogical action, and the Freedom Ethics that is based on human life proposed by Enrique Dussel.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>ABSTRACT</b> .....	viii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL:</b>	
<b>REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR</b> .....	6
<b>1.1 CRISE DO CAPITAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO</b> ....	7
<b>1.2 OS CAMINHOS PARA A CONSTITUIÇÃO DA NOVA ORDEM MUNDIAL,     NA REFLEXÃO DE HARDT &amp; NEGRI</b> .....	11
<b>1.3 AS DIVERSAS DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO</b> .....	14
<b>1.4 REFORMA DO ESTADO NO BRASIL</b> .....	19
<b>1.5 DEBATE DO TERCEIRO SETOR</b> .....	31
<b>1.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL: OUTORGA OU DIREITO?</b> .....	38
<b>CAPÍTULO II: MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL?</b> ....	45
<b>2.1 “VELHOS” E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEPÇÕES     TEÓRICAS</b> .....	46
<b>2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA</b> .....	50
<b>2.3 BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTAS</b> .....	58
2.3.1 Novos Movimentos Sociais no Brasil .....	61
2.3.2 Participação popular nos anos 80 e 90, no Brasil .....	66
2.3.3 Dinâmica relacional entre Organizações Não-Governamentais, Estado e Movimentos Sociais .....	71
<b>2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS NA GLOBALIZAÇÃO</b> .....	74
2.4.1 Chiapas, Seattle, Porto Alegre, Gênova .....	80
<b>CAPÍTULO III – ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEBATE E ANTECEDENTES</b> .....	89
<b>3.1 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO</b> .....	89
3.1.1 Divisão e Desumanização do Trabalho .....	90
3.1.2 Revolução Tecnológica e o Futuro do Trabalho: Liberdade ou Escravidão? .....	94
<b>3.2 ALTERNATIVAS ECONÔMICAS NÃO CAPITALISTAS NA ANÁLISE     DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS</b> .....	101
<b>3.3 DEBATE DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”</b> .....	105



<b>3.4 APROXIMAÇÃO ENTRE CONCEPÇÕES ANARQUISTAS, AUTOGESTÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....	117
3.4.1 Relações entre Anarquismo e a Economia Solidária .....	117
3.4.2 Concepções de autogestão .....	121
<b>3.5 COOPERATIVISMO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS</b> .....	126
3.5.1 Rochdale e os Princípios Cooperativos .....	129
<b>CAPÍTULO IV – CLUBES DE TROCAS NO PARANÁ: DA PARTICIPAÇÃO À EMANCIPAÇÃO</b> .....	133
<b>4.1 OS PRIMEIROS CLUBES DE TROCA NA ARGENTINA E NO BRASIL</b> .....	134
<b>4.2 A EXPERIÊNCIA NO PARANÁ</b> .....	137
<b>4.3 SURGIMENTO DO PRIMEIRO CLUBE DE TROCA DE CURITIBA</b> .....	142
<b>4.4 SUBSTITUINDO “DOAÇÕES” PELAS TROCAS: UMA INOVAÇÃO PARANAENSE</b> .....	144
<b>4.5 PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS CLUBES DE TROCA</b> .....	145
4.5.1 Relações de tutela e favor: o mito da doação .....	148
<b>4.6 UMA APROXIMAÇÃO DOS CLUBES DE TROCA DO PARANÁ</b> .....	151
4.6.1 Como se dá a criação de um novo Clube de Troca .....	152
4.6.2 Dinâmica das reuniões .....	155
<b>4.7 RELATO DE REUNIÕES</b> .....	159
<b>4.8 O IMPERATIVO DE “PRODUZIR, REPRODUZIR E DESENVOLVER” A VIDA HUMANA DO SUJEITO ÉTICO EM COMUNIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ENRIQUE DUSSEL</b> .....	176
4.8.1 Fundamentos da Ética da Libertação: momentos material, formal e factibilidade .....	177
4.8.2 Crítica Material, Crítica Formal e Práxis da Libertação .....	186
<b>4.9 A “PEDAGOGIA DO OPRIMIDO”: REFLEXÕES DESDE PAULO FREIRE CONCLUSÃO</b> .....	191
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	206

## INTRODUÇÃO

Na abertura deste trabalho, cedo a palavra aos construtores dos Clubes de Troca:

No Clube de Trocas, tem trabalho de grupo. Vejo meu serviço valorizado. E tenho informações, agora sei cobrar meus direitos. Nos outros lugares? Vai, pega alimento, vai embora... não dizem que temos direitos, que temos direito a remédios! Tem pessoas morrendo por falta de medicamento. Aqui, tudo que aprendo ensino para outras pessoas. Aqui se faz amizade, trabalha, leva informação. Aqui não me dão nada. Meus amigos me perguntam: “Vai no Pinhão? Vai pedir?” Não! Vou trabalhar! A gente não vem aqui pedir, a gente vem trabalhar. Eu ajudo todo mundo, aqui. Tenho contato com todo mundo. Gosto de ajudar as pessoas a se enturmar (sic), eu incentivo os outros a falar. As pessoas têm muito medo de falar errado, eu dou estímulo. Às vezes a gente sabe que estão dando alimentos em algum lugar. A gente vai pensando que lá vai ter conversa, que vamos aprender e ensinar alguma coisa, mas não! Eles nos dão o alimento e nos dispensam!<sup>1</sup>

No Clube de Troca passo horas agradáveis. Participo e aprendo, principalmente com as pessoas que contam as coisas que acontecem com elas. Aqui as pessoas têm ânimo para sobreviver. Fazemos novas amizades... me sinto emocionada... Quando eu chego aqui, e vejo os meus amigos, eu me sinto muito feliz. Eu amo, eu adoro o Clube de Trocas! Os lugares deviam ser como aqui. Nos outros lugares onde dão as coisas, as pessoas não aprendem, não conversam, é coisa fria. Fica praticamente uma esmola. Lá dão de graça. Aqui é com carinho, é com nossas mãos! O que é dado é uma humilhação!<sup>2</sup>

Estes depoimentos são capazes de revelar alguns motivos que impulsionaram a elaboração desta Dissertação de Mestrado, e se traduzem em três objetivos urgentes.

O primeiro objetivo é a necessidade de documentar e fundamentar teoricamente a ainda incipiente experiência do Clube de Troca no Paraná, por meio de registro elucidativo com respeito às práticas desenvolvidas e princípios norteadores.

O segundo objetivo relaciona-se à necessidade de traçar um parâmetro demarcatório entre os Clubes de Troca do Paraná e outras formas de expressão da sociedade civil junto à população mais pobre. Estamos nos referindo principalmente às práticas do denominado

---

<sup>1</sup>Depoimento de Ana Regina da Silva, do Clube de Trocas “Unidos Venderemos”

Terceiro Setor, que serão analisadas a partir de suas relações com a Reforma do Estado no Brasil e a crise mais ampla do capital.

Há ainda um terceiro objetivo, que se revela na busca por estabelecer possíveis conexões entre os Clubes de Troca do Paraná e os Movimentos Sociais, na hipótese de que ambos propõem práticas democráticas e emancipatórias, apontando para novas formas de sociabilidade, convergentes com uma proposta de transformação social.

A partir destes objetivos, portanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, discorre-se sobre os movimentos empreendidos pelo capital para superar as crises e os limites que ameaçam a manutenção dos padrões de acumulação. Nesta perspectiva, procura-se mostrar que a globalização (no âmbito mundial) e a Reforma do Estado no Brasil constituem-se em estratégias de superação das crises do capital, que atua removendo barreiras. Tais movimentos implicam na multiplicação de vítimas, que se avolumam de tal modo que torna-se impossível ignorá-las. O chamado “terceiro setor” surge a partir da Reforma do Estado e assume para si a incumbência de enfrentar o problema da pobreza. No entanto, ao mesmo tempo em que se cria uma intensa movimentação em torno da solução das questões sociais, a noção de direitos fundamentais que foi enfatizada na Constituição Federal de 1988, esvazia-se para dar lugar à caridade, à filantropia. Pretende-se, por isso, indicar já no Capítulo I, que as ações de “benemerência” não são compatíveis com os princípios e práticas dos Clubes de Troca, apesar destes, no Paraná, ocorrerem principalmente entre a população usuária dos serviços sociais, aquelas que se situam no fim da hierarquia social, os destinatários das ações de caridade.

O segundo Capítulo trata dos movimentos sociais, principalmente os brasileiros, com ocorrência após a década de 1970, os denominados “novos movimentos sociais”. Enfatiza-se

---

<sup>2</sup>Depoimento de Cleusa Francisca da Silva, participante do Clube de Troca do Centro Comunitário Santo Afonso.

as concepções teóricas que versam sobre a temática, acentuando-se as lutas brasileiras que têm permanecido obscurecidas, e vêm à luz, justamente, graças aos movimentos que buscam resgatar a história “que não foi contada”<sup>3</sup>, recompondo lutas, valorizando povos oprimidos e apontando para um novo horizonte. Nestas lutas e espaços, As Organizações Não-Governamentais, exercem um papel controverso, ou seja: algumas transitam no Terceiro Setor assumindo responsabilidades tradicionalmente do Estado, enquanto outras apoiam os movimentos sociais. Esta é uma imbricação (aparente), portanto, entre Terceiro Setor e Movimentos Sociais, que Carlos MONTAÑO e Maria da Glória GOHN auxiliam a desvelar. O primeiro, quando denuncia a investida ideológica que se fez marcante na implementação do Terceiro Setor, tornando homogêneas todas as formas de manifestação da sociedade fora o mercado e o Estado, abrigando no mesmo leque movimentos sociais combativos e fundações assistenciais ligadas a grandes empresas. Quanto a GOHN, ajuda a separar “o joio do trigo”, distinguindo aquelas que seriam “ONGs do Terceiro Setor” e fazem questão de ser assim denominadas, daquelas antagônicas, que buscam superação do modelo capitalista.

Finaliza-se o capítulo com a abordagem dos “movimentos sociais globalizados”, quando HARDT & NEGRI prestam uma grande contribuição neste sentido, apontando o poder constituinte das multidões e disserta sobre um potencial de subjetividade contido nas atividades criativas, intangíveis, de caráter afetivo, capazes de romper com a ordem estabelecida.

O capítulo III trata da economia solidária. Pretende-se empreender uma investigação histórica acerca das origens desta alternativa econômica “não capitalista”, além de contribuir na busca de marcos conceituais que dêem conta do fenômeno, procurando estabelecer nexos entre as experiências diversas de economia solidária e os Clubes de Troca.

---

<sup>3</sup>Este termo “História que não foi contada” é utilizado nos cursos da “Consulta Popular”, movimento nacional que atua na perspectiva da criação de um projeto para o Brasil, vindo da base.

Finalmente, o capítulo IV apresenta os Clubes de Troca do Paraná. Busca-se cumprir com o objetivo de documentar tal trajetória, que em outubro de 2004 completará 02 anos. Para tanto, registra-se as suas práticas, da seguinte forma: (a) descrição das dinâmicas que se estabelecem nestes espaços; (b) apresentação de relatos de reuniões; (c) narrativa sobre a trajetória percorrida para a constituição dos Clubes de Troca no Paraná.

Os Clubes de Troca que são realizados no Paraná, têm buscado inspiração sobretudo na Teoria da Ação Dialógica proposta por Paulo FREIRE, que aponta principalmente para a necessidade de estabelecer o diálogo como o caminho para a libertação dos povos.

Segue-se, também, as pegadas do filósofo Enrique DUSSEL, que a partir dos princípios éticos apresentados nos seis momentos que se apresentam rumo a Práxis da Libertação, fornece subsídios capazes de fundamentar a prática que é desenvolvida nos Clubes de Troca.

Há uma implicação direta da autora desta Dissertação de Mestrado no objeto de pesquisa, pois ela participou na criação do primeiro Clube de Troca, em Curitiba, e acompanha atualmente tais experiências, que se expandiram de formam inesperada e passam a exigir premissas teóricas mais consistentes, que lhes dêem sustentação.

## **CAPÍTULO I – ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL: REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR**

*Ser solidário é lucrativo.  
A inclusão social gera emprego  
e renda, movimentando a economia, além de salvar vidas,  
inclusive a sua e de seus filhos.  
O neoliberalismo, conjunto de idéias que passou  
a ser adotado por várias nações do mundo  
a partir da década de 1990, traz como um  
de seus principais objetivos, o fim do welfare-state  
(o Estado de bem-estar), isto é, o fim do paternalismo  
e do assistencialismo estatal.  
Sustenta ainda que, a responsabilidade pela solução  
dos problemas sociais é do mercado, ou seja, do setor privado...<sup>4</sup>*

Para que seja possível compreender a Reforma do Estado no Brasil e o advento do Terceiro Setor, considerado espaço por excelência de enfrentamento da pobreza, é necessário localizá-los no movimento do capitalismo mundial, que reconfigura suas formas de atuação e de poder, na busca por conservar e ampliar os padrões de acumulação.

O presente capítulo se inicia abordando alguns mecanismos da crise estrutural do capital, e algumas formas como ele tem reagido para superá-la.

### **1.1 CRISE DO CAPITAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

O Brasil acompanha, com suas especificidades, o movimento de transformação política, econômica e social ocorrido a partir da segunda metade do século XX, tendo os efeitos negativos da questão social<sup>5</sup> atingido uma proporção alarmante, o que gradativamente tem levado ao descrédito as políticas de caráter neoliberal implementadas nas últimas

---

<sup>4</sup>LEAHY, Anthony. Diretor-Editor do Instituto Memória. **Cidadania corporativa.**

décadas. Partindo do pressuposto de que o avanço neoliberal surge como tentativa de enfrentamento à crise estruturante do capital, teorizada por Marx na sua análise sempre citada, faz-se necessário retomar, ainda que de forma concisa, a concepção de autores que versam sobre tal questão.

Jacob GORENDER,<sup>6</sup> estudioso do marxismo, em sua apresentação de o “Capital”, disserta sobre os *ciclos econômicos* e a queda *tendencial da taxa de lucro*, advertindo que Marx aborda a teoria dos ciclos econômicos de forma fragmentada, não havendo sobre a temática, uma organização seqüencial. Este autor procura, portanto, reunir elementos passíveis de elucidação. O capital percorreria o seguinte movimento seqüencial: crise – depressão – reanimação – auge – crise... e assim, sucessivamente, numa constante busca por remover barreiras que ameaçam a acumulação. Tais barreiras seriam principalmente duas: (a) a desproporcionalidade entre produção de bens de consumo e bens de produção e (b) o baixo poder de consumo dos trabalhadores, devido à exploração por eles sofrida nas relações capital/trabalho. A síntese que o autor faz sobre o processo cíclico, guardando, decerto, especificidades para cada caso, está transcrita a seguir:

O que sucede é que a elevação conjuntural dos salários – nas condições de exaustão do exército industrial de reserva – importa em decremento da taxa de mais valia e, por conseguinte, da taxa de lucro, o que, por sua vez, desacelera e acaba freando o processo de acumulação do capital. Mas esta mesma elevação conjuntural dos salários resulta da prévia superacumulação de capital em que o auge do ciclo culmina e conduz à mobilização completa ou quase completa do efetivo operário disponível. A superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiência catastrófica de demanda e crise aguda de realização, sobretudo de bens de produção. Tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas consequência da superprodução, entendida, antes de tudo, como superprodução de capital. A expansão da produção além das barreiras erguidas pelo próprio capital incide na esfera do crédito e

---

<sup>5</sup>Na concepção de PASTORINI (A categoria “Questão Social” em debate. São Paulo, Cortez, 2004, p.97), a questão social tem como principais manifestações a pauperização, exclusão e desigualdades sociais, resultado das contradições do capitalismo.

<sup>6</sup>GORENDER, J. In: Marx, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 1983, *op.cit.*, Vol. 1, p.LIX a LXIX (Apresentação).

termina por suscitar drástica retração das disponibilidades líquidas, o que, por sua vez, agrava a retração dos investimentos.<sup>7</sup>

Os períodos de equilíbrio do capitalismo são, portanto, efêmeros e logo irão desembocar em nova crise. Tal dinâmica cíclica poderia se dar de forma infinita, não se constituindo em ameaça ao sistema capitalista – não fosse a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*: para Marx, o capitalismo atingiria um limite de acumulação, que o levaria à desintegração das próprias condições de reprodução. Com a tendência a substituir o trabalho humano pela máquina, e sendo o *trabalho vivo* aquele que produz valor, que se apresenta sob a forma de lucro, este decai não porque haja diminuição de trabalho vivo, mas porque aumenta a massa de trabalho já materializado, posta em movimento”.<sup>8</sup> De forma sintética, a equação enunciada por Marx para explicar as crises do capital é a seguinte: quanto mais aumenta a acumulação, maior a massa de trabalho excedente acumulada e menos quantidade de trabalho vivo a mercadoria recebe. O preço cai e o lucro diminui, mesmo sendo mantida a alta taxa de mais-valia.<sup>9</sup> A queda na taxa de lucro, por sua vez, leva ao aumento da concentração: há excesso de capital e excesso de desempregados. O capital menor não suporta a queda na taxa de lucro e, quando não sucumbe, torna-se especulador. GORENDER<sup>10</sup> esclarece que o capital busca superar a queda de lucro de diversas formas, dentre elas: (a) tornando mais barato o capital constante (trabalho morto); (b) superexplorando o trabalhador; (c) apelando para o comércio externo; (d) exportando capitais aos países atrasados. No entanto, todas estas medidas possuem seus limites e – não obstante as diversas

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.LXI.

<sup>8</sup>MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. IV. 4.ed. Livro Terceiro. Difusão Editorial, 1984, p.247-8.

<sup>9</sup>Para Marx, o trabalhador produz muito mais do que o necessário para sua subsistência, mas consome muito menos proporcionalmente ao seu trabalho. Este excedente, apropriado pelo capitalista, denomina-se mais-valia. Consultar Vol. I de O Capital, Capítulo VII - *A Taxa de Mais-Valia* (MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Vol. I, Livro Primeiro**. Abril Cultural, 1983, p.173-185.

<sup>10</sup>MARX, *op.cit.*, p.LXIII, LXX.



críticas e contestações de autores diversos à teoria de Marx sobre a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, os fatos evidenciam a sua pertinência, como observado por GORENDER: “Confirmando a lei tendencial descoberta por Marx, a referida pesquisa constatou a seguinte evolução da taxa de lucro: 1946 – 11,6%; 1950 – 12,9%; 1960 – 8,3%; 1970 – 6,3%; 1976 – 6,6%.<sup>11</sup>

Ao abordar a crise contemporânea do capital global, NETO<sup>12</sup> sustenta que esta crise a um só tempo toma a forma do chamado “colapso do socialismo real” – que, segundo este autor, viu-se incapaz de socializar poder político e econômico – e a crise do “socialismo democrático”, sob a forma de falência do *Welfare State*, para ele a demonstração de que houve impossibilidade de se compatibilizar acumulação capitalista com garantia de direitos sociais e políticos mínimos. Nesta perspectiva, recorrendo a Marx, NETO sustenta que a crise do capital ocorreria sob a forma de ondas cíclicas, sendo que o *Welfare State* teria sido oportunizado por um período que este autor denomina *ondas largas expansivas – de crescimento*, tornando possível a implementação das políticas sociais sem que os padrões de acumulação capitalista fossem prejudicados, enquanto que no período subsequente, de “ondas largas recessivas”, de “picos”, apenas conjunturais, os limites referentes a ganhos sociais estreitariam-se, conformando-se, desta forma, a crise do pretense capitalismo democrático. NETO explica tal dinâmica relacional entre capital, Estado e direitos sociais nos seguintes termos:

A crise do Estado de bem-estar social, nesta angulação, não expressa somente a crise de um arranjo sócio-político possível no âmbito da ordem do capital: evidencia que a dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução *tende* a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a

---

<sup>11</sup>MARX, *op.cit.*, p.LXVIII O autor se refere à pesquisa de C. Goux, (“Tasa de Beneficio y Regulación en los Estados Unidos”. In Aglietta, M. *et.al.* **Rupturas de un Sistema Económico**. Madrid, H, Blume, 1981: “precisamente abrangente do período mais recente e concernente às sociedades anônimas financeiras dos Estados Unidos (o que permite levar em conta o total da mais-valia sob as modalidades de lucro industrial, lucro comercial e juros).

<sup>12</sup>NETO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo : Cortez, 1993, p.68.

que o capital foi obrigado naquele arranjo. Significa que o patamar de desenvolvimento atingido pela ordem do capital *incompatibiliza* cada vez mais o seu movimento com as instituições sócio-políticas que, por um decurso temporal limitado, tornam-no aceitável para grandes contingentes humanos. Sinaliza que o arranjo sócio-político do *Welfare State* constituiu uma *possibilidade* da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num *limite* que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal.<sup>13</sup>

Contrariando esta linha de entendimento, HARDT & NEGRI<sup>14</sup> recusam a teoria dos ciclos, a qual recorrem inúmeros teóricos. Para estes autores, tal raciocínio impede o reconhecimento de rupturas no sistema, mudanças de paradigma, e, principalmente, desconsidera-se o principal fator que impulsiona estas transformações: a resistência anticapitalista. Nas palavras abaixo, há a ênfase no papel das lutas como força motriz de mudanças:

A crise capitalista, como Marx nos informa, é uma situação que requer que o capital se submeta a uma desvalorização geral e a um profundo reajuste das relações de produção, como resultado da pressão que o proletariado exerce sobre a taxa de lucro. Em outras palavras, a crise capitalista não é simplesmente uma função da própria dinâmica do capital, mas é causada diretamente por conflito proletário. (...) Compreende-se melhor a queda da taxa de lucro e a ruptura das relações de comando nesse período, quando elas são vistas como *resultado da* confluência e acumulação de ataques proletários e anticapitalistas contra o sistema capitalista internacional.<sup>15</sup>

HARDT e NEGRI advertem que usualmente se subestima (e também se mascara ideologicamente) o poder das lutas do proletariado, que reside fundamentalmente nas subjetividades por eles forjadas, acarretando reconfiguração nos movimento da História. A idéia dos “ciclos”, para estes autores, é pobre e equivocada: “Achamos esse modo de raciocinar totalmente inadequado (...) porque toda teoria dos ciclos parece rir-se do fato de que a História é um produto da ação humana impondo uma lei objetiva que governa as

---

<sup>13</sup>NETO, *op.cit.*, p. 70 (grifos nossos).

<sup>14</sup> HARDT & NEGRI. **Império**. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 257.

<sup>15</sup>*Ibidem*, p/.282.

intenções e resistências, as derrotas e as vitórias, as alegrias e os sofrimentos dos homens. Ou, pior, ela faz a ação humana dançar ao ritmo das estruturas cíclicas.”<sup>16</sup>

A passagem da fase Imperialista para o Império teria se dado, na concepção de HARDT e NEGRI, por exigência do próprio proletariado, que teria forjado novo teor de subjetividade capaz de reconfigurar a História. Mas isto será visto adiante.

ANTUNES<sup>17</sup> analisa a crise contemporânea do capital a partir de seis elementos principais: (a) a já citada queda da taxa de lucro; (b) o esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção;<sup>18</sup> (c) hipertrofia da esfera financeira, que passou a se sobrepor aos capitais produtivos; (d) maior concentração de capitais devido às fusões; (e) crise do *welfare state*, o que teria acarretado crise fiscal, levando à transferência dos gastos públicos para o capital privado; (f) incremento das privatizações e mudanças no processo produtivo, com a ênfase na desregulamentação e flexibilização do trabalho.

ANTUNES acentua a ofensiva contra o trabalho, implementada pelo capital, como estratégia principal para enfrentar a crise, investida que teria se limitado a atuar na superfície, reorganizando o ciclo produtivo para manter os padrões de acumulação sem tocar na essência do próprio modo de produção capitalista<sup>19</sup>.

Sobre a relação do Estado com as crises do capital, MONTAÑO<sup>20</sup> consigna que, historicamente, o capitalismo tem buscado ultrapassar seus limites, mas constantemente se depara com outros, mais potentes, e o Estado tem sido parceiro privilegiado no enfrentamento destas crises do capital, buscando proporcionar equilíbrio nas relações de produção e reprodução, constituindo-se no organizador político dos interesses capitalistas, evitando a

---

<sup>16</sup>*Ibidem*, p.257

<sup>17</sup>ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2003, p.29-32.

<sup>18</sup>Quanto a este aspecto, HARDT e NEGRI (*op.cit.*) apontam tal esgotamento como uma exigência dos trabalhadores, que resistiram com vigor à disciplina taylorista/fordista.

<sup>19</sup>ANTUNES, *op.cit.* p..35-36.

explosão dos conflitos, dificultando a organização dos trabalhadores e favorecendo de diversas maneiras a iniciativa privada. Declara o autor que as crises do capital têm sido obscurizadas ideologicamente, sendo afastados os fatores intrínsecos ao capitalismo, invertendo-se a localização do problema.

A reflexão de MONTAÑO sobre o escamoteamento da crise do capital se dirige à Reforma do Estado no Brasil, delineada no *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995*, no início do Governo Fernando Henrique Cardoso. De acordo com os seus idealizadores, a crise se localiza no Domínio do Estado, como explicita o trecho do referido plano, a seguir transcrito:

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais

MONTAÑO, ao contrário, assegura que a reforma do Estado no Brasil está inserida num amplo processo de reestruturação do capital mundial, a partir da necessidade deste de ampliar os níveis de acumulação e desenvolvimento, diante da crise estrutural que vem enfrentando. Tal movimento de reestruturação do capital, que constitui a própria ofensiva neoliberal, estaria assentado num tripé: (a) **reestruturação produtiva**, ou a busca do capital pela redução de tempo e custos de produção, para alcançar altos níveis de acumulação. Para tal, haveria a necessidade de adequação da indústria ao modelo toyotista, com diminuição de quadros de funcionários e da ampliação do domínio do trabalho pelo capital e não do Estado.

---

<sup>20</sup>MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção**

Necessário, ainda – na concepção do autor – desintegrar os direitos trabalhistas consolidados através dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores ao longo da história. Terceirização e flexibilização seriam estratégias para criar mudanças desejadas nas relações de trabalho, gerando desmobilização das organizações dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que “enxugaria” as empresas, otimizando os lucros. O aumento do desemprego promovido graças à automação, incentivaria a competição entre os trabalhadores por postos de trabalho, cuja pressão gera maior precarização e a maior propagação do que Robert CASTEL denomina *zonas de vulnerabilidade social*<sup>21</sup>. (b) **Reforma do Estado:** o afastamento do Estado de responsabilidades sociais que antes lhe cabiam, gerando deterioração dos serviços, comprometendo a cobertura universalizada, diminuindo a qualidade e equidade desses serviços. O que deveria ser direito do cidadão transforma-se em programas focalizados, seletivos, de combate à pobreza extrema. O poder público passa a eleger os mais pobres dos pobres para o atendimento precarizado e transfere boa parte dos seus recursos a organizações executoras para que realizem os serviços; c) **Transformação ideológica da sociedade civil:** MONTAÑO avalia que este aspecto foi cuidadosamente elaborado para legitimar as ações necessárias: a realidade teria que ser encoberta para que a sociedade civil não só aceitasse passivamente o projeto como também se mobilizasse para apoiar tais transformações.<sup>22</sup>

Na esteira de Montaña, SILVA<sup>23</sup> também aponta a crise do capitalismo como agente desencadeador da Reforma do Estado no Brasil, e não a propagada tese de que este não teria condições de responder às demandas apresentadas diante do alargamento dos direitos sociais e democráticos, deparando-se com uma crise fiscal. A crise do capital

---

**social.** São Paulo : Cortez, 2002, p.232.

<sup>21</sup>CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário*. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 2001, p.23-4.

<sup>22</sup>MONTAÑO, *op.cit.*, p.267-8.

<sup>23</sup> SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação da “Reforma do Estado”*. São Paulo, Cortez : 2003, p.54-5.

permaneceria oculta, assim como as relações históricas entre Estado e capital, já assinaladas desde Marx.<sup>24</sup> MONTAÑO observa, ainda, que há a tendência a se contrapor neoliberalismo a keynesianismo e adverte que isto não procede, porque apesar de projetos distintos, prevalece a atuação do Estado na busca do mesmo objetivo, que é conter a crise do capital e garantir a ampliação dos padrões de acumulação capitalista.<sup>25</sup>

A fim de buscar maior compreensão sobre a transição ocorrida nas últimas décadas no planeta, a partir do movimento do capital mundial na busca por superar os seus limites, efetua-se a seguir uma análise sobre a chamada “globalização”, nos seus diversos aspectos, buscando-se identificar seus efeitos negativos, especialmente no que se refere ao aumento da pobreza. Em seguida, será retomada a Reforma do Estado no Brasil.

## 1.2 GLOBALIZAÇÃO E OS EFEITOS SOBRE OS POVOS

De acordo com Boaventura de Souza SANTOS,<sup>26</sup> a globalização contemporânea é fenômeno resultante do chamado *Consenso de Washington*, ou *consenso neoliberal*: plano abrangente, subscrito em Washington, contendo um conjunto de prescrições econômicas elaboradas na década de 80 pelos países centrais do sistema mundial, a serem seguidas mundialmente.

Para este autor, tais medidas constituem um consenso *entre os membros mais influentes do campo hegemônico*, advertindo que não se trata de um processo linear e tampouco constitui um consenso amplo, como se quer fazer acreditar. Ao contrário, abriga conflitos de interesses diversos. Desta forma, foram impostas regras a numerosos países,

---

<sup>24</sup>Sobre esta temática, *ver*, dentre outras, as seguintes obras: MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo, Centauro, 1984, p.100-101; SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1998, p.107-109.

<sup>25</sup>MONTAÑO, *op.cit.*, p.26-7.

mediante, principalmente, exigências pontuais por ocasião da tomada de empréstimos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. As grandes empresas multinacionais se convertem nos atores principais na economia mundial e o favorecimento comercial passa a ser grande meta da economia: a prioridade deve ser o desenvolvimento econômico, sendo que a conseqüência “natural” vem a ser o desenvolvimento dos diversos setores, principalmente o social. É a famosa idéia da “mão invisível”,<sup>27</sup> que a partir da organização da economia e satisfação dos interesses econômicos e financeiros, automaticamente estaria também repercutindo de forma benéfica no social, despejando sobre ele suas “franjas”.<sup>28</sup>

Milton SANTOS, referindo-se ao mercado, define-o como símbolo, como ideologia: não haveria o “ator mercado” mas sim empresas globais, incapazes de assegurar o desenvolvimento social, já que sua racionalidade não comporta preocupações que não sejam o próprio lucro.<sup>29</sup>

As determinações do Consenso de Washington foram aplicadas na maioria dos países dependentes, em maior ou menor escala, em diferentes nuances. SANTOS<sup>30</sup> sustenta que há três componentes do Consenso de Washington: (a) o consenso do Estado fraco ou mínimo – o que seria, para o autor, uma falácia porque, para se retirar, contraditoriamente o Estado precisa antes ativamente regular tal retirada – (b) consenso da democracia liberal, que é a pretensa união entre liberdade política e liberdade econômica que também mostra, no entender de SANTOS, sua falência e impraticabilidade porque para uma efetiva prática democrática seria necessário admitir e assegurar, dentre formas clássicas de sufrágio universal, segundo suas palavras, “(...) liberdade de consciência, informação e expressão em

---

<sup>26</sup>SANTOS, Boaventura. **Globalização e ciências sociais**. São Paulo : Cortez, 2002, p.26-31.

<sup>27</sup>SMITH, Adam. A riqueza das Nações.

<sup>28</sup>SANTOS, Boaventura. *Op.cit.*

<sup>29</sup>SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4.ed. Rio de Janeiro : Record, 2000, p.19, 67, 85.

<sup>30</sup>SANTOS, *op.cit.*, p.41-2.

todos os assuntos públicos definidos como tal com amplitude; o direito de todos os adultos a opor-se ao governo e serem elegíveis (...)”<sup>31</sup>e (c) consenso sobre o primado do direito e do sistema judicial, o que significa pôr o sistema judicial a serviço do mercado. Trata-se de uma exigência fundamental, dada a necessidade de medidas que protejam os investidores, a propriedade privada, que regulem as privatizações, sancionem os consumidores inadimplentes. O sistema judicial precisa ser forte o suficiente para garantir a fluidez do mercado.<sup>32</sup>

NEGRI & HARDT,<sup>33</sup> ao dissertarem sobre a ordem mundial no contexto do “Império” a partir da sua dimensão jurídica, apontam a constituição da Organização das Nações Unidas, no fim da Segunda Guerra Mundial, como agente impulsionador de um sistema verdadeiramente global. Hans Kelsen teria exercido forte influência neste processo de criação, ao idealizar um modelo jurídico supranacional – um “Estado mundial e universal” - capaz de assegurar a paz e o equilíbrio entre os Estados-Nação.

A fase imperial, na concepção de HARDT & NEGRI, é uma nova forma de poder unitário: uma ordem jurídica global que busca transcender o imperialismo produzindo “verdades éticas” universais e promovendo a “paz mundial”, valendo-se das “guerras justas” legitimadas a partir de um “poder de polícia”, sob uma aura de eticidade universal, justiça, proteção.<sup>34</sup>

Na fase do capitalismo globalizado, os Estados periféricos se vêem submetidos a determinações dos Estados hegemônicos, comprometendo sua autonomia política e soberania. Os acordos políticos internacionais fazem com que se intensifique a circulação comercial e financeira.

---

<sup>31</sup>SANTOS, *op.cit.*, p.42 .

<sup>32</sup>*Idem*, p.43.

<sup>33</sup>HARDT & NEGRI, *op.cit.*, p.22-6.

<sup>34</sup>*Id.*



Ao explicitar os aspectos de cunho social da globalização, SANTOS<sup>35</sup> destaca que ela tornou possível o surgimento de novas classes sociais. Uma nova elite que tem sua gênese no processo de globalização e atua de forma direta ou indireta nas empresas multinacionais. Trata-se de segmentos da população que desfrutam de privilégios sócio-econômicos – a denominada “tripla aliança”: membros dirigentes das empresas multinacionais, elite capitalista local e burguesia estatal. Esta nova forma de burguesia tem gerado ampliação da desigualdade social, já que os recursos transitam apenas nos três segmentos privilegiados, não atingindo as camadas pobres da população. A pobreza sofre os efeitos da *flexibilização* e *desregulamentação* das relações de trabalho – o que constitui prescrição neoliberal aos países que se inserem no processo de globalização, levando grandes contingentes de trabalhadores à situação de exploração e miséria. Há os que não conseguem nem mesmo se inserir no mercado de trabalho e constituem os desempregados, subempregados, trabalhadores eventuais e precarizados. A perda do poder aquisitivo das populações empobrecidas com a conseqüente demanda reprimida, é suprida pelo capital através da busca por mercados externos. Nas palavras de SANTOS, “(...) a economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência”.<sup>36</sup> A questão social, portanto, agrava-se ainda com a gradativa redução de controle do Estado Nacional na economia e nas políticas sociais, como a diminuição de investimentos em saúde, educação e outros.

O aspecto cultural da globalização interage com os anteriores, já que a cultura traz a marca dos mercados, das grandes corporações econômicas mundiais liderando todo o processo de globalização. Milton SANTOS<sup>37</sup> aborda a cultura de massas e a cultura popular, sendo a primeira aquela artificial, impositiva, conduzida pelo mercado segundo suas

---

<sup>35</sup>SANTOS, B.S. *op.cit.*, p.33.

<sup>36</sup>SANTOS, *op.cit.*, p. 35.

necessidades de expansão – e a segunda, genuína do povo, vinda de baixo, resiste insistentemente à primeira. Boaventura de Souza SANTOS questiona a utilização do termo “cultura globalizada”, que na sua concepção poderia ser denominada “ocidentalização” ou “americanização”, já que se processa sob a forma de “mão única”, com a inserção de padrões americanos nos vários continentes, promovendo a criação do que o autor denomina *universos simbólicos transnacionais*.<sup>38</sup> Apesar da conhecida força que detém a cultura de massas, de se impor, Milton Santos é otimista e crédulo na capacidade de resistência que a cultura popular possui, já que se constitui daquilo que é genuíno num povo e se processa a partir do território, do trabalho, do cotidiano, da história, da própria humanidade.<sup>39</sup>

HARDT e NEGRI advertem sobre a necessidade de abandonar antigas concepções relativas ao poder imperialista, anterior à fase do Império e enfatizam o poder da subjetividade na História: “As velhas análises do imperialismo não serão suficientes aqui, porque elas acabam se detendo no limiar da análise da subjetividade e concentram-se antes nas contradições do desenvolvimento do próprio capital. Precisamos identificar um esquema teórico que ponha no centro do palco a subjetividade dos movimentos sociais, do proletariado, nos processos de globalização e de constituição da ordem global.”<sup>40</sup>

Para estes autores, no Império residem as maiores possibilidades de libertação: Estado e capital se fundem, porque o Estado Nação perde centralidade. Neste estágio, quando o capitalismo alcançou o nível global, “... a luta de classes age sem limite na organização do poder. Tendo alcançado o nível global, o desenvolvimento capitalista está face-a-face com a

---

<sup>37</sup>SANTOS, Milton, *op.cit.*, 142-5.

<sup>38</sup>SANTOS, *op.cit.*, p.45.

<sup>39</sup>SANTOS, Milton, *op.cit.*, p.144.

<sup>40</sup>*Ibidem.*, p. 255.

multidão,<sup>41</sup> sem mediação (...) capital e trabalho se opõem num antagonismo direto. Esta é a condição fundamental de toda teoria política do comunismo.”<sup>42</sup>

Apresentados alguns aspectos concernentes à crise do capitalismo mundial que resultaram no processo de globalização com enfoque neoliberal, alterando a configuração da realidade global sob várias dimensões – e uma sucinta apresentação da reflexão de HARDT e NEGRI, que apresentam o Império com um novo potencial de transformação, busca-se, a seguir, tratar especificamente da Reforma do Estado no Brasil, considerando que a partir desta, foram engendradas as configurações do terceiro setor.

### 1.3 REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

O debate político acerca da Reforma do Estado está presente desde os anos 80,<sup>43</sup> mas só ganhou centralidade nos anos 90, após os governos de Fernando Collor de Mello (contido pelo *empeachment*) e Itamar Franco, quando já era gestada a investida neoliberal.<sup>44</sup>

Pretende-se, aqui, analisar a Reforma do Estado principalmente através do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,” elaborado no início do governo de Fernando Henrique Cardoso. Para que melhor se delineie o fenômeno, privilegamos na reflexão as principais concepções referentes ao papel relacional entre Estado, sociedade civil, relação capital-trabalho e a ideologia que perpassa estas questões.

Segundo o referido plano, a Reforma do Estado seria uma providência indispensável à estabilização e crescimento sustentado da economia, acarretando como consequência, a correção das desigualdades sociais e regionais. Para este intento – entendido como a

---

<sup>41</sup> A categoria “multidão” será discutida no Capítulo II, sub-item 2.4.1.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 256-257.

<sup>43</sup> Ver a obra de CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro : Zahar, 1973.

implementação de um novo modelo de desenvolvimento – o documento evoca a participação da sociedade civil para que atue em parceria com o Governo neste desafio.<sup>45</sup>

Analisando-se o terceiro parágrafo do item 1 – Introdução do referido Plano, que trata da necessidade de repensar as atribuições do Estado -, é possível identificar a menção ao proclamado “pensamento único”: a inviabilidade de condução do processo segundo concepção diversa daquela ali esboçada:

É importante ressaltar que a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90. No Brasil, esta questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, conseqüentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustradas suas demandas e expectativas.<sup>46</sup>

Novamente é possível evocar NETO e HARDT & NEGRI para auxílio na reflexão deste parágrafo do Plano Diretor. De acordo com as idéias do primeiro autor, que advoga a existência de um movimento cíclico do capital, este reconfigura as formas de atuação do Estado, notadamente no atendimento ou não às demandas sociais. Detecta-se a tentativa de transformar em limite o que antes era possibilidade, principalmente sob a alegação de sobrecarga estatal. Evidencia-se a busca por legitimar a desresponsabilização estatal no cumprimento dos compromissos sociais de abrangência universal previstos na Constituição Federal, sob um clamor de exigência cidadã.

Se nos remetermos a HARDT & NEGRI,<sup>47</sup> com sua rejeição à concepção de crises cíclicas do capital, a interpretação deste trecho do Plano Diretor toma uma forma diversa: seria o capital recuando e adaptando-se à força do proletariado, que exige mudanças e lutou

---

<sup>44</sup>SILVA, *op.cit.*, p.74.

<sup>45</sup>Apresentação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – disponível na internet.

<sup>46</sup>*Id.*

<sup>47</sup>HARDT & NEGRI, *op.cit.* p.276-277.

por se libertar dos padrões extremamente disciplinares impostos pelo taylorismo/fordismo vigentes no período do *welfare state*. Tratar-se-ia, na concepção destes autores, do capital ver-se constantemente obrigado a se movimentar de forma defensiva, de forma a não sucumbir ante o poder criativo dos trabalhadores.

De qualquer forma, a reação do capital atenta contra o trabalho, penalizando substancialmente o trabalhador que se vê em situação de vulnerabilidade, sem garantias mínimas, sem um contrato social estável. O que HARDT e NEGRI querem mostrar é o lado que permanece oculto nesta ofensiva contra o trabalho, que aparenta prejudicar *somente* o trabalhador: trata-se de substancial perda do controle disciplinar do capital sobre o proletariado. Ao mesmo tempo em que este se vê prejudicado na sua garantia de subsistência, está também livre das amarras do capital, e sobre ele não pesa mais o controle que se dava por meio do taylorismo/fordismo. A perda da liberdade se relaciona, agora, à perda da liberdade econômica mas as subjetividades estão libertadas e prontas a criar livremente o novo. As palavras de HARDT & NEGRI são elucidativas: “A globalização dos mercados, longe de ser simplesmente o fruto abominável da organização capitalista, foi, na realidade, o resultado dos desejos e demandas da força de trabalho taylorista, fordiana e disciplinada no mundo inteiro...”<sup>48</sup>

Estas reflexões serão retomadas adiante, no desenvolvimento da dissertação. No momento, será abordada a face mais flagrante e imediata dos problemas sociais que se criam com a retirada dos direitos sociais que beneficiavam os trabalhadores, penalizando-os, bem como as estratégias de forte teor ideológico do capital para tornar aceitáveis as suas ações.

Necessário um consenso capaz de legitimar a implementação das políticas neoliberais. NETO<sup>49</sup> aponta as obras de Hayek (*Os caminhos da servidão*” e *Os fundamentos da*

---

<sup>48</sup>*Ibidem*, p.276-277.

<sup>49</sup>*Id.*, p. 76.

*liberdade*); Popper (*A sociedade aberta a seus inimigos* e *A miséria do historicismo*) e Friedman (*Capitalismo e liberdade*) como o *arco ídeo-teórico* sob o qual se apoia a essência do neoliberalismo. Argumentação teórica que pretende constituir-se em superação do socialismo, tendo como alvo de ataque o Estado de bem-estar.<sup>50</sup>

O trecho a seguir, constante da introdução do Plano Diretor do Estado<sup>51</sup> denota o esforço em caracterizar um aparelho estatal ineficiente, burocrático, ultrapassado, que não comporta mais as exigências de uma era modernizada e deve ser imediatamente reformado. Evidencia-se o apelo à desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas, promovendo o que MONTAÑO<sup>52</sup> denomina “contra-reforma do Estado”, um retrocesso histórico: a reversão dos direitos trabalhistas arduamente conquistados e materializados na Constituição de 1988.

(...) nos últimos 20 anos, esse modelo mostrou-se superado, vítima de distorções decorrentes da tendência observada em grupos de empresários e de funcionários, que buscam utilizar o Estado em seu próprio benefício, e vítima também da aceleração do desenvolvimento tecnológico e da globalização da economia mundial, que tornaram a competição entre as nações muito mais aguda (...) a rigidez da estabilidade assegurada aos servidores públicos civis impede a adequação dos quadros de funcionários às reais necessidades do serviço e dificulta a cobrança de trabalho. Da mesma forma, a transformação do concurso público – cuja exigência generalizada na administração pública representou o grande avanço da Constituição de 1988 – em uma espécie de tabu dificulta as transferências de funcionários entre cargos de natureza semelhante. Por outro lado, as exigências excessivas de controle no processo de compras e o detalhismo dos orçamentos são exemplos dessa perspectiva burocrática implementada na lei brasileira, que dificultam de forma extraordinária o bom funcionamento da administração pública. Destaca-se a deficiência de sistemas de informação e a inexistência de indicadores de desempenho claros para os diversos órgãos da administração direta e indireta.

---

<sup>50</sup>Posteriormente, estes autores iriam ter “comprovadas” suas teorias que rechaçam o socialismo com a crise do *Welfare State* e do socialismo real, considerados por NETO como os dois grandes elementos da crise contemporânea mundial. NETO, *op.cit.* p.76.

<sup>51</sup>Plano Diretor da Reforma do Estado, *op.cit.*, 6º parágrafo da introdução.

<sup>52</sup>MONTAÑO, *op.cit.*, p.29.

Na análise de SILVA,<sup>53</sup> no governo de Fernando Henrique Cardoso buscou-se com vigor a inserção do Brasil no primeiro mundo, na globalização. Para tal propósito, os direitos sociais constituíam-se entraves, sendo necessária a desregulamentação da economia, flexibilização das leis trabalhistas, diminuição de gastos públicos (com educação, saúde, assistência social etc.), privatização e abertura do mercado. Necessário reduzir o “custo Brasil” e solucionar a crise na economia brasileira. A luta ideológica sempre se constituindo estratégia em tal investida, que depois se somou à outra: a *ofensiva institucional* com a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado, com Bresser Pereira como ministro e a elaboração do Plano Diretor.<sup>54</sup>

CAVALCANTI,<sup>55</sup> analisa a proposta de Bresser Pereira do “Estado Social Liberal”, ou seja: a busca pela “superação” do Estado mínimo: que o Estado fosse forte e capaz de preparar o país para inserção de maneira favorável na competição global, estimulando e preparando as empresas – mas também buscando atuar na área social. Para a autora, tratou-se de uma proposta aos moldes da “terceira via” de Anthony Giddens: o Estado teria como papel manter a “ordem”, garantindo a propriedade privada, o cumprimento dos contratos, a defesa do país e promover o desenvolvimento econômico e social. Modelo que pretende ser social, liberal, democrático e submetido ao controle social. Dessa forma, o Estado deixaria de ser aquele “Estado social burocrático”, que contrata profissionais diretamente para realizar serviços sociais de forma incompetente – mas não se retiraria de suas responsabilidades sociais. Nesta perspectiva, a eficiência e a garantia dos direitos sociais estaria diretamente

---

<sup>53</sup>SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “Reforma do Estado**. São Paulo : Cortez, 2003, p.71.

<sup>54</sup>SILVA, *op.cit.*,p.75.

<sup>55</sup>CAVALCANTI, Soraya Araújo Uchoa. **Reforma do Estado e políticas sociais no Brasil**. *Serviço Social & Sociedade*, n.68. São Paulo : Cortez, 2001.

atrelada à possibilidade de se efetuar a Reforma do Estado. Nas palavras de Bresser PEREIRA,<sup>56</sup>

(...) social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará os seus serviços sociais e científicos principalmente por meio de organizações públicas não-estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional.

Numa análise crítica à proposta de Bresser Pereira do *Estado social liberal*, SILVA<sup>57</sup> assegura que esta é uma nova roupagem do velho. Uma forma um tanto renovada de garantir a reprodução do capital diante da crise recorrendo-se aos antigos postulados liberais do Estado mínimo.

As categorias “flexibilidade”, “competitividade” e “inovação” contidas na citação denotam uma mudança de racionalidade – agora tipicamente mercantil - com relação ao modelo que se quer imprimir ao Estado, o qual denomina-se “administração gerencial”. Tal racionalidade deverá predominar em qualquer organização que se proponha a executar os serviços sociais que antes eram de responsabilidade exclusiva do Estado. Tal modelo, segundo o Plano Diretor,<sup>58</sup> constitui-se no “ideal” de administração pública, contrapondo-se aos dois anteriores: (a) *administração pública patrimonialista*, considerada uma “excrecência inaceitável que teria predominado num determinado momento histórico precedente ao capitalismo e à democracia;<sup>59</sup> neste modelo, o aparelho do Estado fora uma espécie de “apêndice” do poder soberano que, nepotista, teria contado com a assessoria de uma “nobreza real” corrupta; (b) *administração pública burocrática*: surgido no período

---

<sup>56</sup>PEREIRA, Bresser, citado por CAVALCANTI, *op.cit.*, p.4.

<sup>57</sup>SILVA, *op.cit.*, p.78.

<sup>58</sup>Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, item 2: as três formas de administração pública.

<sup>59</sup>*Id.*



liberal, no século XIX para superar o modelo corrupto e nepotista representado pela administração patrimonialista. Para este fim teria sido necessário utilizar como recurso um grande aparato burocrático, visando controle e pautado em princípios tais como a profissionalização, sistema de carreira, hierarquia profissional. Na concepção dos idealizadores do Plano Diretor, na administração burocrática “...o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir a sociedade...”<sup>60</sup> Desta forma, a proposta de administração gerencial constitui-se no modelo norteado pelos “... valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações”.<sup>61</sup> Rompe-se, portanto, com a administração burocrática, mas conserva-se muitos dos seus princípios, como o profissionalismo e a impessoalidade. O foco do controle, se antes se direcionava aos processos, aos procedimentos (meios), transfere-se para os resultados (fins). Vigora a concorrência entre as unidades internas do Estado, prima-se pela eficiência, a busca pela redução de custos e elevação da qualidade dos serviços, o incentivo à criatividade, capacitação permanente. Enfim, busca-se imprimir uma *cultura gerencial* na administração pública.<sup>62</sup>

Ao analisar a reforma do Estado, SILVA<sup>63</sup> aponta quatro problemas que foram identificados no Brasil por Fernando Henrique Cardoso, logo que assumiu. Tais problemas estão apresentados no quadro abaixo, de forma sintética, com as respectivas medidas adotadas pelo governo para o seu enfrentamento:

---

<sup>60</sup>*Id.*

<sup>61</sup>*Id.*

<sup>62</sup>*Id.*

<sup>63</sup>SILVA, *op.cit.*, p.80-1.

<b>PROBLEMA APRESENTADO</b>	<b>MEDIDAS ADOTADAS</b>
Tamanho do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Programas de privatização</li> <li>➤ Terceirização</li> <li>➤ Publicização</li> </ul>
Papel regulador do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desregulação da economia</li> <li>➤ Orientação das políticas estatais segundo mecanismos de mercado</li> </ul>
Necessidade de aumentar a governança*	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ajuste fiscal</li> <li>➤ Distinção entre formulação e execução das políticas estatais</li> </ul>
Aumento da governabilidade**	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Aumento de mecanismos de democracia representativa e controle social***</li> </ul>

\*Governança, para BRESSER PEREIRA, é “a capacidade do Estado de transformar em realidade as políticas públicas de forma efetiva e eficiente – através do aumento da capacidade administrativa e financeira do Estado”

\*\*Governabilidade, segundo BRESSER PEREIRA, *op.cit* é “a capacidade do Estado de regular a sociedade ao mesmo tempo que seu governo tenha legitimidade, contando com o apoio dessa mesma sociedade”.

\*\*\*BEHRING adverte que, embora se mencione o controle social, não há menção às formas como este poderá ser efetivado. A autora observa que Bresser Pereira não remete aos instrumentos democráticos de controle social, como os atuantes conselhos paritários e deliberativos – ao contrário: coloca tal controle social a cargo do *mercado*, por ele considerado o melhor mecanismo de controle. BEHRING, Elaine Rossetti. **Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia**. Serviço Social & Sociedade, n. 73, março de 2003, p.114.

As áreas de atuação do governo passariam a ser: legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir políticas sociais e fomentar. A execução de tais atividades ficaria a cargo de três níveis institucionais: (a) as secretarias formuladoras de políticas sociais, que atuariam de forma conjunta com ministros e o presidente para decisões estratégicas do governo, que seriam executadas pelas (b) agências executivas e, finalmente, as (c) agências reguladoras que visam definir preços.<sup>64</sup>

Os serviços sociais e científicos ficariam por conta das organizações não estatais, as *organizações sociais*, financiadas pelo Estado, tendo-se como pressuposto que este não poderia mais se incumbir de prestar diretamente tais serviços sociais, sendo melhor desempenhados se regidos pela lógica desburocratizada do mercado. É a chamada

*publicização*, um dos mecanismos de delimitação de atuação do Estado, juntamente com as *privatizações* e as *terceirizações*. Para CAVALCANTI,<sup>65</sup> utilizou-se o termo “publicização” para não dizer “privatização das políticas sociais”, o que seria o mais acertado. BEHRING<sup>66</sup> ainda prefere denominar “desresponsabilização”, já que se transfere responsabilidades dos serviços sociais e científicos às organizações de “quase mercado”, não sujeitas à fiscalização no que concerne aos processos de trabalho e análise dos resultados, levando à precarização dos serviços prestados à população.

O Programa Nacional de Publicização foi criado sob Medida Provisória n. 1.591, de 09.10.1997, e transformada na Lei 9.637, de 15.05.1998. Sendo definidas como organizações sociais, as *instituições do Terceiro Setor* – nas palavras de Paulo MODESTO,<sup>67</sup> “... pessoas privadas de fins públicos, sem finalidade lucrativa, constituídas voluntariamente por particulares, auxiliares do Estado na persecução de atividades de conteúdo social relevante”

SILVA<sup>68</sup> identifica três “idéia-forças” utilizadas pelo governo para sustentar as transformações no aparelho do Estado: *parceria*, *flexibilização* e *privatização* – e adverte que tal receituário não é nada original, sendo exatamente o mesmo utilizado pelos países centrais. Reproduzindo as palavras da autora: “... o diagnóstico que o governo brasileiro fez sobre as causas da crise do Estado é idêntico ao dos neoconservadores, que recomendam como alternativas para se sair da crise a privatização, a orientação da satisfação das demandas político-sociais para o mercado e a reorganização do aparelho de Estado, de modo a elevar a sua capacidade de direção.”

---

<sup>64</sup>BRESSER PEREIRA, in SILVA, *op.cit.*, p.82.

<sup>65</sup>CAVALCANTI, *op.cit.*, p.109.

<sup>66</sup>BEHRING, Elaine. **Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia.** Serviço Social & Sociedade. n.73. São Paulo : Cortez, março de 2003, p. 109.

<sup>67</sup>MODESTO, Paulo. **Reforma do marco legal do Terceiro Setor no Brasil.** In FALCÃO *et al.* **Mudança Social e Reforma Legal: Estudos para uma nova legislação do Terceiro Setor.** Brasília : Conselho da Comunidade Solidária : UNESCO: BID;FBB, 1999, p.146.

<sup>68</sup>SILVA, *op.cit.*, p.81.

No entanto, Bresser PEREIRA<sup>69</sup> afirma que a única forma de reduzir a pobreza e as desigualdades decorrentes do fenômeno na globalização é a reconstrução do Estado, redefinindo e ampliando o espaço público não-estatal e efetivando as reformas orientadas para o mercado. Na sua concepção, desta forma, o mercado e a globalização favorecem a democracia e a equidade. Defendendo a pertinência e inevitabilidade de se implementar a reforma do Estado, Bresser PEREIRA explicita o seguinte:

Reformar o Estado implica em aumentar a sua governabilidade (...) através da criação de instituições políticas que garantam que a vontade dos cidadãos e o interesse público (a ordem, a liberdade, a equidade e o desenvolvimento) se traduzam nas políticas públicas. Observe-se sobre isso, que é exatamente essa possibilidade que os neoliberais consideram impossível de ser atingida, a partir de sua concepção na natureza essencialmente egoísta da humanidade e da conseqüente inviabilidade da ação coletiva. Daí sua proposta de Estado mínimo.

Observa-se o esforço de Bresser PEREIRA em desvincular a Reforma do Estado dos postulados neoliberais. No que contesta MONTAÑO,<sup>70</sup> assegurando serem tais medidas o que ele denomina “dever de casa”, de teor neoliberal, do grande capital para os países periféricos. Inclusive o autor – remetendo a FIORI<sup>71</sup> - denuncia o fato do ex-ministro haver representado o Brasil em uma reunião pós-Consenso de Washington, em 1993 – na qual era definido receituário a ser seguido pelos países periféricos – e não haver mencionado tal participação por ocasião da sua apresentação para compor o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. MONTAÑO<sup>72</sup> rotula de “pura retórica demagógica” a busca de Bresser Pereira por desvincular a reforma do estado das políticas neoliberais, a partir do argumento desenvolvido pelo ex-ministro que reporta às duas ondas de reformas

---

<sup>69</sup> PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Cultura entre o Estado e o Mercado** Jornal *Folha de São Paulo* de 1º de setembro de 1996.

<sup>70</sup> MONTAÑO, *op.cit.*, p.38-42.

<sup>71</sup> FIORI, José Luis. “Os moedeiros falsos”. **Sobre o Consenso de Washington**. Texto n. 324, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1995.

<sup>72</sup> MONTANO, *op.cit.*, p.43-4.

pós-consenso de Washington: a primeira, inspirada em Margareth Thatcher e Ronald Reagan, de teor puramente neoliberal, tendo como alvo o Estado mínimo; a segunda, implementada nos anos 90, de teor “social-liberal”, voltado para a correção das falhas do mercado e, desta forma, capaz de sanar as perversidades sociais decorrentes do modelo neoliberal.

Reforçando a reflexão crítica de MONTAÑO, agora com relação a uma possível associação entre a Reforma do Estado e as determinações conduzidas pelos Estados hegemônicos, tendo como referencial teórico o autor da “Terceira Via”, é possível efetuar uma análise comparativa entre o discurso de Bresser PEREIRA e Anthony GIDDENS, traçando uma aproximação entre “Estado social liberal” e “Terceira Via”<sup>73</sup> quando este último disserta sobre os pilares para o que denomina “terceiro caminho” ou a “política de esquerda para o século 21”. Observa-se que os idealizadores da Reforma do Estado no Brasil tiveram esta elaboração teórica como uma de suas fontes inspiradoras, a julgar pela semelhança entre os discursos.<sup>74</sup>

Os social-democratas, historicamente, sempre se empenharam em expandir o alcance do Estado e o do governo, os neoliberais, em restringi-los. A Terceira Via sustenta que é necessário reconstruí-los, indo além daqueles que dizem que o “governo é o problema” e daqueles que afirmam que o “governo é a solução”. (...) Para recuperar confiança e legitimidade, a Terceira Via advoga um minucioso pacote de reformas que, juntas, poderiam definir um novo Estado Democrático. (...) A chave é “democratizar a democracia”, alcançando mais transparência nos negócios públicos e experimentando novas formas de participação democrática (...) a “democratização da democracia” anda de mãos dadas com o fomento da participação de órgãos da sociedade civil (...) Devemos deslocar a ênfase para o Welfare State positivo, ao qual dão sua contribuição os próprios indivíduos e outros órgãos além do Estado, e cuja dinâmica age como criadora de riqueza.

---

<sup>73</sup>GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via em cinco dimensões**. Folha de São Paulo, Caderno Mais! 21 de fevereiro de 1999.

<sup>74</sup>Marilena CHAUI (**Fantasia da Terceira Via**. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 19 de dezembro de 1999) explicita que a expressão “Terceira Via” foi reeditada na Inglaterra, na década de 90, com fins eleitorais, após sua utilização por ocasião do fascismo e do peronismo. O fracasso das políticas de Margareth Thatcher e o desgaste da social-democracia favoreceram a adesão à proposta, que apresentava um caminho alternativo, reunindo os aspectos positivos do socialismo e do capitalismo.

O apelo de GIDDENS à mobilização da sociedade civil para arcar com as questões de caráter social como forma de restaurar a democracia, é criticado por Marilena CHAUI, que denomina tal prática de “Estado de bem-estar reformado” e “sociedade de bem-estar”: o Estado, ao efetuar parcerias com empresas e organizações do terceiro setor, desobrigaria-se das responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil.<sup>75</sup>

#### 1.4 DEBATE DO TERCEIRO SETOR

Carlos MONTAÑO<sup>76</sup> analisa o Terceiro Setor a partir da totalidade da realidade social, lançando críticas veementes aos teóricos que buscam compartimentá-la, fragmentando-a em primeiro, segundo e terceiro setor e assim, homogeneizando as suas formas de manifestação e esvaziando o conceito do seu conteúdo político e ideológico, obscurecendo as lutas de classes. Adverte que a terminologia “Terceiro Setor” possui uma intencionalidade nada casual ou ingênua, mas trata-se de uma manobra que tem como objetivo mudar o padrão de respostas às seqüelas sociais, uma exigência do capital mundial diante da crise estrutural enfrentada.

MONTAÑO muito auxilia no desvelamento da origem do termo, ao investigar como este se constituiu. Muitas palavras recém-surgidas parecem ser facilmente internalizadas – claro, com o papel decisivo da meios midiáticos nesta investida. O termo “Terceiro Setor” originou-se dos Estados Unidos. Foi cunhado em 1978 por John Rockefeller III,<sup>77</sup> e chegou ao Brasil através de um funcionário da Fundação Roberto Marinho.<sup>78</sup> MONTAÑO observa o quão sugestiva é a nacionalidade e procedência do termo. Nas suas palavras, “(...) o conceito

---

<sup>75</sup>CHAUI, *op.cit.*, p.10.

<sup>76</sup>MONTAÑO, *op.cit.*, p.14-30.

<sup>77</sup>LANDIN, 1999, *apud* MONTAÑO *op.cit.*, p.53-4.

<sup>78</sup>IOSCHPE, 1997:II *apud* MONTAÑO, *op.cit.*, p.53.

“terceiro setor” foi cunhado por *intelectuais orgânicos* do capital e isto sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”.<sup>79</sup> O autor ainda assevera que o termo possui vínculo estreito com um outro: a *filantropia*. A evidência é o fato do conceito ter sido introduzido no Brasil por ocasião do *III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor*, realizado em 1996 no Rio de Janeiro e o referido encontro constituiu-se numa continuidade dos dois primeiros encontros realizados na Espanha e México, respectivamente, denominados *I e II Encontros Íbero-Americanos de Filantropia*. Um trecho da palestra proferida por Andrés A. Thompson, intelectual argentino, por ocasião do encontro do Rio de Janeiro, denota bem os laços estreitos entre “terceiro setor” e “filantropia”, com ênfase também para a prática do voluntariado e da solidariedade:

A transparência (ou *accountability*) nas finanças e na ação, diante de uma vasta corrupção que penetra na maioria das instituições; o interesse e a defesa dos interesses comuns da sociedade, do público, diante de uma cada vez mais exacerbada cultura do privado, do individual; o voluntariado, a solidariedade e a filantropia, como expressões de uma nova cultura que enfatiza “dar” tempo, recursos e talentos para o bem dos demais, acima das práticas cada vez mais obscenas de apropriação ilegítima e do egoísmo; a cidadania participativa e responsável ante a exclusão política e social. Enfim, elementos de uma nova ética, na qual o direito das pessoas a uma vida digna tenha preponderância sobre as coisas materiais, o poder e o dinheiro.<sup>80</sup>

O IV Encontro Íbero-Americano foi realizado na Argentina, em 1999, quando houve uma delimitação mais exata do termo, relacionando-o a organizações “...privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária”<sup>81</sup>. O encontro já contou com sua sétima edição (maio de 2004 em São Paulo).<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup>*Id.*

<sup>80</sup>Disponível no site [www.mundovirtual.adm.br/html/terceiro\\_setor.htm](http://www.mundovirtual.adm.br/html/terceiro_setor.htm)

<sup>81</sup>ACOTTO e MANZUR, 2000 in MONTAÑO, *op.cit.*, p.55.

<sup>82</sup>Uma curiosidade interessante sobre tal evento é os preços das inscrições, que variaram de R\$ 880,00 a R\$ 1.430,00, tendo como público alvo associados GIFE (VER), ONGs, pesquisadores e acadêmicos. Para maiores informações, sobretudo programação, público-alvo e outros, consultar no site [www.ibero2004.org.br](http://www.ibero2004.org.br). Tais critérios de participação automaticamente deixa de fora os principais interessados nas ações sociais: a população pobre.

Bresser PEREIRA,<sup>83</sup> na busca por elucidar o que seriam as organizações do terceiro setor, denomina-as como “espaço público não estatal”, explicitando nos seguintes termos: além da propriedade privada e da estatal, existe uma terceira forma de propriedade *estratégica* no capitalismo contemporâneo: a pública não estatal. O espaço público não estatal é o espaço do terceiro setor, das entidades não lucrativas voltadas para o interesse público, das ONGs., da participação da sociedade na definição das políticas públicas...”

Anthony GIDDENS, ao abordar o *Welfare State* na sua análise sobre a terceira via, assegura: “Devemos deslocar a ênfase para o *Welfare State* positivo, ao qual dão sua contribuição os próprios indivíduos e outros órgãos além do Estado, e cuja dinâmica age como criadora de riqueza.”<sup>84</sup> Pode-se inferir que estes “próprios indivíduos e outros órgãos além do Estado” constitua-se do “espaço público não estatal” ou “Terceiro Setor”, do qual remete Bresser Pereira – a forma de *propriedade estratégica* no capitalismo contemporâneo.

No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado<sup>85</sup> no item 5.3 intitulado “Setores do Estado de Formas de Propriedade”, delinea-se a classificação referente à propriedade: Propriedade Estatal, Propriedade Privada e a *Propriedade Pública Não-Estatal*. A seguir, reproduz-se definição desta última:

(...) A propriedade pública não-estatal, constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. O tipo de propriedade mais indicado variará de acordo com o setor do aparelho do Estado. No núcleo estratégico, a propriedade tem que ser necessariamente estatal. Nas atividades exclusivas de Estado, onde o poder extroverso de Estado é exercido, a propriedade só pode ser estatal. Já para o setor não-exclusivo ou competitivo do Estado a propriedade ideal é a pública não-estatal. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado. A propriedade pública não-estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a *parceria entre sociedade e Estado*. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia

---

<sup>83</sup>BRESSER PEREIRA, *op.cit.*, 1996..

<sup>84</sup>GIDDENS, 1999, *op.cit.*, p.5.

<sup>85</sup>*Op.cit.*



administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação, seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição. [Grifos nossos]

A citação acima já ajuda a delimitar o campo do Terceiro Setor, reforçando o conceito de Bresser Pereira, mas acrescentando categorias como caráter “não lucrativo”, “competição”, “subsídio”, “parceria sociedade-Estado”, “responsabilidade”. Acrescido à definição de Bresser Pereira de “propriedade estratégica do capitalismo contemporâneo”, já se torna possível eliminar da classificação de entidades do Terceiro Setor, por exemplo, aquelas Organizações Não-Governamentais surgidas nas décadas de 70/80, cuja característica predominante é a contestação à ordem social capitalista.<sup>86</sup>, como será assinalado por MONTAÑO e GOHN adiante.

Com relação à prática do voluntariado e à “finalidade não lucrativa” do Terceiro Setor, PEREIRA<sup>87</sup> adverte que nem o mais inovador e altruísta setor da sociedade é capaz de exercer as funções que o Estado tem condições de exercer, apesar de o Terceiro Setor ser uma tentativa de instituir uma “sociedade de bem-estar” substituindo o “Estado de bem-estar”. O grande risco se constitui, na concepção da autora, em perder de vista os direitos de cidadania conquistados historicamente em virtude da aparente conciliação e “parceria” entre Estado, mercado e sociedade civil. Acentua que a ideologia presente em todo o movimento de reestruturação do capital com o objetivo da acumulação, vai de encontro à idéia de que as desigualdades sociais são decorrências naturais, tais como as deficiências físicas, as doenças genéticas, os acidentes naturais. Portanto, torna-se estéril o conceito de *justiça social*: o que é

---

<sup>86</sup>Refere-se às ONGs surgidas na década de 70 e 80, que apoiavam as organizações e movimentos populares.

<sup>87</sup>PEREIRA, Potyara P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social.** *Serviço Social & Sociedade*, n. 56. São Paulo : Cortez, 1998, p.99.

natural não pode ser justo ou injusto: o que se pode fazer é adotar uma atitude de “doação”, de “desprendimento” para minorar o sofrimento alheio.<sup>88</sup>

Em outra perspectiva, NAVES<sup>89</sup> vê o Terceiro Setor como sinalização de descrédito da população com relação aos governantes e ao Estado gerando mobilização: a sociedade civil teria preenchido uma lacuna deixada pelo Estado e o setor privado, visando a garantia dos direitos de cidadania. O autor vê o terceiro setor como "a expansão da consciência cidadã" em busca da “cidadania global”<sup>90</sup> Refere-se, aqui, principalmente aos movimentos sociais globalizados ecológicos, pacifistas, democráticos e outros. NAVES divide o Terceiro Setor em entidades filantrópicas e movimentos sociais. Quando aborda os movimentos sociais, associa-os ao vazio deixado pelo fim da utopia socialista, representado pela queda do Muro de Berlim: seria uma revitalização da utopia, da insatisfação com a realidade vigente. O autor alerta para o aumento vertiginoso do voluntariado e das ONGs e o seu prestígio junto à opinião pública mundial. Muitas empresas estariam na busca por “agregar valor” aos seus produtos articulando-se com tais organizações comprometidas com o bem-estar do planeta e adotando, por sua vez, atitudes ecológicas e sociais.<sup>91</sup> Lembra também que os grandes debates em escala planetária foram possíveis graças ao Terceiro Setor, particularmente as ONGs situadas na categoria “movimentos sociais”. As quatro edições do Fórum Social Mundial, além de outros tantos eventos em nível global seriam exemplos do crescimento e articulações do Terceiro Setor.

A análise de Naves, no entanto, é superficial. O autor não se aprofundou na temática, sobretudo na procedência do termo, como o fizeram MONTAÑO e SILVA, incorrendo no erro de agrupar na categoria de “Terceiro Setor” tais ONGs combativas e movimentos sociais

---

<sup>88</sup>*Id.*, p.83-4 .

<sup>89</sup> NAVES, Rubens. **Terceiro Setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania.** História da Cidadania. Org.: Jaime Pinsky & Carla B. Pinsky. São Paulo : Contexto, 2003.

<sup>90</sup>*Ibidem*, p.566-7.

que contestam a ordem mundial vigente. Neste ponto da trajetória de estudos percorrida é possível vislumbrar a proximidade estreita entre o Terceiro Setor e a busca pela manutenção do sistema capitalista. Justamente o que tais ONGs e movimentos buscam superar, intenção claramente manifesta resumida no lema do Fórum Social Mundial mencionado pelo autor, evento marcado pelo repúdio ao neoliberalismo, no qual as ONGs tiveram papel decisivo: *um outro mundo é possível*.

MONTAÑO, inclusive, percebe uma lacuna no debate oficial com relação a tais organizações contestatórias, assim como àquelas que não possuem constituição formal, como por exemplo, os movimentos sociais. Cita Ruben Cesar FERNANDES<sup>92</sup> que insere na categoria “Terceiro Setor” apenas as consideradas “manifestações pacíficas”. MONTAÑO conclui que o conceito mais confunde do que esclarece, pois aparentemente abarca grande pluralidade de casos: insere-se nesta categoria desde organizações filantrópicas, até as ONGs combativas, mas o Estado não efetiva parcerias com as últimas, como com as primeiras. Na prática, o conceito não dá conta da pluralidade de organizações existentes. O autor interroga: “Que conceito é esse que reúne, no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesse político, econômicos e singulares; coletividades de classes trabalhadoras e de classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal?”<sup>93</sup>

Neste aspecto, Maria da Gloria GOHN<sup>94</sup> assegura o seguinte: “o terceiro setor é um tipo “Frankenstein”: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas.” Isso porque, para a autora, o Terceiro Setor compreende tanto as organizações progressistas como as conservadoras que atuam com práticas assistencialistas,

---

<sup>91</sup>*Id.*, p. 572-3.

<sup>92</sup>FERNANDES, in MONTAÑO, *op.cit.*, p.56.

<sup>93</sup>MONTAÑO, *op.cit.*, p.57.

compensatórias, segundo uma lógica de mercado. A autora compreende que o terceiro setor é resultado de alterações ocorridas em nível nacional e internacional, com o desenvolvimento e transformações das ONG's (Organizações Não-Governamentais), dos movimentos sociais e outras organizações de cunho filantrópico. GOHN classifica as ONG's em duas categorias: a primeira seria compatível com as ONG's militantes – aquelas nascidas nos anos 70/80 que destacaram-se pelas lutas reivindicatórias e de apoio aos movimentos sociais populares, em muito contribuindo para o alargamento dos direitos de cidadania, influenciando na implantação de leis federais, estaduais e municipais: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, a própria Constituição Federal de 1988, dentre outras. Grande parte destas ONGs têm origem nas comunidades de base da Igreja (Teologia da Libertação), sindicatos e partidos políticos de esquerda. Quanto às segundas, trata-se das ONG's propositivas, “parceiras” do poder público e do setor empresarial, regidas pela lógica mercantil e a utilização do trabalho voluntário – a maioria delas, constituída depois dos anos 90, sendo denominadas por GOHN como as “novas ONGs terceiro-setoristas”, que não querem ser confundidas com as antigas (militantes) e gostam de ser denominadas apenas de “ONGs do terceiro setor”.<sup>95</sup>

GOHN faz a crítica às tais “ONG's do Terceiro Setor” nos seguintes termos: “(...) o campo de atuação do terceiro setor expandiu-se e ele passou a ser organizado menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços, na maioria de forma assistencial.”<sup>96</sup> A autora complementa sustentando que as ações destas entidades do Terceiro Setor têm caráter emergencial, compensatório, não

---

<sup>94</sup>GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST : Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, Vozes, 2000. p.60.

<sup>95</sup>GOHN, *op.cit.*, p.62-5.

<sup>96</sup>GOHN, *op.cit.*, p.69.

atuando sob a essência da desigualdade social mas restringindo-se a trabalhar sob seus efeitos de forma pontual, aleatória, paliativa, dependente da obtenção ou não de recursos.<sup>97</sup> Paralelamente à crítica, GOHN também alerta para a necessidade de se capturar aspectos positivos que residem nas práticas do terceiro setor. Segundo suas palavras, “... o contraditório terceiro setor contém, em seu interior, potencialidades que poderão vir a gerar novos ciclos de ações coletivas contestadoras – a exemplo das que ocorreram ao final dos anos 70 e início dos 80; ou, mais ainda, gerar processos que apontem para novas formas de *relações sociais* e novas estruturas econômicas – como já denotam alguns sinais presentes em certas modalidades de cooperativas de produtores.”<sup>98</sup>

Diante de todos os aspectos observados concernentes ao “Terceiro Setor”, MONTAÑO prefere os denominar como: “Ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja: as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado) a partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços).”<sup>99</sup>

## **1.6 POLÍTICA PÚBLICAS DIRIGIDA AOS POBRES E O ATIVISMO SOCIAL DAS EMPRESAS**

As críticas que foram abordadas até agora, motivam a efetuar uma breve reflexão sobre a forma como têm sido conduzidas as políticas sociais de enfrentamento à pobreza no Brasil, bem como a atuação do “Terceiro Setor” neste campo.

---

<sup>97</sup>*Id.*, p.73-4.

<sup>98</sup>*Id.*, p.72-3 - Grifos nossos.

<sup>99</sup>MONTAÑO, *op.cit.* p.184.

No Brasil, as políticas sociais historicamente abrigaram um caráter pontual e emergencial, sendo reservadas aos segmentos empobrecidos da população como medidas de favor e proteção. Com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, que foi o resultado de uma intensa mobilização popular,<sup>100</sup> a Assistência Social passou a configurar um *direito* do cidadão, compondo, juntamente com a Saúde e a Previdência, o tripé da Seguridade Social. Pela primeira vez, a saúde é universalizada: a ela pode-se recorrer independentemente de contribuição; já a Previdência, é garantia para aqueles que contribuem; à Assistência deve recorrer a quem dela necessitar, independente de contribuição.<sup>101</sup> O art. 203 da Constituição Federal, dispõe sobre os objetivos da assistência social:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida pela sua família, conforme dispuser a lei.

Para garantir a implementação dos preceitos legais estabelecidos, foi promulgada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, cinco anos depois da promulgação da Constituição Federal – após uma longa e exaustiva trajetória de lutas empreendidas principalmente pela categoria dos assistentes sociais, pela regulamentação dos direitos previstos – num contexto em que a Carta Magna já era tida por Fernando Collor de Mello como um obstáculo à governabilidade e predominava o corte nas despesas públicas.

A partir da Constituição Federal de 1988, a seguridade social foi tida como direito de cidadania e dever do Estado. No entanto, tais pressupostos não ultrapassaram o campo da

---

<sup>100</sup>No capítulo IV, que versa sobre os movimentos sociais, será abordada a importância histórica das mobilizações populares no Processo Constituinte e suas repercussões.

retórica e da abstração. Enquanto a Carta Magna proclama a universalidade dos direitos sociais, os organismos internacionais prescrevem políticas focalizadas de atendimento à pobreza extrema.<sup>102</sup> SPOSATI explicita a lógica que norteia a aplicação de recursos públicos na assistência social, não obstante os ditames constitucionais: “Os gastos da assistência social ainda são considerados despesas a fundo perdido, isto é, sem retorno ou um desperdício. Para alguns contadores e economistas, ela é uma forma de ‘*jogar dinheiro público no ralo*’...” É por este motivo – conclui SPOSATI – que a assistência social insiste em permanecer no campo do altruísmo, da benemerência, enfim: do não direito. Antítese de Assistência Social seria o denominado “assistencialismo”, definido por COLIN e FOWLER como “... prática de assistência através de benesses, de favores, de doações caridosas.”<sup>103</sup>

SPOSATI reprova o hábito dos governantes elegerem as “Primeiras Damas” para incumbir-se das questões sociais. Nas suas palavras: “Considero que a presença das mulheres de governantes no governo da assistência social não configura apenas nepotismo, mas sim a reedição do modelo patrimonial em que o acesso social à inclusão dos que menos têm fica submetida ao coração, isto é, à ‘bondade da mulher’ e não à ética do direito social...”<sup>104</sup>

Pedro DEMO analisa a teoria e prática da focalização a partir da crise do *Welfare State* e o advento da ofensiva neoliberal, quando as políticas universalizantes foram colocadas em xeque. A partir da percepção de que o Estado deveria primordialmente servir ao mercado – tido como regulador por excelência da sociedade – as políticas públicas passaram a tender ao que DEMO chama de “políticas pobres para pobres”. A focalização, no geral, prevê recursos ínfimos que só conseguem mobilizar os verdadeiramente pobres em torno de sua

---

<sup>101</sup> Art. 194 da Constituição Federal

<sup>102</sup> Banco Mundial, CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento - prescrevem a *focalização* e seletividade na aplicação de recursos, que devem ser dirigidos aos extremamente pobres.

obtenção. Este autor chama a atenção para a diferença fundamental existente entre uma sociedade com pobres (aquelas cujos pobres nunca foram maioria – as razoavelmente igualitárias) e uma sociedade de pobres (caso típico brasileiro, cuja distribuição de renda é das mais desiguais no mundo). Nas primeiras, há mais facilidade de acesso aos benefícios, e vige a democratização e controle social, favorecendo o envolvimento participativo dos sujeitos envolvidos, porque há uma correlação de forças mais equilibrada. No caso dos países periféricos, o confronto é substancialmente desigual: as políticas surgem como “concessões” e “benesses” e os sujeitos envolvidos são simples receptores passivos que só conseguem o acesso às “políticas pobres”. Assim, as políticas universalizantes em países como o Brasil, tendem a beneficiar os pobres se forem “políticas pobres” – ao contrário, se forem políticas de qualidade, provavelmente serão os ricos a ela terem acesso (exemplo da Universidade Pública). Tratar de forma igual pobres e ricos, penaliza os pobres. É preciso, na concepção de DEMO, que políticas redistributivas **privilegiem os desprivilegiados e penalizem os ricos.**<sup>105</sup>

DEMO vislumbra riscos na implementação de políticas universalizantes numa sociedade de classes, devido ao confronto desigual entre pobres e ricos no acesso a tais políticas, que podem favorecer os mais ricos, aprofundando as desigualdades. Defende, portanto, políticas públicas focalizadas aos marginalizados, **desde que sejam controladas por eles próprios, os interessados, de forma a distribuir renda.** Nas suas palavras:

“(…) política emancipatória nada tem a ver com emancipar o rico, mas o pobre. O ponto de partida é que a falta de emancipação é produto dos donos dos meios de produção. Urge, pois, que os marginalizados se imponham, seletivamente. Somente após a superação do

---

<sup>103</sup>COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt. **LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social anotada. São Paulo, Veras Editora, 1999. P.14.

<sup>104</sup>SPOSATI, *op.cit.*, p.88

<sup>105</sup>DEMO, *op.cit.*, p. 100-6.



capitalismo, na sociedade dos trabalhadores livres associados e que trabalham para si, não para o capital, seria imaginável política social tipicamente universal, porque estariam dadas condições universais de igualdade social. (...) a sociedade de classes é uma sociedade profundamente ‘focalizada,’ no sentido discriminatório. Para reverter este processo, é mister encontrar procedimentos que favoreçam ostensiva e sistematicamente os discriminados, colocando os processos redistributivos como resultado do controle democrático de baixo para cima. O processo de produção e apropriação da mais-valia não pode ser superado colocando-se na mesma luta donos do capital e vendedores da força de trabalho, porque estes só podem sair perdendo.”<sup>106</sup>

Portanto, o âmago da questão, para DEMO, é a necessidade do controle democrático **pelos próprios interessados**, em políticas focalizadas – mas não aquele pretense controle sob a ótica dos idealizadores do terceiro setor – que se dá a partir principalmente de organizações que contam com trabalho voluntário – neste caso, as determinações continuam se dando sob a lógica da verticalidade, já que o “voluntário” ou outro agente do Terceiro Setor é alguém que surge de fora, movido por um apelo de caridade e não necessita dos benefícios que ele administra.

A partir dos anos 90, quando o governo busca libertar-se de parte das amarras representadas pelo investimento nas políticas públicas de garantia à efetivação dos direitos sociais propugnados pelas leis, o ativismo social passa a tomar para si parte das atribuições, sob o signo da *solidariedade e cidadania*.

A responsabilidade social das empresas figura entre as iniciativas que despontam no cenário do parcial recuo governamental perante as suas obrigações com a população desempregada, subempregada, vulnerabilizada (crianças, idosos, populações de rua, aidéticos, dentre outros), posta à margem de um contrato social estável.

Para PAOLI,<sup>107</sup> a “filantropia empresarial” surge quando se abre o espaço para as ações sociais privadas ao mesmo tempo que o poder público reduz políticas públicas de

---

<sup>106</sup>*Ibidem*, p.103.

<sup>107</sup>PAOLI, Maria Célia. **Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In SANTOS, Boaventura de Souza. Democratizar a democracia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

enfrentamento à pobreza. Os problemas sociais são resolvidos à maneira empresarial, com ênfase na competente administração dos recursos, buscando compatibilizar lucro e filantropia. Ao mesmo tempo que sobressai a imagem de ineficiência estatal para a incumbência de tais serviços, o empresariado descobre que as suas ações denominadas “responsabilidade social” rendem dividendos e se constituem em “valor agregado”, um diferencial que a “empresa socialmente responsável” possui sobre as demais. Desta forma, a competitividade é instalada no âmbito mesmo das ações efetivadas junto aos segmentos mais vulneráveis da população e isto requer investimento maciço em especialização, treinamento em administração gerencial do terceiro setor e propaganda: o *marketing social*. Os recursos financeiros para implementação das ações, geralmente provém de agências financiadoras ou de leis de incentivo dos governos, desonerando o empresariado, ao mesmo tempo que lhe permite bem posicionar-se no *ranking* das empresas responsáveis. Ademais, PAOLI adverte que as ações muitas vezes carecem de um critério efetivo de acompanhamento e avaliação de resultados, quais sejam: os impactos promovidos na realidade social.<sup>108</sup>

Finalmente, PAOLI lembra que tais ações de cunho social, empreendidas pelas empresas, prescindem de práticas democráticas, participativas, de teor politizado. Ao contrário, substitui-se a noção de direito pela de gestão eficaz de recursos, que são administrados de forma centralizada, segundo critérios privados, hierarquicamente estabelecidos. Os beneficiários dos serviços e recursos são meros receptores, sendo-lhes negada a participação no processo decisório sobre o destino das ações que diretamente lhe dizem respeito.

Orientado por um raciocínio semelhante, Emilio GENNARI consigna que a aparente generosidade das empresas possui finalidades que estão longe das preocupações sociais ou

---

<sup>108</sup>*Ibidem*, p. 397.

ecológicas que aparentam nortear suas ações. A primeira é a mais óbvia e já mencionada por PAOLI: o *status* de “empresa de responsabilidade social” atua de forma a agregar valor ao produto: descobre-se que o consumidor tende a se mover orientado por imperativos morais no momento da compra, o que se traduz em maior lucratividade para a empresa. Em segundo, há o ganho na produtividade do trabalho devido à motivação “extra” dos funcionários das “empresas responsáveis”, que atuam imbuídos de um sentimento de responsabilidade, compromisso e adesão subjetiva ao projeto da empresa que ele assume orgulhosamente como “sua”, porque também – como o consumidor – é orientado pelo apelo moral. Em terceiro lugar, as empresas (assim como o voluntariado que dedica seu tempo às causas sociais) detectam grande perigo contido no aumento da pobreza, sendo necessário prevenir revoltas sociais. Manter as pessoas pobres atreladas às benesses seria uma forma de “investir” na segurança, contendo tensões, obscurecendo as causas da pobreza extrema e perpetuando as desigualdades. GENNARI conclui que “responsabilidade social das empresas” significa devolver à sociedade com conta-gotas aquilo que dela extraiu com baldes.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup>Emilio Gennari ([www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)).

## II MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL?

*A invasão chegou de barco nesta América Latina.  
 Veio riscado da Europa, este plano de chacina.  
 Vinham em nome da civilização,  
 empunhando a espada e uma cruz na outra mão.  
 Nos pelourinhos da morte, tanto sangue derramado.  
 Prá mão de obra barata, índio e negro escravizados.  
 São três história neste grande continente.  
 Uma bem antes dos invasores chegarem.  
 E a segunda, cinco séculos de invasão,  
 e a resistência índia-negra e popular.  
 E a terceira é a que vamos construindo,  
 prá destruímos a raiz de todo mal.  
 E a nova etapa vai trilhando por aqui,  
 Quinhentos anos Campanha Continental!  
 Esta história de dois mundos pelo mundo se espalhou.  
 Com uma visão colonialista, não mostraram a nossa dor.  
 Mas reacende um grito de resistência!  
 Seguindo exemplo dos verdadeiros heróis.  
 O grito negro de Zumbi vem dos Palmares.  
 Marçal, Proaño e tantos, ergueram a voz!  
 Estão presentes em nossa organização.  
 Prá Ter mais força, é preciso unificar  
 Marchando firme contra toda escravidão  
 E o farol de Colombo vai se apagar.*

(Zé Pinto – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Desde a sua gênese, o modo de produção capitalista enfrenta resistências de toda ordem. Na concepção de HARDT & NEGRI, as lutas dos trabalhadores constituem o motor do desenvolvimento capitalista, que se orienta sempre de forma defensiva para não sucumbir e manter os níveis de acumulação. Nas palavras destes autores:

Lutas proletárias<sup>110</sup> constituem – em termos reais, ontológicos – o motor do desenvolvimento capitalista. Elas obrigam o capital a adotar níveis de tecnologia cada vez mais altos e, dessa

---

<sup>110</sup>A categoria “proletário” é utilizada por Hardt e Negri para designar todos aqueles que se encontram submetidos à forma de exploração do capital: “Entendemos que o conceito de ‘proletariado’ não se aplica apenas à classe operária industrial, mas a todos aqueles que são subordinados pelo capital, que por ele são explorados e que produzem segundo suas normas” (NEGRI & HARDT. Op.cit. p.277)

maneira, transformam os processos de trabalho. As lutas forçam o capital continuamente a reformar as relações de produção e transformar as relações de dominação. Da manufatura à indústria em larga escala, do capital financeiro à reestruturação transnacional e à globalização do mercado, são sempre as iniciativas do poder organizado do trabalho que determina a figura do desenvolvimento capitalista...<sup>111</sup>

Este capítulo objetiva contribuir para a compreensão do fenômeno “movimentos sociais” e as suas formas de expressão, dada a sua relevância no tocante à conformação do capitalismo global, como HARDT e NEGRI apontam, e na busca por descobrir possíveis nexos relacionados à Economia Solidária, e especificamente os Clubes de Trocas. Privilegia-se, além das concepções teóricas, a abordagem das lutas brasileiras nas últimas três décadas e a atual configuração dos movimentos sociais no contexto da globalização.

## **2.1 “VELHOS” E “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEPÇÕES TEÓRICAS**

A categoria “movimentos sociais”, desponta com uma certa marca de imprecisão teórica.

GONH<sup>112</sup> conceitua movimentos sociais como “... ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. A autora menciona as formas típicas de expressão dos movimentos sociais, como por exemplo as passeatas, mobilizações, marchas, atos de desobediência civil, negociações, denúncias, etc.

BOBBIO enriquece esta linha de entendimento, distinguindo duas correntes de pensamento do movimento social: a primeira o vê como ameaça: uma irrupção irracional da multidão que atenta contra a ordem estabelecida. A segunda corrente o tem como forma específica de ação social de caráter transformador. Inspirando-se na análise de ALBERIONE

---

<sup>111</sup>HARDT & NEGRI. Op.cit. p.228

sobre “fenômenos coletivos de agregado” e “fenômenos coletivos de grupo”, BOBBIO detecta nos primeiros um comportamento coletivo transitório, motivado por elemento de tensão, que não chega a compor novas identidades e desagrega-se tão logo desaparece o elemento desencadeante. Já nos segundos, que compõem os movimentos sociais, há o surgimento de novas coletividades, novas identidades, unidas por esperanças e destino comuns.<sup>113</sup>

SCHERER-WARREN adverte que não há um consenso sobre seu conceito. Por um lado, haveria a tendência a assim designar qualquer ação coletiva empiricamente observável, de caráter reivindicativo ou de protesto, sem considerar o alcance, ideologia e outras variáveis que envolvem as ações. Isto teria dificultado a produção de categorias teóricas e de conceitos genéricos. Por outro lado, haveria a tendência a inserir na categoria “movimentos sociais” um número muito limitado de ações coletivas, dificultando apreender a pluralidade de manifestações.<sup>114</sup>

A autora define Movimentos Sociais como “...uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”<sup>115</sup>

Ao estudar a teoria dos movimentos sociais na América Latina, SCHERER-WARREN<sup>116</sup> divide em quatro as fases do pensamento sociológico acerca do fenômeno. Adverte, no entanto, que não se trata de distinções rígidas que excluem aspectos das fases anteriores mas abrigam novos paradigmas que coexistem com os antigos e vice-versa.

<sup>112</sup>GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, Vozes, 2003. P.13

<sup>113</sup>BOBBIO, N. op.cit. p.787-788

<sup>114</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo, Loyola, 1993, p.17-21

<sup>115</sup>SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. 3.ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989, p.20

<sup>116</sup>SCHERER-WARREN, **Redes...** p.14

A primeira fase se refere ao pensamento predominante do meio do século XX até os anos 70, baseado na polaridade entre o marxismo e o funcionalismo. Na perspectiva marxista, a divisão da sociedade em classes antagônicas ganha relevo, sendo que à classe proletária é confiada a tarefa de realizar a transformação social. Este paradigma concebe o real como totalidade, com ênfase na macroanálise do social. Já a segunda fase é caracterizada por SCHERER-WARREN como de transição. Inicia-se no início da década de 70 e são revistas as noções de classe – que tendem a perder centralidade em favor da categoria “povo” e/ou “popular” – e de totalidade. Há um recuo relacionado à exaltação do partido e ao recurso da revolução para a tomada do poder. Passa-se a focar com mais intensidade as lutas nacional-populares, e se vislumbra uma “vontade coletiva nacional-popular”. O estudo das microtransformações ganha relevo.<sup>117</sup>

A transição de um paradigma a outro contou com um acontecimento demarcatório: o *Seminário de Mérida*, ocorrido em 1971, no México, que versava sobre “Classes sociais na América Latina”. Na ocasião, nas palavras de SCHERER-WARREN,

...[Alain] Touraine estabelecia uma relação teórica entre as categorias de classe e movimentos sociais, e, em substituição a uma sociologia das contradições, pretende constituir uma sociologia do conflito. Portanto, em substituição à centralidade na análise das condições objetivas de classe (com ênfase na estrutura econômica), propõe o estudo das ações de classe, ações que podem ser defensivas ou contestatórias diante da dupla dialética da exploração e da dominação respectivamente. Para a sociologia da ação, o tema central é a historicidade, isto é, a capacidade de autoprodução da sociedade, a partir da posição e da relação dos atores sociais nos campos da acumulação, do conhecimento e da cultura. Portanto, as determinações econômicas cedem lugar à multiplicidade de fatores, e o economicismo e o politicismo ao olhar na ação da sociedade civil.<sup>118</sup>

Alain Touraine, como Manuel Castells, interviam de forma decisiva no Seminário de Mérida, e suas reflexões repercutiram significativamente nas formulações teóricas sobre os

---

<sup>117</sup>Id.

<sup>118</sup>SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos...* p.15-16

movimentos sociais. A autora também cita as contribuições posteriores de Laclau, Casanova, Portantiero e Weffort, fontes de referência neste período da década de 70.

A terceira fase apontada por SCHERER-WARREN na década de 80, caracteriza-se pela proeminência da categoria “movimento social” na América Latina. É um período de consolidação do novo paradigma. Atenta-se para grupos mais restritos, na tentativa de neles descobrir práticas inovadoras com relação à perspectiva organizacional, econômica, política, cultural. O cotidiano destes grupos – que podem ser Comunidades Eclesiais de Base, movimentos urbanos ou rurais, dentre tantos outros – é valorizado, assim como sua cultura, vislumbrando-se neles focos de transformação social. Consolidam-se as novas categorias para denominar as antigas classes sociais: “ator social” e “sujeito popular”. A categoria “movimento popular” substitui “luta de classes”.<sup>119</sup>

SHERER-WARREN aponta o que seria um marco a imprimir o caráter de “novo” aos movimentos sociais: uma pesquisa realizada na década de 1980, em nível de América Latina, denominada “Movimentos sociais frente à crise”. Foram pesquisados, em cada país, os movimentos sociais mais significativos, como o movimento étnico, dos favelados, camponeses, mulheres, dentre outros. O resultado da pesquisa, sistematizado por Calderón<sup>120</sup> delimitou características marcantes destes novos movimentos sociais, conforme o quadro abaixo procura representar:

<b>Novos movimentos sociais</b>	<b>Sua antítese</b>
Democracia	Verticalismo – autoritarismo
Valorização à diversidade societal	Tendência ao reducionismo e monopolização da representação
Autonomia diante de partidos e Estado	Heteronomia, clientelismo e dependência
Cooperação, autogestão ou co-gestão da economia	Dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista
Valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo	Lógica de mercado e competição

---

<sup>119</sup>Ibidem, p. 17



Em semelhante linha de análise, PAOLI<sup>121</sup> acentua a importância da lacuna preenchida pelos “novos movimentos sociais” no tocante à substituição da noção de “classes” por “movimento popular” e à substituição do superado debate entre “reforma e revolução” pela busca empreendida na “invenção da democracia”. Adverte sobre o risco de se restringir o conceito a uma somatória de traços comuns, desprezando a pluralidade de manifestações e trajetórias.

Na compreensão de WOLKMER, “novos movimentos sociais” são “sujeitos coletivos transformadores, advindos de diversos estratos sociais e integrantes de uma prática política cotidiana com certo grau de ‘institucionalização’, imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais.”<sup>122</sup> Considerados “novos” em relação àqueles movimentos tradicionais que predominaram até os anos 60, de tendência marxista ou anarco-sindicalista.

WOLKMER<sup>123</sup> vê nos “novos movimentos sociais”, sinalização para formas de ação de cunho emancipatório. O caráter do “novo” corresponderia sobretudo: (a) à autonomia destes movimentos com relação à política institucional (b) à prevalência de grupos associativos e comunitários imbuídos de ação consciente e responsável, impulsionados por ideais que transcendem interesses particularistas ou restritos a produção e consumo (c) à manifestação de uma nova identidade coletiva, com potencial de resistência às formas de exploração, manipulação e cooptação; (d) à prevalência de práticas democráticas participativas.

---

<sup>120</sup>CALDERON, apud SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos...** p. 19

<sup>121</sup>PAOLI, Maria Célia. **Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político.** In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil.** São Paulo, Marco Zero, 1995. P.27

<sup>122</sup>WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico.** São Paulo, Alfa Omega, 2001. P.122

<sup>123</sup>Ibidem, p.138

Numa perspectiva diversa, HARDT e NEGRI<sup>124</sup> advertem ser necessário considerar a íntima relação entre os fenômenos econômicos e culturais. Nas décadas de 1960 e 1970, quando predominava o Estado de Bem Estar, os trabalhadores teriam adquirido fôlego para resistir ao regime disciplinar representado pelo modelo taylorista-fordista. Os trabalhadores passaram a exigir formas de produção mais relacionadas à criatividade, ao uso do intelecto, comunicação, cooperação, afeto; ou simplesmente adotavam práticas cotidianas de recusa à disciplina. Este teria sido o teor da subjetividade responsável pela transição para as formas de produção imaterial, que predominam no chamado “novo mundo do trabalho”. Estes autores contrariam o entendimento de que a mudança paradigmática de produção teria sido um arranjo premeditado do capital com vias à expansão. Este teria sido forçado a adequar-se aos ditames dos movimentos, para que pudesse continuar no comando. É com as seguintes palavras que HARDT & NEGRI explanam sobre o “reverso da moeda” representado pelo surgimento de uma nova subjetividade, advinda das lutas sociais, capazes de moldar um novo paradigma de produção:

As diversas análises dos ‘novos movimentos sociais’ prestaram um grande serviço ao insistir na importância política dos movimentos culturais contra estreitas perspectivas econômicas que subestimam seu significado. Essas análises, entretanto, são extremamente limitadas, porque, como as perspectivas que se opõem, elas perpetuam estreitos entendimentos do econômico e do cultural. Mais importante, elas não reconhecem *o profundo poder econômico dos movimentos culturais*, ou, mais exatamente, a indistingüibilidade cada vez maior dos fenômenos econômicos e culturais. De um lado, relações capitalistas foram ampliadas para subjugar todos os aspectos da produção e reprodução social, o domínio inteiro da vida; e de outro, relações culturais redefiniram processos de produção e estruturas econômicas de valor. Um regime de produção e, acima de tudo um regime de produção de subjetividade, foi destruído e outro inventado pela enorme acumulação de lutas.

(...)

A passagem da fase de aperfeiçoamento do regime disciplinar à fase sucessiva de mudança do paradigma de produção foi impulsionada, de baixo para cima, por um proletariado cuja composição já tinha mudado. O capital não precisou inventar um novo paradigma (mesmo que fosse capaz disso) porque *o momento realmente criativo já tinha ocorrido*. O problema do capital era, antes, o de dominar uma nova composição que já fora produzida

---

<sup>124</sup>HARDT & NEGRI, op.cit. p.295-296

autonomamente e definida dentro de uma nova relação com a natureza e o trabalho, uma relação de produção autônoma.<sup>125</sup>

## **2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA QUE NÃO FOI CONTADA**

Ao se empreender reflexão acerca dos movimentos sociais no Brasil, DEL ROIO<sup>126</sup> sustenta ser a História invariavelmente escrita pelos “vencedores”: aqueles que dominam e subjagam os povos, reservando-se o poder de difundir as informações sob a ótica que lhes pareça a mais favorável. Por este motivo é que ele prefere analisar – ao invés de uma pretensa “História do Brasil”, irreal, a “História dos movimentos populares no Brasil”, considerando que – ao contrário do que é difundido – a trajetória histórica brasileira – substancialmente antidemocrática e violenta - foi permeada por movimentos sociais em lutas travadas principalmente por povos negros e indígenas e seus descendentes, em resistência à opressão. Muitas vezes, estes eram movimentos com alto grau de organização. Inclusive, há indícios de que vigoravam relações democráticas no seu interior. Tais lutas são obscurecidas, e personagens pertencentes às classes dominantes transformam-se em heróis por feitos erroneamente a eles atribuídos. Por exemplo, a figura cordata e bondosa da Princesa Isabel assinando a Lei Áurea se sobrepõe, na História, a fatores político-econômico-sociais determinantes e à resistência dos escravos, dos abolicionistas, dos democratas.

DEL ROIO declara que foram criados mitos, como por exemplo: a “passividade do povo brasileiro”, a sua “índole cordial”, a “docilidade do negro”, a dualidade entre “índios bons” x “índios maus” – Estes últimos, considerados “ferozes canibais” ou aqueles que resistiam à subjugação – e os primeiros, os que se submetiam aos conquistadores. Com

---

<sup>125</sup>HARDT & NEGRI. Op.cit. p.295-297

relação a esta dicotomia, evoca-se Robert CASTEL, que aborda em “As metamorfoses da questão social”, a categorização dos pobres na Europa Medieval, divididos em “pobres bons” e os “pobres ruins”: os primeiros seriam aqueles humildes, que se envergonham de sua condição ao mesmo tempo que a aceitam de forma resignada, enquanto os segundos revoltam-se contra a ordem do mundo, o que se constitui um ato de heresia.<sup>127</sup> As heranças destas relações se pronunciam ainda hoje, com vigor.

HARDT & NEGRI detectam íntima relação entre capitalismo e escravidão negra, não obstante a crença comum de que o capitalismo tem como base o trabalho livre. Segundo estes autores:

...Pode-se pensar, logicamente, como muitos o fizeram, que como o capitalismo é baseado ideológica e materialmente no trabalho livre, ou no fato de o trabalhador ser dono de sua força de trabalho, o capitalismo deve ser a antítese do trabalho escravo. Dessa perspectiva, a escravidão colonial seria vista como forma preexistente de produção análoga ao feudalismo que o capital aos poucos derrotou. A ideologia capitalista de liberdade seria, nesse caso, uma força civilizadora sem mistura.

(...)

A produção escrava na América e o tráfico de escravos africanos, entretanto, não foram meramente, ou mesmo predominantemente, uma transição para o capitalismo. Foram um sustentáculo relativamente estável, um pedestal de superexploração sobre o qual se ergueu o capitalismo europeu. Não há contradição aqui: o trabalho escravo nas colônias tornou possível o capitalismo na Europa, e o capital europeu não tinha interesse em desistir dele.<sup>128</sup>

No Brasil, o tráfico de negros era um negócio altamente lucrativo, principalmente quando foi promulgada a Lei Inglesa (1831) proibindo a prática. Depois da lei, todos os escravos que entravam no país eram ilegais e o comércio se dava à revelia da lei, sendo que juizes brasileiros (proprietários de escravos) compactuavam com o processo. Por serem práticas ilegais, consideradas de alto risco, os traficantes cobravam preços exorbitantes pelos

---

<sup>126</sup>DEL ROIO, José Luiz. **O que todo cidadão precisa saber sobre Movimentos populares no Brasil.** São Paulo, Global, 1986. P.10-12

<sup>127</sup>CASTEL, R. Op.cit. p.65-6.

<sup>128</sup>HARDT & NEGRI. Op.cit. p.138-139

escravos, que eram “mercadoria” extremamente valorizada, objeto de especulação, além do benefício auferido pela ausência de impostos. Traficantes inseriam-se na elite empresarial brasileira, localizavam-se principalmente no Rio de Janeiro e acumulavam imensa fortuna.<sup>129</sup>

HARDT & NEGRI sustentam que a escravidão negra foi abandonada não só por razões econômicas, mas fundamentalmente por razões políticas, devido à resistência dos escravos, o que representou, na época, um grande contrapoder.<sup>130</sup>

Tarefa primordial dos movimentos populares, passa, segundo DEL ROIO, pela desconstrução dos mitos e a refundação da história, para que possa ser construída e afirmada a identidade e a diferença dos povos sistematicamente postos em posição de subalternidade, valorizando suas lutas e formas de resistência.<sup>131</sup>

Na esteira de Del Roio, CARVALHO e ALMEIDA<sup>132</sup> sustentam ser papel da historiografia oficial impedir que se atrele qualquer transformação social à organização e pressão popular. As mobilizações populares teriam ocorrido ao longo de toda a trajetória histórica do Brasil, passando pela resistência dos negros e dos povos indígenas, as lutas pela Independência e pela República, revoltas populares contra as condições desumanas de vida, contra aumentos de preços, e muitas outras formas de luta e variada gama de reivindicações.<sup>133</sup>

---

<sup>129</sup>NAQUETE, Lenine. **Escravos & Magistrados no segundo reinado**. Brasília : Fundação Petrônio Portela, 1988.

<sup>130</sup>HARDT & NEGRI, op.cit. p.140

<sup>131</sup>DEL ROIO, op.cit. p.10-12

<sup>132</sup>CARVALHO, Maria do Carmo A. de Albuquerque; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Pequena história dos movimentos populares**. Revista de Cultura da Editora Vozes. São Paulo, 1991

<sup>133</sup> Compartilhando esta necessidade de resgatar as lutas populares brasileiras, resistindo às tentativas de apagá-las da memória e buscando maior elucidação dos dilemas atuais da sociedade brasileiras, Maria da Glória GOHN procurou mapear as ações coletivas empreendidas na História do Brasil em busca da conquista de direitos, contra injustiças sociais e a opressão. Tal empreitada visa capturar o que GOHN denomina o *avesso* da História oficial a partir dos atores da sociedade. Ver GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais. A Construção da cidadania dos Brasileiros**. 2.ed. São Paulo, Loyola, 2001

Não cabe neste trabalho resgatar a trajetória histórica das lutas brasileiras. Buscar-se-á recuperar lutas recentes, que tomam um rumo distinto a partir dos anos 70, a fim de que tal reflexão possa contribuir com o objetivo a que se propõe este trabalho.

### 2.3 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

PAOLI<sup>134</sup> delimita o cenário histórico no qual despontam os “novos movimentos sociais” na década de 70 no Brasil. Seria este um período de crises recorrentes, caracterizadas da seguinte forma: (a) em nível global: pessimismo com relação ao avanço tecnológico: de forma diversa do pensamento eufórico no séc. XIX (iluminismo) e início do séc. XX, agora vislumbra-se perigos iminentes à civilização planetária, e a descrença quanto à capacidade de resolução da problemática do desemprego, da miséria, violência; (b) em nível individual: o ser humano, a cada dia mais comprimido pelas necessidades materiais básicas, confinado a restritos espaços privados, tende a imobilizar-se e isolar-se; (c) em nível político: política perde a legitimidade, a dimensão participativa e coletiva; perde-se o sentido da cultura política.

Caracterizada a crise civilizatória, PAOLI passa a dissertar sobre dois movimentos sociais urbanos representativos na década de 1970, no Brasil, quais sejam: (a) lutas dos operários (b) os movimentos pela moradia. Quanto aos primeiros, travavam suas lutas no chão de fábrica, que se tornavam palco de assembleias democráticas, desafiando e resistindo ao poder patronal. Conquista considerável do movimento operário foi a constituição de representações autônomas, superando o sindicalismo oficial vigente desde a década de 30. Além disso, foram erigidos pilares na direção de uma nova concepção sobre os direitos dos trabalhadores.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup>PAOLI, M. C. op.cit. p.24

<sup>135</sup>Ibidem., p.31-2

Quanto aos movimentos de luta pela moradia, eles faziam parte grupos de moradores de bairros pobres, que exigiam – dentre outras reivindicações – melhores condições de moradia, saúde, educação, creches. Estes movimentos, que questionavam o poder público exigindo soluções para seus problemas, mostravam potencial de auto-organização e afirmação da identidade coletiva (localizavam-se como oprimidos), mobilizando-se de forma autônoma e eficaz. PAOLI adverte que movimentos sociais urbanos similares ao movimento da moradia ocorreram também na Europa, mas no Brasil o impacto foi maior devido à situação de extrema pobreza da população demandante.<sup>136</sup>

Ao abordar a década de 80, PAOLI<sup>137</sup> aponta vários outros movimentos expressivos que ocuparam o cenário político brasileiro, desempenhando papel relevante na transição política.<sup>138</sup> Dentre estes “novos movimentos sociais” a autora destaca o Movimento das Mulheres, o Movimento Negro, dos Índios e os movimentos rurais.

Quanto ao Movimento de Mulheres, foi reinventado na década de 70, pois tem origens remotas (embora pouco registrado); é considerado pela autora dos mais expressivos, dentre outros aspectos, por organizar-se internamente de forma não hierárquica, encaminhando sua autonomia (mantendo-se independentes do Estado e as instituições) e afirmando sua identidade mesmo confrontando com a tradicional situação do que PAOLI denomina “dupla subalternidade”: historicamente pública e simbólica. São bastante diversificados os espaços criados pelos movimentos das mulheres, bem como as formas de manifestação: desde a luta por creches, pelo direito ao trabalho – até os grupos de proteção à mulher contra a violência, conselhos voltados à condição feminina – dentre tantas outras formas de manifestação, criação e ocupação de espaços, inclusive no âmbito institucional.<sup>139</sup>

---

<sup>136</sup>Ibidem. p.30.

<sup>137</sup>Ibidem. p.31-42

<sup>138</sup>Passagem da ditadura militar para o regime democrático de governo.

<sup>139</sup>PAOLI, op.cit. p.37-39

SCHERER-WARREN<sup>140</sup> insere o feminismo no que denomina “movimento cultural”, fazendo uma distinção entre este e o movimento social: “Distingüo a noção de movimento cultural da de movimento social. Restrinjo o significado do último a grupos de luta organizados ou semi-organizados. Por movimento cultural, entendo um conjunto de valores difundidos além de grupos organizados, incluindo-se aí a noção de utopia”.<sup>141</sup> A autora vê no movimento feminista latino-americano um sentido que extrapola a pura reivindicação pontual por igualdade e/ou qualidade de vida, vislumbrando uma *outra* ordem societária que se instala a partir da inauguração de novas relações humanas sem distinção de gênero, raça ou qualquer outro tipo de dominação.

PAOLI,<sup>142</sup> ao abordar o Movimento Negro, ressalta a busca deste movimento por refundar a sua história, imprimindo nova identidade negra. Questiona a imagem de passividade atribuída historicamente aos negros, resgatando heróis e datas comemorativas, num esforço por reescrever a história, desta vez sob a ótica de um povo oprimido. Também há uma constante busca por valorizar e politizar suas formas de expressão cultural. Ao denunciar as diversas formas de discriminação, este movimento teria forçado uma reflexão a respeito do racismo como agente determinante da desigualdade social.

Na mesma esteira dos negros, os povos indígenas passaram a se organizar na luta pelo direito à preservação de sua cultura, buscando qualificar a sua identidade e sua diferença, articulando-se em torno da exigibilidade dos seus direitos. Desta forma, as nações indígenas resistiram ao veredicto de sua “inevitável” extinção resultante do imperativo da modernização.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup>SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos....** p. 29-30

<sup>141</sup>Ibidem. p.29 (nota de rodapé)

<sup>142</sup>PAOLI, op.cit. p.40-1

<sup>143</sup>Ibidem. p.41



Quanto aos movimentos rurais, SCHERER-WARREN<sup>144</sup> ressalta que as lutas pela terra são antigas, mas após a década de 1970, tais movimentos adquiriram contornos diferenciados, acompanhando – com suas especificidades, a dinâmica dos “novos movimentos sociais” urbanos, principalmente (a) nas formas de organização, não mais clientelista/paternalista ou centralizada: os novos movimentos do campo primam pela participação ampliada das bases, optam pela democracia direta, repudiam o autoritarismo e buscam uma organização descentralizada (b) e encaminhamento de suas lutas, que abarcam – além das demandas específicas – a exigibilidade dos direitos sociais e a busca pelo alargamento do espaço de cidadania, passando pela reinvenção das formas cotidianas de sociabilidade.

Algumas inovações nos “novos movimentos sociais camponeses, principalmente o Movimento Sem Terra e o Movimento das Barragens, seria a sociabilidade, calcada nas relações de solidariedade, cooperação, consciência política e a prática da democracia direta que se impõe no cotidiano, sob a forma de assembléias e divisão de tarefas (comissões de trabalho).<sup>145</sup>

SCHERER-WARREN explicita algumas condições para que se configure um “novo movimento social” do campo, como o reconhecimento coletivo do *direito*, e do *dever* de lutar por um direito. Isto pressupõe também o (subjetivo) reconhecimento da dignidade humana, o que impulsiona a formação de uma identidade social política. O desenvolvimento de uma sociabilidade política em torno de um projeto coletivo que justifique o empreendimento da luta constitui-se em outro pressuposto para que uma ação coletiva se delinieie como movimento social. Para tanto, a prática de reflexão coletiva, o desenvolvimento da capacidade crítica, do questionamento à ordem estabelecida, a distinção

---

<sup>144</sup>SCHERER-WARREN, op.cit.p, 65-7

<sup>145</sup>Ibidem. p.73

entre *legalidade* e *legitimidade* – e finalmente, os atos de desobediência civil, como por exemplo, a ocupação de terras. Finalmente, impõe-se aos novos movimentos sociais a urgência de se construir um projeto de transformação que não se reduza a reivindicações pontuais, mas abarque o anseio por construir uma sociedade justa.<sup>146</sup>

MELO<sup>147</sup> ao efetuar um estudo do MST, procura elementos que possam elucidar questões relativas à subjetividade que permeiam o cotidiano deste movimento. Destaca a *mística*, que exerce papel essencial. Esta, comportando uma série de acepções, pode ser compreendida – de forma simplificada – como elemento que, por meio do resgate e valorização do passado de lutas e a seqüente construção da utopia, desperta e consolida a esperança e certeza num novo mundo: justo e igualitário. Desta forma, motiva a cooperação e solidariedade entre todos, despertando o sentimento de pertença e impulsionando à luta para a concretização do sonho coletivo.

Ademar BOGO,<sup>148</sup> com as seguintes palavras introdutórias ao tema dos valores de uma prática militante, ajuda na compreensão do papel da mística nos movimentos populares:

Há momentos na história da humanidade que as saídas parecem obscuras, e o desânimo toma conta de determinados setores sociais, a fraqueza parece ser a lógica da sobrevivência e admitir a derrota é a única saída.

Mas, de repente, como se uma energia brotasse do chão, começa a contagiar as pessoas, e estas vão se levantando, se dando as mãos, entrelaçando os dedos, apertando-se, não querendo mais soltarem-se. Partem em busca de alguma vitória que os antepassados não conseguiram realizar.

Mas ficam estupefatos sem saber explicar, temendo pelo que poderá acontecer. Mas quem se apossar desta energia parece querer mais, não cansa, não sente dor, não vê limites, simplesmente porque entendeu que a morte, a injustiça, o desânimo, as derrotas, não são as últimas palavras da história.

Rapidamente vê renascer a altivez, a credibilidade, a confiança, a esperança, a cumplicidade, a motivação, a ternura, a alegria e as canções brotam dos lábios como cachoeiras, como se estivessem ali guardadas para saírem em pedaços, neste momento de encontro das mãos e dos sentimentos. Nasce, assim um, dois, milhares, milhões de lutadores do povo. Viverão

---

<sup>146</sup>Ibidem. p. 69

<sup>147</sup>MELO, Denise Mesquita. **Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000.** In: GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI.* Petrópolis, Vozes, 2003 p. 115-6

<sup>148</sup>Ademar Bogo é militante do Movimento Sem Terra. BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante.** São Paulo, Consulta Popular, 2000. Caderno n. 9 – p. 50

enquanto a energia dos verdadeiros valores fervilhar em cada coração. Desaparecendo o fervor, o lutador transforma-se de água corrente em bloco de gelo, impossibilitando qualquer iniciativa de surgimento de vida.

São os lutadores do povo, como disse o filósofo. Se o mundo fosse um coelho a maioria das pessoas estaria escondida entre os pêlos procurando um lugar seguro, rente ao couro, em busca do calor aconchegante para garantir uma vida tranqüila. Enquanto que, os lutadores estariam se arriscando, agarrados na ponta de cada pêlo, e de lá gritariam para que as pessoas não se acomodassem, pois há tanta coisa a fazer e a observar no universo. Por que ficar lá embaixo?

Evidencia-se, nas palavras acima, a mística como uma fonte geradora de energia que impulsiona os participantes dos movimentos populares – neste caso, o Movimento Sem Terra – a se manterem fortes e constituírem-se no maior movimento social brasileiro.

### 2.3.1 Participação popular nos anos 80 e 90, no Brasil

A década de 80 foi extremamente rica no tocante às experiências populares, no Brasil.

GOHN relaciona algumas principais manifestações político-sociais deste período<sup>149</sup>:

...A luta pelas Direta-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das Centrais Sindicais (CONCLAT, CGT, CUT, USIS, FORÇA SINDICAL), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (ANAMPOS, CONAM, PRÓ-CENTRAL), o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche etc., todos, em seu conjunto, revelavam a face de sujeito até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas. Os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil em novos parâmetros.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> Observa-se que nem todas estas mobilizações populares relacionadas podem ser consideradas “movimentos sociais”, mas tão somente “fenômenos coletivos de agregado”, se formos orientados pela concepção de BOBBIO, que traça um diferencial entre este tipo de fenômeno que se desagrega tão logo é eliminado o elemento de tensão – sem que se componha novas identidades – e os fenômenos coletivos de grupo, que compõem os próprios movimentos sociais. No entanto, as interpretações dos vários autores são diversas e compreendemos que e os fenômenos sociais não podem obedecer a um enquadramento rígido. Mesmo que tais mobilizações sejam dispersas findo o elemento de tensão, a sua insurgência pode ter desencadeado a formação e/ou fortalecimento de conexão entre as várias formas de organização, como demonstram HARDT & NEGRI quando tratam da categoria “multidão” que carece de uma identidade específica mas abriga múltiplas singularidades – o que será visto adiante.

<sup>150</sup> GOHN, M.G. **História dos movimentos ....** p.126

Nesta época, os “novos movimentos sociais” (urbanos e rurais) experimentaram uma nova fase. GOHN aponta como grande acontecimento deste período, a Constituição de 1988, que teria representado uma expressiva conquista. A participação de pessoas comuns no processo constituinte representou para esta autora, fato inédito e um marco que se irradiará na cultura política do novo século, cujas repercussões já se fazem notar. Nas suas palavras, “Muito mais que conquistas isoladas de bens, equipamentos urbanos, melhorias a qualidade de vida, o grande saldo foi a demarcação de espaços para a voz dos não governantes em questões que os governantes têm o poder de decidir. O grande saldo foi a construção de uma nova postura da sociedade civil, ainda que restrita, aos pequenos segmentos”.<sup>151</sup>

No entanto, após o processo constituinte, a maioria dos movimentos teria se desmobilizado. Várias são as razões apontadas por GOHN para isto, como (a) o recuo da Igreja Progressista FALAR SOBRE IGREJA PROGRESSISTA que apoiava substancialmente os movimentos, devido às novas orientações do Vaticano, de substituir a ação política nas comunidades e nos movimentos, pela evangelização; (b) muitas lideranças abandonaram os movimentos para buscar cargos políticos ou eletivos, oportunizados pela participação no processo Constituinte; (c) escasseamento de verbas provindas das organizações internacionais de apoio aos movimentos populares e às chamadas ONGs de base, fazendo com que somente aquelas mais capacitadas recebessem recursos. Como os movimentos refluíram, muitas destas ONGs passaram – ou a substituí-los ou a atuarem “sobre” tais movimentos, distanciando-se das populações pobres, dado o alto grau de qualificação dos seus assessores e a falta de habilidade em comunicar-se com a população simples, reproduzindo situações de dependência e passividade historicamente vigentes em nossa história nacional.<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup>GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1994, p.99

<sup>152</sup>Ibidem. p.103-4

Numa outra perspectiva, PAOLI<sup>153</sup> aborda a trajetória dos movimentos sociais no Brasil nos anos 1987-1993, e disserta sobre o dilema destes com relação ao rumo das ações desenvolvidas num novo quadro nacional que se esboçava: o regime democrático de governo. Havia a preocupação dos movimentos de preservar a sua autonomia e identidade, e dois caminhos se delineavam na década de 1980: (a) manterem-se afastados da participação direta na arena política, conservando-se a salvo de cooptações ou prejuízo na afirmação de sua identidade mas, ao mesmo tempo, *fechando-se* nestas identidades, prejudicando o processo democrático; (b) ingressarem nestes espaços democráticos, preservando sua identidade específica – mas correndo o risco de serem absorvidos nas instâncias clássicas de representação.

A campanha para participação popular no processo constituinte impulsionou a mobilização dos movimentos sociais nesta direção, interrompendo o debate sobre as suas formas e espaços de ação.<sup>154</sup> Tal campanha popular, que articulou diversos movimentos sociais, com diversidade de identidades, obteve êxitos expressivos, principalmente as 122 “emendas populares” reivindicando novos direitos, com mais de doze milhões de assinaturas. Tal investida, para PAOLI,<sup>155</sup> foi de suma importância, porque mudou os termos do debate dos movimentos sociais, fortalecendo a articulação da sociedade, apontando para novos papéis no tocante à democracia com a percepção de que fora um equívoco se posicionarem contra o Estado. Descobriu-se a pertinência da **articulação** entre a pluralidade dos movimentos, além da necessidade de buscar legalizar a legitimação da participação popular como uma **dimensão essencial da democracia**: quando a lei é elaborada coletivamente, passa a ser reconhecida e legitimada pelos cidadãos.

---

<sup>153</sup>PAOLI, op.cit. p. 42-44

<sup>154</sup>Denominada por Maria da Glória GOHN (**História dos movimentos....**) como *Movimento pela Constituinte*. p. 136

<sup>155</sup>PAOLI, op.cit. p. 44

No entanto, GOHN<sup>156</sup> assevera que, apesar da intensa mobilização de diferentes setores da sociedade civil, da política e movimentos populares, que garantiram vitórias e conquistas, as elites também se organizaram no processo constituinte – a exemplo dos agrários, que constituíram a UDR – União Democrática Ruralista – e conseguiram conter a o projeto de reforma agrária.

A maioria dos direitos anunciados pela Constituição Federal não foram regulamentados. Outros o foram, mas sob intensa correlação de forças, não tendo o resultado final atingido a totalidade dos objetivos propostos pelos estratos demandantes da sociedade civil.

A não regulamentação de muitos direitos conquistados na Carta Magna, que resultaram na não efetivação destes, gerou naqueles segmentos da sociedade civil que haviam empreendido grande esforço nesta tarefa, um sentimento de desencanto e perplexidade. Não houve a necessária pressão, logo após promulgada a Constituição, para que houvesse tal regulamentação. Fatos novos teriam contribuído para a desmobilização: (a) eleição direta para presidente – na qual concorria um representante da classe trabalhadora – acarretando um desvio de foco da regulamentação dos direitos assegurados pela Constituição Federal; e (b) a investida neoliberal, que tratava direitos sociais como “entraves burocráticos” ao desenvolvimento do país, agora em vias de modernização.<sup>157</sup> Tal situação de perplexidade, impotência e desencanto por parte dos segmentos envolvidos no Processo Constituinte, teria desencadeado uma fase de declínio nas ações dos movimentos sociais.<sup>158</sup>

Os 5 primeiros anos da década de 1990 representam o que GOHN denomina período de crise dos movimentos sociais *urbanos*, que enfrentaram um período de descrédito, e

---

<sup>156</sup>GOHN, M.G. **História dos ...** p.136-137

<sup>157</sup>Ver Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que trata a Constituição Federal como “retrocesso burocrático”.....ver o plano diretor.

<sup>158</sup>PAOLI, op.cit. p.44-6

passaram a ser vistos como “ultrapassados”. A queda do socialismo real em muito contribuiu para este posicionamento do qual compartilhavam diversos estudiosos. Ao mesmo tempo voltava à tona o debate interno dos movimentos urbanos sobre a pertinência ou não da participação destes no âmbito institucional, participação em conselhos, programas governamentais etc.<sup>159</sup>

GOHN assevera que os movimentos sociais sofreram transformações na década de 90, por meio de novos direcionamentos, como: questões éticas, pela valorização da vida, atenção às questões sociais. São exemplos de mobilizações que a autora aponta neste período: Criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Movimento pela Ética na Política, Movimento dos Caras-Pintadas, Movimentos Ecológicos, Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida, a criação da Central de Movimentos Populares.<sup>160</sup> Além destes, GOHN aponta com ênfase, a questão indígena, que adquiriu visibilidade, crescendo em termos qualitativos (maior organização) e quantitativo; também, os movimentos dos funcionários públicos (principalmente nas áreas de educação e saúde), mulheres, homossexuais – estes dois últimos tidos pela autora como novidade histórica numa sociedade tradicionalmente machista.

### **2.3.2 Dinâmica relacional entre Organizações Não-Governamentais, Estado e Movimentos Sociais**

GOHN aponta como fato importante a imprimir uma nova dinâmica aos movimentos, a expansão das ONGs (com redefinições de atividades) e do que ela denomina “outras organizações do Terceiro Setor” que assumem tarefas sociais que eram do Estado, tomando para si responsabilidades novas, como a gestão de fundos públicos, para serem gastos em

---

<sup>159</sup>GOHN, Maria da Glória. **O movimento social brasileiro de 90 para cá.** Da crise à retomada. *In* Cepat Informa, n. 100, agosto de 2002, p.6-11.

projetos e programas pontuais. Algumas ONGs que apoiavam os movimentos fecharam as portas e outras passam a outras áreas de atuação; muitas passaram a constituir-se como “parceiras” do poder público para executar políticas sociais. Inclusive, muitos movimentos passaram a atuar com as antigas ONGs que os apoiava, redefinindo suas ações. Tudo isso gerou o que GOHN denomina “desorganização” nos movimentos sociais, que se viram divididos entre dicotomias resultantes das novas atribuições preconizadas pelos idealizadores do Terceiro Setor: *ser propositivo* e não *reivindicativo*; *arregimentar* a população para participar de programas e projetos sociais elaborados de forma vertical, sem a participação popular, e não mais *mobilizar*. O *ativista* toma o lugar do *militante*: ele visa atender uma parcela *restrita* da população sem questionar as causas das seqüelas sociais.<sup>161</sup>

Na concepção de MONTAÑO, esta nova modalidade de ação pontual, que ele denomina “imediatista” e “alienada” da sociedade civil, cumpre exatamente com os anseios acalentados pelo ideário neoliberal: “O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da ‘preocupação’ e ‘ocupação’ (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto) respostas imediatas às necessidades localizadas.”<sup>162</sup> É desta forma que MONTAÑO elucida alguns motivos pelos quais se verificou o refluxo dos movimentos sociais na década de 90, “coincidentemente” com o advento do “Terceiro Setor” e a proeminência das denominadas ONGs do Terceiro Setor.

Não obstante a investida do capital, apontada por Montañó, para retirar do raio de visão as contradições, tensões, a origem e essência dos problemas sociais, mobilizando a sociedade civil para atuar sob as seqüelas da questão social, muitas ONGs brasileiras

---

<sup>160</sup> GOHN, M.G. **História dos movimentos...** P.144-152

<sup>161</sup> GOHN, M.G. **O movimento social...** p.6-11

<sup>162</sup> MONTAÑO, C. Op.cit. p. 260



tomaram um rumo distinto, ou resistiram e mantiveram-se fiéis aos propósitos de apoio aos movimentos sociais combativos.

Já na década de 80, observa-se o empenho de muitas destas organizações na constituição de *redes* de ONGs, organizações e movimentos sociais em nível mundial, buscando construir e consolidar novas identidades coletivas, calcadas em valores diferenciados, coerentes com um imaginário social de paz, democracia, não-violência, enfim: uma perspectiva de transformação social.<sup>163</sup>

O advento do Fórum Social Mundial com a maciça participação das ONGs, é exemplo emblemático do papel articulador desempenhado por estas organizações nos movimentos em nível global, que despontam no final do séc. XX. É desta forma que se torna imperativo não homogeneizar as ONGs, julgando que todas funcionam a serviço do capital. KLEIN ressalta a “explosão” destas organizações, ocorrida desde 1992, tendo como marco a “Eco 92” realizada no Rio de Janeiro. No mundo inteiro, as ONGs têm articulado movimentos anticorporação, acomodando diferentes estilos, formas de comunicação e manifestação.<sup>164</sup>

Na reflexão de NEGRI & HARDT, as maiores armas de que dispõe o Império para exercer seu domínio são: (a) armas de intervenção letal; (b) armas de intervenção jurídica e (c) armas de intervenção moral. Esta última é a que prepara o “palco” para a intervenção militar. Algumas ONGs, portanto, exerceriam um papel fundamental como contrapoder imperial ao deter armas de intervenção moral, o que os autores expressam nos seguintes termos:

“... por não serem administradas diretamente por governos, entende-se que [as ONGs] agem a partir de imperativos éticos ou moral. O termo se refere a uma ampla variedade de grupos,

---

<sup>163</sup>CHERER-WARREN, **Redes de movimentos....**, P.118-9.

<sup>164</sup>KLEIN, N. op.cit. p.483

mas aqui nos referimos principalmente às organizações globais, regionais e locais dedicadas a obra de socorro e à proteção de direitos humanos, como Anistia Internacional, Oxfam, e Médicos sem Fronteiras. As ONGs humanitárias são de fato (ainda que isso vá de encontro às intenções dos participantes) as mais poderosas armas de paz da nova ordem mundial – as campanhas de caridade e ordens mendicantes do Império. Essas ONGs movem ‘guerras justas’, sem armas, sem violência, sem fronteiras. Como os dominicanos do fim do período medieval e os jesuítas na alvorada da modernidade, esses grupos lutam para identificar necessidades universais e defender direitos humanos. Por meio de sua linguagem e de sua ação, eles primeiro definem o inimigo como privação (na esperança de impedir graves perdas) e depois reconhecem o inimigo como pecado.<sup>165</sup>

Depois de uma década de mudanças, de intensa correlação de forças e reestruturação das lutas sociais, desponta-se no início do novo milênio uma nova fase ou uma nova forma de manifestação dos movimentos sociais. Evidencia-se ações articuladas, em âmbito global. Para esta análise, será necessária uma breve visita a países como México, Estados Unidos e Itália, porque se está diante de um movimento “globalizado”, que pode ser denominado “movimento dos movimentos”, “redes de movimentos sociais”, “movimento antiglobalização” ou outras que caracterizem uma confluência global de lutas, no milênio que se inicia. A categoria “multidão” também se pronuncia para designar os sujeitos destas ações coletivas.

## **2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS NA GLOBALIZAÇÃO**

SCHERER-WARREN detecta para os anos 90, algumas tendências principais de estudos científicos acerca dos movimentos sociais latino-americanos: se nos períodos antecedentes passou-se da macroanálise do social, com ênfase na luta de classes, para a microanálise, privilegiando o cotidiano, nos anos 90 busca-se redefinições e tenta-se uma articulação entre as duas dimensões, ou os nexos que unem o local e o global: o comunitário e o supranacional. A relativa rigidez da análise cede lugar à percepção de que a realidade é complexa e

---

<sup>165</sup>NEGRI & HARDT, op.cit. p.54-56

comporta vários aspectos e múltiplas dimensões. E, principalmente, o raio de visão se desloca para as práticas políticas articulatórias entre os movimentos e seus mediadores: as redes de movimentos. A autora cita, no Brasil, a ocorrência de Fóruns de ONGs para a Eco-92, bem como vários fóruns temáticos que desenvolveram atividades interligadas na década de 90.<sup>166</sup>

Como características principais do que ela denomina “Redes de Movimentos”, a se formarem no Brasil, SCHERER-WARREN aponta quatro. A primeira se refere à **articulação de atores e movimentos sociais e culturais**, que pode se dar sob a forma de fóruns, em torno de demandas específicas comuns para a pressão institucional conjunta, dentre uma infinidade de articulações. A **transnacionalidade** é outra característica apontada, com ocorrência principalmente sob a forma da cooperação internacional. A autora cita como exemplo a relação entre ONGs locais que recebem recursos das ONGs internacionais e passam a atuar em parceria, discutindo prioridades e estratégias comuns, além de socializar informações, demandas e lutas, que podem se relacionar a direitos humanos, questões ambientais, dentre outros – consolidando vínculos supranacionais. A terceira característica das “redes de movimentos” é o **pluralismo organizacional e ideológico**, que permite aos sujeitos transitarem em várias organizações ou movimentos, independente de simpatias partidárias ou ideológicas, apenas com a exigência de estarem imbuídos de uma postura ética comum. Finalmente, as “redes de movimentos” atuam sobretudo exercendo pressão nos **campos cultural e político**. Nisto reside uma inovação referente aos períodos que antecedem a década de 90, que buscavam prioritariamente a redefinição dos espaços de cidadania. A ênfase recai na questão da liberdade, sobrevivência com dignidade, direito à diferença, democracia, paz, preservação ambiental, o relevo nos princípios éticos universalizantes, compromisso com as gerações futuras.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup>SCHERER-WARREN. **Redes de movimentos...** p.20-25

<sup>167</sup>Ibidem, p.119-123.

Destaca-se o papel decisivo das ONGs como mediadoras dos movimentos sociais em nível local e global, sendo aquelas que “tecem” as redes conectando experiências e demandas, socializando informações, dando visibilidade internacional às violações cometidas contra os direitos humanos e ambientais.

Na mesma perspectiva, GOHN<sup>168</sup> observa que os movimentos sociais surgidos no final do séc. XX e início do séc. XXI, são muito diferentes daqueles que os antecederam. Estes movimentos são articulados em rede, em nível global. As ações contestam os efeitos da globalização sobre os povos e o meio ambiente, que se manifestam sob a forma de exclusão social e degradação da natureza. O “movimento antiglobalização”<sup>169</sup> tem caráter contestatório e propositivo: encaminha atos de desobediência civil, geralmente sem fazer uso de violência, e propõe uma globalização pautada na solidariedade, no respeito à diversidade cultural, na preservação do meio ambiente, no repúdio à supremacia do mercado.

Este tipo de movimento global teve como precursor o Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, mas foi em 1999, em Seattle, que houve repercussão da mídia e, segundo NEGRI, uma “recomposição do ciclo de lutas”.<sup>170</sup>

#### **2.4.1 O poder da Multidão: Uma análise de Hardt & Negri**

NEGRI & HARDT afirmam – na esteira de Gohn e Sherer-Warren, que se trata de uma forma de luta distinta das anteriores. No entanto, estes autores apontam novos elementos de análise, compatíveis com o contexto do Império – como transcrito a seguir:

---

<sup>168</sup>GOHN, M.G. **Movimentos sociais ...** P. 34

<sup>169</sup>Há uma série de definições para estes movimentos globais. Assim como SCHERER-WARREN apresenta-os como “redes de movimentos sociais”, GOHN denomina-os como “movimento antiglobalização” – da mesma forma a mídia global, sendo a categoria mais conhecida. Adiante veremos que NEGRI & HARDT negam esta denominação, preferindo a categoria “movimento dos movimentos”.

<sup>170</sup>NEGRI, Antônio. **O Império de Antonio Negri** – Entrevista com Negri. Cepat Informa, Curitiba, n. 75, agosto de 2001, p.47

Primeiro, cada luta, por intermédio de condições locais firmemente arraigadas, salta imediatamente para o nível global e ataca a constituição imperial em sua generalidade. Segundo, todas as lutas eliminam a distinção tradicional entre conflitos econômicos e políticos. As lutas são ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais – e, por consequência, são lutas biopolíticas, valendo para decidir a forma da vida. São lutas constituintes, que criam novos espaços públicos e novas formas de comunidade.<sup>171</sup>

Após apresentar as características destas nova lutas – que ficarão mais claras adiante, quando se discorrer sobre os elementos principais desta caracterização – os autores apontam também os obstáculos que a elas se impõem, e as soluções que se deve buscar. O primeiro deles é a falta de clareza para reconhecer o inimigo comum: no caso, o **Império**, o regime específico de relações globais. Isto significa que não é a globalização, em si, o inimigo que se deva combater. A globalização, apesar da perversidade com que se manifesta, constitui a realização dos anseios das lutas do século XIX, sob a forma do internacionalismo operário. A própria multidão teria exigido o surgimento do internacionalismo, da globalização e o Império teria sido uma resposta às lutas.<sup>172</sup> Neste regime, as formas de exploração são ainda mais brutais do que nos sistemas anteriores (colonialismo e imperialismo) e as desigualdades que foram estabelecidas são intoleráveis. No entanto, NEGRI & HARDT afirmam que o Império, mesmo assim, é um passo à frente. Ali residem as maiores possibilidades de libertação. *O nível extremado de exploração está diretamente na mesma proporção do potencial de revolução.* Por isso trata-se de um equívoco alimentar sentimentos nostálgicos com relação ao “falecido” Estado-Nação ou pretender proteger o espaço local das interferências globais (nacionalismo e localismo).<sup>173</sup> “Trabalhadores do mundo, uni-vos! – não com base em identidades nacionais, mas diretamente apoiados nas necessidades e nos desejos comuns, sem levar em conta fronteiras e limites.”<sup>174</sup>

---

<sup>171</sup>NEGRI & HARDT, op.cit. p.75

<sup>172</sup>Ibidem, p.62

<sup>173</sup>Ibidem, p. 62-63

<sup>174</sup>Ibidem, p.68

Um segundo obstáculo se refere à precariedade na comunicação. Nas palavras de NEGRI & HARDT,

...não há uma linguagem comum de lutas que possa ‘traduzir’ a expressão particular de cada uma numa língua cosmopolita. Conflitos em outras partes do mundo e mesmo os nossos parecem escritos numa algaravia estrangeira incompreensível. Este fator também aponta para um importante desafio político: construir uma nova linguagem comum que facilite a comunicação, como os idiomas do internacionalismo antiimperialista e proletário fizeram pelas batalhas de épocas anteriores. Talvez seja necessário um novo tipo de comunicação que funcione não com base em semelhanças mas nas diferenças: uma comunicação de singularidades.<sup>175</sup>

Este segundo (aparente) obstáculo na verdade se constitui numa “força” na concepção de NEGRI & HARDT. É o que explica a primeira característica apontada na caracterização anterior, dos novos movimentos sociais – qual seja: lutas que atingem diretamente o nível global, atacando a constituição imperial. O fato das lutas ressentirem da ausência de comunicabilidade<sup>176</sup> torna-se uma força: como estas são circunscritas, não conseguem compor ciclos – além de terem um caráter local, são obrigadas a agir de forma vertical, alcançando o nível global.<sup>177</sup>

Mesmo diante das transformações substanciais no mundo do trabalho, quando se ressentem de um valor comum capaz de medi-lo e a exploração passa a ocorrer em todos os níveis, HARDT e NEGRI<sup>178</sup> advertem que a produção de riqueza prossegue ininterruptamente. Riqueza esta, sobretudo *imaterial*, incomensurável, porque “o valor será determinado pela contínua inovação e criação da humanidade por ela mesma”<sup>179</sup>. A dimensão política no contexto do Império constitui um campo imanente, ela não pode se dar de fora

---

<sup>175</sup>Ibidem, p.76

<sup>176</sup>O que toma a forma de um paradoxo, na visão de Hardt e Negri: lutas são expostas na mídia, internet e outros meios de comunicação, mas não encontram meios de uma comunicação mais próxima. A obra “Império” foi escrita antes que se realizasse o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que consistiu numa articulação de lutas.

<sup>177</sup>HARDT & NEGRI. Op.cit. p.76

<sup>178</sup>Ibidem, p.376

para dentro, não pode ter caráter transcendental. Por isso é ontológica. Neste “tecido ontológico” todas as relações de poder (políticas, econômicas, sociais, pessoais) estão conectadas, estão fora de medida: “...a contínua inovação e criação da humanidade por ela mesma”<sup>180</sup>. Da mesma forma, a construção do valor, no Império está *além da medida*, ou seja: refere-se à “... vitalidade do contexto produtivo, à expressão do trabalho como desejo, e à sua capacidade de construir o tecido biopolítico do Império de baixo para cima. Além da medida se refere ao *novo lugar no não lugar*, o lugar definido pela atividade produtiva que é autônoma em relação a qualquer regime externo de medida...”<sup>181</sup>. O poder virtual da multidão se relaciona ao agir: “... ser, amar, transformar, criar” – Este “criar” é que permitirá ultrapassar o virtual e tocar no real: “O trabalho que abriu as jaulas da disciplina econômica, social e política, e ultrapassou todas as dimensões reguladoras do capitalismo moderno, juntamente com sua forma estatal, agora aparece como atividade social geral. (...)”<sup>182</sup>. Se o poder virtual da multidão constitui-se no agir, NEGRI & HARDT concluem que

... O trabalho aparece simplesmente como o *poder de agir*, que é ao mesmo tempo singular e universal: singular na medida em que o trabalho tornou-se o domínio exclusivo do cérebro e do corpo da multidão; e universal na medida em que o desejo que a multidão expressa no movimento do virtual para o possível é constantemente constituído como *uma coisa de todos*. Só quando se forma o que é comum pode ocorrer a produção, e pode a produtividade geral subir. (...) o poder de agir é constituído por trabalho, inteligência, paixão e afeto num lugar de todos.

Esta noção de trabalho como o poder comum de agir está em relação contemporânea, co-extensiva e dinâmica com a construção da comunidade. Esta relação é recíproca, de tal modo que de um lado os poderes singulares do trabalho continuamente criam novas construções comuns e, de outro, o que é comum se torna singularizado. Podemos, portanto, definir o poder virtual do trabalho como um poder de autovalorização que excede a si própria, derrama-se sobre o outro e, por meio deste investimento, constitui uma comunalidade expansiva. As ações comuns de trabalho, inteligência, paixão e afeto configuram um *poder constituinte*<sup>183</sup>

---

<sup>179</sup>Ibidem, p.378

<sup>180</sup>Ibidem, p. 378

<sup>181</sup>Ibidem, p. 379

<sup>182</sup>Id.

<sup>183</sup>Ibidem, p. 380

Concernente à categoria “multidão”, HARDT & NEGRI diferenciam-na de “povo”. O segundo está diretamente relacionado à concepção de “Estado-Nação”. O povo é “homogêneo”, orientado para objetivos comuns. A multidão, ao contrário, é diversa, composta por múltiplas diferenças. Multidão é poder constituinte enquanto povo é poder constituído. A multidão, ao longo da História, tem forçado mudanças, têm desencadeado as grandes revoluções. Após estas revoluções e consolidado um “Estado Nação”, a primeira providência deste é transformar multidão em povo, ou seja: extrair-lhe a diversidade, a multiplicidade e impingir-lhe a homogeneização, a identidade para que possam ser facilmente administradas. No contexto do Império, quando se dissolve a figura do Estado-Nação, a multidão torna-se incapaz de ser conformada em “povo”. Por isso, HARDT & NEGRI advertem sobre a necessidade de renunciar à ânsia de imaginar uma comunidade tal como uma nação, o que empobrece sobremaneira a noção de comunidade.<sup>184</sup> É com as seguintes palavras que HARDT e NEGRI definem multidão<sup>185</sup>:

“É uma multiplicidade, um plano de singularidades, um conjunto aberto de relações, que não é nem homogênea nem idêntica a si mesma, e mantém uma relação indistinta e inclusiva com os que estão fora dela. Em contraste, o povo tende à identidade e homogeneidade internamente, ao mesmo tempo que estabelece suas diferenças em relação ao que está fora e excluído. Enquanto a multidão é uma relação constituinte inconclusiva, o povo é uma síntese constituída e preparada para a soberania. O povo oferece uma vontade e uma ação únicas, independentes das diversas vontades e ações da multidão, e geralmente em conflito com elas. Toda nação precisa fazer da multidão um povo.”<sup>186</sup>

Acredita-se que agora se torna possível maior entendimento acerca dos elementos de análise que HARDT & NEGRI apontam ao definir o novo teor dos movimentos sociais no contexto do Império. Procurar-se-á ampliar tal compreensão a partir da abordagem de

---

<sup>184</sup>Ibidem, p. 124

<sup>185</sup>Ver no Boletim Cepat Informa, Curitiba, n.89, o debate acerca desta controvertida idéia de “multidão”, tida por alguns como “romantismo social” ou “formas reacionárias de comunidade”.

<sup>186</sup>Ibidem, p. 120



algumas lutas em nível mundial, ocorridas no final do século passado e neste início de milênio.

#### **2.4.2 Chiapas, Seattle, Porto Alegre, Gênova (REVER A ORDEM)**

Chiapas é um Estado mexicano com grandes riquezas naturais e um enorme potencial de desenvolvimento. No entanto, convive com a pobreza extrema, cujas vítimas são, principalmente, os povos indígenas. O Exército Zapatista de Libertação Nacional foi fundado em 1983, contando inicialmente, com um grupo de 10 pessoas. O grupo viveu nas montanhas (Selva Lacadona) no período entre 1983 e 1985. Em 1985, os guerrilheiros saíram do isolamento e passaram a travar contato com as comunidades indígenas, ao redor das cidades, quando estabeleceram um acordo de ajuda mútua, incorporando novos guerrilheiros e ajudando-se reciprocamente. Em 1990 já eram milhares de guerrilheiros, que mantinham estreitos vínculos com os povoados indígenas, inclusive trabalhando juntos nas terras comunitárias, com esportes, recreação para as crianças e outras atividades.<sup>187</sup>

1º de janeiro de 1994 foi o dia escolhido pelos zapatistas para eclodirem na investida contra a globalização e pela causa dos povos indígenas. Era a data de entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), entre México, Estados Unidos e Canadá. O subcomandante Marcos, figura mítica, que conserva o rosto encoberto pelo que se denomina “passamontanha” – seguido de outros integrantes do movimento – foi, segundo RAMONET,<sup>188</sup> “o primeiro que tentou teorizar a respeito dos vínculos estreitos entre a globalização e a marginalização dos pobres do hemisfério Sul. KLEIN ressalta que a estratégia inovadora dos zapatistas consiste em mostrar ao mundo que os problemas dos índios no México não é local, não é uma questão puramente étnica, mas sim um problema

---

<sup>187</sup>Segundo Emilio Gennari, Dos cerca de 3 milhões de habitantes, mais de um milhão são indígenas.

global, cujo inimigo comum denomina-se “neoliberalismo”. Nas palavras de KLEIN,<sup>189</sup> “os zapatistas insistiram que a pobreza e o desespero em Chiapas eram simplesmente uma versão mais avançada de algo que estava acontecendo em todo o mundo, e que começou com os primeiros atos de colonialismo. Os 500 anos de domínio dão aos povos indígenas de Chiapas a posição de vanguarda política agora”.

Enrique DUSSEL, na *Ética da Libertação*, ilumina a presente reflexão acerca dos movimentos sociais do séc. XXI, sobretudo quando se trata das comunidades de vítimas (no caso, os indígenas) caracterizadas pelo pensamento ocidental como “outros”, como “diferentes” ou simplesmente “pobres” e por isso, “inferiores”. Vítimas, para este autor, são todos aqueles que foram e são impossibilitados de participar da comunidade de comunicação, mas são afetados diretamente pelas decisões das quais eles não tomaram parte. São aqueles que se vêem impossibilitados de *produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade*. Estão em condição desfavorável e precisam, além de promover a aceitação de si enquanto “outros”, valorizando a própria cultura e afirmando sua identidade, lançar uma interpelação às outras vítimas e também, aos integrantes de outros estratos do sistema, que saibam escutar, e assumam um posicionamento de co- responsabilidade.<sup>190</sup>

O trecho do discurso de uma integrante feminina do EZLN, denota um reconhecimento de si mesma como integrante de uma comunidade de vítimas. Explorada, encoberta, não inserida na comunidade de comunicação – mas de não menos valor. É a afirmação do próprio ser valioso, afirmação da própria cultura:

Queremos nos libertar da escravidão à qual nos submete o poderoso, mas não para tornarmos iguais a ele, ou seja, bobos e perversos. Queremos viver no presente e construir um futuro

---

<sup>188</sup>RAMONET, Ignácio. *Da selva de Lancadona para o mundo*. Curitiba, CEPAT Informa, n. 71, 2001, p. 15

<sup>189</sup>KLEIN, N. Op.cit. p. 478-9

<sup>190</sup>DUSSEL, E. Op.cit. p. 417.

com todos. O que não queremos é deixar de ser indígenas. Temos orgulho de sê-lo. Orgulho de nossa língua. Orgulho de nossa cultura. Orgulho de nossa roupa. Orgulho de nossas lutas como mulheres, como indígenas e como pobres. Orgulho de nossa forma de governar e governar-nos. Orgulho de nossa maneira de trabalhar. Orgulho, por fim, de ser da cor da terra. Nós, que somos da cor da terra mexicana, queremos a autonomia indígena e vamos consegui-la.<sup>191</sup>

Quando questionado sobre a possibilidade de retirar o capuz, em entrevista realizada por ocasião da marcha dos zapatistas à cidade do México, pelo reconhecimento da cultura e autonomia dos povos indígenas em março de 2001, o Subcomandante Marcos respondeu:

O que é certo é que queremos nos desembaraçar o mais rápido possível do capuz e das armas. Porque queremos fazer política com o rosto descoberto. Mas não tiraremos o capuz em troca de simples promessas. Os direitos dos índios devem ser reconhecidos (...) se tudo se passar como queremos e os direitos dos índios forem reconhecidos, Marcos deixará de ser o subcomandante, o líder ou o mito. Será compreendido, então, que a principal arma do EZLN não terá sido o fuzil, mas a voz, as palavras. E quando a poeira levantada por nossa insurreição se assentar novamente, as pessoas vão descobrir uma verdade fundamental: em toda essa luta, essa resistência e essa reflexão, Marcos terá sido apenas um combatente a mais. É por isso que digo sempre: se você quer saber quem é Marcos, quem se esconde por trás de seu capuz, pegue um espelho e mire-se, a fisionomia que você descobrir é a de Marcos. Pois somos todos Marcos.<sup>192</sup>

Naomi KLEIN disserta sobre a forma não hierárquica e como o denominado “movimento global anticorporação”<sup>193</sup> se organiza, e a não existência da figura tradicional de líderes. Ao tentar detectar possíveis líderes existentes, adverte que o subcomandante Marcos é a figura que mais se aproxima desta categoria. No entanto, Marcos cobre seu rosto com uma máscara e esconde sua identidade, envolta em mistério, convidando os “curiosos” a descobrirem a si mesmos como Marcos. Desta forma, Marcos pode ser negro, branco,

---

<sup>191</sup>GENARI, E.

<sup>192</sup>RAMONET, Ignácio op. Cit. p.18-9

<sup>193</sup>Na obra “Sem Logo”, Klein enfatiza a resistência empreendida contra as grandes corporações no que se refere às marcas e logotipos famosos, que sob a máscara de estilo, conceito ou sonho, ocultam as terríveis formas de exploração do trabalho que acontecem principalmente nas fábricas terceirizadas dos países asiáticos, onde não há direitos trabalhistas. Nas suas palavras: “...quanto mais pessoas descobrirem os segredos das grifes da teia logo mundial, a revolta estimulará o próximo grande movimento político, uma grande onda de oposição

homossexual, índio, judeu... procedente do Hemisfério Norte ou Sul... “(...) ele é simplesmente nós: somos o líder que estamos procurando.”<sup>194</sup>

A exigência dos povos indígenas de participarem da comunidade de comunicação evidencia-se nas palavras de Marcos. DUSSEL<sup>195</sup> adverte que os acordos têm excluído os afetados. Os índios zapatistas exigem o direito de serem vistos, de participar, pronunciar um novo discurso como sujeitos de direitos. Nesta perspectiva, desde que os movimentos do séc. XXI passaram a se pronunciar em escala global, nunca mais os “dirigentes do mundo” puderam se reunir tranquilamente para decidir sobre o destino do planeta.

Em janeiro de 2003 foram criados os “caracóis” ou municípios zapatistas autônomos, organizados a partir dos seguintes pontos:

1. Respeito recíproco à autonomia e à independência das organizações sociais com as quais se estabelece uma relação;
2. O esforço para promover formas de autogestão e autogoverno em todo o México, de acordo com as peculiaridades de cada movimento;
3. O estímulo à rebeldia e à resistência civil e pacífica diante das disposições do mau governo e dos partidos políticos;
4. A solidariedade total e incondicional com quem vier a sofrer agressões
5. A formação de redes de comércio e de consumo de produtos básicos, dando preferência ao setor informal e ao pequeno e médio comércio;
6. A defesa da soberania nacional e a oposição frontal ao processo de privatização do setor elétrico, do petróleo e dos demais recursos.
7. A construção de uma rede de informação e de cultura.<sup>196</sup>

Evidencia-se nestes pontos referidos, novas características marcantes dos movimentos sociais do séc. XXI, quais sejam: a ampla utilização dos recursos tecnológicos e de informação, articulação em redes, a democracia direta como forma de existência social

---

dirigida contra corporações transnacionais, particularmente aquelas com marcas muito conhecidas.” (KLEIN, N. op.cit. p. 20)

<sup>194</sup>KLEIN, N. op.cit. p.477

<sup>195</sup>DUSSEL, E. op.cit. p.203-218

<sup>196</sup>Disponível em sites: <http://www.ezln.org/> - <http://www.chiapas.hpg.com.br> - ou por contato com o jornalista Emilio Gennari, que quando solicitado, envia semanalmente informações sobre o movimento: [emiliogennari@osite.com.br](mailto:emiliogennari@osite.com.br)

coletiva, contestação e repúdio à economia de mercado. KLEIN<sup>197</sup> ressalta a habilidade estratégica dos zapatistas, ao articularem-se com ativistas de todo o mundo, fortalecendo de tal maneira os vínculos, de forma a se tornar difícil conter sua luta.

Tendo dissertado de forma sucinta sobre o Movimento dos Índios Zapatistas, descendentes dos povos maias, passa-se à outra importante manifestação do que se denominou “movimento dos movimentos” ou “movimento antiglobalização”.

Em Seattle, Estados Unidos, ocorreu em 1999, durante a III Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), uma mobilização de 100 mil manifestantes, que foram às ruas protestar contra a globalização econômica. Tal evento inaugurou a visibilidade destes novos movimentos na mídia, que os denominou “ativistas antiglobalização”, dando ênfase às formas exóticas de manifestação e – de maneira geral – obscurecendo o teor das reivindicações.<sup>198</sup>

Fracassada a Conferência da OMC e vitorioso o denominado “Povo de Seattle”<sup>199</sup> iniciou-se um ciclo de mobilizações, que ocorreram em vários outros países, dentre eles Buenos Aires, Quebec, Gotemburgo, Salzburgo, Gênova, Porto Alegre. O movimento sempre compunha sua agenda a partir dos grandes encontros econômicos, onde se reuniam as lideranças que decidiam os destinos do mundo.

Para CASTELLS,<sup>200</sup> o movimento antiglobalização é marcado pela diversidade étnica, cultural, religiosa: uma multiplicidade de proposições, protestos e reivindicações, como por exemplo: a distribuição justa das riquezas entre os povos, defesa do planeta, a universalidade dos direitos humanos, o fim do capitalismo. Ressalte-se a afirmação de

---

<sup>197</sup>KLEIN, N. *op.cit.* p. 483

<sup>198</sup>GOHN, *op.cit.*, 2003, p. 33-8.

<sup>199</sup>“Povo de Seattle” é como Giuseppe Cocco denomina os manifestantes de Seattle na obra **As multidões e o Império**. Rio de Janeiro, DP & A, 2002 p. 09

<sup>200</sup>CASTELLS, Manuel. **Globalização e antiglobalização**. Curitiba, Cepat Informa n. 75, agosto de 2001, p. 30-34

identidades, vínculos com a tradição anarquista, a ausência de “generais” ou “soldados”. A ânsia pela refundação da **democracia** se faz marcante: a democracia representativa, da forma como é encaminhada em âmbito global, já não é suficiente, na concepção deste movimento.

Para COCCO<sup>201</sup> tais manifestações compõem o “movimento dos movimentos” : “um ciclo de lutas cujo ator é um movimento *múltiplo*, (feito de muitos movimentos), *globalizado* (feito de fluxos de mobilização internacional) e *constituente (...)*” NEGRI e HARDT,<sup>202</sup> recusam a denominação “movimento antiglobalização” porque os manifestantes não são contra a globalização em si, mas sim contra a forma como ela tem sido conduzida. Nas palavras destes autores, “(...) os próprios protestos se tornaram movimentos globais, e um de seus objetivos mais claros é a democratização dos processos globalizadores. Não deve ser chamado de movimento antiglobalização. Trata-se de movimento alternativo de globalização, que quer eliminar desigualdades entre ricos e pobres e expandir as possibilidades de autodeterminação.” NEGRI & HARDT caracterizam este movimento:

(...)o movimento age no terreno global, os seus tempos e as suas lutas se definem na globalização. Ele é nômade, a sua estratégia é a do êxodo das prisões nacionais, é uma enorme serpente que coliga em seu movimento, confunde e transforma, os espaços e os tempos da Terra. Reconhece o Sul no Norte e o tempo da revolução dentro das metamorfoses do modo de produção. Este movimento é hegemônico: podemos encontrá-lo sem contradições na Europa Central, em meio às florestas de Chiapas, nos Estados Unidos, nos desertos e nas megalópoles africanas; nas revoltas dos estudantes da Indonésia e no aumento de uma resistência indignada na intelectualidade russa...<sup>203</sup>

Acusados de serem protestos dispersos, desorganizados, sem estrutura e foco definido, KLEIN<sup>204</sup> assevera que o “movimento dos movimentos” aglutina movimentos menores que – apesar da diversidade de alvos, de protestos ou procedências – têm o neoliberalismo como

---

<sup>201</sup>COCCO, op.cit. p.09

<sup>202</sup>NEGRI & HARDT. **O que querem os manifestantes em Gênova?** Curitiba, Cepat Informa, n. 75, agosto de 2001, p.20

<sup>203</sup>COCCO, op.cit. p.103

inimigo comum. A autora observa também que há um consenso crescente que permeia todos estes movimentos menores: a prática da democracia participativa no nível local.

O “locus” brasileiro do “Movimento dos Movimentos” ou – como querem outros – o “Movimento Antiglobalização” ocorre em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial (FSM). Após três edições seguidas no Brasil, em 2004 o FSM se realizou na Índia, e retornará a Porto Alegre em 2005. A proposta surgiu a partir das mobilizações na Europa, contra o Acordo Multilateral de Investimento (AMI) em 1998, das manifestações de Seattle, em 1999, e contra as políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Contrapõe-se ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça, que ocorre sempre simultaneamente e tem como objetivo determinar a forma como a economia global será conduzida.<sup>205</sup>

É marcante a composição heterogênea dos participantes e organizadores do Fórum Social Mundial. Ao mesmo tempo em que há uma disputa – de um lado, o desejo de renovar o capitalismo – de outro, a ânsia por construir o socialismo – o elo que une todas as vertentes é repúdio ao modelo neoliberal. Este espaço teria se convertido num símbolo de contraposição ao neoliberalismo.<sup>206</sup>

Após a realização do Primeiro Fórum Social Mundial, e as infundáveis críticas e acusações amplamente divulgadas pela mídia mundial – críticas e acusações da mesma forma endereçadas ao “povo de Seattle” e ao movimento “antiglobalização” em geral<sup>207</sup> – foi escrita uma Carta de Princípios, para orientar e assegurar a continuidade desta iniciativa, constituindo-se num referencial para quem participa e/ou deseja organizar Fóruns Sociais.

---

<sup>204</sup>KLEIN, N. op.cit. p. 478-9

<sup>205</sup>KLEIN, N. op.cit. p. 475.

<sup>206</sup>SIMEÃO, Denise. **A necessidade de uma frente única contra o neoliberalismo.** In: “Argentinazo”- Contra o modelo do FMI e a globalização. Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. N. 17, janeiro-abril de 2002 (publicação traduzida especialmente para o 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Também disponível no site [www.uit-ci.org](http://www.uit-ci.org))

<sup>207</sup>KLEIN, N. op.cit. p.476

Em Gênova, julho de 2001, durante a reunião dos G8 (grupo que reúne os sete países mais industrializados do mundo, mais a Rússia), ocorreu uma grande manifestação. Reuniram-se 200 mil pessoas, a maioria jovens. A repressão de Estado causou a morte do jovem Carlo Giuliani, além de prisões e várias formas de repressão violenta.<sup>208</sup>

Segundo NEGRI,<sup>209</sup> os manifestantes de Gênova eram “operários sociais, móveis, flexíveis, pobres, inteligentes, aleatórios e radicais...”. Mas há também forte adesão de pessoas detentoras de situação social mais privilegiada. Abaixo, há a transcrição de trechos das falas de alguns jovens ativistas de Gênova colhidas por Vittorio de FILIPPIS<sup>210</sup> para que se possa conhecer melhor as razões que impulsionam os jovens a ir às ruas protestar na Reunião dos G8, e talvez associá-las às outras manifestações em outras partes do mundo:

Sábado pela manhã. Paola está sentada na praça Martin-Luther-King. Ela conta que nada lhe falta: aos 22 anos poderia se contentar com concluir sua faculdade de arquitetura. Mas explica, ‘isso é muito pouco, muito egoísta...’ ela hesita, procura palavras, esboça um sorriso e fala: ‘mas eu já tenho consciência’. Então continua a falar da ‘luta’ para que este mundo deixe de ser profundamente injusto’. Sem perder de vista a multidão que não cessa de fluir, comenta: ‘esta é a primeira grande manifestação, o discurso invencível das elites não é mais invencível.’ Sandro é ainda mais jovem, milita há pouco mais de um ano em uma ONG que luta pela anulação da dívida externa do Terceiro Mundo. ‘Os jovens como eu não representam somente um partido, uma ONG ou mesmo uma igreja que briga pela anulação da dívida. Nós somos mais que isso, nós somos uma rede, criamos uma cumplicidade. É preciso se render à evidência de que a globalização da economia fez com que surgisse uma geração sedenta de justiça, de igualdade e que se recusa à fatalidade do cada um por si.’ Michael, que vem de Bruxelas, concorda com Paola e Sandro e acrescenta: ‘é a primeira vez que os jovens se assumem como uma força autônoma’.

NEGRI fornece mais subsídios para a compreensão deste movimento, asseverando que há uma religião, provinda “de baixo”, dos oprimidos, que se manifestou em Gênova,

---

<sup>208</sup>Ver entrevista com o pai do jovem assassinado em Gênova pela repressão policial: GIULIANI, Giuliano. **Carlos Giuliani: sonho de ajudar os pobres**. Curitiba, Cepat Informa, agosto de 2001, n. 75 p. 5 - No jornal La Repubblica de 25.07.2001, dizia-se: “o corpo foi coberto com a bandeira de Roma. (...) O pai declarou: ‘Os jovens não podem ser julgados pelo coração e pela cabeça. Talvez os jovens tenham pressa demais e nós sejamos lentos demais na aplicação da justiça. Devemos nos esforçar para chegarmos mais próximos destes jovens’”.

<sup>209</sup>NEGRI, Antonio. **Assim começou o fim do Império**. In COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. P.94



constituindo-se na força que move os militantes dos movimentos do séc. XXI. Nas palavras deste autor,

Esse tipo de religião realmente estava presente em Gênova. É nesses momentos, em que a compaixão se torna construção de um destino comum, que a generosidade e a dádiva se opõem à troca mercantil – não na hipocrisia da penumbra das igrejas, mas na clareza de um protesto gritado aos quatro ventos, mundial, missionário... aí está, é nesses momentos que a religiosidade se revela. Ela faz parte, necessariamente, daquele *grande movimento de êxodo do capitalismo que as multidões de Gênova planejam.*”<sup>211</sup>

Estes foram alguns exemplos expressivos do novo movimento em nível global que se pronuncia há cerca de duas décadas. Há inúmeros outros de menor visibilidade midiática mas não pouco importantes.

---

<sup>210</sup>FILIPPIS, Vittorio de. **A geração justiça Social.** Curitiba, Cepat Informa n. 75, agosto de 2001 p. 14-15

<sup>211</sup>NEGRI, A. **Assim começou...** p. 98

### III - ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEBATE E ANTECEDENTES

*Como em todo processo inovador, o modo de produção que surge vai de encontro às condições das quais ele precisa ser libertado. O modo de produção da multidão vai de encontro à exploração em nome do trabalho, da propriedade em nome da cooperação, e da corrupção em nome da liberdade. Ele autovaloriza corpos em trabalho, reapropria-se da inteligência produtiva mediante a cooperação, e transforma a existência em liberdade. A história da composição de classes e a história da militância do trabalho demonstram a matriz dessas sempre novas e apesar disso definidas reconfigurações de autovalorização, cooperação e auto-organização como efetivo projeto social.<sup>212</sup>*

#### 3.1 ALTERNATIVAS ECONÔMICAS NÃO CAPITALISTAS NA ANÁLISE DE BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS

O capítulo se inicia sob inspiração de Boaventura de Souza SANTOS<sup>213</sup>, que oferece um panorama geral sobre as formas alternativas de organização econômica que se instalam em vários recantos do planeta e parecem desafiar a ordem capitalista vigente, demonstrando que, em seguida à crítica ao modelo, existem propostas e práticas factíveis.<sup>214</sup>

Neste início do século XXI, após um período de desalento e conformismo, motivado pela crença propagada do denominado “fim da história” e do “pensamento único”, que teve como terreno fértil a falência do socialismo real e o advento do neoliberalismo no final do século XX, as utopias se impõem com vigor renovado. O ativismo ressurgiu, reivindicando uma globalização contra-hegemônica. Acompanhando a crítica e a contestação, surgem

---

<sup>212</sup>NEGRI & HARDT. *Império*. *Op.cit.*, p.432.

<sup>213</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p. 23-4.

<sup>214</sup>Uma das grandes críticas ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre relacionou-se à ausência de propostas factíveis que pudessem fazer frente ao modelo hegemônico de globalização. É desta forma que SANTOS procura sistematizar o que ele considera “(...) alternativas econômicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, dêem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica”. SANTOS, *ibidem*, p.24.

alternativas econômicas que se propõem emancipatórias e viáveis. Trata-se do que SANTOS denomina uma *reinvenção* de formas econômicas não capitalistas, que parecem ter a pretensão de superar o modelo vigente não de uma só vez, mas gradualmente, ultrapassando a noção do “caminho único” representado pelo socialismo centralizado que orientou as lutas operárias no século XIX, tornando a cada dia mais incômoda a expansão do capital.<sup>215</sup>

Aníbal QUIJANO<sup>216</sup> aponta a forma como a resistência ao modo de produção capitalista modifica suas estratégias de ação conforme o capital se acomoda para superar as crises e manter/aumentar a sua expansão. Com o advento da globalização, os próprios movimentos “alternativos” passam a abrigar diferentes formas de manifestação, adquirindo outras dimensões, a partir de um novo imaginário incompatível com o capitalismo mas também com a proposta de nacionalização da economia, cuja alternativa consistia em tomar o Estado para construir uma nova sociedade.

Na concepção de SANTOS, a denominação de tais práticas contemporâneas não-capitalistas como *alternativas*, pode não ser uma boa opção teórica e política, o que ele explicita nas seguintes palavras: “(...) qualificar algo como alternativo implica, desde logo, ceder terreno àquilo a que se pretende opor, o que, assim, reafirma o seu caráter hegemônico”<sup>217</sup>. No entanto, o autor admite que – mais importante do que o termo utilizado –, é detectar a que exatamente as práticas compõem-se como alternativas. Aponta, então, três principais características tidas como negativas, intrínsecas à economia capitalista, que têm sido alvo de contestação, cujas experiências contestatórias inspiram-se na sua antítese.

A primeira característica se refere à *desigualdade de recursos e de poder* que o capitalismo produz, pela subordinação do trabalho ao capital e através da apropriação privada

---

<sup>215</sup>Ibidem, p.24-29.

<sup>216</sup>QUIJANO, Aníbal. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, Boaventura de Souza. 2002. *Op.cit.*, p.481-3.

<sup>217</sup>SANTOS, B.S, *op.cit.*, p.27.

de bens públicos: as mesmas condições que promovem acumulação acarretam desigualdades em nível insuportável, que se manifestam sob a forma material e na discrepância do poder entre as classes sociais, no que DEMO<sup>218</sup> denomina “confronto desigual”, qual seja: a marca mais acentuada da pobreza. Desta forma, as práticas não capitalistas em geral primam pela apropriação coletiva dos modos de produção, igualdade, tomada coletiva de decisões.

A segunda característica apontada por SANTOS consiste nas relações de *concorrência*, que levam a formas degeneradas de sociabilidade, nas quais o ser humano passa a ser visto pelo seu próximo como instrumento para benefício próprio ou como uma ameaça. As formas de sociabilidade fundadas na solidariedade e cooperação entre os trabalhadores constituem, portanto, a contraposição.<sup>219</sup>

A degradação do *meio ambiente* compõe o teor da terceira principal característica apontada por SANTOS, e tem adquirido maior visibilidade graças aos movimentos ligados às questões ecológicas, que denunciam o risco a que está exposto o Planeta Terra devido à exploração predatória dos seus recursos ao longo dos séculos<sup>220</sup>. Trata-se, esta, de uma preocupação recente. Anthony GIDDENS,<sup>221</sup> ao tratar da pós-modernidade, lembra que nem mesmo os fundadores clássicos da sociologia – Marx, Weber e Durkheim – conseguiram detectar e/ou prever os riscos que a acumulação ilimitada impõem ao meio ambiente. A análise sobre as turbulências características da modernidade, não ultrapassou seus efeitos sobre as classes exploradas: o trabalho repetitivo, a burocracia desumanizante; previa-se uma era pós-industrial na qual prevaleceria a ordem social e a paz. Não se anunciava riscos ao Planeta Terra, ao futuro da humanidade. Da mesma forma, não se vislumbrou o perigo de uma guerra nuclear, do conflito militar, do risco à biodiversidade, a escassez da água, dentre outros

---

<sup>218</sup> DEMO, P, *op.cit.*, p.99.

<sup>219</sup> SANTOS, B.S., *op.cit.*, p. 27.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 27-29.

<sup>221</sup> GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991, p.16-19.

problemas que se impõem com vigor no rol de preocupações da humanidade no século XXI.<sup>222</sup>

Ações não-capitalistas podem se orientar prioritariamente a partir da antítese de uma das características elencadas – por exemplo, o movimento ambientalista, que concentra suas ações a partir da luta pela preservação do meio ambiente; no entanto, uma só iniciativa pode abarcar as três características capitalistas a serem superadas, como por exemplo, uma cooperativa que, além de atuar segundo os princípios da solidariedade, cooperação, democracia e repartição igualitária dos resultados entre os sócios, preocupa-se com o meio ambiente e só adquire matéria-prima de fornecedores imbuídos de consciência ecológica. SANTOS cita também o ecofeminismo na Índia, que abarca a causa ambiental e a superação do patriarcado, dentre outros.<sup>223</sup>

Definidas as três principais vertentes que SANTOS aponta como objeto de crítica e enfrentamento ao capitalismo, sobre as quais se debruçam os ativistas que reivindicam uma globalização anti-hegemônica e buscam produzir teorias acompanhadas de práticas não capitalistas, resta empreender a tarefa de aprofundar alguns elementos considerados centrais para a compreensão do fenômeno “economia solidária”.

### **3.2 DEBATE DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”**

Apesar de Boaventura de Souza Santos em nenhum momento utilizar a expressão “economia solidária” para designar as práticas econômicas “não capitalistas”, as evidências fazem crer que a categoria abriga experiências que usualmente têm se denominado de tal

---

<sup>222</sup>A percepção do risco iminente ao ecossistema, pode ter despertado a necessidade da abordagem integral do ser humano, em conexão íntima e indissolúvel com a natureza. Multiplicam-se, atualmente, as tendências holísticas, espiritualistas e científicas que tratam da consciência integral, e sua relação com o universo.

forma, como as abordadas por Paul Singer, na mesma obra de SANTOS.<sup>224</sup> Outros pensadores elaboram alguma variação no termo, como “socioeconomia solidária”<sup>225</sup>, “economia popular”<sup>226</sup>, dentre outras categorias que parecem expressar fenômenos semelhantes.

CARLEIALI *et.al.*<sup>227</sup> detectam flagrante fragilidade e imprecisão conceitual no termo “economia solidária”. Estas autoras observam que na atualidade, tal categoria tem sido amplamente difundida e várias práticas econômicas têm se intitulado desta maneira, tanto no meio popular e nas ações da sociedade civil de modo geral, quanto no âmbito governamental, por meio de programas sociais, especialmente de combate à pobreza. Inclusive, há no Brasil uma Secretaria de Economia Solidária subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego, cujo Secretário, Paul Singer, é o principal expoente da economia solidária no Brasil. Na reflexão de CARLEIALI *et.al.* “(...) as proposições de inserção pelo econômico ancoradas no trabalho coletivo e autogerido vêm recebendo uma pluralidade de denominações e cada uma das quais parece trazer um determinado projeto de sociedade e uma perspectiva também específica acerca dos ‘limites do modo de produção capitalista.’”<sup>228</sup>

No meio intelectual verifica-se debates acirrados, com posicionamentos que vão desde à dúvida quanto à pertinência do próprio termo, considerado paradoxal por alguns,<sup>229</sup> aos questionamentos quanto à viabilidade ou não de práticas não competitivas num sistema predominantemente capitalista.

<sup>223</sup> SANTOS, Boaventura, *op.cit.*, p.28-29.

<sup>224</sup> Paul Singer aborda principalmente as cooperativas autênticas (aquelas que são fiéis aos princípios cooperativistas) e as empresas autogestionárias – aquelas que são geridas pelos próprios trabalhadores. *In: SANTOS, op.cit.*, p.83-5.

<sup>225</sup> Estamos nos referindo principalmente a Marcos Arruda, como será visto adiante.

<sup>226</sup> Dentre eles, Coraggio – Ver adiante.

<sup>227</sup> CARLEIALI, *et.al.*, *op.cit.* p.3.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>229</sup> Carlos Wainer tece a crítica ao termo “economia solidária” que ele considera paradoxal, já que o mundo da economia tal qual se apresenta, sugere a “guerra de todos contra todos”, o que exclui a possibilidade do desenvolvimento da solidariedade. WAINE, Carlos. **O presente de um futuro possível.** *In: Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate – Transformações no mundo do trabalho.* Rio de Janeiro, Unitrabalho, s/d. p.45-46.

CARLEIAL *et al.*<sup>230</sup> ao buscarem interpretação do termo “economia solidária”, encontram no conceito de “economia social”, sistematizada há 150 anos, na Europa, indícios que levam à aproximação com a economia solidária, como o teor da crítica ao reducionismo econômico, que não leva em conta problemas sociais – e a subsequente utilização da categoria para denominar iniciativas que desenvolviam práticas congruentes com a antítese da crítica elaborada. Nas palavras das autoras, economia social seria a denominação utilizada para caracterizar: “(...) iniciativas de produção de bens e serviços atentas à questão da ética e ao princípio da solidariedade, como as associações de apoio mútuo e as cooperativas, que se multiplicaram na Europa e foram popularizadas por pensadores e ativistas como Marcel Mauss, Jean Jaurès, Saint Simon, Fourier e Proudhon.”<sup>231</sup> As autoras observam, ainda, que o termo permaneceu obscurizado devido ao caráter de “utópico” que lhe foi emprestado – estendendo-se aos seus defensores – além dos limites verificados nas práticas associativas que se pretendiam solidárias, de gestão democrática mas submetidas ao modo de produção capitalista, encontrando barreiras para se impor.<sup>232</sup>

CORAGGIO aborda a economia social, surgida no século XIX, definindo-a como “...organizações econômicas sem fins lucrativos, que se distinguem pelos valores de solidariedade, encarnados nas relações cooperativa, mutualista ou associativa entre seus membros.”<sup>233</sup>

Ao propor a “economia do trabalho” situada ao lado da economia estatal e economia de mercado, CORAGGIO inicia pela crítica à compartimentação que é realizada no âmbito das políticas públicas e políticas econômicas, quando o desenvolvimento das primeiras é tido

---

<sup>230</sup> CARLEIAL, *et al.*, *op.cit.*, p.2-3.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>232</sup> *Id.*

<sup>233</sup> CORAGGIO, José Luis. **Política social y Economía del Trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad.** Buenos Aires/Madrid, Myño y Dávila Editores, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.

como uma restrição ao desenvolvimento das segundas, que assumem posição secundária. Seria necessário *tocar na economia*, atuando por meio de políticas *socioeconômicas*, numa ação integrada entre Estado e sociedade, a fim de erigir uma “economia de trabalho”. O autor sustenta que a categoria central para interpretação de desenvolvimento tem sido a acumulação de capital, e desta forma seria necessária outra lógica a nortear a economia do trabalho: a *reprodução ampliada da vida humana*, conforme disserta nos seguintes termos: “(...) Na teoria e na prática, é necessário que surja outro sentido alternativo para a sociedade humana, com uma força comparável e capaz de constituir-se de forma vigorosa nos imaginários e estruturas econômicas.(...)”<sup>234</sup> A *economia popular*, composta por células denominadas *Unidades domésticas*<sup>235</sup> viria a constituir uma *economia de trabalho* a qual o poder público destinaria *políticas socioeconômicas de teor emancipatório*<sup>236</sup> visando fortalecê-las, redirecionando recursos destinados principalmente a programas e políticas assistencialistas, buscando devolver a centralidade do trabalho como fator de dignidade humana<sup>237</sup>

CORRAGGIO empreende uma crítica ao economicismo reducionista mas também critica as experiências de economia solidária que mantêm-se alijadas do Estado e do mercado, pois ele compreende que desta forma é impossível sua expansão. Ele entende que a economia do trabalho deverá disputar com o capital o acesso a recursos públicos, deverá entrar na concorrência e precisará contar com apoio do Estado, colocando-se em pé de igualdade junto aos outros dois setores econômicos: economia pública e economia empresarial. O autor admite a dificuldade dos governos de empreender ações que ponham limites ao capital e

---

<sup>234</sup>*Ibidem*, p.136.

<sup>235</sup>Unidades Domésticas, para Coraggio, relacionam-se a grupos de indivíduos solidariamente vinculados, onde cada um é responsável pela reprodução imediata de todos os seus membros.

<sup>236</sup>CORAGGIO, *op.cit.* p.175.

<sup>237</sup>*Ibidem*, p.153-165.



entende que ações deste tipo demorarão a ser efetivadas, mas põe a cargo dos governos municipais os esforços nesta direção.<sup>238</sup>

Na concepção de Paul SINGER,<sup>239</sup> economia solidária é um projeto que vem sendo construído historicamente pelos trabalhadores, desde as origens do capitalismo. Baseado no desenvolvimento de um modo alternativo de produção e distribuição, fundado na solidariedade e no controle do processo decisório pelos próprios trabalhadores, sua principal crítica é a ditadura do capital e os efeitos sociais por ele gerados.

*Autogestão*, para SINGER, é o principal marco diferencial entre uma empresa capitalista e uma empresa solidária, pois atinge frontalmente o principal alvo da crítica ao capitalismo, qual seja: o poder ditatorial. Na “empresa solidária”<sup>240</sup>, os trabalhadores renunciam à administração hierárquica tradicional e as decisões são tomadas de forma coletiva. Quando a empresa é muito grande, conserva-se certa hierarquia de funções; no entanto, as orientações fluem de baixo para cima. Vigem a socialização das informações, e todos trabalhadores devem assumir responsabilidades por todo o processo. A autoridade suprema, na empresa solidária, é a assembléia.<sup>241</sup>

Para SINGER, a prática é que vai capacitar o trabalhador a gerir o empreendimento coletivo, adquirindo confiança no seu potencial, que passa a desenvolver a partir da própria tomada de decisões, sem delegar tal tarefa a terceiros. No entanto, Singer acredita ser necessário, também, o papel dos *mediadores* (apoiadores externos) em economia solidária,

---

<sup>238</sup>*Ibidem*, p.175-187.

<sup>239</sup>SINGER, **Economia solidária no Brasil**, p. 11-15.

<sup>240</sup>Empresa solidária e a categoria utilizada por Singer para denominar as experiências de economia solidária, principalmente cooperativas e empresas autogestionárias – aquelas que são assumidas pelos trabalhadores após falência. SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.

<sup>241</sup>SINGER, Paul. *Ibidem*, p. 18-19

que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras, sindicatos, entidades religiosas, Organizações Não-Governamentais, dentre outras.<sup>242</sup>

SINGER relaciona diretamente a autogestão à administração democrática de um empreendimento solidário, ou a forma de administração na qual o trabalhador detém o poder de decisão. Trata-se, em outras palavras, da forma específica de gestão econômica numa empresa, onde sua antítese é a heterogestão, ou a administração hierárquica, cujos níveis superiores detêm níveis maiores e informação, conforme os níveis sejam mais altos; pressupõe relações de mando e subordinação.<sup>243</sup> Ao explicitar como se dá tal administração autogestionária, o autor utiliza os seguintes termos:

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer.

Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão. Por isso, as decisões coletivas em empresas solidárias tendem a ser mais certas do que as adotadas em empresas capitalistas comparáveis. Esta vantagem, no entanto, tem um custo: decidir coletivamente leva mais tempo pois é preciso ouvir a manifestação de todos ou ao menos dos que querem participar. Decisões de grande alcance podem suportar este custo, outras, que têm de ser rápidas, não.<sup>244</sup>

Descrita a forma como são tomadas as decisões na empresa solidária, Singer aponta também o que considera a maior fragilidade relacionada ao que ele denomina autogestão na empresa solidária: refere-se ao interesse do trabalhador em se manter informado para que possa e *queira* participar nas tomadas de decisão, atitude que requer motivação para tal. As relações tradicionais de emprego inibem a criatividade e a participação, condicionando o trabalhador a permanecer passivo, atitude que – tal qual um círculo vicioso, faz com que ele

---

<sup>242</sup>SINGER, Paul. **Economia solidária no Brasil**, *op.cit.*, p.22.

<sup>243</sup>SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**, p. 18-23.

assuma uma postura de auto-desvalia, julgando-se incapaz de participar.<sup>245</sup> Tal atitude pode levar a que se reproduzam práticas de heterogestão, quando as atribuições passam a concentrar-se nas mãos de poucos devido ao baixo nível de participação, aliado à lentidão adicional que o processo de decisões coletivas impõe: “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”.<sup>246</sup> Detectado o “inimigo” fundamental, o autor alega que o exercício incansável da democracia na empresa é que irá preparar as pessoas. Cita como exemplo, avanços às vezes imperceptíveis, representados pelas conquistas obtidas através das práticas democráticas, que se dão em nível político, familiar, nas relações de gênero, no interior de instituições diversas como escolas, sindicatos etc., sendo a mesma dinâmica a se desenvolver na economia solidária.<sup>247</sup>

Na esteira de Singer, Gonçalo GUIMARÃES acredita na capacidade do trabalhador de comandar seu próprio negócio, sem necessitar de quem dite normas, exerça os controles e organize e, em função disso, se arrogue o direito de apropriar-se de parte do resultado do trabalho alheio. Para este autor, trata-se de um *mito* a idéia de que o trabalhador é incapaz. Referindo-se às experiências das fábricas autogeridas que foram assumidas por trabalhadores, ele ressalta: “Estes trabalhadores ensinam do que é capaz a organização. Estas empresas falidas, com o nome ‘sujo na praça’ e sem acesso a nenhum sistema de crédito formal têm conseguido se manter apenas com o trabalho de autogestão dos seus operários, dando uma nova perspectiva nacional de organização da força produtiva.”<sup>248</sup>

---

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 21

<sup>245</sup> Paulo Freire disserta sobre o “mutismo” do povo brasileiro, que se impõe devido ao histórico de autoritarismo e violência com que foram tratados os escravos e a população pobre, de modo geral. FREIRE, Paulo. **Educação para a prática da liberdade**. 17.ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

<sup>246</sup> SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**, p.19.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>248</sup> GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo – a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, Unitrabalho, 2000.

Além da autogestão, que para SINGER é o traço demarcatório principal da economia solidária com relação às empresas capitalistas tradicionais, há dois outros, como a **solidariedade**, que se contrapõe à competição, e a forma distinta de **repartição dos ganhos**.

A competição predominante no sistema capitalista é responsável pelo acúmulo dos grandes contingentes de “perdedores”, esquecidos em detrimento dos “vencedores”, que se pronunciam com exaltado vigor. SINGER adverte que “os ganhadores acumulam vantagens, e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”. Seguindo o raciocínio do autor, é desta forma que se propagam os nefastos efeitos sociais, principalmente o empobrecimento crescente da maioria da população mundial que se vê destituídas de recursos para competir, acumulando dívidas, armazenando perdas (que corroem a auto-estima), fragilizando-se sucessivamente e interferindo nas gerações seguintes, que já surgirão marcadas pelos estigmas de derrotas sofridas <sup>249</sup>.

SINGER<sup>250</sup> vê aspectos positivos na competição, como benefícios para o consumidor, mas reconhece que os efeitos sociais são trágicos. Este autor adverte que a competição e a desigualdade são elementos intrínsecos ao modo de produção capitalista, baseado no direito à propriedade, que polariza a população entre os “proprietários dos meios de produção” e aqueles que – possuindo somente sua força de trabalho, precisam vendê-la para poder sobreviver. A solução vislumbrada é a economia tornar-se solidária, constituindo-se em um outro modo de produção, conforme disserta nas palavras abaixo:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (...)<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup>SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**, p.8.

<sup>250</sup>*Ibidem*, p.7-11

<sup>251</sup>*Ibidem*, p.10

O último elemento que SINGER aponta como característico dos empreendimentos de economia solidária é a forma como se dá a repartição dos ganhos. Nesta temática, o autor discorre sobre as práticas desenvolvidas predominantemente nas cooperativas,<sup>252</sup> quando se decide democraticamente, sob a forma de assembléia, o destino das “sobras” e o valor das “retiradas” de cada sócio.<sup>253</sup> Singer afirma ser comum os sócios da cooperativa decidirem que um técnico ou administrador deva receber mais do que aqueles não qualificados, o que torna comum a desigualdade de salários. No entanto, isto se dará (quando for o caso) por meio de decisão coletiva, não será algo imposto de forma ditatorial. Além disso, a desigualdade de ganhos numa cooperativa nunca poderá ser comparada à que ocorre em uma empresa capitalista.<sup>254</sup>

Marcos ARRUDA<sup>255</sup> disserta sobre o sentido etimológico do termo “solidariedade”, qual seja: a “ligação indissolúvel entre elementos de um mesmo organismo ou sistema”<sup>256</sup> O termo compunha a linguagem jurídica, significando “responsabilidade comum”. Mais tarde, Durkheim e M. Scheler a definiram como “relação moralmente qualificada, essencial e ativa do indivíduo com a comunidade e vice-versa”, sendo também tida como “fraternidade” ou “co-responsabilidade” Desta forma, a solidariedade constitui antítese da competição e do individualismo.

CORAGGIO já define solidariedade de forma distinta, diferenciando solidariedade praticada no que ele denomina “economia popular” e o que ocorre nas relações de mercado, enfatizando a reciprocidade:

---

<sup>252</sup>SINGER se refere às cooperativas autênticas, porque há aquelas que se degeneram, ou seja, assumem a heterogestão e todas as demais formas de organização típicas da empresa capitalista.

<sup>253</sup>Na empresa capitalista seriam denominados “lucro” e “salários”, respectivamente.

<sup>254</sup>*Ibidem*, p.11-6.

<sup>255</sup>ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária.** Petrópolis, Vozes, 2003, p.226.

<sup>256</sup>*Id.*, p.226.

Entendemos que solidariedade não significa igualdade, nem sequer equidade, mas sim regras de distribuição e acordos de reciprocidade de algum tipo, onde receber obriga a retribuir de algum modo, estabelecido por meio de acordo, a quem deu ou ao grupo a que pertence o doador, ou a algum outros membro da comunidade. Ainda que haja dinheiro envolvido nas trocas derivadas da solidariedade doméstica, não se trata de transações impessoais, regidas por um tipo de contrato e regras que caracterizam as relações de mercado.<sup>257</sup>

Quanto ao vocábulo “economia”, ARRUDA o recupera da noção grega de “gestão e cuidado da casa” e remete à preocupação de Aristóteles de ser o termo deturpado sob a lógica do mercado, passando a se relacionar à acumulação de riqueza material. O autor lembra que economia nada mais é do que formas diferentes, de acordo com os contextos históricos e socioculturais, como a sociedade se organiza e utiliza os recursos naturais na busca pela produção e reprodução da vida; portanto, questiona a pretensão da economia capitalista de buscar se constituir como a única no mundo. Ao optar pelo termo “socioeconomia solidária”, ARRUDA pretende destacar os objetivos a que deve estar submetida a economia, quais sejam: atender às necessidades sociais e humanas.<sup>258</sup>

A concepção de ARRUDA sobre a socioeconomia solidária é transcrita abaixo:

(...) um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie.<sup>259</sup>

ARRUDA vislumbra a socioeconomia solidária como um sistema alternativo ao capitalismo, a se impor e expandir crescentemente sob a forma de redes, que por fundar-se nas relações econômicas e técnicas mas simultaneamente afetivas e solidárias, calcadas na

---

<sup>257</sup>CORAGGIO, *ibidem*, p.146.

<sup>258</sup>ARRUDA, *ibidem*, p.231-2.

<sup>259</sup>*Ibidem*, p.236.

valorização do trabalho, do ser humano e do meio ambiente, seriam capazes de gerar uma cultura solidária, escapando ao controle do capital e talvez até substituí-lo.<sup>260</sup>

Concernente à trajetória histórica do cooperativismo,<sup>261</sup> ARRUDA avalia que este não conseguiu se impor como alternativa e superação do sistema capitalista, apesar de envolver atualmente cerca de 1/6 da população mundial em suas atividades. O principal motivo detectado pelo autor se relaciona ao fato deste ter-se mantido centralizado no seu espaço microeconômico, sem buscar articulação sob a forma de redes, como tem acontecido com as outras experiências de economia solidária.<sup>262</sup>

Já Paul SINGER aponta como principal motivo da tímida expansão das cooperativas como movimento alternativo ao capital, a *degeneração* que elas vêm sofrendo no decorrer do tempo, adotando práticas autoritárias e exploratórias, convergentes com aquelas praticadas pelas empresas capitalistas.<sup>263</sup>

Luiz Fernando Verano PAEZ define Economia Solidária a partir dos seguintes termos: “(...) o sistema econômico social conforme as múltiplas formas associativas e empresas solidárias, sem fins lucrativos, sustentadas pelos princípios e valores universais de mutualismo, cooperativismo e o conjunto da economia solidária.”<sup>264</sup> Quanto aos valores mencionados, o autor apresenta sete, que devem imprescindivelmente servir de orientação nas práticas econômicas, conforme se expõe de forma concisa: (1) solidariedade, cooperação e

---

<sup>260</sup>*Ibidem*, p.237.

<sup>261</sup>A cooperativa de produção é considerada por Paul SINGER (**Economia solidária no Brasil**) como a “unidade típica da economia solidária”.

<sup>262</sup>Arruda cita várias experiências inseridas na categoria “Colaboração Solidária” no campo da economia, e cita MANCE, que aponta algumas: “autogestão de empresas pelos trabalhadores, comércio équo e solidário, organizações de marca, agricultura ecológica, consumo crítico, consumo solidário, os sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, sistemas comunitários de intercâmbio, Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, difusão de *softwares* livres, entre muitas outras práticas de economia solidária”. MANCE, Euclides. *In*: ARRUDA. *Ibidem*, p.238-39.

<sup>263</sup> Em ambas as obras de SINGER citadas, o autor disserta sobre as formas degeneradas de cooperativismo. SINGER. **Economia Solidária no Brasil**, p.15-19; SINGER. **Introdução à Economia Solidária**, p.21.

democracia; (2) supremacia do trabalho sobre o capital; (3) trabalho associado; (4) propriedade social dos meios de produção; (5) autogestão; (6) supremacia do serviço, bem social e igualdade; (7) integração para conformação do Setor Macroeconômico de Economia Solidária.<sup>265</sup>

PAEZ defende a articulação entre as várias organizações – denominadas “unidades de base” que devem compor a economia solidária, além de uma estrutura de dimensão política, com vários níveis de gestão, que culminaria com um Conselho Nacional de Economia Solidária.

Na reflexão de Carlos VAINER,<sup>266</sup> sobre a economia solidária,<sup>267</sup> este recorre à noção de “utopia experimental”, emprestada de Henri Léfèbvre, que significa, nas palavras de VAINER, “(...) a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser o outro mundo”.<sup>268</sup> O autor é incrédulo quanto ao potencial da economia solidária se constituir como alternativa ao capitalismo e não vê sinalização de alguma ultrapassagem ao exercício da “utopia experimental”.

CARLEIAL *et al.* observam certa “autonomização” do tema “economia solidária” como objeto de pesquisa e buscam contribuir com uma proposta de interpretação conceitual, recorrendo a autores como Lévesque e Mendall, Frafreau, Defourny, Favreau, Laville e Sainsauieu, além da produção intelectual brasileira sobre a temática, como transcrito abaixo:

Assim, Aznar *et alii* (1997) propõe uma Economia Plural; já Lipietz (1999) advoga o investimento do Estado na consolidação do Terceiro Setor de utilidade social; enquanto outros como Laville (1994), Paul Singer (2000) e Nakano (2000) defendem, ou ainda se indagam, como Gaiger (2000) e Carrion (2000) acerca das potencialidades e limites do florescimento de uma economia alternativa sob o capital

---

<sup>264</sup>PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo.** Santa Maria, Cesma, 2001, p.57-59.

<sup>265</sup>*Ibidem*, p.57-9.

<sup>266</sup>VAINER, Carlos. *Ibidem*, p.59-61.

<sup>267</sup>Este autor se refere mais especificamente às cooperativas

<sup>268</sup>*Ibidem*, p.61.



Estas diferentes visões estão refletidas, por sua vez, nos objetos de estudos específicos. No caso do Canadá, por exemplo, observa-se uma forte ênfase nos estudos sobre os chamados ‘serviços de proximidade’. Já na França, o foco são as iniciativas associativas, enquanto no Brasil, identifica-se duas vertentes mais significativas. A primeira delas é a dos estudos das experiências de caráter autogestionário, organizadas sob a forma de cooperativas conduzidas por trabalhadores que assumem a direção de suas empresas; a segunda vertente é representada pelas experiências de trabalho coletivo realizadas de modo mais ou menos independente da presença do Estado, desenvolvidas por trabalhadores desempregados, geralmente organizados, inicialmente com o apoio das chamadas ‘ONGs de base’.<sup>269</sup>

Concernente ao caso brasileiro, CARLEIAL *et al.* detectam um ponto comum entre as experiências de economia solidária: a associação livre de pessoas. Dividem tais experiências em dois blocos. O primeiro bloco, composto por cooperativas, empresas autogeridas e associações, comporia a categoria empresa solidária<sup>270</sup> – sob o capital, evidentemente, porque a ele estão subordinadas – por serem fundadas na apropriação coletiva dos resultados, autogestão, regidas pelos princípios da solidariedade e cooperação.<sup>271</sup> Nas palavras de CARLEIAL *et al.* sobre a empresa solidária:

Neste sentido, as suas características principais são: empresa coletiva, de produção ou serviços, que organiza a sua produção e o trabalho com vistas a obter um determinado resultado (e não lucro ainda) e distribuí-los pelo conjunto de seus parceiros segundo regras previamente definidas”. Esta não é a firma capitalista clássica e nem a pequena empresa informal. Mas podemos chamá-la de empresa solidária.<sup>272</sup>

Com relação ao segundo bloco, ou às demais experiências pesquisadas, tais como Clubes de Trocas, panificadoras coletivas e reuniões para desenvolvimento de artesanato – dentre outras – tratam-se, na conclusão das autoras, de práticas que mais se aproximam aos movimentos sociais.<sup>273</sup>

---

<sup>269</sup>CARLEIAL, *op.cit.*, p.4.

<sup>270</sup>SINGER também utiliza esta categoria para designar as experiências de economia solidária, mas ele não faz a distinção, como CARLEIAL *et al.*, entre aquelas que se aproximam mais da categoria dos movimentos sociais.

<sup>271</sup>CARLEIAL, *op.cit.*, p. 12-13.

<sup>272</sup>*Ibidem*, p.13.

<sup>273</sup>*Ibidem*, p.15.

Após esta análise sobre algumas concepções de Economia Solidária, será realizada uma breve incursão histórica visando desvendar as origens dessas formas econômicas diferenciadas, não capitalistas, tendo como principais categorias de análise aquelas freqüentemente abordadas pelos autores contemporâneos, principalmente autogestão e cooperativismo que – como se verá, aproximam-se das concepções anarquistas e já compunham tema de debate entre os socialistas do século XIX, na Europa.

## **3.2 APROXIMAÇÕES ENTRE CONCEPÇÕES ANARQUISTAS, AUTOGESTÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **3.3.1 Relações entre os anarquistas e a Economia Solidária**

Como foi visto, Paul Singer enfatiza a autogestão como o principal marco diferencial entre a economia solidária e a economia capitalista.<sup>274</sup> PAEZ<sup>275</sup> também destaca a autogestão, dispondo-a dentre os 7 princípios a compor o quadro conceitual, doutrinal, ideológico e político da economia solidária. Na mesma esteira, ARRUDA põe ênfase na forma autogestionária de organização nas experiências que ele prefere denominar “socioeconomia solidária”. Praticamente todos os autores abordados, que se debruçam a estudar a temática concordam neste sentido.

Uma análise sobre a origem do termo “autogestão” e marcos teóricos a ele relacionados se faz necessária, principalmente porque tal categoria – tal qual a economia solidária – parece suscitar dúvidas e falhas de interpretação.

---

<sup>274</sup> SINGER, 2002, p.26-7.

<sup>275</sup> PAEZ, Luiz Francisco Verano. **Economia solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria, Cesma, 2001, p. 59.

George WOODCOCK<sup>276</sup> disserta sobre a anarquia, doutrina que surgiu na Europa em 1840. Esta linha de pensamento dá ênfase à liberdade e espontaneidade, repudiando a autoridade – inclusive sob a forma da figura de líderes revolucionários. Rejeita dogmas, sistemas teóricos rígidos e prima pela liberdade de escolha. O autor ressalta o poder de resistência do anarquismo na história: este adquire contornos diferenciados no decorrer do tempo, mas permanece vivo, latente. Ora obscurecendo-se, ora pronunciando-se de forma revigorada, alastrando-se lentamente nos subterrâneos da sociedade. Adverte que, como doutrina, muda constantemente e como movimento, cresce e se desintegra, mas continua vivo. Detecta neste movimento uma “estranha fluidez”.<sup>277</sup>

WOODCOCK sustenta que anarquismo foi doutrina historicamente mal compreendida: tem sido associado a idéias de desordens, violência e estabelecimento do caos. Alguns assassinatos foram cometidos por anarquistas, na década de 1890, na Espanha, Itália e Rússia, mas em número insignificante se comparados com o grau de violência reinante na época – fama desproporcional ao número. No entanto, fatos isolados e amplamente divulgados foram suficientes para imprimir na opinião pública uma idéia negativa do anarquismo, relacionando-o à violência. Desta forma, o preconceito ainda acompanha o anarquismo, acirrado pelo caráter de doutrina de lógica extremada que defende sobretudo a supressão da autoridade, numa sociedade erguida sob alicerces autoritários.<sup>278</sup>

BOBBIO *et alii* remetem ao termo “anarquia” a seguinte noção:

“(…) uma sociedade livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas etc.), fosse de ordem política (estrutura administrativa hierarquizada), de ordem econômica (propriedade dos meios de

---

<sup>276</sup> WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2002, vol I.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p.17-18.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 16.

produção), de ordem social (integração numa classe ou num grupo determinado) ou até de ordem jurídica (a lei).<sup>279</sup>

BOBBIO *et alii* dividem os objetivos anarquistas em “negativos” e “positivos”. Os primeiros consistiriam basicamente (a) na rejeição a todo e qualquer tipo de autoridade; (b) negação do Estado, pelo entendimento de que ele incorpora todos os malefícios da autoridade; (c) recusa às leis, que provêm basicamente do Estado. Quanto a este último aspecto, BOBBIO *et alii* explicitam que o teor da rejeição às leis ocorre substancialmente na dimensão estatal, como transcrito: “(...) na verdade, (o anarquismo) admite formas livres e espontâneas de jurisdição que surjam das mesmas exigências de situações concretas e que devem ser interpretadas como verdadeiras intervenções terapêuticas por ocasião de males sociais e que têm por fim a cura desses males e não a sua perseguição ou condenação.”<sup>280</sup>

Quanto aos objetivos “positivos” ou construtivos, referem-se à organização anárquica. BOBBIO *et alii* agrupam-na sob os aspectos econômico e social. Quanto à organização anárquica do tipo social, é representada por grupos unidos num território determinado, constituindo-se nas comunas que, por sua vez, irão compor a federação, a ser difundida até atingir toda a humanidade, beneficiando-a. Nas comunas predominaria a igualdade, e as decisões seriam tomadas coletivamente. Com relação à organização anárquica no aspecto econômico, reproduzimos as palavras do autor:

(...) Foram propostas algumas organizações anárquicas com base numa nova estruturação econômica. Em geral, essas organizações dizem respeito a uma gestão comunitária ou comunitária da sociedade. Pode-se afirmar que todas são fundadas sobre o elemento cooperativo, isto é, sobre a livre associação de indivíduos com fins de produção e de distribuição de bens produzidos e tendo em vista a eliminação de toda a tendência autoritária através da criação da autogestão, a partir de baixo.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup>BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.23.

<sup>280</sup>*Ibidem*, p.25.

<sup>281</sup>*Ibidem*, p.26.

Nesta definição estão presentes alguns aspectos convergentes com as definições de economia solidária, conforme foi possível detectar na trajetória percorrida no início do capítulo, com a contribuição dos teóricos: a sempre enfatizada autogestão – amplamente abordada principalmente por vários autores – e a associação livre de pessoas, que constitui o elo a unir experiências de economia solidária, segundo CARLEIAL *et alii*, numa forma diferenciada de organização econômica.

MALATESTA contribui com outra definição de anarquismo: “Organização direta, livre e consciente da vida social, feita e modificada, quando preciso, por todos os interessados, cada um na esfera de seus interesses, sem delegação de poder fictícia, sem elos inúteis, sem obrigações arbitrariamente impostas”.<sup>282</sup>

WOODCOCK aponta várias escolas do pensamento anarquista,<sup>283</sup> e nelas detecta um ponto comum: a substituição da autoridade governamental pela cooperação entre indivíduos livres. A doutrina anarquista é considerada destrutiva. Aceita aniquilar as estruturas institucionais responsáveis pelo aparato do poder e acredita profundamente na capacidade de construção e reconstrução do ser humano. Os anarquistas não só repudiam os ricos como também a riqueza, que é vista como amoral. Assim, os pobres são vítimas da sua miséria tanto quanto os ricos são vítimas de sua opulência; as pessoas devem possuir o suficiente para desfrutar de uma vida simples. Liberdade significa dispor do necessário que permita tempo livre para dedicação a atividades mais nobres, relacionadas à espiritualidade, artes, ciências; progresso não se relaciona ao acúmulo de bens ou à sofisticação do modo de vida, mas ao desenvolvimento e cultivo dos atributos do espírito.

---

<sup>282</sup>MALATESTA, Errico. *Op.cit*, p.5.

<sup>283</sup>Avançar na análise das escolas do pensamento anarquista excede o alcance deste trabalho. WOODCOCK (p.20) relaciona 05: anarquismo individualista, mutualismo, coletivismo, anarco-comunismo, anarco-sindicalismo, anarquismo pacifista. WOODCOCK, Jorge, *op.cit.* p.31-32.

Marx inúmeras vezes, em suas obras, lança crítica aos anarquistas, tidos como “socialistas utópicos”. Busca-se, assim, estabelecer alguns pontos divergentes entre anarquismo e marxismo, tomando como referência a obra de WOODCOCK.

Em primeiro lugar, marxistas desprezam os povos primitivos (tribos, camponeses, pequenos artesãos), tidos como atrasados e postos num estágio esgotado da evolução social – da mesma forma como a classe burguesa assim também é vista. Ao contrário, anarquistas valorizam povos primitivos e camponeses, acolhendo tudo o que é natural, espontâneo, individual. Em segundo lugar – esta é a maior fonte de divergência – os anarquistas se intitulam “apolíticos”. Os maiores confrontos entre anarquistas e marxistas se relacionavam à questão de saber se os partidos operários, cujo objetivo era apoderar-se da máquina do Estado, poderiam criar uma sociedade igualitária. Na concepção dos anarquistas, o aparato do Estado deve ser abolido, e não tomado. Nenhuma ditadura é válida, inclusive a ditadura do proletariado, sendo que classes sociais devem ser extintas. Anarquistas rejeitam o reformismo (idéia de que a transformação social pode ocorrer de forma gradual) e negam um período de carência entre a sociedade capitalista e a sociedade anarquista. Terceiro aspecto da divergência reside nas técnicas anarquistas de resistência empregadas, que se baseiam em ação direta: greve geral, resistência ao serviço militar, formação de comunidades cooperativas e união de créditos – sendo todas estas, forma de buscar *dissolver* a estrutura política vigente. Neste sentido, há um aspecto central, que reside na resistência anarquista: esta se baseia em decisões individuais, livres e voluntárias, sem coerção ou delegação de responsabilidade. O povo não é visto como uma massa, mas é um conjunto de individualidades, e cada pessoa é soberana.<sup>284</sup>

---

<sup>284</sup> *Ibidem*, p.32-34.

### 3.3.2 Concepções de autogestão

Marx designava o poder do proletariado numa sociedade futura como “autogoverno dos produtores associados”. Proudhon denominou de “mutuárias” e “cooperativas” as práticas livres das relações de autoridade. GUILLERM e BOURDET advogam que a denominação de Marx é mais próxima ao que se concebe por “autogestão”, sendo que nenhum dos dois utilizou o termo.<sup>285</sup>

BOBBIO *et alii*, citam expressões usualmente utilizadas pelos socialistas do século XIX, como “sistema de Conselhos”, “ordem nova”, dentre outros.<sup>286</sup> Tudo para nomear esquemas compatíveis com o que se compreende como autogestão, cuja expressão passou a ser difundido na cultura e linguagem política somente nos anos 50 do século XX. A partir da experiência iugoslava, designando a nova ordem político-econômico-social do país, após a ruptura com o stalinismo. A partir daí – na concepção de GUILLHERM e BOUDET,<sup>287</sup> a utilização do termo se deu de forma indiscriminada, imprecisa, dando margem a inúmeras interpretações. Para estes autores, é preciso evidenciar que a noção de autogestão ultrapassa os limites da empresa e abarca a transformação de todas as estruturas econômicas, políticas e sociais – conforme suas palavras abaixo transcritas:

Assim, enquanto a participação, o controle operário e as cooperativas concernem apenas à produção e à economia, a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediários e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’, por todos os homens”<sup>288</sup>

---

<sup>285</sup> GUILLERM e BOURDET, *op.cit.*, p.62.

<sup>286</sup> BOBBIO, Norberto *et alii*, *op.cit.* p.75.

<sup>287</sup> GUILLERM e BOURDET, *op.cit.* – apresentação.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 30-31.

Com esta concepção, os autores pretendem dissolver equívocos concernentes a práticas indevidamente intituladas de autogestão, inclusive aquelas que se limitem à democracia direta numa empresa.

Cláudio NASCIMENTO<sup>289</sup>, na mesma linha de raciocínio, adverte o risco existente em se reduzir autogestão a termos econômicos, o que lhe suprime a dimensão política e cultural. Como uma das mais importantes experiências históricas de autogestão operária, cita a Comuna de Paris – revolução sem líderes messiânicos, cujo poder emanou dos próprios trabalhadores e se estendeu a todas as dimensões da vida em sociedade.

GUILLEM e BOUDET<sup>290</sup> diferenciam também a autogestão de outras categorias, tais como *participação* e *co-gestão*. Quanto à primeira, é expressa principalmente sob a forma de participação nos lucros da empresa. O trabalhador carece de oportunidades de iniciativa, pois participa de uma atividade já existente, já definida toda a sua estrutura e finalidades, restando-lhe colaborar, assumir a posição de “executante” aceitando determinações externas. O importante na participação, sob o ponto de vista do capital, é conseguir a “adesão subjetiva” do trabalhador, extraindo-lhe maior produtividade. A participação nos lucros funciona como excelente maneira de motivar o trabalhador, que passa a considerar *sua* a empresa na qual ele atua, e dedica-se a ela para que suas ações se valorizem.

No caso da *co-gestão*, concede-se ao empregado o poder de opinar e decidir em algumas questões relacionadas ao nível de organização técnica do trabalho e no nível político geral da fábrica, podendo também atingir alguns detalhes concernentes ao trabalho imediato efetuado. Criatividade e iniciativa são valorizadas, sendo concedido aos empregados algum

---

<sup>289</sup>NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** In: Seminário Estadual de Sensibilização sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Porto Alegre, Escola Sindical Sul, junho de 2001.

<sup>290</sup>*Ibidem*, p.19-26.



grau de autonomia e auto-organização. Quanto às metas e objetivos, devem ficar a cargo do poder patronal, que continua a controlar todo o processo e – adicionado à participação nos lucros, consegue elevar a produtividade ao renunciar ao controle de aspectos detalhistas da execução. Os autores citam também o *Controle Operário*: trata-se de uma intervenção conflitual que se dá principalmente por meio de greves operárias, que podem resultar em melhores salários e condições de trabalho. No entanto, não se questiona, ainda, a relação capital-trabalho.

BOBBIO *et alii* definem a co-gestão como um grau avançado da administração no modelo capitalista, podendo se dar sob os seguintes aspectos: socialização de informações aos funcionários, consultas referentes a algumas decisões da empresa, resultantes co-decisões, debates.<sup>291</sup>

Após as tentativas de diferenciar co-gestão de autogestão, enfrenta-se os dois pressupostos fundamentais para que esta se possa efetivar, na concepção de GUILLERM e BOUDET. O primeiro se refere à “teoria da igualdade das pessoas”: para que inexista autoridade, é necessário acreditar que todas as pessoas são iguais, porque um desnível considerado natural já seria suficiente para que se impusesse relações de autoridade. A filosofia ocidental, representada principalmente por Sartre e Descartes sobre a igualdade e a liberdade intrínseca dos homens torna paradoxais as relações de dominação, de autoridade, tornando a autogestão uma providência urgente. O segundo pressuposto é a existência de um contrato social capaz de estabelecer formas protegidas de convívio numa sociedade de pessoas livre e iguais. GUILLERM e BOUDET evocam Rousseau e aquela que já era sua preocupação na época (século XVIII): conciliar teoricamente ordem pública e a vontade de pessoas iguais, estabelecendo um acordo entre iguais.<sup>292</sup>

---

<sup>291</sup>BOBBIO *et al.*, *op.cit.* p.179.

<sup>292</sup>GUILLERM & BOUDET, *op.cit.*, p.46-54.

Já BOBBIO *et alii*, têm duas definições para a autogestão: a primeira se refere à forma restrita: “Por autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvida mediante a cooperação de várias pessoas (...) onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade”.<sup>293</sup> Na segunda concepção, de maneira ampla, definem autogestão como

(...) um modelo de sociedade socialista alternativo do modelo estadista burocrático: de um lado, como superação da lógica autoritária da planificação centralizada e da conseqüente apropriação do poder por parte do aparelho burocrático, mediante a atribuição de uma plena autonomia gerencial às diversas unidades econômicas; do outro, como redefinição do caráter coletivista da organização social, quer mediante a atribuição das responsabilidades e do poder gerencial a cada uma das coletividades de trabalho, quer mediante a desestruturação do ordenamento estatal e sua transformação num sistema de autonomias locais que permita a tais coletividades o controle direto das condições da reprodução social.<sup>294</sup>

Ao dissertarem sobre as origens do conceito “autogestão”, BOBBIO *et alii* detectam no pensamento anárquico, principalmente em PROUDHON, um propósito ideológico relativo à superação da alienação dos trabalhadores, na medida em que se une gestão e produção – o que o modo de produção capitalista separou – restituindo ao trabalhador o comando sobre seu trabalho, bem como dos resultado deste.<sup>295</sup>

Quando trata das origens históricas da economia solidária, SINGER resgata sobretudo a trajetória do socialista inglês Robert OWEN,<sup>296</sup> que se tornou referência obrigatória na história do cooperativismo, mas reserva também um certo destaque ao francês FOURIER (década de 1830), que ficou conhecido por meio do seu projeto de falanstério. A essência

---

<sup>293</sup> GUILLERM & BOUDET, *op.cit.* p.74.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p.74.

<sup>295</sup> BOBBIO *et al.*, p.76.

<sup>296</sup> Owen será estudado em seguida.

deste projeto consistia no trabalho realizado livremente, motivado sobretudo pela paixão, tendo a remuneração um papel secundário. Cerca de 1.800 trabalhadores viveriam em uma comunidade onde reinaria a harmonia e ninguém dependeria do trabalho para viver, pois haveria uma renda mínima para os que não desejassem trabalhar. Os que trabalhassem, o fariam por prazer e não buscando retorno financeiro. A existência do Estado já não faria sentido, pois a comunidade seria autogerida.<sup>297</sup>

GUILLERM e BOUDET, ao resgatarem o pensamento de Fourier, começam por localizá-lo a partir da Revolução Francesa, quando seus escritos inspiravam-se nos anseios das massas por democracia e liberdade. Ao mesmo tempo, diante da violência testemunhada na ocasião e o “confisco das aspirações populares” empreendido pela burguesia, Fourier concluiu que a revolução continha uma lacuna: faltara o socialismo. Nutrido por estas idéias idealizou o falanstério: reduto socialista no qual prevaleceria a harmonia e igualdade entre todos, cuja multiplicação seria capaz de se impor mundialmente como forma civilizatória avançada e irresistível de organização.

Marx lançou críticas veementes aos denominados “socialistas utópicos”, dentre eles Fourier, Proudhon, Owen. A base da crítica se sustenta nas idéias tidas como fantasiosas, sem fundamentação concreta, produto da imaginação e, desta forma, ferindo a crença no proletariado como sujeito de transformação. Abaixo, está transcrita parte desta crítica, presente no Manifesto Comunista:

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia (...) Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja próprio. (...) À atividade social substituem sua própria imaginação pessoal; às condições históricas da emancipação, condições fantasiosas; à organização gradual e espontânea do proletariado em

---

<sup>297</sup> SINGER, *Introdução à Economia Solidária*, p. 35-38.

classe, uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na prática de seus planos de organização social.

(...)

(...) Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais: estabelecimento de falanstérios isolados, criação de colônias no interior, fundação de uma pequena Icária, edição in 12 da Jerusalém. E para dar realidade a todos estes castelos no ar, vêm-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e os cofres de filantropos burgueses.<sup>298</sup>

A autogestão está na base do pensamento anarquista, cujo centro é o repúdio à autoridade.

PROUDHON<sup>299</sup> com as seguintes palavras, demonstra a essência desta rejeição: “O misticismo, ou adoração do homem pelo homem, o estadismo ou governo do homem pelo homem, o capitalismo ou exploração do homem pelo homem, são três manifestações e três realizações correlativas da autoridade arbitrária do homem sobre o homem, de uma hierarquização alienante do sistema social, de uma negação de uma pluralidade de autonomias”. Proudhon encadeia estas três manifestações de autoridade, e as identifica ao “misticismo integrista”: “(...) sob a máscara de uma mística teísta, humanista, materialista, a humanidade se adora como autoridade e justifica o governo do homem pelo homem, o estadismo, e a exploração do homem pelo homem, o capitalismo”. Quando o acusam de blasfêmia, por rejeitar até mesmo a autoridade divina, porque a autoridade do homem sobre o homem se faz sobretudo sob a cobertura de Deus, PROUDHON responde: “a crítica que fiz da idéia de religião é como todas as crítica que fiz da autoridade.”<sup>300</sup>

MARX via em Proudhon um possível colaborador e exaltou sua obra “O que é a propriedade?”<sup>301</sup> No entanto, seus objetivos não coincidiram. Marx ambicionava fundar associações capazes de fazer propaganda política socialista, e Proudhon tinha como ideal criar

---

<sup>298</sup>MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 5.ed. São Paulo, Ched, 1984, p.49-52.

<sup>299</sup>PROUDHON, citado por BANCAL, Jean. **Proudhon – pluralismo e autogestão**. Brasília : Novos Tempos, p. 123.

<sup>300</sup>*Op.cit.* p.123-124.

<sup>301</sup>No que Proudhon responde, na sua obra, de maneira impactante: “propriedade é um roubo!” – “Sem a autoridade do homem sobre o homem, sem a força, a propriedade é nula (...) Em seu fundamento social, como um ‘despotismo’, quer dizer, uma usurpação da força social, manifestando-se economicamente como um

cooperativas econômicas. Em síntese: o ideal anarquista de teor econômico se chocava com o ideal marxista de teor político. Em 1946, Marx escreveu-lhe uma carta convidando-o a participar de uma correspondência entre socialistas de vários países, com o objetivo de intercambiar idéias e crítica imparcial, buscando romper fronteiras nacionalistas, unificando o ideal internacionalista.<sup>302</sup> Proudhon respondeu com cautela, colocando ressalvas à proposta de Marx: “Aplaudo de todo coração a idéia de fazer vir à luz todas as opiniões; vamos dar ao mundo o exemplo de uma tolerância esclarecida e sagaz, mas não permitamos que o simples fato de encabeçar um movimento nos torne líderes de um novo tipo de intolerância; não nos façamos passar por apóstolos de uma nova religião, mesmo que seja a religião da lógica e da razão(...)” Proudhon propõe, então, ações de teor econômico, compreendendo que mudanças política sem substanciais mudanças econômicas, significa retrocesso, sendo o seguinte o teor de sua proposta: “devolver à sociedade, através de um acordo econômico, a felicidade que lhe foi tirada por outro acordo econômico.” Desde então, Marx rompeu relações com Proudhon e passou a criticá-lo veementemente.<sup>303</sup>

Neste episódio, Proudhon teria recusado a tradição revolucionária, propondo uma transformação gradual, por meio de associações operárias de produção, que os próprios trabalhadores iriam gerir. Além disso, as associações operárias de produção seriam auxiliadas por meio de um “Banco do Povo” que forneceria crédito gratuito. Tais medidas econômicas, na sua concepção, seriam necessárias para suprimir o capitalismo e o comunismo, ambos considerados autoritários. O Estado desapareceria por si mesmo, em consequência deste

---

‘monopólio’, juridicamente como ‘um direito de usar e de abusar’ e filosoficamente como uma negação da liberdade da sociedade pluralista”. *Ibidem*, p.132.

<sup>302</sup>Estava em processo de constituição a Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), mais tarde a Primeira Internacional.

<sup>303</sup>WOODCOCK, *op.cit.* p.136.

sistema econômico. PROUDHON não aceitava a idéia da revolução e, anarquista, dizia-se “apolítico”, acreditando que a revolução econômica resolveria o problema social.<sup>304</sup>

GUILLERM e BOURDET tecem críticas a Proudhon<sup>305</sup> lembrando que ele não explicita a forma capaz de viabilizar a tomada as fábricas – denominando-o reformista. Quanto à crítica de Marx, no Manifesto Comunista, é dirigida aos denominados “utópicos” de modo geral. No entanto, a crítica não abarcou a idéia proudhoniana do autogoverno dos trabalhadores, ou seja: Marx acreditava firmemente no protagonismo dos trabalhadores. Na sua concepção, estes espontaneamente se organizariam após expropriação dos meios de produção da burguesa. Em “O Capital”, Marx visualizava uma sociedade futura onde predominasse o que ele denominava “autogoverno dos produtores associados”<sup>306</sup>. Ao mesmo tempo, no entanto, o poder do Estado figurava em suas formulações no “Manifesto Comunista”.

Na Internacional Socialista, Marx e os proudhonianos discordavam relativamente à questão do Estado. Por ocasião da guerra da França contra a Alemanha, em 1870, Marx e Bakunin<sup>307</sup> resolveram conclamar os operários franceses para defender o país, após a primeira derrota da França mas não entraram num consenso quanto à maneira de encaminhar a luta. Bakunin tomou sozinho a iniciativa de convocar os operários a se unirem contra a burguesia e contra os prussianos, mas não obteve adesão. De forma surpreendente, o próprio povo proclamou, então, a Comuna de Paris.<sup>308</sup>

---

<sup>304</sup>WOODCOCK, *ibid*, p.147.

<sup>305</sup>Ao contrário de Bancal que, por 39 anos, estudou as obras de de Proudhon, composta por cerca de 40 volumes que permaneceram em parte obscuros, e sustenta ter ele sido historicamente mal compreendido: “Tendo realizado uma longa caminhada nesta obra tão surpreendentemente densa e tão extraordinariamente rica, retivemos a evidência de uma doutrina proudhoniana positiva, coerente e perfeitamente articulada, a qual seu sentido quase profético conferia uma importância primordial.”(p.22)

<sup>306</sup>GUILLERM e BOURDET, *op.cit.*, p.62-3.

<sup>307</sup>Representante da principal tendência proudhoniana na Internacional. Proudhon faleceu em 1865, deixando inúmeros seguidores.

<sup>308</sup>NASCIMENTO, Cláudio. *Op.cit.*

Depois da Comuna de Paris, Marx reviu suas concepções acerca do estatismo, abandonando posições consolidadas anteriormente – não obstante ter a experiência sido completamente dilacerada dois meses depois.<sup>309</sup>

GUILLERM e BOURDET sustentam que houve uma deturpação do pensamento de Marx, ou a desqualificação do marxismo, que se impõe tal como um senso comum principalmente após a falência do “socialismo” na Rússia. Estes autores enfatizam que aquela não foi uma experiência marxista, já que Marx nunca advogou a favor do centralismo democrático<sup>310</sup>, sendo partidário da Autogestão: a capacidade de protagonismo do operário se constituía no eixo do seu pensamento. Desta forma, estes autores julgam tarefa necessária desvelar a realidade, restituindo ao marxismo seus verdadeiros fundamentos.<sup>311</sup>

Para LENIN, o proletariado não tinha capacidade de empreender por si só a luta pela sua libertação, e rechaçava o que ele denominava “culto servil do espontâneo”. Decisões, na concepção de Lenin, devem ser tomada pelas “autoridades do partido,” já que a base é considerada “inapta”. Vigem o segredo ou a “lei do sigilo”, inexistente diálogo.<sup>312</sup>

Rosa LUXEMBURGO e PANNEKOEK, marxistas, antileninistas, repudiavam a prática dos bolcheviques: “Não se trata apenas de dizer que Lênin e os bolcheviques ‘cometeram erros’ mas que seguiram caminho oposto à emancipação operária.”<sup>313</sup> LUXEMBURGO busca revitalizar a idéia da espontaneidade, operária, e se confronta com Lenin relativamente ao centralismo democrático.

Com a Revolução na Alemanha, em 1918, Rosa Luxemburgo é assassinada. Instala-se o Movimento dos Conselhos Operários, que duraram de 1919 a 1923, erigindo-se com base nas

---

<sup>309</sup>*Ibidem*, p.65-66.

<sup>310</sup>Para GUILLERM e BOURDET, não há uma teoria “leninista” mas um princípio de “centralismo democrático” que até hoje trás conseqüências nefastas à classe operária. Centralismo democrático significa, para os autores, “Sistema hierarquizado cuja cúpula são os ‘revolucionários profissionais’ que impõem disciplina de ferro, introduzindo de fora a consciência socialista no proletariado”. *Ibidem*, p.83.

<sup>311</sup>GUILLERM e BOURDET, *op.cit.* p.81.

empresas que, longe de serem somente unidades de produção, eram também o que GUILLERM e BOUDET.<sup>314</sup> denominam “(...) célula social: o lugar principal de ‘socialização’ dos indivíduos e das massas, onde se gera uma multidão de atividades outras além da simples produção”<sup>315</sup>. Nos Conselhos havia a prática dos tribunais populares, revogabilidade permanente, rotatividade em todas as tarefas e os delegados recebiam salários compatíveis com os dos operários.<sup>316</sup>

### 3.3 COOPERATIVISMO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Uma concisa abordagem sobre os antecedentes do cooperativismo, que é compreendido como o “protótipo” da economia solidária,<sup>317</sup> faz-se necessária. Vários estudiosos da economia solidária afirmam que esta tem origem no movimento cooperativista do século XIX. Os princípios que norteiam as cooperativas atuais, bem como demais experiências de economia solidária, são inspirados naqueles mesmos princípios da primeira cooperativa consagrada historicamente, a cooperativa de consumo dos conhecidos “Pioneiros de Rochdale”.

Paul SINGER<sup>318</sup> localiza as origens do cooperativismo na gênese do capitalismo industrial, sobretudo na Grã-Bretanha, quando camponeses foram expropriados das terras nas quais viviam e passaram a trabalhar nas fábricas, sob condições desumanas.<sup>319</sup>

<sup>312</sup>*Ibidem*, p.77-80.

<sup>313</sup>*Ibidem*, p.81-90.

<sup>314</sup>*Ibidem*, p.92.

<sup>315</sup>*Ibidem*, p.87.

<sup>316</sup>Inúmeras foram as experiências de autogestão na história. Neste capítulo iniciou-se o trajeto na Europa, após a Revolução Francesa, com os Falantstérios idealizados por Fourier, chegando nos Conselhos Operários no início do século XX. O objetivo foi captar referências apontadas por autores que teorizam sobre a economia solidária, alargando um pouco mais o raio de pesquisa a fim de melhor elucidar a investigação. Desta forma, Proudhon, Fourier e Owen não poderiam deixar de fazer parte deste estudo, já que são constantemente acessados na literatura da economia solidária e autogestão. No entanto, a presente reflexão renderia mais frutos se fossem aprofundadas as experiências estudadas e abordadas várias outras práticas autogestionárias (ou assim denominadas), como a experiência da Iugoslávia, Argélia, Itália, os Conselhos de Fábrica, e tantos outros exemplos que mereceriam menção mas escapam das possibilidades deste trabalho.

<sup>317</sup>*Ibidem*, p.9.

<sup>318</sup>SINGER, Paul. *Op.cit*, p. 24-25.



No início do século XIX, o industrial britânico Robert Owen, proprietário de uma indústria têxtil, destacou-se pela generosidade com que tratava os operários. Ao contrário da extração predatória das energias dos trabalhadores, para arrancar-lhes o máximo de mais-valia, Owen impunha limites para a jornada de trabalho e proibia o trabalho infantil na sua indústria – além de construir escolas para as crianças. Tais atitudes, ao invés de gerarem prejuízo, rendiam lucros a este industrial, o que despertou a atenção sobre a sua fórmula inédita, de obter lucratividade e ao mesmo tempo ser generoso.<sup>320</sup>

Em 1917, numa época de crise na Grã-Bretanha e o grande número de desempregados, Owen apresentou um plano ao governo, que consistia em reverter recursos destinados aos mais pobres, à criação de *aldeias cooperativas*: Em cada aldeia viveriam cerca de 1.200 pessoas, que trabalhariam solidariamente, de forma a promover seu sustento. Sua idéia não foi aceita, porque ficava clara que a proposta de Owen extrapolava os objetivos de diminuir os gastos com a população pobre, colocando em questão o próprio modo de produção capitalista. Owen não desistiu de sua idéia e em 1825, fora da Inglaterra, fundou uma aldeia cooperativa que durou apenas 04 anos. Na sua ausência, vários seguidores haviam fundado associações cooperativas e havia uma grande efervescência tanto com relação às cooperativas, que inclusive criaram um jornal próprio, quanto com relação aos sindicatos, que na ocasião se expandiam e passaram a assumir o já então denominado “owenismo”. Sindicatos e cooperativas dispuseram-se lado a lado com operários das fábricas nas suas reivindicações e as lutas tomaram uma dimensão maior: as cooperativas não se limitavam a se constituir numa alternativa de sobrevivência aos desempregados ou melhorar as condições de trabalho dos empregados, mas tinham como horizonte a substituição do modelo capitalista pela autogestão.

---

<sup>319</sup> No capítulo IV, desta dissertação, há uma abordagem sobre as principais lutas operárias que ocorreram neste período. Naquela época não havia nenhum tipo regulamentação do trabalho, inclusive crianças começavam a trabalhar logo que podiam ficar de pé.

<sup>320</sup> SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, p.24-25.

Foram criadas “cooperativas integrais” aos moldes do modelo proposto por Owen de aldeias cooperativas, além de “armazéns cooperativos”, que juntos, organizavam produção e consumo, efetuando também práticas de *escambo* em *bazares de troca* ou *bolsas eqüitativas de trabalho*, o correspondente aos modernos Clubes de Trocas. A rejeição rebelde às práticas do comércio que visam o lucro motivou a realização deste tipo de atividade sem intermediários, e foi criada a *Bolsa Nacional de Trabalho Eqüitativo*, oferecendo oportunidades de trocas entre os participantes de cooperativas. Neste espaço as trocas eram realizadas sob a forma de escambo ou por meio da utilização de moeda própria denominada “notas de trabalho”, cujo valor correspondia ao número de horas gastas na produção.<sup>321</sup>

Em 1833, Owen retornou à Grã-Bretanha e tomou a frente das lutas que se travavam intensamente na sua ausência. Nesta época, os sindicatos, aliados às cooperativas, confrontavam-se com os capitalistas inclusive por meio da disputa de mercado – tendo como objetivo a tomada das indústrias para transformá-las em cooperativas. SINGER ressalta o caráter revolucionário das cooperativas na sua gênese, constituindo-se já naquele tempo, em modo de produção alternativo ao capitalismo. Muitas lutas bem sucedidas foram travadas, mas a reação dos capitalistas organizados, apoiados pelo governo, não tardou a se impor. Em 1833, houve demissões em massa e aos trabalhadores não restou outra alternativa senão capitular, renunciando ao sindicato para retornarem ao trabalho e garantir a sobrevivência. Mais tarde, os empresários demitiram todos os operários sindicalizados e os que adentraram nas cooperativas. O movimento dos operários (cooperativa e sindicatos) organizara a denominada “Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras” (GUNM), numa tentativa de arrecadar recursos para destinar aos desempregados, naquela que era considerada uma situação emergencial. No entanto, os recursos não foram suficientes para

---

<sup>321</sup> Alguns Clubes de Trocas atuais utilizam este critério das horas de trabalho, como por exemplo a experiência do Rio de Janeiro.

tantos desempregados. Os sindicatos sofreram sucessivos ataques e as cooperativas enfraqueceram. Desta forma, devido à superioridade de forças do capital com relação ao trabalho, o movimento foi esmagado.<sup>322</sup>

### 3.4.1 Rochdale e os Princípios Cooperativos

A origem dos princípios cooperativos está naquela que é considerada a “mãe” de todas as cooperativas: a *Rochdale Society of Equitables Pioneers*, constituída em 1844, sob inspiração de Owen, por um grupo de 28 pessoas do setor têxtil, na região de Manchester, Norte da Inglaterra.<sup>323</sup> Quatro anos depois, a cooperativa já contava com 140 membros e 14 anos depois, aproximadamente 3.450.<sup>324</sup>

SINGER<sup>325</sup> destaca o crescente progresso de Rochdale desde o momento de sua constituição. Houve grande desenvolvimento por meio da expansão dos negócios, mas também representado por investimentos em educação, como sala de leitura com jornais do dia e, mais tarde, uma biblioteca, além de cursos e debates semanais.

O minucioso estatuto com trinta e quatro artigos, cujos princípios dele foram extraídos, até hoje são referência nas cooperativas modernas em todo o mundo. Rui Namorato adverte que Rochdale se deve em grande parte à experiência das cooperativas antecessoras, principalmente as “cooperativas owenistas”,<sup>326</sup> Conforme suas palavras:

... a importância irrecusável da iniciativa dos Pioneiros de Rochdale não pode ser confundida com o nascimento ou a fundação do cooperativismo moderno. Na verdade, sendo este o desabrochar organizativo consciente de uma prática social latente, que ao longo dos tempos não deixou de ter afloramentos concretos, embora esporádicos, certamente que se compreende

<sup>322</sup>SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**, p.26-35.

<sup>323</sup>NAMORATO, Rui. **Os princípios cooperativos**. Coimbra : Fora do Texto, s/d. p.7-8.

<sup>324</sup>SAUCEDO, Daniele; NICOLAZZI JÚNIOR, Norton Frehse. O trabalho na história, um longo processo de transformações. In: GEDIEL, José Antônio. **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 2001, p.89-90.

<sup>325</sup>SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, p.42-3.

<sup>326</sup>NAMORATO, Rui. *Op.cit.*, p. 7-10.

que, nas décadas anteriores ao aparecimento dos “pioneiros de Rochdale” ele tenha sido prenunciado e preparado por uma série de tentativas operárias.

Todas as experiências cooperativas anteriores são, aliás, um elemento determinante para se compreender Rochdale. Foi um tempo de grande precariedade, de múltiplas tentativas falhadas, de uma enorme mortalidade cooperativa. E o exemplo mais relevante pode encontrar-se no grande surto de cooperação ‘owenista’ ocorrido, na Inglaterra dos anos 30 do século XIX. A uma espantosa irradiação, sucedeu um impressionante declínio.<sup>327</sup>

SINGER sistematiza os oito princípios idealizados pelos Pioneiros de Rochdale e que se tornaram universais do cooperativismo, cujo conjunto representa a fidelidade aos princípios socialistas e ao mesmo tempo busca assegurar viabilidade econômica:

1º) Que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da ‘porta aberta’; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) vendas feitas pela cooperativas seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.<sup>328</sup>

Estes princípios foram adaptados e atualmente são considerados, pela Aliança Cooperativa Internacional<sup>329</sup> os seguintes: (1º) adesão livre e voluntária; (2º) gestão democrática pelos membros; (3º) participação econômica dos membros; (4º) autonomia e interdependência; (5º) educação, formação e informação; (6º) intercooperação; (7º) interesse pela comunidade.

A trajetória de contínua expansão experimentada por Rochdale, é narrada de maneira rica por SINGER, e inclui a constante diversificação de produtos e serviços, criação de alfaiataria, moinho cooperativo, suprimento a outras cooperativas, estabelecimento de um fundo de educação, escolas para crianças e adultos, departamento de atacado para atender

---

<sup>327</sup> *Ibidem*, p.8-9.

<sup>328</sup> SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, p.39-40.

<sup>329</sup> Aliança Cooperativa Internacional é uma organização não-governamental independente que congrega, representa e presta assistência às organizações cooperativas em todo o mundo. Ver site [www.ica.coop/ica/pt/ptaci.html](http://www.ica.coop/ica/pt/ptaci.html).

inclusive outras cooperativas, fundação de outras cooperativas. Rochdale Enfrentou crises mas mostrou extraordinária capacidade de superá-las.<sup>330</sup>

No entanto, paralelo ao seu desenvolvimento, foram aos poucos sendo abandonados os ideais originários, ou seja: a construção de uma colônia comunista onde a maior parte das necessidades dos trabalhadores seria suprida pela própria cooperativa, e os excedentes seriam trocados em outras cooperativas imbuídas dos mesmos ideais.<sup>331</sup> Os sonhos foram sendo “dissolvidos” ou “absorvidos” pela lógica capitalista vigente, que se impunha quanto mais crescia a experiência. Os Pioneiros resolveram abandonar a idéia de constituir um reduto à parte do mundo.<sup>332</sup>

No final do século XIX e início do século XX, várias cooperativas se impuseram no cenário europeu e nos Estados Unidos, representando um auge no desenvolvimento de cooperativas. No geral, vigorava, como em Rochdale, a co-gestão. Aos poucos as cooperativas foram adquirindo contornos cada vez mais capitalistas: trabalhadores foram perdendo seu direito de decisão, aliado às perdas financeiras que lhes foram impostas. Tal situação gerava controvérsias - principalmente entre os “veteranos” que se mantinham fiéis aos ideais originários – e os cooperadores operários mais jovens. Inovações tecnológicas, o advento dos *shopping centers*, o desenvolvimento do *marketing* do grande capital, principalmente após a Primeira Guerra Mundial levaram as cooperativas – principalmente as de consumo – à crise. Foram sucumbindo ou sacrificando cada vez mais seus ideais cooperativistas para fazer frente à concorrência e não perecerem.<sup>333</sup>

Singer avalia que, em termos quantitativos, as cooperativas nunca deixaram de crescer, mas no aspecto qualitativo, houve acentuado processo de degeneração. Teriam contribuído

---

<sup>330</sup>SINGER, Paul. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis : Vozes, 1998, p.99-6.

<sup>331</sup>Trata-se da idéia da ‘aldeia cooperativa’, sonho originário de Robert Owen, que consistia em comunidades nas quais as pessoas produziriam e consumiriam em comum, vivendo de forma fraterna.

<sup>332</sup>SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, p.45-46.

para isto – além dos já expostos – fatores relacionados às consideráveis conquistas trabalhistas graças às lutas operárias, que se travaram com o apoio dos sindicatos, melhorando as condições de trabalho e a conseqüente valorização do assalariamento, fazendo com que empregos fossem cobiçados e se tolerasse relações empregatícias no interior das cooperativas; no entanto, após os anos de 1970, houve o desemprego em massa, com a conseqüente debilitação dos sindicatos. Emprego passou a se constituir em objeto de extrema cobiça, ao mesmo tempo em que as condições de trabalho daqueles que conseguiam se manter empregados, a cada dia se tornavam mais precárias.

As cooperativas sempre foram objeto de crítica, desde sua idealização. O maior teor desta se refere à pretensão destas de se constituírem em estratégia de luta para superação do capital, luta esta que, na concepção dos críticos, deve ser travada em nível político e não econômico. Será abordada abaixo o debate entre Rosa LUXEMBURGO e BERNSTEIN, no século XIX.

Em 1875 foi fundado o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) e Rosa nele ingressou, em 1898. O dirigente socialdemocrata, Eduardo Bernstein, sistematizou numa obra – *As premissas para o socialismo e as tarefas da socialdemocracia* - a idéia de substituir a revolução por reformas graduais, a serem implementadas por meio de cooperativas de produção e consumo, aumento do poder sindical e ampliação da democracia parlamentar. Suas propostas foram acolhidas com entusiasmo pela direção do partido, cujas práticas já há algum tempo não eram aguerridas, aproximando-se sucessivamente daquelas capitalistas – como bem explicita César BENJAMIN: “Os trabalhos de Bernstein ofereceram a base doutrinária que legitimava essas tendências. O prognóstico era claro: o capitalismo se tornava, cada vez mais, um sistema organizado, capaz de banir conflitos e crises. Tinha, pois,

---

<sup>333</sup> *Ibid*, 39-58.

diante de si, um horizonte de desenvolvimento relativamente harmonioso, capaz de absorver as demandas dos trabalhadores. Por que, então, falar em revolução?”<sup>334</sup> Rosa Luxemburgo publicou a conhecida obra “*Reforma ou Revolução?*”, em 1900, repudiando a atuação do partido por meio de reformas. No prefácio da obra, Luxemburgo expõe sua indignação, e afirma que a luta cotidiana por meio da multiplicação de cooperativas, do fortalecimento dos sindicatos e ampliação da democracia parlamentar constituem apenas *meios* para atingir o *fim*, qual seja: a revolução social, ou a transformação da ordem capitalista vigente de forma a erradicar o assalariamento. A melhoria das condições de vida da classe operária não poderia substituir o objetivo principal, ou seja: a conquista do poder político.<sup>335</sup>

LUXEMBURGO dedica um capítulo da sua obra *Reforma ou Revolução* aos Sindicatos, cooperativas e democracia política.<sup>336</sup> BERNSTEIN defende a idéia de que, para superar o modo de produção capitalista, uma das estratégias consiste na expansão das cooperativas de produção, que estariam sempre atreladas às cooperativas de consumo a lhes garantiria a sobrevivência. Ao que LUXEMBURGO discorda, nos seguintes termos:

Mas, se com isso ficam as condições de existência das cooperativas de produção na sociedade atual ligadas às condições de existência das cooperativas de consumo, vem resultar daí que as cooperativas de produção têm de limitar-se, na melhor das hipóteses, a um pequeno mercado local e a reduzido número de produtos de necessidade imediata, de preferência produtos alimentícios. Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, como a indústria de construção de máquinas, locomotivas e navios, estão de antemão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte, das cooperativas de produção. Eis porque, sem ter em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média.<sup>337</sup>

---

<sup>334</sup>BENJAMIN, Cesar. *In*: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo, Expressão Popular, 1999, p.7-11.

<sup>335</sup>LUXEMBURGO, Rosa. *Op.cit.*, p.21-27.

<sup>336</sup>*Ibidem*, p.80-83.

<sup>337</sup>*Ibidem*, p.82

Após dissertar sobre suas ressalvas com relação ao pretense poder atribuído aos sindicatos na superação da ordem capitalista, LUXEMBURGO lança sua crítica a BERNSTEIN, advertindo que – tanto sindicatos como cooperativas – são absolutamente incapazes de superar o modo de produção capitalista, pois se limitam a redirecionar uma pequena parcela do lucro aos operários. Conclui que BERNSTEIN “(...) renuncia espontaneamente à luta contra o modo de produção capitalista, dirigindo o movimento socialista apenas no sentido da luta contra o modo de repartição capitalista”.

LENIN acreditava no poder das cooperativas no “pós-revolução”, como desencadeadoras de uma “revolução cultural”, ou seja: um dos objetivos do socialismo. Na sua concepção, na medida em que as massas adentrassem neste modo de produção, seria desenvolvida a cultura da cooperação, da participação e isto sustentaria o socialismo.<sup>338</sup>

MARX e ENGELS posicionavam-se de maneira semelhante a LENIN com relação às cooperativas: estas deveriam se impor num sistema socialista ou de transição, caso contrário atuariam lado-a-lado com o capital, fortalecendo-o, ao invés de se constituírem na sua superação. Estes autores também previam a possibilidade das cooperativas sofrerem um processo de degeneração – principalmente se fossem em pequeno número – dada a tendência a reproduzirem as formas de exploração capitalista.<sup>339</sup>

O teor do debate contemporâneo acerca da cooperativismo segue tendências convergentes às acima abordadas e o prognóstico de Marx parece se realizar: as cooperativas que Paul SINGER denomina “degeneradas” não só se multiplicam como se constituem quase como “regra geral”. Há um agravante adicional: além de muitas delas atuarem como

---

<sup>338</sup>SIZANOSKI, Raquel. **O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST.** (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Dissertação de Mestrado, UFSC, Departamento de Ciências Humanas, 1998, p.73.

<sup>339</sup>MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política.** Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1991, Livro II, Vol. V, Cap. XXVII, p.509.



empresas capitalistas, constituem-se em instrumento legal para maior precarização do trabalho, ao explorar a mão-de-obra sem nenhum tipo de proteção social.

### 3.5 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A “REINVENÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”

Neste início do século XXI, estaria – na concepção de SINGER – ocorrendo um processo de *reinvenção da economia solidária* acompanhando as transformações verificadas no mundo do trabalho.<sup>340</sup>

O advento do cooperativismo – ou o nascimento da economia solidária, conforme designa Paul SINGER,<sup>341</sup> teve origem a partir de um momento de profundas transformações, representadas pelo capitalismo industrial, que lançou na pobreza grandes contingentes populacionais, principalmente camponeses e artesãos, com a difusão generalizada de máquinas que substituíam o trabalho manual, e a nova organização fabril, responsável pelas condições aviltantes de trabalho.<sup>342</sup> A *reinvenção da economia solidária*<sup>343</sup>, de forma semelhante, se dá num contexto mundial de grandes transformações, levando à crise do assalariamento e substanciais mudanças no mundo do trabalho.

Para Marx e Engels<sup>344</sup>, a divisão do trabalho e propriedade privada estão em estreita relação: o poder de uns indivíduos sobre outros se dá através da imposição do trabalho, sendo que essa imposição existe na medida em que vigora a propriedade privada.

---

<sup>340</sup>SINGER, *Ibid*, p.109-112.

<sup>341</sup>*Id.* p.24.

<sup>342</sup>Ver capítulo IV desta dissertação, que discorre sobre os movimentos sociais a partir das revoltas dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho, na Europa.

<sup>343</sup>SINGER, **Introdução à Economia Solidária**, p. 109.

<sup>344</sup>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach**. São Paulo : Centauro, 1984, p.36-39.

Na propriedade tribal, o trabalho se restringe à caça, pesca, criação de gado e agricultura (conforme o grau de adiantamento da tribo). Predomina a divisão natural do trabalho, sendo um prolongamento da divisão natural do trabalho na família: há os chefes patriarcais da tribo, os membros da tribo e, por fim, os escravos. A subordinação da mulher e dos filhos ao homem constituiria, para Marx e Engels, um embrião de propriedade. Na propriedade comunal há a união de várias tribos formando uma cidade, por meio de acordo ou conquista. Continua a existir o trabalho escravo (propriedade móvel), cujos proprietários se constituem no grupo (ou associação).<sup>345</sup>

Com a propriedade privada imóvel, a divisão do trabalho já está mais desenvolvida e surge o antagonismo entre campo/cidade e entre Estados. A propriedade feudal é assentada sobre o trabalho dos camponeses servos, que são a classe produtora direta, sob o domínio da nobreza. A estrutura feudal, assim como na propriedade comunal, constitui-se numa associação face à classe produtora dominada. Os artesãos individuais, que ao fugirem dos feudos se estabelecem nas cidades, geralmente transformam-se em “aprendizes”: a “plebe” desorganizada na propriedade corporativa. Nas corporações, praticamente inexistente a divisão de trabalho: os que ambicionam ser mestres necessitam conhecer o todo do seu ofício. Há uma grata relação homem-trabalho.<sup>346</sup>

Com a separação entre produção e intercâmbio acentua-se a divisão do trabalho, o que propicia o surgimento das manufaturas nas cidades, principalmente a tecelagem. À medida que aumenta a população e a procura por tecidos para o vestuário, também se inicia o processo de acumulação e de concentração. É quando ocorre o período da grande indústria com a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho, processo que se vai aperfeiçoando

---

<sup>345</sup> *Ibidem*, p.37.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p.67.

com o decorrer do tempo, sob a forma do fordismo/taylorismo que vigorou até o final da Segunda Guerra Mundial.

Adam SMITH,<sup>347</sup> defendia de maneira entusiástica a divisão de trabalho, sendo esta considerada a forma mais evoluída de produção, demandando inúmeras vantagens a todos os envolvidos: empregados, patrões e toda a sociedade, que se beneficiaria do maior rendimento, da especialização e produtividade proporcionada. A acumulação capitalista levaria à riqueza das nações, sendo que os frutos dessa acumulação acabariam sendo também destinados ao povo, num perfeito ciclo produtivo.

SMITH admitia que a divisão de trabalho, dada a forma mecânica pela qual a atividade é realizada, leva à supressão da criatividade humana, acarretando prejuízos ao trabalhador. Também previa a tendência do capitalismo de absorver menos mão-de-obra quanto mais máquinas produzisse, capazes de substituir o trabalho humano e ao mesmo tempo obter mais vantagens econômicas, lançando trabalhadores ao desemprego. No entanto, tais conjecturas não chegavam a ser um problema e não ocuparam espaço de destaque na sua teoria, já que a abordagem era essencialmente econômica. A preocupação de SMITH se situava na riqueza das nações, considerando tal processo de desenvolvimento irreversível, natural e desejável.

Karl MARX<sup>348</sup> desmistificou a concepção de Smith, por ele tida como reducionista no tocante à valorização da divisão do trabalho e abordou a desumanização que ocorre devido ao trabalho fragmentado que o proletário é obrigado a desenvolver. Ao executar somente uma parte do todo, sem que jamais possa ver o produto final da sua atividade, o trabalhador não mais se reconheceria naquilo que produziu, sendo roubado da sua humanidade. O produto do seu trabalho lhe escapa e se torna algo fora de si: alheio e inatingível. Marx introduziu a categoria que expressa o encanto do homem pelo produto do seu trabalho, trabalho este que

---

<sup>347</sup>SMITH, Adam. **Riqueza das Nações.**

lhe foge das mãos e se torna um ente “vivo”, independente, “humanizado”: o “fetiche da mercadoria”. Ocorreria uma inversão: enquanto o trabalhador se desumanizaria ao atuar de forma mecânica, sem possibilidade de exercitar sua criatividade e entusiasmo pelo trabalho, a mercadoria se “humanizaria” ao sobrepor-se ao trabalhador como que adquirindo vida própria, já que não seria vista mais como resultado do esforço humano.<sup>349</sup>

O trabalho, para Marx, seria um ato de criação, de liberdade, de relações sociais. O capitalismo teria transformado essa atividade, humana por excelência, em alienação, em trabalho abstrato: aquele indiferente para quem o realiza e para quem adquire o seu produto. Foi possível na modernidade e se relaciona com a reificação, a “coisificação” do trabalho, que se situa como algo separado do trabalhador e possível apenas de ser quantificado.<sup>350</sup> É o trabalho traduzido em “jornada”: quantidade de horas que são impessoais, ou seja: não interessa quem é o ser humano que está realizando a tarefa, importa sim que há uma mão-de-obra desprovida da propriedade, executando tal serviço num determinado espaço de tempo. Marx, ao abordar o trabalho como atividade criadora, sustenta que os trabalhadores travam contato entre si mediante a troca de seus produtos; é o trabalho que as pessoas exercem umas para as outras, denominado o trabalho humano, e que toma a forma social tão logo os humanos mantêm relações através da troca dos seus produtos. É o trabalho diretamente socializado, que pode ser realizado sob a forma de divisão de trabalho (familiar ou comunal): o conjunto de forças individuais que se torna um produto social, produzido e distribuído socialmente.<sup>351</sup>

Com a moderna divisão industrial do trabalho, o seu resultado se transforma em mercadoria, em valor. A mercadoria, portanto, é uma criação que ocorreu num determinado

---

<sup>348</sup>MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Vol. 1, Livro Primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

<sup>349</sup>MARX, *op.cit.* p.....

<sup>350</sup>Marx, *op.cit.* 1983.

momento histórico, através do trabalho abstrato, onde “o processo de produção domina os homens” e não o contrário.

Robert CASTEL,<sup>352</sup> ao abordar a sociedade salarial, demarca três formas de relações de trabalho. A primeira delas, inerente justamente à industrialização nascente: a *condição proletária*. Significa uma “quase exclusão do corpo social” pois os trabalhadores só possuem como recurso de sobrevivência o rendimento irrisório obtido através do trabalho – nenhum outro tipo de garantia ou quaisquer outros benefícios. A *condição operária* – segunda forma de relação de trabalho – é o resultado de um longo processo de lutas e reivindicações do proletariado na busca por direitos. Constitui-se numa relação salarial na qual o trabalhador pode obter segurança suplementar como férias, aposentadoria, seguro, proteção relativa a doenças, acidentes etc. O que Castel denomina “integração da subordinação”: há acesso ao consumo, habitação, saúde, educação mas em patamares limitados e compartimentados, tidos como de “segunda categoria”. Continua a subordinação e o estigma que acompanha o trabalhador. A generalização do trabalho assalariado permite, num terceiro momento, a inserção de uma “*burguesia salarial*” que passa a ocupar cargos “elitizados”, principalmente na prestação de serviços: professores, publicitários, comunicadores e outros. Mantêm-se lado-a-lado com os proprietários dos meios de produção na subordinação aos operários. O abismo que separa a classe operária da “burguesia salarial” é o fato dos primeiros executarem tarefas mecânicas, monótonas, que não exigem raciocínio, exercício da criatividade ou intelectualidade. Trata-se, o operário, do “trabalhador mais grosseiro e o menos digno”<sup>353</sup>

Tais assalariados privilegiados, inscritos na ordem da burguesia, desfrutam de altos padrões de consumo e se lhes permite mesmo a constituição de patrimônio, a aquisição de

---

<sup>351</sup>MARX, *op.cit.*, 1983. p.71- 74.

<sup>352</sup>CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do trabalho.** 3.ed.. Petrópolis, Vozes, 2001, p.415-416.

<sup>353</sup>*Ibidem*, p. 443.

propriedade privada. Dessa forma, as relações entre propriedade privada e trabalho se consolidam, assim como se sedimenta a sociedade salarial.

CASTEL chega, finalmente, ao quarto estágio, que é o enfraquecimento da condição salarial: em plena era de globalização, de expressivos avanços científicos e tecnológicos, a grande maioria da humanidade permanece excluída. Excetuando-se uma minoria que desfruta de confortos e comodidades diversas, proporcionadas pela modernidade, grande parte da população do planeta ainda despende toda a energia em busca da sobrevivência. Doenças erradicadas há séculos retornam sob a forma de epidemia, além de outras recentes. Fome e AIDS dizimam populações inteiras nas periferias do planeta e mesmo nas periferias dos países ricos. O desemprego se torna, atualmente, uma ameaça, gerando instabilidade, insegurança, apreensão por parte da população que se vê em posição de vulnerabilidade, sob a perspectiva de ter sua vida devastada por uma eventual perda de rendimento. Legiões de jovens transitam de porta em porta em busca do primeiro emprego, fazendo dessa jornada a sua atividade principal. Outros desempregados desistiram de procurar emprego, fazendo surgir uma nova categoria: o desemprego por “desalento”.<sup>354</sup> O sobretrabalho, ou seja, o trabalho que é realizado em jornadas que extrapolam os limites admissíveis por lei – convive com a falta absoluta de trabalho.<sup>355</sup>

O subemprego se torna a única forma de sobrevivência de grande parcela da população e os tidos como “miseráveis” deixam de ser somente aqueles incapacitados ao trabalho (deficientes, doentes, idosos e crianças abandonadas) mas também e principalmente, aqueles que possuem meios para trabalhar e não o conseguem, além daqueles que trabalham arduamente em troca de um salário irrisório, insuficiente para prover a subsistência da família.

---

<sup>354</sup> A categoria “desemprego por desalento” é utilizada pela metodologia de pesquisa do Seade/Dieese. sobre o emprego/desemprego publicada na Folha de São Paulo em 26.01.2002, p. B3. Citado no Boletim Cepat Informa, Curitiba, n. 83, p.9, 2002.

<sup>355</sup>POCHMANN, Márcio. **O abuso do sobretrabalho no Brasil**. Revista Valor, 27.03.201.

Como acentua CASTEL<sup>356</sup> poucos se lembram dos trabalhadores miseráveis, em condições de trabalho física e moralmente degradantes, reduzidos a “máquinas de fazer lucro” nas fábricas do século XIX. Atualmente, o mesmo ocorre nas modernas fábricas terceirizadas localizadas nos países pobres, que fazem com que Marx permaneça surpreendentemente atual<sup>357</sup> e o capital livremente “celebre suas orgias”.<sup>358</sup>

Em outra perspectiva, Ricardo ANTUNES caracteriza o novo mundo do trabalho de acordo com a “desproletarização”, ou diminuição da classe operária tradicional e “subproletarização” do trabalho, ou trabalho precarizado, terceirizado, flexibilizado, eventual, informal, que caminha junto com a “intelectualização do trabalho manual”. ANTUNES acredita que as relações de trabalho apenas efetivam um movimento de readequação, o que não significa que haja alguma ameaça de extinção da classe trabalhadora nesta fase do capitalismo avançado. Ao contrário: o capital precisa desta – que ANTUNES denomina – *classe-que-vive-do-trabalho*, de modo que permanece a centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea.

Marilena CHAUI<sup>359</sup> questiona o motivo pelo qual o trabalho, nas civilizações antigas tido como “tortura”,<sup>360</sup> indignidade, como atividade destinada somente aos escravos e pessoas vis – tornou-se juntamente o contrário disso: passou a significar virtude. De castigo divino passando a ser uma “obrigação divina”<sup>361</sup>

---

<sup>356</sup>CASTEL, *op.cit.*, p. 286-7.

<sup>357</sup>Naomi Klein (KLEIN, Naomi. **Sem Logo: a tirania das marcas em um Planeta Vendido**. São Paulo : Record, 2002) narra as condições subumanas de trabalho a que são submetidos *atualmente os* operários (também homens, mulheres e crianças) das fábricas terceirizadas que prestam serviço às grandes corporações como Nike, Adidas e outros. Capítulo nove: “A fábrica descartada - a produção degradada da supermarca”.

<sup>358</sup>MARX, Karl. **O capital**.

<sup>359</sup>CHAUI, Marilena. *In*: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. (Introdução). 2.ed. São Paulo : Hucitec, 1999, p.11-12.

<sup>360</sup>Etimologicamente, trabalho é palavra latina *tripalium*: instrumento de tortura – e *labor* significando esforço, dor, pena, fadiga. Por sua vez, em grego, a palavra *ócio* significa escola. Nas sociedades gregas e romanas, o ócio é um valor indispensável para a vida livre e feliz, para o exercício da nobre atividade da política, para o cultivo do espírito (arte, ciência, letras) e físicas (dança, ginástica, esporte, arte militar).

<sup>361</sup>Max Weber, em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” analisa a relação existente entre o capitalismo e a concepção do trabalho como virtude

LAFARGUE, já no final do século XIX, denominava “religião do trabalho” a adoração ao trabalho – para ele, uma eficaz maneira encontrada pelo capitalismo de dominar subjetivamente a mão-de-obra necessária à reprodução do capital. Em 1880, publicava o panfleto revolucionário “O direito à preguiça”, no qual expunha as razões pelas quais o trabalho, algo abominável e desumano, teria sido introjetado nos indivíduos sob a forma de dogma, de religião, de fanatismo. Para o autor, a advento da máquina deveria levar à libertação do trabalhador e não escravizá-lo: ele não mais precisaria se dedicar ao trabalho animal, repetitivo, alienado e poderia, portanto, ater-se aos cuidados com os filhos, à literatura, artes, política. LAFARGUE se indigna com a reivindicação do proletário pelo “direito ao trabalho”, o que expressa nos seguintes termos:

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para formar uma lei de bronze que proíba o trabalho além das três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo... Mas como exigir de um proletário corrompido pela moral capitalista uma decisão viril.<sup>362</sup>

Numa espécie de versão atualizada de Lafargue, foi lançado recentemente o “Manifesto contra o Trabalho”, por um grupo de intelectuais alemães, cujo intento é refletir sobre a teoria marxista e torná-la atual.<sup>363</sup> No “Manifesto contra o Trabalho”, o grupo afirma – na esteira de Lafargue – que as reivindicações como “direito ao trabalho” são absurdas e ridículas: significam a reivindicação pela manutenção da servidão. Segundo o manifesto, o

---

<sup>362</sup>LAFARGUE, *op.cit.* p.112.

<sup>363</sup>A revista “Krisis”, produzida por um grupo no qual se destaca o ensaísta Robert Kurtz, é publicada desde 1986, apresentando diversas análises da atual crise econômica e política. Kurtz é autor de “O colapso da Modernização” e “O livro negro do capitalismo”: um tratado de 816 páginas em que pretende deslegitimar os fundamentos do capitalismo



trabalho se tornou um “deus” cujos seguidores são todos “fanáticos” que não imaginam suas vidas sem ele. Os termos “força de trabalho” e “ocupação” expressariam a ausência do conteúdo qualitativo do trabalho, ou seja: o trabalho como um fim em si mesmo, irracional. Nessas condições, a sociedade do trabalho já estaria no fim do seu ciclo de existência, não havendo mais meios de fazer retornar a uma fase já superada historicamente. A venda do trabalho humano estaria, nessa etapa limite do capital, já obsoleta e a luta deveria se ater não à busca retrógrada pela volta do emprego mas sua abolição: pelo direito de continuar vivendo de maneira digna, desfrutando das comodidades que a evolução tecnológica permite desfrutar. O trabalho teria sido o responsável, durante séculos, pelo sacrifício da liberdade e dignidade dos seres humanos. Da coerção explícita do trabalho no período escravista, passou-se à coerção implícita, ou à dominação pela subjetividade: haveria uma coação internalizada, um submissão voluntária ao chamado “deus trabalho”. O manifesto aponta a consciência fetichizada da sociedade do trabalho, que teria sido erguido à condição existencial suprahistórica e positiva.<sup>364</sup>

O fetichismo, para MARX, revela-se quando o produto do trabalho abstrato assume uma “vida própria”, quando adquire um caráter místico. Os economistas políticos também olhariam a economia de cima para baixo, evidenciando seu fetichismo com relação ao capital.<sup>365</sup> Os trabalhadores, por sua vez, vêem o trabalho como algo que se tem e não como algo que se faz. De fruto da atividade criadora do homem, passa a ser uma “coisa” imprescindível de se obter.<sup>366</sup> Referenciando-se a MARX, DUSSEL designa fetichismo a partir de uma inversão: “... tomam-se as coisas (mediações de factibiliade) como fins, e as pessoas (a vida do sujeito sua autônoma participação livre) como mediações.”<sup>367</sup>

---

<sup>364</sup> Manifesto contra o trabalho.

<sup>365</sup> Marx, *op.cit.*, 1984.

<sup>366</sup> GORZ, André.

<sup>367</sup> DUSSEL Enrique. **Ética da Libertação**. Petrópolis, Vozes, p. 267.

André Gorz sustenta que a civilização está adentrando num sistema que, de maneira irreversível, abole o trabalho. O autor esclarece não se tratar, este trabalho a que ele se refere, o trabalho no sentido antropológico ou filosófico, ou a atividade característica do homem em interação e transformação da natureza. Esse trabalho nunca irá ter fim.

Segundo GORZ, é preciso ousar pensar numa outra realidade diferente e não buscar resgatar o que se está perdendo:

... não é a abolição que é preciso questionar: o que se questiona é a pretensão de perpetuar como obrigação, como norma, como fundamento irrefutável dos direitos e da dignidade de todos, este mesmo ‘trabalho’ do qual o sistema abole as normas, a dignidade e o acesso. É preciso ousar querer o Êxodo da ‘sociedade do trabalho’: esta sociedade que não existe mais e não voltará mais. É preciso querer a morte desta sociedade que agoniza a fim de que possa nascer uma outra sobre os seus escombros. É preciso aprender a distinguir os contornos desta sociedade nas resistências, no não funcionamento, nos impasses presentes na sociedade presente. É preciso que o ‘trabalho’ perca a sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos: é preciso aprender a ter um olhar diferente sobre o trabalho: não mais o pensar sobre algo que se tem ou não tem, mas como aquilo que nós fazemos. É necessário ousar querer nos apropriar novamente do trabalho.<sup>368</sup>

CASTEL<sup>369</sup> adverte ser atitude prematura efetuar previsões proféticas a respeito de possível morte da sociedade salarial. O autor opta por considerar as condições de metamorfose que o assalariamento está atravessando – o que não significa exatamente o seu fim. Para o autor, estamos em plena sociedade salarial e a postura ideológica de repúdio de alguns autores com relação à sociedade moderna não justifica que se preconize o fim do trabalho tal qual ocorre na atualidade.

CARLEIAL<sup>370</sup> também não compartilha da idéia de que o trabalho assalariado esteja chegando ao fim. Ao contrário: a força de trabalho assalariado estaria, mais do que nunca, presente nos mercados de trabalho capitalistas – sendo a compra da força de trabalho o eixo

---

<sup>368</sup>GORZ, in Cepat Informa, n. 83, p.10.

<sup>369</sup>CASTEL, R. *Op.cit.* p. 594-595.

<sup>370</sup>CARLEIAL, L. *Op.cit.*, p.3.

sob o qual o capitalismo se movimenta: “a generalização da venda da força de trabalho e a dominância dessa prática como meio de obtenção da sobrevivência vai imprimir ao trabalho, forma a-histórica, a especificidade do capitalismo, qual seja, o trabalho assalariado. Para a autora, nem o avanço tecnológico, a precarização, desregulamentação do trabalho – as cooperativas, as ONGS – conseguiram retirar o trabalho assalariado do patamar privilegiado no modo de produção capitalista.

No entanto, mesmo que o capitalismo – e, evidentemente, o trabalho assalariado que constitui seu alicerce – não esteja nos seus últimos dias, é possível que esteja em curso um processo que levará à sua superação histórica. É o que advoga ANTUNES nos seguintes termos: “Minha hipótese é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do trabalho e pelo trabalho*.”<sup>371</sup>

A economia solidária (res)surgiria<sup>372</sup> como uma prática que procura resgatar a essência do trabalho, tal qual Marx aponta: a possibilidade de criar, de interagir, de transformar a natureza e a si próprio. Procura-se uma concepção de trabalho pautada em relações sociais que enfatizem o aspecto qualitativo e não simplesmente quantitativo. Como acentua CASTEL: “não se pode cavar qualquer jazida de emprego”.<sup>373</sup>

Portanto, resta pensar a atual conjuntura como possibilidade histórica de transição. A produção assombrosa de vítimas que o modelo capitalista gera, além do risco ao qual está

---

<sup>371</sup> ANTUNES, R. *Op.cit.*, p.216.

<sup>372</sup> Na concepção de SINGER, a economia solidária acompanha o capitalismo desde a sua gênese, como uma sombra. (SINGER, P. **Economia solidária no Brasil**, p.13).

<sup>373</sup> CASTEL, R. *Op.cit.*, p.497.

exposto o planeta, não permite emprestar consistência aos argumentos relativos à possibilidade de ser este modelo o ápice do desenvolvimento humano.

A possibilidade de uma renda mínima incondicional, cujo único critério seja o direito à sobrevivência e dignidade de toda e qualquer pessoa,<sup>374</sup> aventa-se como forma de efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos nos textos legais nacionais e internacionais.

Importa lembrar que o capitalismo é uma criação recente e não representa, como pretendia Smith, um ápice do desenvolvimento humano. Nem a atual globalização, com a supremacia da dimensão econômica, significa real progresso, já que exclui a maior parte da população da fruição de seus benefícios. Compreendemos que um novo paradigma que ponha o ser humano e a natureza no centro de todas as preocupações seja a melhor forma de desenvolvimento.

---

<sup>374</sup>SUPLICY.

## CAPÍTULO IV – CLUBES DE TROCAS NO PARANÁ: DA PARTICIPAÇÃO À EMANCIPAÇÃO

*O Clube de Troca é uma solidariedade entre pessoas que se querem bem. Um tendo consciência do que o outro precisa. Não é só troca de objeto, é solidariedade um ao outro, com mais amor, esperança. Não é só querer prá mim, é prá todos. Têm muitas pessoas aí fora que se acham diferente da gente. Eu tinha vergonha de falar, agora, eu falo, entendo a outra pessoa, aprendi a entender. Se existisse no mundo inteiro o que acontece aqui, o mundo seria melhor. As pessoas não sabem o quanto elas são importantes.<sup>375</sup>*

.....  
... *O que o trabalho afetivo produz são redes, formas comunitárias, biopoder.<sup>376</sup>*

Este último capítulo da dissertação tem duas pretensões. A primeira é registrar, da forma mais fiel possível, a história dos Clubes de Troca em Curitiba, desde o momento de sua “gestação”. A narrativa é intercalada com referenciais teóricos julgados pertinentes. A segunda pretensão é expor – ainda que de forma sucinta – uma base de sustentação filosófico-pedagógica, seguindo as pegadas do filósofo latino americano Enrique DUSSEL e do educador brasileiro Paulo FREIRE.

### 4.1 O IMPERATIVO DE “PRODUZIR, REPRODUZIR E DESENVOLVER A VIDA HUMANA DO SUJEITO ÉTICO EM COMUNIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ENRIQUE DUSSEL

Na reflexão de LUDWIG, há uma distinção entre a Ética filosófica em geral e a Ética da Libertação. Enquanto a primeira tem como objeto de estudo os atos bons ou maus, a

---

<sup>375</sup>Vanilde Maurício da Veiga. Clube de Troca “Unidos Venceremos”- Centro Comunitário Santo Afonso – Paróquia N. S. Perpétuo Socorro.

<sup>376</sup>HARDT & NEGRI. *Op.cit.* , p.314.

segunda – nas palavras do autor: “...ocupa-se das condições universais da norma, do ato, da micro e macro estrutura social, da instituição e do sistema de eticidade, considerados na perspectiva de sua bondade.”

Busca-se, neste capítulo, empreender uma reflexão crítica desde a Ética da Libertação, tomando como referência a micro estrutura social, representada pelo Clube de Troca.

Decerto, incorre-se no risco de simplificações demasiadas em tema tão complexo. No entanto, a pretensão será apresentar em linhas gerais os aspectos considerados mais relevantes extraídos do pensamento de DUSSEL, capazes de se erigirem em base filosófica a orientar o estudo realizado.

#### **4.1.1 Fundamentos da Ética da Libertação: momentos material, formal e factibilidade**

O sujeito oprimido (categoria freireana) – desempregado, subempregado, trabalhador aleatório ou, ainda, incapacitado para o trabalho (doente, deficiente, idoso) integra o grupo de pessoas que recorrem às instituições de assistência em busca de alimento e/ou recursos diversos, necessários à sobrevivência. A racionalidade capitalista desqualifica este ser humano porque é um “não consumidor” além de também ser “não produtivo” segundo os critérios do capital, que o “descartou”. No senso comum, este sujeito pode ser tido como “incompetente” porque integra o “rol” dos “perdedores” na competição capitalista e foi acumulando desvantagens; ou, simplesmente, é visto como uma pessoa “acomodada” que não quer trabalhar ou não se esforça suficientemente para desfrutar das garantias de um trabalho estável.

Ao *interpelar* a sociedade, reclamando alimentos, este sujeito está, na concepção de DUSSEL, agindo de forma convergente com o **princípio ético material**, pois ele tem a *obrigação* de realizar mediações capazes de lhe garantir a produção, reprodução e

desenvolvimento auto-responsável da vida concreta. “...o sujeito que já não pode viver grita de dor. É a interpelação daquele que exclama: “Tenho fome! Dêem-me de comer, por favor!. É a vulnerabilidade da corporalidade sofredora – que o ‘ego-alma’ não pode captar em sua subjetividade imaterial ou imortal (...) A não resposta a esta interpelação é morte para a vítima: é para ela deixar de ser sujeito em seu sentido radical – sem metáfora possível – morrer”<sup>377</sup>.

Segundo a Ética da Libertação todo ser humano é sujeito pleno, no nível físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético e até místico-espiritual, sempre num âmbito comunitário. Este ser humano está imerso num universo de exigências de ordem corpórea, as quais ele precisa satisfazer, sob pena de perecer: vida que se apresenta de forma vulnerável, com limites delimitados, exigindo conteúdos específicos para se manter.<sup>378</sup> O próprio cérebro atua de forma sempre direcionada à vida: contém capacidade avaliativa e reage diante de perigos. Desenvolve ações tais como (dentre tantas) promover alterações corporais visando corrigir a queda de açúcar no sangue (fome) e a própria sensação de saciedade.<sup>379</sup>

A Ética da Libertação parte da afirmação da materialidade, da realidade do conteúdo: o ser humano é um ser corpóreo, em primeiro lugar. Este é o **critério material universal de verdade prática**,<sup>380</sup> que passa ao **princípio normativo ético material**, prescritivo, ou uma *exigência ética*: deve-se efetivar mediações para que se garanta a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade. Reproduz-se, a seguir, o enunciado do princípio material universal da ética, na elaboração de DUSSEL:

---

<sup>377</sup>DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: Na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 530.

<sup>378</sup>*Ibid*, p. 131.

<sup>379</sup>*Ibid*, p. 96-98.

<sup>380</sup>*Ibid*, p.101.

Aquele que atua eticamente *deve* (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver auto-responsavelmente a vida concreta de cada sujeito humano, numa comunidade de vida, a partir de uma “vida boa” cultural e histórica (seu modo de conceber a felicidade, com uma certa referência aos valores e a uma maneira fundamental de compreender o ser como dever-ser, por isso também com pretensão de retidão) que se compartilha pulsional e solidariamente, tendo como referência última toda a humanidade, isto é, é um enunciado normativo com pretensão de verdade *prática* e, em além disso, com pretensão de universalidade.<sup>381</sup>

Este, para DUSSEL, é o *ponto de partida* de toda a ética ou moral, não podendo de forma alguma ser relegado a segundo plano mas, tampouco ser julgado suficiente. Trata-se de argumentação válida, por exemplo, para “...o cínico que pretende justificar uma ordem ética fundada na aceitação da morte, do assassinato ou do suicídio coletivo – como quando um Friedrich Hayek justifica a eliminação dos que são vencidos pela ‘competição’ do mercado, único horizonte formal-racional econômico possível, princípio de morte que, generalizado, coloca em perigo a humanidade como tal...”<sup>382</sup>

Sendo a vida considerada condição absoluta, e estando todos os seres humanos unidos no que DUSSEL denomina “comunidade de vida”, tal fato faz de todos responsáveis pela vida de todos, de forma solidária e comunitária. (210-211)

Tendo abordado o momento material da Ética da Libertação, passa-se ao **momento formal**, ou a busca pela **validade**<sup>383</sup> “intersubjetiva” da razão discursiva. Conteúdo difere-se da forma: esta última relaciona-se ao “como” foi tomada uma decisão, por exemplo: se os sujeitos da argumentação estavam dispostos simetricamente ou se o teor do consenso subordina-se ao imperativo da vida, ou o conteúdo. (211-214)

---

<sup>381</sup>*Ibid*, p.143.

<sup>382</sup>*Ibid*., p.144

<sup>383</sup>Agora, “validade” e não “verdade”. Validade deve estar vinculada ao “critério de verdade prática”, ou seja: prover o conteúdo à vida humana. Segundo LUDWIG: “O conceito de verdade nos remete à realidade, enquanto que o conceito de validade nos remete diretamente à intersubjetividade. O conceito de verdade desde a posição subjetiva monológica ou comunitária como referência à realidade tem pretensão de aceitação subjetiva (referência ao possível acordo intersubjetivo).



Nas palavras de DUSSEL: “Na validade como consensualidade (formalidade do discurso), o argumento é aceito e produz acordos, consenso. Trata-se do critério de intersubjetividade.”(206) que, após, deverá efetivar a passagem para o princípio.

Na reflexão de LUWIG, as mediações necessárias para atendimento das necessidades materiais do sujeito ético passam necessariamente pelo espaço de reflexão subjetiva e intersubjetiva: “...as mediações são buscadas no espaço da autoconsciência, liberdade, responsabilidade e autonomia, permitindo uma fundamentação racional (não meramente instintiva), de toda norma, ato, instituição, a ser executada na ação.”

DUSSEL adverte que este momento discursivo deve sempre se subordinar ao primeiro, material, que trata da própria vida: relaciona-se a norma universal para aplicar o conteúdo, sem o que perde a validade. Apresenta-se abaixo o enunciado do princípio universal formal:

Quem argumenta com pretensão de validade prática, a partir do re-conhecimento recíproco como iguais de todos os participantes que por isso mantêm simetria na comunidade de comunicação, aceita as exigências morais procedimentais pelas quais todos os afetados (afetados em suas necessidades, em suas conseqüências ou pelas questões eticamente relevantes que se abordam) devem participar facticamente na discussão argumentativa, dispostos a chegar a acordos sem outra coação a não ser a do argumento melhor, enquadrando esse procedimento e as decisões dentro do horizonte das orientações que emanam do princípio ético-material já definido. (p. 216)

Com estas determinações, apresenta-se como válida a argumentação quando esta se der de forma simétrica, ao constituir-se como *mediação* aos imperativos materiais, ou ao já abordado princípio material universal da ética. É a prescrição ética: o “dever de argumentar” quando se tratar de defender a própria vida, a própria dignidade, bem como a vida e a dignidade do Outro, impossibilitado de viver. (214-216)

O sujeito oprimido interpela os outros segmentos da sociedade – no caso, as organizações assistenciais – e delas exige recursos que possam atender necessidades materiais. Para isso, recorre à *argumentação* como forma de estabelecer um acordo válido que possibilite obter meios materiais para que possa atender suas necessidades. Tal argumentação, legítima,<sup>384</sup> obedece ao princípio ético, ou o princípio moral de validade, pois trata-se de desenvolver mediações capazes de preservar a vida.

Por sua vez, os acordos obtidos na comunidade hegemônica, que excluem violentamente a maioria e produzem vítimas que não têm satisfeitas as condições de produção, reprodução e desenvolvimento da vida, sendo obrigadas a recorrer à caridade alheia, não possuem validade, na perspectiva da *Ética da Libertação*, porque não houve simetria de participação: os diretamente atingidos pelo consenso obtida não puderam participar. Adicionalmente,<sup>385</sup> o teor das decisões não esteve subordinados ao conteúdo, ou à garantia da vida humana, tratando-se, portanto, de um consenso sem validade. Numa “comunidade da vida”, repetindo, todos são inevitavelmente responsáveis uns pelos outros.

É preciso que se defina “o bem”, ou o “manejo” das possíveis:<sup>385</sup> (270-274) mediações necessárias e adequadas para que o bem seja alcançado. O factível “bom” é demarcado tendo como parâmetros os princípios material e formal. Trata-se, portanto, da **factibilidade**, o terceiro momento da *Ética da Libertação*. Opõe-se ao pensamento utópico irreal e – principalmente – ao pensamento “cínico” daqueles que advogam a utilização irrestrita do factível, numa inversão de meios e fins. Em outras palavras: o cínico a que Dussel se refere subordina princípios éticos às ações instrumentais factíveis – ele não se atém

---

<sup>384</sup>Ver no primeiro relato de reunião de Clube de Troca, exemplo de argumentação convergente com o princípio universal formal, de acordo com a *Ética da Libertação*.

<sup>385</sup>Aqui, Dussel se opõe ao “anarquistas, voluntarista e utópico” que julgam o “impossível” possível: os anarquistas pressupõem que todas as pessoas são eticamente perfeitas e por isso não são necessárias as instituições. Quanto aos utopistas, tendem a cair no “irrealismo” e voluntarismo. Neste aspecto, Dussel diferencia tais

ao que é eticamente permitido, mas ao que é factivelmente possível – como ocorre no “fetichismo do capital”, que nega o direito à vida humana, privilegiando o aumento do valor de troca. (575)

Factibilidade, ou o último passo no fundamento da Ética da Libertação, é o momento da “realização do objeto prático”: a síntese entre o conteúdo e a forma, em uma norma que possa ser “boa”. Nas palavras de LUDWIG, “...não basta que o ato seja verdadeiro e válido. É preciso que, além disso, o ato seja bom. A bondade é algo mais do que a verdade e a validade.”

O critério de factibilidade refere-se à necessidade de considerar a possibilidade real dos atos a serem empreendidos para atingir determinados fins.

DUSSEL aponta um exemplo dos passos dados para que se alcance o princípio ético da factibilidade, a partir de um juízo de fato extraído de uma situação específica: “(1) este ser humano faminto nos pede uma esmola (...) (2) é factível dar uma esmola a este faminto; (...) (3) dar esmola a este faminto permite (é ‘compatível com’) a reprodução de sua vida (juízo de fato concreto) (...) (4) decidimos dar uma esmola a este faminto. (...) (5) devemos dar a esmola decidida a este faminto.”(270-271).

O princípio ético de operabilidade apresenta-se, portanto, o seguinte, nas palavras de DUSSEL:

Aquele que opera ou decide eticamente uma norma, ação, instituição ou eticidade sistêmica deve cumprir (a) com as condições de factibilidade lógica e empírica (técnica, econômica, política, cultural, etc.), isto é, que seja realmente possível em todos esses níveis, a partir do marco (b) das exigências: (b.1) ético-materiais da verdade prática e (b-2) morais formais discursivas da validade, dentro de uma escala que vai desde (b.i) as ações permitidas eticamente (que são as meramente ‘possíveis’, que não contradizem os princípios ético ou

---

utopistas daqueles que norteiam-se segundo “utopias factíveis” e opõe-se aos que ele denomina “utopias anarquistas e aos antiutopistas conservadores (o outro extremo). P.273-274.

moral) até (b.ii) as ações devidas (que são eticamente ‘necessárias’ ao cumprimento das exigências humanas básicas: materiais, de reprodução e desenvolvimento da vida do sujeito humano – ou formais – desde o respeito da dignidade de todo sujeito ético até a participação efetiva e simétrica dos afetados nas decisões). (272)

De forma concisa, pode-se dizer que o sistema de eticidade proposto por DUSSEL considera “bom” o ato que visa realizar o componente (a) material – ou a reprodução e desenvolvimento da vida humana, comunitária, cultural; (b) formal – cumprindo o que foi acordado de forma intersubjetiva, simétrica, tendo como referência o componente material e (c) de factibilidade – demarcando possibilidades reais de ação e possíveis conseqüências dos atos, de forma honesta e responsável, visando satisfazer o imperativo formal e material (281-82).

Um sistema de eticidade que não leva em conta os componentes acima elencados, inevitavelmente produz grande quantidade de *vítimas*, que nas palavras de DUSSEL, “...são re-conhecidas como sujeitos éticos, como seres humanos que não podem reproduzir ou desenvolver sua vida, que foram excluídos da participação na discussão, que são afetados por alguma situação de morte (no nível que for, e há muitos e de diversa profundidade ou dramatismo).”(303)

Remetendo ao Clube de Troca e ao referido princípio de factibilidade ética, pode ser considerado convergente com a Ética da Libertação o ato de todos aqueles envolvidos na doação do alimentos para os participantes dos Clubes de Troca, já que cumpre com todos os componentes acima elencados: (a) alimentos são necessários, porque vige entre os participantes dos Clubes de Troca a situação de constante insatisfação das necessidades básicas, exigência da própria corporalidade: trata-se de atender as exigências relativas ao próprio conteúdo; (b) as vítimas lançam a interpelação à ampla “comunidade da vida”: fazem uso da argumentação visando atender ao imperativo da produção, reprodução e desenvolvimento da vida; (c) sendo todos responsáveis uns pelos outros nesta “comunidade

da vida”, e tendo em vista a obrigação de garantir que se efetivem mediações necessárias factíveis que possam garantir a vida, decide-se pela doação do alimento.

Tais passos permaneceriam estéreis se tivessem aqui o seu final. A maioria das instituições assistenciais termina esgotando suas ações neste terceiro momento de factibilidade ética ou operabilidade. Assim como DUSSEL afirma que estes três momentos são apenas uma “...descrição inicial, na qual a maioria dos filósofos terminam sua análise”, (282) assim, também ocorre no trabalho que é realizado nos Clubes de Troca, que tem início verdadeiramente com a “crítica ética, validade anti-hegemônica e práxis da libertação”.

#### **4.1.2 Crítica Material, Crítica Formal e Práxis da Libertação**

DUSSEL detecta naqueles que compactuam com o sistema que cria vítimas, uma “consciência cúmplice”, para quem “... as vítimas são um momento necessário, inevitável, um aspecto funcional ou ‘natural’...”(303).

Ao serem impedidas de reproduzir e desenvolver sua vida em comunidade, as vítimas sofrem primeiramente o impacto de ordem material, que atinge diretamente a dimensão da corporalidade. É a dor primeira: física, corpórea, a própria negação da vida humana. que se apresenta como “natural”, como “verdade” do sistema. (306) A *afirmação da vida* se torna, portanto, necessária: é preciso exercer a *crítica* ao sistema que impede a vida plena, que impõe negatividades. O sistema ético é imperfeito<sup>386</sup>, por isso gera as vítimas, sendo necessária a crítica. O ponto de partida da crítica, para DUSSEL, é “O reconhecimento do *outro* como vítima do sistema que a causa.”(373). No entanto, continua o autor: “Não é possível a crítica ao sistema existente, sem o re-conhecimento (...) do outro (da vítima) como sujeito autônomo, livre e dis-tinto (não só igual ou di-ferente).(374).

---

<sup>386</sup>Segundo DUSSEL, sempre haverá vítimas porque nenhum sistema, empiricamente, é perfeito.

A responsabilidade pelo outro, assumida entre as próprias vítimas e entre os segmentos mais privilegiados do sistema por elas, é o segundo<sup>387</sup> ato ético, porque a vítima ainda não tem capacidade para pôr-se de pé sozinha. (375) Em outras palavras: após um juízo de fato – a detecção da existência de vítimas – é preciso avançar para o juízo normativo, ou seja: tomar a cargo as vítimas, res-ponsabilizar-se por elas, e lançar a crítica ao sistema que as cria. Constituindo-se, esta, numa *obrigação* ética.(378-379)

Seguido à crítica, é preciso assumir a responsabilidade pela própria crítica, mas também – e principalmente – pela transformação da ordem social que causa as vítimas. Nas palavras de DUSSEL: “... para que haja justiça, solidariedade, vontade diante das vítimas, é necessário ‘criticar’ a ordem estabelecida para que a *impossibilidade de viver* destas vítimas se converta em *possibilidade de viver* e viver melhor. Mas para isso, é necessário transformar a ordem vigente; fazê-la crescer, criar o novo...” (382)

Os que agem *ético-criticamente* reconheceram a vítima como ser humano autônomo, como o Outro como *outro* que a norma, ato, instituição, sistema de eticidade, etc., ao qual se negou a possibilidade de viver (em sua totalidade ou em algum de seus momentos); de cujo reconhecimento simultaneamente se descobre uma co-responsabilidade pelo outro como vítima, que *obriga* a tomá-la a cargo diante do sistema, e, em vitimação. O sujeito último de um tal princípio é, por sua vez, a própria comunidade das vítimas. (380)

O momento da **crítica formal** tem como ponto de partida a **comunidade crítico-simétrica das vítimas**. Nas palavras de LUDWIG,

O novo momento procura mostrar a legítima exigência moral de participação intersubjetiva dos excluídos em uma nova comunidade de comunicação. Agora, comunidade de comunicação das vítimas. Assim, aos olhos das vítimas, os consensos hegemônicos que produzem efeitos negativos perdem validade (e legitimidade). Nova validade intersubjetiva, agora anti-hegemônica, que se torna necessária para negar os efeitos negativos transformadores do modo de realidade dos sujeitos das vítimas. É o momento em que se

---

<sup>387</sup>A primeira condição de possibilidade é o reconhecimento da igualdade da vítima, como vivente na sua “vulnerabilidade traumática”; reconhecimento da vítima como tal.(375)

efetua um acordo crítico que se configura em um dissenso em relação aos consensos hegemônicos.

As vítimas, de forma intersubjetiva, descobrem que há falhas dos consensos obtidos na comunidade de comunicação hegemônica, falhas estas responsáveis pelas condições que as impedem de viver dignamente. Estas vítimas percebem que são diretamente afetadas por acordos dos quais elas não participaram. Descobrem-se como “outras” do sistema hegemônico. A partir desta descoberta, que significa romper com o senso comum, com os mitos, com a naturalização da própria miséria, é elaborada a crítica e, então, um contra-discurso ou um discurso com validade diversa daquele, hegemônico, que causa a morte.(467-

8) Nas palavras de DUSSEL:

Alcança-se a validade crítica quando, tendo constituído uma comunidade, as vítimas excluídas que se reconhecem como dis-tintas do sistema opressor, participam simetricamente nos acordos sobre o que lhes toca, sustentando além disso que esse consenso crítico se fundamenta por argumentação racional e é motivado por co-solidariedade pulsional. Esse consenso crítico se desenvolve (...) (a) negativamente, chegando a compreender e explicar as causas de sua alienação e (b) positivamente, antecipando criativamente alternativas futuras (utopias) e projetos possíveis.”(468)

O **princípio ético-crítico-discursivo** delinea-se, nas palavras de DUSSEL, nos seguintes termos:

Aquele que age ético-criticamente deve (acha-se “obrigado” deonticamente por responsabilidade) participar (na qualidade de vítima ou articulado como ‘intelectual orgânico’ a ela) em uma comunidade de comunicação de vítimas que, tendo sido excluídas, se reconhecem como sujeitos éticos, como o outro enquanto outro que o sistema dominante, aceitando simetricamente, sempre para fundamentar a validade crítica dos acordos, a argumentação racional, motivados por uma pulsão solidário-alternativa criadora. (469)

O consenso crítico negativo é resultante da consciência da opressão, da injustiça. É quando se passa a erigir uma denúncia a partir da negatividade vivida e compartilhada. As palavras dos participantes dos Clubes de Troca denota a consciência de ser vítima, de sofrer injustiça: “Sou excluída porque estou desempregada, não tenho estudo, sou pobre e sem casa”. - “...faço minha parte como cidadã, mas não recebo meus direitos.”

Seguida à denúncia, surge – positivamente – o anúncio. É preciso *imaginar* a transformação que se quer e necessita implementar. (471) Nas palavras de DUSSEL, “...a comunidade de vítimas deve sonhar com uma utopia (que abre horizontes de factibilidade) mas não é suficiente. Para que a utopias seja possível, é preciso mediá-la com projetos e programas concretos de ação.” (564). Neste ponto, já se adentra no terreno da “factibilidade” ou “princípio da Libertação”, que trata da possibilidade real de libertação das vítimas. Antes, porém, cede-se a palavra ao índio zapatista em pleno exercício utópico:

Em nossos sonhos, temos contemplado um outro mundo, um mundo verdadeiro, um mundo definitivamente mais justo daquele no qual vivemos agora. Vimos que neste mundo, os exércitos não eram mais necessários, que a paz, a justiça e a liberdade eram tão comuns que já não se falava delas como coisas distantes: do mesmo modo, as coisas boas deste mundo eram mencionadas como quem fala do pão, dos pássaros, do ar, da água, como quem diz livro e voz. Neste mundo, o governo da maioria era razão e vontade; os que mandavam eram pessoas de bons pensamentos, mandavam obedecendo. Este mundo verdadeiro não era um sonho do passado, não era algo que vinha de nossos antepassados. Vinha do futuro, pertencia ao passo seguinte que dávamos. Foi assim que começamos a caminhar para fazer com que este sonho se sentasse à nossa mesa, iluminasse a nossa casa, crescesse em nossas plantações, enchesse o coração de nossos filhos, limpassem nosso suor, sonhasse nossa história e se tornasse realidade para todos. É isto que queremos. Nada mais, mas também nada menos.<sup>388</sup>

---

<sup>388</sup>Exército Zapatista de Libertação Nacional. México, 1º de março de 1994. Texto livremente divulgado na internet.



Para DUSSEL, a comunidade de vítimas não prescinde daqueles que – pertencendo aos estratos mais privilegiados dos sistema, se solidarizam e se comprometem com ela<sup>389</sup>: intelectuais orgânicos ou – na categoria de Paulo FREIRE, “lideranças revolucionárias”. Põe-se como princípio, a obrigação de intervir, crítica e conscientemente, no sistema ético que produz um nível intolerável de vítimas. DUSSEL diz que, quando vige a impossibilidade da vida humana, quando há incompatibilidade entre a expansão do capital e as possibilidades de vida e da participação discursivo-democrática da maioria, a intervenção deve ser empreendida: a **práxis da libertação** torna-se um princípio ético: (536) “O sujeito da práxis da libertação é o sujeito vivo, necessitado, natural e, por isso cultural, em último termo a vítima, a comunidade das vítimas e os co-responsavelmente articulados a ela” (530).

O **princípio da libertação** abarca todos os princípios anteriores e trata de “... transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, que produzem a negatividade das vítimas.”(564). Em outras palavras: trata-se de “desvelar a realidade” (Paulo Freire) para, então, construir o momento positivo, ou a utopia possível, estabelecendo para isso, mediações factíveis, após criteriosa avaliação das circunstâncias e possibilidades reais. Os militantes, intelectuais, cientistas ou outras categorias que se “res-ponsabilizem” perante a comunidade democrática das vítimas, auxiliam neste processo, atuando de forma conjunta. (564)

Nos clubes de troca, procura-se a criação do espaço para que as vítimas exerçam a oportunidade de – numa forma intersubjetiva – exercerem a res-ponsabilidade umas pelas outras e darem início à práxis da libertação.

O alimento arrecadado por meio de doações é disponibilizado nos Clubes de Troca, para que os próprios participantes o administrem, e tenham a oportunidade de exercer a

---

<sup>389</sup>No entanto, DUSSEL adverte que tal processo inicia-se entre as próprias vítimas, em intersubjetividade numa comunidade de vítimas.

prática da ação dialógica, res-ponsabilizando-se uns pelos outros e simultaneamente exercendo a crítica ao sistema que os vitimiza. Desta forma, constitui-se uma “**comunidade democrática crítica das vítimas**”, em busca de libertação.

A preocupação em abordar a Ética da Libertação convergiu com a necessidade de fundamentar os esforços empreendidos para possibilitar o encontro simétrico de vítimas do sistema, intentando a criação de uma comunidade democrática de vítimas, capazes de elaboração crítica, capazes de efetuar um dissenso e fazer frente à comunidade hegemônica. Os Clubes de Troca são espaços onde as pessoas se reúnem para cumprir com finalidades referentes a conteúdo, à forma, à elaboração da crítica, à produção do dissenso. Essas são etapas que – espera-se, chegarão ao último momento de que trata DUSSEL, ou o princípio libertação.

As pessoas chegam ao Clube de Troca em situação de extrema fragilização, devido ao acúmulo de condições adversas a que tiveram e têm de suportar, condições estas que atingem até mesmo o desenvolvimento do intelecto, da saúde mental. A capacidade de transformação é desenvolvida, bastando que haja o espaço de diálogo. Mas este já é tema de Paulo Freire, abordado a seguir.

### **4.3 A “PEDAGOGIA DO OPRIMIDO”: REFLEXÕES DESDE PAULO FREIRE**

Para Paulo FREIRE, ao refletir sobre a educação, é preciso, primeiramente, refletir sobre o homem, e o ponto de partida para isto é a descoberta do núcleo daquilo que é humano, ou seja: o seu caráter de “inacabado”, permanente. Este caráter de “inacabado” se manifesta na constante busca do ser humano – a partir da sua capacidade de auto-reflexão – de “ser mais”. Nas palavra deste autor: “A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é

possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.”<sup>390</sup>

Como a educação tem caráter permanente e o ser humano é inacabado, não há ignorantes absolutos. A falta de um conhecimento sistematizado não significa ignorância. Nas palavras de FREIRE: “Por isso não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. (É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer como que eles também saibam com humildade).<sup>391</sup>

Partindo destes fundamentos, as práticas desenvolvidas nos Clubes de Troca inspiram-se na pedagogia proposta por Paulo FREIRE. Procura-se desenvolver conjuntamente a ação dialógica, na perspectiva de desenvolver o ato de “ler” e transformar a realidade.

A educação libertadora proposta por FREIRE toma como ponto de partida a realidade das pessoas, aquilo que se passa no seu imaginário, faz parte de sua cultura e consiste em objeto de suas inquietações. No caso específico do Clube de Troca, realizado com as pessoas que buscam acessar o recurso do alimento, geralmente a preocupação principal é a própria sobrevivência, manifesta sob a forma da busca pelo alimento: exigência material, relativa à corporalidade. As preocupações estão centradas em garantir a possibilidade de produzir e reproduzir a vida. É a partir deste conteúdo, portanto, que geralmente se inicia a ação dialógica.

O conteúdo programático é extraído a partir de situações concretas, existenciais. A situação posta deverá ser *problematizada* e apresentada como um *desafio* com potencial de ser

---

<sup>390</sup>FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 28-29.

<sup>391</sup>*Ibidem*, p.29.

superado através da reflexão e ação (práxis). Desta forma, se tem os *temas geradores*, que são o próprio pensar das pessoas e que não se dá no vazio, mas na relação entre elas e delas com o mundo. Temas geradores, ou as temáticas significativas, precisam ser investigados, detectados e, a partir daí, problematizados, para serem objeto de reflexão coletiva, num processo de investigação cada vez mais aprofundado, buscando aproximação com a totalidade.<sup>392</sup> A situação existencial pode ser apresentada de forma *codificada*, por meio de símbolos, objetos, gravuras, histórias, parábolas, etc. Conforme o diálogo vai se estabelecendo, os mitos vão sendo destruídos e a realidade passa a ser desvelada. Cabe ao educador devolver o conhecimento organizado, sistematizado e acrescido do saber científico, quando já é possível apontar uma dimensão estratégica de ação.<sup>393</sup>

FREIRE exemplifica a detecção de um tema gerador: se um determinado grupo de trabalhadores possui como maior aspiração o aumento salarial, é deste tema que se deve partir, e não de outros para eles abstratos, os quais não sugerem nenhum tipo de inquietação. Citando FREIRE, neste caso é preciso “... de um lado, incorporar-se ao povo na aspiração reivindicativa. De outro, problematizar o significado da própria reivindicação. Ao fazê-lo, estará problematizando a situação histórica real, concreta, que em sua totalidade, tem na reivindicação salarial uma dimensão. Deste modo, ficará claro que a reivindicação salarial, sozinha, não encarna a solução definitiva.”<sup>394</sup>

O diálogo que se estabelece para a *pronúncia* do mundo possui, na concepção de FREIRE, três condições, para que possa se realizar. A primeira é o *amor*: “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronúncia* do

---

<sup>392</sup>FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, p.101-103.

<sup>393</sup>*Ibidem*, p. 102.

<sup>394</sup>No primeiro relato descritivo de reuniões de Clubes de Trocas, há um exemplo de como foi trabalhado o tema gerador (alimento), as problematizações e desafios.

mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda”.<sup>395</sup> A segunda condição é a *humildade*: o diálogo é incompatível com a arrogância e com a auto-suficiência.

Nas palavras de FREIRE:<sup>396</sup>

Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança diante dos outros, meros ‘isto’, em quem não reconheço *outro eu*?

Como posso dialogar, se me sinto participante de um ‘gueto’ de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’, ou são ‘nativos inferiores’?

Como posso dialogar se parto de que a *pronúncia* do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar?

Como posso dialogar se me fecho à contribuição dos outros que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela?

Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro e definho?

A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de *pronúncia* do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminha para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais.

A terceira condição para que o diálogo possa se realizar, para FREIRE, é a *fé nos homens*. “Fé na capacidade de fazer e refazer, criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais*, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. “(...) Sem esta fé nos homens, o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista.”<sup>397</sup>

Em síntese: o diálogo, para favorecer a *pronúncia* do mundo, deve ser fundado no amor, humildade e fé no ser humano; assim, se estabelece uma relação horizontal, pautada na *confiança mútua*.<sup>398</sup>

Para FREIRE, a conscientização significa consciência + ação. É atitude crítica diante da vida, diante da história. As pessoas se modificam na medida em que modificam o mundo,

---

<sup>395</sup> FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, p.94.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p.95.

<sup>397</sup> *Ibidem*, p.96.

visando superar injustiças, norteadas por uma utopia, que na concepção do autor, “...não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.”<sup>399</sup>

As pessoas que acompanham Clubes de Troca são os chamados “animadores”<sup>400</sup> ou “multiplicadores de Clubes de Troca”, e têm acolhido a Pedagogia de Paulo FREIRE nas diversas mediações. FREIRE adverte que o papel da liderança é imprescindível junto às populações oprimidas,<sup>401</sup> o que explicita nos seguintes termos: “O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz”<sup>402</sup>

Para FREIRE, lideranças revolucionárias seriam principalmente aquelas que, procedentes dos estratos sociais dos dominadores, num certo momento de sua existência – muitas vezes impulsionadas por uma análise científica da realidade – optam por adotar a causa das populações oprimidas, num gesto de solidariedade e de compromisso. Nos Clubes de Troca, tais lideranças provêm tanto do meio da população que participa dos Clubes na condição de associados, como daquelas procedentes dos centros comunitários, pastorais sociais ou outras organizações que tomam a iniciativa de construir a experiência junto à população atendida com alimentos, e pretendem qualificar sua prática, na perspectiva da

---

<sup>398</sup> *Id.*

<sup>399</sup> FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo : Moraes, 1980.

<sup>400</sup> Adiante explanaremos sobre o papel dos “Animadores de Clubes de Troca”.

<sup>401</sup> **Pedagogia do Oprimido**, cap. IV – Este capítulo reserva um bom espaço para dissertar sobre o papel do líder revolucionário, antagônico com o “líder dominador” ou as “elites opressoras”.

<sup>402</sup> *Ibidem*, p.183.

libertação, buscando a superação das desigualdades. Mais tarde, propõem-se a assessorar outros grupos que venham a se constituir.

A “Pedagogia do Oprimido” é um processo constante, infundável, no qual todos participam e a cada dia percebem que têm mais e mais a enriquecer em termos de “humanização” e de libertação. Isto, porque todos – sejam oprimidos, sejam os que têm suas necessidades de vida plenamente satisfeitas – em algum nível, hospedam em si um opressor. Para FREIRE, tanto os oprimidos como algumas lideranças que buscam atuar ao lado deles, podem hospedar dentro de si o opressor. No primeiro caso, permanece latente o desejo de aproximação e troca de papéis: é comum observar-se sujeitos historicamente oprimidos que, colocados num posto de liderança ou de coordenação, exercem o autoritarismo, ao feitio das classes dominantes opressoras. Paulo FREIRE elucida este aspecto da dualidade oprimido/opressor nas seguintes palavras:

Na ‘imersão’ em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a ‘ordem’ que serve aos opressores que, de certa forma, ‘vivem neles’. ‘Ordem’ que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros. É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também ‘hospedado’ neles e nos outros. Agredem, como opressores, o opressor nos oprimidos.<sup>403</sup>

No segundo caso, quando as pretensas lideranças revolucionárias “hospedam” em si o opressor, pode prevalecer a sedução do poder e a crença nos mitos historicamente arraigados, que versam – dentre outros – sobre a “ignorância”, “preguiça”, “incapacidade” do oprimido – além daqueles mais recentes como a “mão invisível do mercado”, dentre outros;

---

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 53.

mitos estes que, encobrindo a realidade, se põem tal qual uma “aderência”.<sup>404</sup> Tais lideranças, que julgam equivocadamente estar a serviço da libertação, passam a orientar a prática tal qual o faz a liderança dominadora, surgindo campo fértil para a manifestação da “ação antidialógica”.

A denominada por FREIRE “falsa generosidade”, também é uma forma revestida de violência: <sup>405</sup> própria dos donos do poder, e se manifesta sob a forma de “caridade”, “doações”, o “fazer para” no lugar do “fazer com”. A verdadeira generosidade, para este autor, significa lutar para que não haja mais opressão, que não se necessite mais pedir esmolas. Que as mãos, ao invés de se estenderem para pedir, “... vão se fazendo cada vez mais mãos humanas que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos condenados da terra, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem. Lutando pela restauração de sua humanidade, estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira.”<sup>406</sup>

Ao mesmo tempo em que o oprimido se torna “desumanizado” pela opressão sofrida, o agente que causa esta negatividade também sofre o processo de “desumanização”, por impedir o outro de “ser mais” e por não ser capaz de *se* reconhecer no seu próximo, no oprimido, que para ele é “outro” que não ele mesmo. Opressores desumanizados, carentes de libertação, podem se manter em redutos fechados, protegido das vítimas da violência inaugural.<sup>407</sup> Eles ignoram que precisam também ser libertos e que esta libertação significa

---

<sup>404</sup>*Ibidem*, p.204. Para Paulo Freire, esta “aderência”, para ser rompida, necessita da ação dialógica, capaz de desvelar a realidade, desmitificar, desideologizar. É desta forma que os oprimidos e as lideranças que se pretendem revolucionárias (mas ainda abrigam o opressor) rompem com esta “aderência”.

<sup>405</sup>*Id.*, p. 32.

<sup>406</sup>*Id.*

<sup>407</sup>Paulo FREIRE (*ibidem*, p.42-3) lembra que a violência sempre foi inaugurada pelo opressor, o que expressa nas seguintes palavras: “... inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro (...) Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua ‘generosidade’, são sempre os oprimidos, que



deixar de oprimir, porque oprimir significa “não ser” e este “não ser” representa sobretudo falta de liberdade e desumanização. Numa equivocada linha de raciocínio do opressor, a impossibilidade de oprimir assume a forma de uma violência a ele infligida.<sup>408</sup> As palavras de Paulo FREIRE são imprescindíveis neste momento:

(...) É que, para eles, ‘formados’ na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir, significa opressão a eles. Não sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos porque, se antes podiam comer, vestir, calçar, educar-se, passear, ouvir Beethoven, enquanto milhões não calçavam, não vestiam, não estudavam nem tampouco passeavam, quanto mais podiam ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isto, em nome do direito de todos, lhes parece uma profunda violência a seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitavam nos milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança.<sup>409</sup>

(..)

Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão.

Por isso é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam nem se libertam.<sup>410</sup>

Portanto, é nesta linha de raciocínio que o autor conclui estar a cargo do *oprimido* a tarefa de libertação de *ambos* (oprimido e opressor). Para cumprir com este intento, o oprimido necessita encontrar-se com a liderança revolucionária, quando conjuntamente procurarão “expulsar” o opressor que ainda se tem “aderido”, por meio de uma ação dialógica permanente, a atuar na perspectiva do desvelamento da realidade e o subsequente *engajamento* em busca de libertação.<sup>411</sup>

---

eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas conforme se situem, interna ou externamente, de ‘essa gente’ ou de ‘essa massa cega e invejosa’ ou de ‘selvagens’, ou de ‘nativos’ ou ‘subversivos’, são sempre os oprimidos que desamam. São sempre eles os ‘violentos’, os ‘bárbaros’, os ‘malvados’, os ‘ferozes’, quando reagem à violência dos opressores.”

<sup>408</sup> *Ibidem*, p.46.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 47-8.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>411</sup> *Ibidem*, p.61.

#### 4.4 OS PRIMEIROS CLUBES DE TROCA: EXPERIÊNCIA ARGENTINA

Os Clubes de Troca tiveram origem simultaneamente no Canadá, nas Ilhas de Vancouver e na Argentina. Estas iniciativas representam, para Paul Singer, uma inovação na economia solidária, constituindo-se em alternativas criadas pela população para resistir à recessão econômica, já que se abrem possibilidades de adquirir e fornecer bens e serviços entre os membros do próprio grupo, gerando – nas palavras de SINGER, “um mercado que só havia anteriormente em potencial”.<sup>412</sup>

Em meados do ano de 1995, um grupo de 23 pessoas, algumas delas envolvidas com questões ecológicas e, praticamente, todas desempregadas – se reuniram numa garagem na Província de Bernal (Argentina) para trocar entre si objetos diversos. No início, as trocas eram controladas por meio de um caderno. Rapidamente novos sócios foram incorporados e criados outros clubes, expansão motivada, em parte, pela divulgação midiática. A partir da multiplicação de associados e complexidade das transações, surgiram os “créditos”, “vales” ou “bônus”, e mais tarde surgiu a denominação “moeda social” – com o objetivo de facilitar as trocas.<sup>413</sup> Como os precursores do primeiro Clube de Troca passaram a assessorar os demais que foram se constituindo, a maioria dos clubes atuava de maneira semelhante. A denominação “Rede de Trocas Solidárias” surgiu quando os grupos passaram a interagir entre si, conectando-se sob a forma de redes. O termo foi modificado para “Rede *Global de*

---

<sup>412</sup>SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Perseu Abramo, 2002, p. 106.

<sup>413</sup>Moeda Social é a denominação que se dá às formas monetárias alternativas, não oficiais, criadas para facilitar as trocas. Só pode ser utilizada entre sócios dos Clubes de Troca e deve ser produzida, distribuída e controlada por eles (Singer, 2000, p. 290). De maneira geral, a moeda é fornecida a cada novo sócio do Clube, podendo o valor variar conforme o grupo determine. Para maiores informações sobre as práticas com moeda social, limites, riscos e estratégias, consultar a obra de Henk van Arkel *et alii*: “Onde está o dinheiro? – Pistas para construção do Movimento Monetário Mosaico, Porto Alegre, Decasa, 2002.

*Trocas*”, segundo ARKEL, quando foi detectado um potencial contestatório à globalização neoliberal a partir das práticas efetuadas.<sup>414</sup>

Difundida a experiência para toda a Argentina, os governos locais descobriram que os Clubes de Troca poderiam conter tensões sociais geradas pelo alarmante índice de desemprego e subemprego. Além disso, observou-se o êxito na organização da produção artesanal, desvalorizada pelo mercado. Estes fatores fizeram com que os Clubes de Troca fossem tidos como sistema de interesse nacional pelo Ministério da Economia da Argentina, governos estaduais e municipais. Quando a experiência difundiu-se para outros países da América Latina, a partir de 1998, foi criada a REDLASES – Rede Latino Americana de Sócio-economia Solidária.<sup>415</sup>

Segundo Heloísa PRIMAVERA,<sup>416</sup> no ano 2000 houve um processo de “degeneração” dos Clubes de Troca argentinos, com a falsificação de moedas sociais por grupos oportunistas, e a conseqüente “hiperinflação” que acabou por prejudicar a credibilidade das organizações e instrumentos de trocas. Em 2002, período de grandes tensões sociais na Argentina levaram a formas de organizações populares de resistência, tais como o movimento dos “Piqueteiros”<sup>417</sup> as assembléias populares de bairros, a ocupação de fábricas falidas. O ressurgimento de Clubes de Troca mais coerentes com os princípios da economia solidária ocorreu neste contexto, em 2003, com um sistema impeditivo da falsificação das moedas sociais. Para

---

<sup>414</sup>ARKEL, Henk van *et alii*. **Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Monetário Mosaico**. Porto Alegre, Decasa Editora, 2002, p. 64-65.

<sup>415</sup>IBID, p. 64-5.

<sup>416</sup>PRIMAVERA, Heloísa. **Rede de Troca, moeda social e economia solidária na Argentina: o novo e o velho**. O Girassol - Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Rio de Janeiro, PACS. Outubro, 2003. [www.redesolidaria.com.br](http://www.redesolidaria.com.br)

<sup>417</sup>Movimento social argentino que surgiu em 1996, sendo composto hoje por cerca de 200 mil desempregados, divididos em vários grupos. Agem geralmente bloqueando avenidas das principais cidades, exigindo comida, trabalho e melhores condições de vida. Possuem extraordinária capacidade de mobilização e organizam-se de forma democrática, com ênfase nas assembléias onde todos têm voz, voto e vez. *Ver Cepat Informa* 104, dezembro de 2003, p. 19 a 27..

Heloísa PRIMAVERA, “(...) ficam as lições de como se constrói o novo e de como o velho sempre vai estar vivo(...)”.

O primeiro Clube de Troca no Brasil foi inaugurado em 1998, em São Paulo, bairro de Santa Terezinha, Santo Amaro. Primeiramente, inspirou-se na iniciativa francesa denominada “Trocas de saber” e depois passou-se a incorporar bens e serviços, atuando aos moldes do modelo argentino. Em 1999, teve início a experiência do Rio de Janeiro, seguida de Porto Alegre e várias outras cidades brasileiras.<sup>418</sup>

Para Paul Singer (2002), o Clube de Troca proporciona benefícios econômicos ao materializar um mercado que permanecia oculto, além de favorecer as inter-relações solidárias, principalmente de caráter afetivo, o que ele denomina “vantagens culturais”.

JOAQUIM e MAGALHÃES<sup>419</sup> advogam os benefícios dos Clube de Troca no tocante à valorização do trabalho:

O grande desafio que hoje temos é aprender novamente a nos ver e a considerar que todos temos um valor intrínseco – algo incomensurável – que deve ser apreciado em todos e em todas, independente do nível: indivíduo, família, grupo, comunidade, nação – que pode aportar ao outro condições para sua sobrevivência, bem estar e progresso social a partir dos princípios de reciprocidade e solidariedade.

CERIOLI<sup>420</sup> descreve a dinâmica dos Clubes de Troca argentinos nos seguintes termos:

(...) Nele as pessoas intercambiam bens e serviços, se convertem em produtores e consumidores ao mesmo tempo – denominados ‘prossumidores’ – e não o fazem através do dinheiro, mas por meio de ‘créditos ou tickets de troca’. No princípio todos se conheciam pelo rosto, mas em 1997, já eram mais de duas mil pessoas e hoje somam 2,5 milhões. Por isso

---

<sup>418</sup>CASTRO, *in* Singer, 2000, p.290.

<sup>419</sup>Equipe de coordenação do Clube de Troca de Fortaleza – *in* ARKEL, *op.cit.*, p. 67.

<sup>420</sup>CERIOLI, Gabriela. **Os clubes de troca: uma alternativa que reivindica a solidariedade.** Cepat Informa n. 83, maio de 2002, p. 77.

decidiram organizar o funcionamento dos clubes. Para participar é simples: basta oferecer alguma coisa, por exemplo, comida feita, roupa ou um serviço.

As pessoas interessadas em formar parte do clube devem participar de algumas reuniões informativas que lhes permitam conhecer as regras do sistema, e completar uma planilha. A cada novo sócio se entregam 50 créditos que servem para começar a trocar. (...) se a pessoa decide sair do sistema, deverá devolver os 50 créditos iniciais.

CERIOLI também explicita que os Clubes de Troca na Argentina mantêm vínculos mútuos, onde cada “célula” constitui um “tecido de rede” orientada pela confiança e solidariedade. Tais “células” funcionam em locais como paróquias, clubes de bairro e centros culturais. Cita a Declaração de Princípios dos Clubes de Troca<sup>421</sup> que primam pela solidariedade e autogestão.

A seguir, será abordada a experiência *paranaense* do Clube de Troca, resultado de um conjunto de atividades e mobilizações desenvolvidas por organizações e pessoas físicas vinculadas à proposta da economia solidária. Como será visto, no Paraná tal prática tomou rumos diferenciados, com a participação das populações mais pobres, ênfase na pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire, e a perspectiva de superação do capitalismo.<sup>422</sup>

#### 4.5 A EXPERIÊNCIA DO PARANÁ

O caminho percorrido pelas organizações vinculadas aos movimentos populares, na tentativa de desenvolver a economia solidária em Curitiba, passou pela perspectiva da Rede de Colaboração Solidária. Desta incursão é que surgiram os primeiros alicerces para a criação dos Clubes de Troca.

---

<sup>421</sup>Ver em anexo, Declaração de Princípios da Rede Global de Troca.

<sup>422</sup>Na Argentina, como em várias partes do mundo, os clubes de troca não têm conseguido chegar às populações mais pobres – cf. Relatório de reunião dos representantes de Clubes de Troca, realizado no FSM no ano de 2002.

Desde 1998, observou-se em Curitiba – PR, um intenso processo de articulação, formação e mobilização, desenvolvido principalmente por organizações ligadas ao movimento popular, na busca por desenvolver experiências de economia solidária. Nas linhas abaixo, será explanado, de forma sucinta, como se deu este processo – trajetória que gerou uma modalidade específica de Clubes de Troca, com contornos diferenciados daqueles vigentes até então.

No ano de 1999, foi realizado um curso intitulado “Trabalho, Cooperativismo e Autogestão” promovido pelo CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo<sup>423</sup> e IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação. A proposta das *Redes de Colaboração Solidária*, idealizada por André Euclides Mance e amplamente abordada no curso, motivou os participantes<sup>424</sup> nesta direção.

De forma bastante simplificada, define-se Rede de Colaboração Solidária como uma estratégia de organização pautada principalmente no *consumo solidário*<sup>425</sup>. Sendo a *célula* (unidade produtiva) a unidade básica da rede, cada uma conecta-se à outra, em movimentos de produção e consumo, articulando-se em laços de realimentação, buscando o fortalecimento mútuo.

MANCE advoga que o consumo pode ser *final* – aquele que visa satisfazer necessidades e desejos – ou *produtivo* – quando visa a produção de outros bens e serviços (insumos). Entre as células deve ocorrer os dois tipos de consumo, sendo necessário, para desenvolvimento da rede, que se constitua uma adicional *rede de consumidores*, para que as

---

<sup>423</sup>Organização Não Governamental atua sob inspiração da Irmã Teresa Araújo, religiosa que atuou no bairro do Boqueirão, comprometida com as causas populares. O CEFURIA tem como objetivo atuar com formação política, auxiliar a organização e mobilização popular na busca por justiça social.

<sup>424</sup>Dentre eles, estavam participantes das CEBS – Comunidades Eclesiais de Base, pequenos produtores que tinham algum vínculo com as organizações promotoras do curso e outros interessados na temática

<sup>425</sup>Consumo solidário, para MANCE, (p. 28-31) é aquele que se destina a *mediar o bem-viver* pessoal e coletivo, observando a preservação do meio ambiente, a não exploração do trabalhador, manutenção de iniciativas populares etc.. Diferencia-se do *consumo alienado* e do *consumo compulsório*, como será visto na seqüência.

células possam se consolidar escoando toda sua produção e reinvestindo o excedente na criação de novas células. Incluem-se na *rede de consumidores* aqueles que não fazem parte do processo produtivo, mas desenvolvem tão somente a prática do consumo solidário, imbuídos por um sentido de responsabilidade moral<sup>426</sup>

Em março de 2000, houve um Seminário Estadual sobre Economia Solidária, na Casa do Trabalhador, bairro Sítio Cercado (Curitiba). Foram apresentadas na ocasião as experiências dos Clubes de Troca na Argentina, a proposta da Rede de Colaboração Solidária e uma experiência do Rio Grande do Sul, relativa a políticas públicas desenvolvidas no Rio Grande do Sul, de incentivo a experiências de geração de trabalho e renda, cooperativismo, dentre outras. Enfim, concepções e práticas diversas de economia solidária.<sup>427</sup>

Desde 1999 eram desenvolvidas feiras, envolvendo pequenos produtores do ramo alimentício, confecções, artesanato, serviços, dentre outros – em geral com o apoio do CEFURIA e IFIL. Houve algumas iniciativas de constituição de empreendimentos solidários com inspiração autogestionária, como lojas, Padarias Comunitárias e outras experiências de pequeno porte que tinham como horizonte conectar-se entre si como células de produção, buscando a constituição de uma Rede de Colaboração Solidária.

Em abril de 2000, foi realizada uma feira reunindo cerca de 100 produtores e prestadores de serviços, no Ginásio de Esportes na Vila São Pedro (Curitiba). Tal investida

---

<sup>426</sup>MANCE, Euclides André. **A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, Vozes, 2000, p.47-57 – 179.

<sup>427</sup>No entanto, MANCE traça uma linha demarcatória entre as categorias “economia solidária” e “Rede de Colaboração Solidária”, principalmente acentuando a diferença entre os termos “colaboração” e “economia”, sendo que o primeiro significa “trabalhar juntos” e o segundo define-se como a “ciência que trata da produção, distribuição, acumulação e consumo”. Portanto, o conceito “colaboração solidária” significa, nas palavras do autor: “... um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública; introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade”. (MANCE, E. A., *op.cit.* p. 178-9 O autor ainda assevera que a utilização do termo “economia” em detrimento do termo “colaboração”, aumenta-se as chances de se compactuar com o sistema capitalista excludente e explorador. (Id. p.172)

gerou a organização de uma página na Internet com lista de produtos e serviços e demais informações sobre feiras e a economia solidária no Brasil e no mundo.

Os passos apresentados na obra *Revolução das Redes*<sup>428</sup> para a constituição de uma Rede de Colaboração Solidária, de forma sucinta, são os seguintes: (a) cadastro dos desempregados; (b) formação de cooperativas (células de produção); (c) constituição paralela de *células de consumo solidário*, cujos participantes deverão ser os mesmos grupos de cooperados, que devem realizar compras comunitárias a preços menores graças à compra por atacado; (d) busca por ampliar as células de consumo (cooperativas), procurando agregar outras famílias interessadas em participar das compras comunitárias; (e) análise das *demandas de consumo* para que possam ser realizadas compras em grande quantidade e conseqüentemente com menor preço; (f) criação de um *fundo solidário* com recurso proveniente da diferença de preço obtida pela compra do atacado; (g) levantamento e banco de dados de demandas por serviços e produtos do conjunto das células (h) levantamento de atividades geradoras de renda que os componentes das células desenvolvem; (i) mapeamento das unidades produtivas já existentes, inclusive atividades desenvolvidas de forma individual; (j) diagnóstico dos dados resultantes do mapeamento anterior e demandas para distribuição de produtos; (l) detecção das atividades a serem priorizadas, de acordo com demanda verificada na pesquisa anterior; (m) conexão em rede das unidades de produção, serviço e consumo, implicando na gestão democrática de todo o processo; (n) criação de pessoa jurídica que atue na articulação da rede (se houver necessidade); (o) constituição de novas células para atender demandas já detectadas em pesquisa anterior; (p) definição democrática das funções a serem assumidas no processo; (q) investida coletiva na busca por agregar mais consumidores além da rede; (r) organização e divulgação de uma lista de serviços que podem ser prestados à

---

<sup>428</sup>MANCIE, E., *op.cit.* p. 75-78.



comunidade local, ampliando as atividades da rede; (s) aplicação do excedente produzido no *fundo solidário para a geração de emprego e renda* (t) fidelidade aos princípios da Rede de Colaboração Solidária.<sup>429</sup>

Houve, assim, considerável mobilização direcionada à criação de uma Rede de Colaboração Solidária, com atividades relacionadas a incentivo a feiras, cursos, seminários, assembléias e discussões sobre constituição de uma associação.

Em 2001, as iniciativas econômicas apresentavam sinais de enfraquecimento. Alguns fatores que contribuíram para esta situação, detectados com base em referencial empírico, podem ser sintetizados da seguinte forma: em primeiro lugar, observou-se limitações substanciais relativas a recursos humanos e financeiros capazes de dar suporte aos empreendimentos solidários já existentes, bem como para com eles percorrer a trajetória para a constituição da Rede de Colaboração Solidária. Era imprescindível disponibilizar equipe técnica especializada capaz de assessorar todo o processo.

Em segundo lugar, a proposta da Rede de Colaboração Solidária – como fica nítido em toda a obra de Mance – exige o envolvimento de sujeitos naturalmente imbuídos de vocação democrática, solidária e cooperativa; livres de toda a sedução envolvida nas disputas de “poder”, prontos a renunciar ao que o autor denomina “consumo alienante” e “consumo compulsório”,<sup>430</sup> abdicando das comodidades e “vantagens” oferecidas pelo mercado capitalista que beneficia poucos em detrimento da maioria, além do “fetiche” das marcas, que atrai ao consumo alienado. Por este motivo, algumas barreiras já se impuseram no início do processo, principalmente relativas à *questão cultural*, como (a) a dificuldades na prática do consumo solidário, por parte da maioria das pessoas envolvidas – quer por sedução ao

---

<sup>429</sup>São os seguintes os princípios mencionados: *diversidade* (integrando organizações, movimentos, associações etc.); *extensividade* (significa irradiar a rede para outros territórios); *intensividade* (que envolva o maior número possível de pessoas) e *agregação*. (cfe. pág. 24-25 da obra *Revolução das Redes*, já citada).

<sup>430</sup>MANCE, E.A., *op.cit.*, p.26-7.

marketing e vantagens do mercado capitalista, quer pela dificuldade de estabelecer contato entre os pequenos produtores; (b) os integrantes dos pequenos empreendimentos encontravam limites, principalmente de ordem cultural,<sup>431</sup> para envolver-se verdadeiramente, condicionados que pareciam estar às relações empregatícias de “patrão-empregado”. Isto confirma a tese de Paul SINGER de que o maior inimigo da autogestão<sup>432</sup> é o desinteresse do trabalhador em participar, em se manter informado, em decidir coletivamente sobre os destinos do empreendimento coletivo.

Em terceiro lugar, a oferta de produtos e serviços para o consumo solidário muitas vezes não atendia à demanda, porque em sua maioria os pequenos produtores exerciam atividades relacionadas a artesanato, confecções e alimentação pronta, ou seja: não havia praticamente disponibilidade de produtos de primeira necessidade.

Houve outros obstáculos que se impuseram contra a viabilidade da Rede de Colaboração Solidária, como dificuldades de compor capital de giro, falta de experiência na administração de empreendimentos, distância entre os pequenos produtores, o que dificultava sua conexão sob a forma de consumo mútuo, etc. No entanto, pode-se apontar o segundo impeditivo elencado – de caráter *cultural* – o mais determinante quando se trata de atuar na perspectiva da economia solidária (ou Redes de Colaboração Solidária). Novamente acessando referencial empírico, observa-se que impeditivos relacionados ao aspecto financeiro não são tão decisivos na manutenção ou não de empreendimentos solidários como o é a questão cultural. SINGER<sup>433</sup> aponta, por exemplo, a competição vigente na sociedade capitalista como algo tido como natural, a se impor em todos os espaços da vida cotidiana: no

---

<sup>431</sup>Barreiras principalmente de ordem cultural, como será visto adiante na análise de Paulo Freire sobre o “mutismo” do povo brasileiro, resultante da herança autoritária e violenta que ao longo da história suprimiu qualquer ímpeto de participação, de democracia.

<sup>432</sup>SINGER, como já foi visto, utiliza o termo “autogestão” para designar as práticas democráticas nos empreendimentos solidários.

<sup>433</sup>SINGER, *op.cit.*, 2002, p.7-9.

lar, na escola, ambiente de trabalho, esportes, dentre outros. A substituição da competição pela solidariedade, a se manifestar sob a forma de *estilo de vida*, exigência que se impõe às pessoas envolvidos com a economia solidária – e não apenas na retórica ou como um formulação abstrata – não é algo que se dê tão rapidamente, tendo em vista a sociedade extremamente competitiva que orienta as pessoas a sobreporem-se às demais a fim de conseguir um “melhor lugar ao sol” ou mesmo garantir a sobrevivência.

Da mesma forma, MANCE aponta a necessidade da *prática democrática* nortear as tomadas de decisões nas células da Rede, mas este imperativo não ganha ênfase na sua obra.<sup>434</sup> Se as práticas democráticas não se efetivarem, inevitavelmente as células ou empreendimentos reproduzirão relações fundadas no autoritarismo e na exclusão da participação dos que demonstrarem menor capacidade de argumentação e interlocução (refere-se, aqui, à democracia direta, participativa). Paulo FREIRE ilumina esta reflexão<sup>435</sup> quando aborda a *inexperiência* do povo brasileiro com relação às práticas democráticas: por 500 anos a população oprimida (negros, indígenas, mulheres, imigrantes pobres e demais pessoas simples) se viu submetida a relações de extremo autoritarismo e violência, sem oportunidade de diálogo, introjetando a *cultura do silêncio*, nutrida pelo medo e manifesta sob a forma de passividade. Este autor vê o exercício da ação dialógica<sup>436</sup> como a única forma pela qual será possível superar esta situação.

A partir desta análise, e os limites impostos ao intento de viabilizar o projeto da Rede de Colaboração Solidária, é que se vislumbrou a possibilidade de direcionar esforços à criação de *Clubes de Troca*. Tal perspectiva já se pronunciara no ano 2000, a partir do advento do Seminário de Economia Solidária (referido anteriormente), quando Heloísa Primavera apresentava a experiência da Argentina, que muito entusiasmou o público presente,

---

<sup>434</sup>MANCE, *op. cit.* p. 77.

<sup>435</sup>Educação para a prática da liberdade. 17.ED. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

principalmente por ser uma experiência simples de ser realizada. Além disso, a conselheira do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – Lourdes Marchi, havia participado em 1999 de um evento em Buenos Aires, ocasião em que conheceu os Clubes de Troca e se propôs a construí-los em Curitiba.

Após o envolvimento direto com a experiência da Rede de Colaboração Solidária, aprendendo com os êxitos e dificuldades, é que vislumbrou-se a criação de espaços favoráveis ao exercício do diálogo libertador, já assinalado por FREIRE. Ao mesmo tempo, os Clubes de Troca poderiam se constituir em alternativa de complementação de renda e valorização do trabalho, já que as pessoas expulsas dos circuitos de produção e consumo – e portanto destituídas dos meios de sobrevivência – têm oportunidade de auxiliar o próximo e ao mesmo tempo serem ajudadas, através do fruto do seu trabalho e mesmo (principalmente) de sua capacidade de ser afetivo, de criar vida.<sup>437</sup>

#### **4.6 SURGIMENTO DO PRIMEIRO CLUBE DE TROCA DE CURITIBA**

Em 2001, em Curitiba, a AEC – Associação de Educação Católica – promoveu um curso em 04 etapas, sob o tema “Geração de Renda, Cooperativismo e Economia Solidária”, assessorado pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA, com participação de outras organizações, como ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Autogestão e Participação Acionária) e IFIL (Instituto de Filosofia da Libertação). Este curso teve como público alvo membros das paróquias das regiões do Capão Raso, Novo Mundo e Pinheirinho. Muitos participantes já atuavam com experiências de geração de

---

<sup>436</sup>FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, p. 102.

<sup>437</sup>HARDT & NEGRI, *op.cit.*, p.43, 229, 230.

trabalho e renda, outros desenvolviam práticas filantrópicas – além de outros segmentos interessados na temática.

No mesmo ano houve o curso em três etapas “Socioeconomia solidária”, promovido pelo CEFURIA, IFIL e Pastoral Operária, cujo público-alvo constituía-se basicamente dos membros das pastorais sociais (Curitiba e interior), participantes das feiras solidárias e outros interessados. No mesmo ano, integrantes do CEFURIA e CECOPAM (Centro Comunitário de Proteção Alimentar Padre Miguel) visitaram Clubes de Troca de São Paulo e Santa Catarina, buscando mais elementos para viabilizar criação de Clube de Troca em Curitiba.

Em outubro de 2001 realizou-se a “I Feira e Mostra de Economia Solidária do Paraná”, em Curitiba, Praça Santos Andrade – por ocasião do Seminário Internacional de Cooperativismo promovido pela Universidade Federal do Paraná. Os participantes foram os diversos produtores que já se reuniam nas feiras e eventos mencionados, e também algumas cooperativas acompanhadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal do Paraná. Nos quatro dias de feira foi estabelecida uma dinâmica de trocas solidárias entre os participantes, animada pelo CEFURIA e CECOPAM, o que impulsionou a criação, 01 mês mais tarde, do primeiro Clube de Troca de Curitiba.

No dia 10 de novembro de 2001, após várias reuniões e oficinas de moeda social<sup>438</sup> foi inaugurado o Clube de Troca, com 11 participantes: 10 mulheres e um homem. Dentre os 11 participantes havia artesãos, costureiras, integrantes da padaria comunitária<sup>439</sup> produtores de gêneros alimentícios, estagiária de Serviço Social. Todos eles pequenos produtores individuais atuantes no mercado informal. As providências para a feira, bem como a

---

<sup>438</sup>Trata-se de metodologia originária da Argentina: uma simulação de Clube de Troca, quando as pessoas levam produtos para a troca e produzem a própria moeda social. Desta forma, é possível vivenciar a experiência e refletir sobre o “fetichismo” do dinheiro, sobre o fato de que ele é só um instrumento para facilitar as trocas e não precisa ser tido como um “deus”, como acontece na economia capitalista.

denominação “Pinhão” para a moeda e para o Clube de Troca resultaram de um debate prévio, democrático, ocasião em que todos deram sugestões, inclusive desenhando representações da futura moeda social. Pinhão é fruto da árvore Araucária, símbolo do Paraná. No dia da inauguração, que se deu no Bairro do Sítio Cercado, na Igreja N. Sra. Auxiliadora, houve uma “plantação” de pinhões, quando cada participante, simbolicamente, “plantou um sonho”<sup>440</sup> relacionado ao futuro da experiência que se iniciava.

O Clube de Troca “Pinhão” foi se expandindo lentamente no primeiro ano. No final de 2002 havia 72 sócios, e a criação de mais um clube na Região de Santa Felicidade.

#### **4.7 SUBSTITUINDO “DOAÇÕES” PELAS TROCAS: UMA INOVAÇÃO**

Em setembro de 2002 foi criada uma experiência peculiar, até então inédita: o clube de troca realizado com usuários das cestas básicas provindas de doações, nas Paróquias: a população tida como “excluída”, até então dificilmente contemplada nas práticas de economia solidária no Brasil, e no mundo.

A equipe de assistentes sociais do Centro Comunitário Santo Afonso, da Paróquia N. Sra. do Perpétuo Socorro, no bairro Alto da Glória, em Curitiba,<sup>441</sup> atuava junto à população empobrecida que semanalmente se aglomerava em filas no portão do Centro Comunitário, em busca de auxílio. O trabalho do Serviço Social junto a estas pessoas, na época, não se limitava ao fornecimento de gêneros alimentícios: eram feitas reuniões nas quais se tratava

---

<sup>439</sup>Projeto de geração de trabalho e renda, que envolve geralmente mulheres que se propõem a trabalhar de forma comunitária, fundada na solidariedade e relações democráticas, produzindo e vendendo pães nas próprias comunidades.

<sup>440</sup>No capítulo II – Movimentos Sociais – a mística nos movimentos sociais é abordada.

<sup>441</sup>NR: o Centro Comunitário Santo Afonso constitui-se num campo de estágio de Serviço Social da PUC – Pontifícia Universidade Católica do Paraná - considerado estratégico.

principalmente de questões relativas ao acesso a direitos sociais, ocorrendo também atendimentos individuais para casos relacionados à saúde, violência, políticas públicas de modo geral, além de cursos de capacitação profissional.

Em outubro de 2002 foi criado o primeiro Clube de Troca naquele espaço, com assessoria do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo, que logo se transformou num “centro irradiador”, atraindo interessados de várias regiões do Brasil e impulsionando a multiplicação de experiências semelhantes.

Desde então, esta modalidade se difundiu rapidamente, na ânsia, por parte de alguns agentes (voluntários ou não) que atuavam com a população marginalizada, de substituírem o padrão assistencialista, típico das relações de caridade, pelas práticas emancipatórias, sob inspiração da Teologia da Libertação.<sup>442</sup>

No ano de 2002 e 2003, foram promovidos quatro encontros do Mutirão Contra a Fome e a Miséria, promovidos pela Arquidiocese de Curitiba, realizados na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Esta seqüência de encontros contribuiu para impulsionar, multiplicar e fortalecer os Clubes de Troca realizados entre a população mais pobre. Nestes eventos houve reflexões sobre diversas temáticas, como o novo mundo do trabalho, economia solidária, os efeitos nefastos do modelo capitalista sobre os povos do planeta, alternativas de superação do atual modelo societário que produz miséria, o relato de

---

<sup>442</sup>Teologia da Libertação foi resultado de um processo iniciado com a criação do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAN – em 1955, que se constituiu num espaço de debate para os bispos latino-americanos. O Documento do Vaticano II, na década de 60, recomendou uma doutrina que tivesse como foco o social e a Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI, dirigida à América Latina, orientava a busca pela superação da miséria e injustiça. A Segunda Conferência do Episcopado Latino Americano em Medellín, Colômbia, em 1968, fortaleceu tais direcionamentos, reafirmados mais tarde na Terceira Conferência em Puebla, México, não obstante reação das forças conservadoras resistentes à Teologia da Libertação. A participação de jovens padres estudiosos das ciências sociais, que ocupavam espaços as regiões rurais e periferias urbanas também fortaleceu tal vertente social da Igreja. Estes jovens padres conheciam profundamente as condições estruturantes responsáveis pelo contínuo aprofundamento da pobreza latino-americana e das desigualdades sociais. Os Movimentos de Educação de Base (MEBs) inspiraram a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujos participantes eram sobretudo leigos e religiosos, incentivados pela escassez de padres na América Latina dispostos a atuar em zonas de pobreza. O método do educador Paulo Freire na época, exerceu influência na Teologia da Libertação. (SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos**, p.33-34)

experiências em economia solidária. Sobretudo, houve o protagonismo dos participantes dos Clubes de Troca, o que permitiu que no Mutirão contra a Pobreza e a Fome fosse ouvida a voz daqueles que historicamente não têm tido o direito de pronunciar a sua palavra.

Neste ano de 2004, já há cerca de 30 Clubes de Troca<sup>443</sup> inclusive em outras cidades do Paraná, envolvendo aproximadamente 1.000 pessoas.

#### **4.8 PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS CLUBES DE TROCA**

Os Clubes de Troca que ocorrem nos espaços tradicionais de atendimento à pobreza – ONGs, Centros Comunitários, Paróquias – têm algumas peculiaridades que os distinguem dos demais. É exclusivamente estes que serão abordados daqui por diante. Dentre os participantes há pessoas que Robert CASTEL<sup>444</sup> denomina “desfiliadas”: os “não trabalhadores”, que foram excluídos da atividade produtiva e não raro romperam parcial ou totalmente com os vínculos de proximidade ou “zonas de integração” que podem ser primárias (família, vizinhança, amigos) e secundárias (instituições, Igrejas, dentre outros) – e as pessoas que estão excluídas dos circuitos tradicionais de produção e consumo, mas que mantêm intactas as redes de proteção (principalmente primárias).

Todos têm em comum o fato de não se situarem na categoria “consumidores” e são os considerados “inúteis do mundo” pois na atualidade, a sociedade capitalista não necessita deles nem sequer para serem explorados. Segundo Marilena CHAUI, “depois de haver

---

<sup>443</sup>Há muitos em processo de formação, por isso a dificuldade em fornecer o número exato de clubes e de pessoas envolvidas.

<sup>444</sup>CASTEL, R., *op.cit.*



produzido mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a última mercadoria descartável”<sup>445</sup>

Trata-se, portanto, de pessoas que sobrevivem do subemprego, do trabalho precarizado, dos recursos provindos de doações diversas. Estando fora do mercado de consumo, obtêm sua sobrevivência fora das relações estáveis de trabalho, geralmente por meio de instituições de caridade.

No primeiro semestre de 2004, a equipe de “animadores” que acompanha os Clubes de Troca deu início a uma pesquisa, por meio de entrevistas, tendo um questionário como instrumental, sobre dados qualitativos e quantitativos dos participantes.<sup>446</sup> Para efeitos de tabulação provisória, foi extraída uma amostra de 42 questionários, recolhidos em vários Clubes de Troca. Alguns elementos desta pesquisa serão úteis nesta dissertação para melhor caracterizar o perfil destes sujeitos. Apresenta-se, assim, de forma sintética, alguns dados selecionados, apostando-se no seu potencial de trazer ao leitor uma visão aproximada do perfil das pessoas que constroem os Clubes de Troca no Paraná.<sup>447</sup>

<b>GÊNERO</b> Mulheres: 39 Homens: 03	<b>FAIXA ETÁRIA:</b> Até 18 anos .....03 19 a 25..... 03 26 a 39..... 11 40 a 59 ..... 15 Acima de 60 ..... 08 Acima de 70 ..... 02
<b>ESTADO CIVIL:</b> Solteiros ..... 12 Casados ..... 14 “Amigados”..... 06 Viúvos ..... 07 Separados ..... 03	
<b>TRABALHO – RENDIMENTO</b> Possui emprego fixo (cart.assinada) : sim: 02 - Não: 40 Estão trabalhando: sim (13) - às vezes (04) - Não (25) Dos que trabalham: Recebem 01 salário mínimo..04 Menos de meio salário.....06	<b>Dos 03 que trabalham sem carteira assinada e recebem 01 salário:</b> 01 cata papel - 01 doméstica - 01 aux. Enfermagem <b>Dos 26 que <u>não</u> trabalham fora</b> (todas mulheres): 08 têm mais de 60 anos 09 entre 40 e 59 anos

<sup>445</sup>Introdução à obra de Paul Lafargue, “Direito à Preguiça”. 2.ed. São Paulo, Hucitec, 2000.

<sup>446</sup>A pesquisa ainda não foi concluída.

<sup>447</sup>Acentua-se que na presente dissertação não se previu a realização de uma pesquisa de campo, mas tão só apresentação de relatos de reuniões. No entanto, a riqueza de informações obtidas pela pesquisa efetuada pelos “animadores dos Clubes de Trocas” não poderia deixar de constar deste trabalho. Espera-se que em outra oportunidade possa ser dado maior relevo aos aspectos extraídos na pesquisa de campo, como um destaque maior às questões de gênero, das representações e do imaginário relacionadas à pobreza, assistência, assim como demais aspectos relevantes.

Menos de 01 salário .....01 Acima de dois salários ..... 02 ( <i>são dois homens</i> )	03 entre 30 e 40 anos 05 entre 17 e 21 anos <b>Dos 04 que trabalham às vezes:</b> 02 recebem, menos de um salário (diaristas) 02 recebem menos de meio salário (diaristas)
<b>ATIVIDADE DESENVOLVIDA/PROFISSÃO</b> Desempregados (procurando emprego) .....10 Catador de papel .....06 Dona de casa .....06 Diarista (ocasional) .....06 Cuidam de crianças .....02 Aposentadas .....02 Auxiliar enfermagem .....01 Vendedor .....01 Garçom .....01 Salgadeiro ambulante .....01 Auxiliar de produção .....01 Lava roupa p. fora .....01 Artesanato (ambulante) .....01 Doméstica .....01 Aux. Escritório .....01 Cabeleireiro .....01	<b>O que sonha realizar através do trabalho?</b> <sup>448</sup> ⇒ Ter casa/Terra ..... 11 ⇒ Uma casa melhor ..... 05 ⇒ Ter o negócio próprio ..... 06 ⇒ Só trabalhar ..... 04 ⇒ Dar estudo aos filhos ..... 03 ⇒ Uma vida melhor ..... 03 ⇒ Viver – sobreviver ..... 02 ⇒ Subir na vida ..... 01 ⇒ Muita coisa boa ..... 01 ⇒ Ajudar quem não tem ..... 01 ⇒ Garantia de sustento permanente .....01 ⇒ Dar aos filhos o que não teve ..... 01 ⇒ Aprender para ensinar ..... 01 ⇒ Ter um salário ..... 01 ⇒ Futuro melhor ..... 01 ⇒ Se formar ..... 01 ⇒ Faculdade ..... 01 ⇒ Comprar algo novo ..... 01 ⇒ Nada ..... 01
<b>Quantas pessoas trabalham com carteira assinada na família?</b> Nenhuma – 32 01 pessoa – 05 3 ou mais – 01 N. respondeu – 04	
<b>Por que é difícil conseguir emprego? O que mais atrapalha?</b> Idade .....15 Estudo .....11 Falta de experiência .....05 Não sabem .....03 Aparência .....02 Falta de registro anterior .....01 Falta profissionalização .....01 Saúde .....01 Falta oportunidade .....01 Ninguém tem dinheiro para empregar .....01 Desempenho .....01 Falta residência fixa .....01	Possui Terreno e casa própria? Sim: 22 - Não: 19  Dos que possuem casa própria:  Possui escritura? Sim: 14 - Não: 08 (área de ocupação)

O Brasil tem um dos piores índices de distribuição de renda do mundo. Cerca de 20% da população mais pobre recebem apenas 2% da renda, e aproximadamente um quarto das pessoas vivem com menos de US\$ 2 ao dia.<sup>449</sup>

Os participantes dos Clubes de Troca compõem-se, a maioria, de mulheres na faixa etária entre 40 e 59 anos, exercendo atividades informais, praticamente sem rendimento algum; são

<sup>448</sup>O número de respostas ultrapassa o total de questionários porque houve quem desse duas respostas.

os destinatários das políticas socioassistenciais e das ações filantrópicas, principalmente das Igrejas. YASBEK caracteriza o tipo de relação clientelista que se trava usualmente entre estas populações “assistidas” e os seus “beneficiários”:

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida.<sup>450</sup>

Este tipo de relação exposto por YASBEK, tido como um padrão arcaico, pode ser analisado a partir da herança escravista no Brasil, quando dos negros era exigida lealdade e “gratidão” aos seus senhores. Mesmo liberto, um escravo deveria prestar favores aos senhores, sob pena de ser revertido o processo de sua libertação. A liberdade era vista como “doação” e as leis abolicionistas apareciam como “benesses”. Na própria carta de alforria invariavelmente constava ameaça de revogação ao escravo que fosse “ingrato”<sup>451</sup>

Tal racionalidade perpetua-se como chaga na cultura brasileira. Ao analisar a ideologia do trabalhismo, PARANHOS aborda o “mito da doação” na época do governo de Getúlio Vargas, na qual as leis trabalhistas se impuseram como “dádiva do céu” mas na verdade significaram uma tentativa de abafar as lutas dos trabalhadores por seus direitos. O título de “pai dos pobres”, a imagem de um “Estado-pai” que “concede” direitos sociais, o anúncio de leis “protetoras” do trabalhador e a propaganda dessas leis constituiu-se em intenso trabalho ideológico, com a manutenção da cultura do paternalismo, da tutela, da troca de favores.<sup>452</sup>

---

<sup>449</sup>Segundo BIRD e Banco Mundial. **Nem o crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird.** Jornal Folha de São Paulo, 24 de abril de 2004, p.A-7.

<sup>450</sup>YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 2.ed. São Paulo : Cortez, 1996, p. 41.

<sup>451</sup>NAQUETE, L. **Escravos & Magistrados no segundo reinado.** Brasília : Fundação Petrônio Portela, 1988.

<sup>452</sup>PARANHOS, Adalberto. **Dialética da dominação.** São Paulo : Papyrus, 1984.

O “mito da doação” permanece com intensidade no Brasil, agora sob a roupagem sobretudo da responsabilidade social das empresas, da caridade cristã e outras formas de engajamento da sociedade civil nas ações que implementam tendo como destino as populações pobres. O próprio empresariado é posto em um patamar de destaque e benemerência quando se propõe a “doar” empregos, abrir determinado número de postos de trabalho. Obtém até mesmo, subsídios para tanto e nada exige-se-lhe com relação ao imperativo de providenciar condições dignas referentes a salário, salubridade, garantias diversas ao trabalhador. Emprego por si, só: “qualquer jazida de emprego”.<sup>453</sup>

Neste processo generalizado de “doação”, de “sensibilidade social”, os apelos tais como “adote um aluno”, “seja amigo da escola”... a sociedade como um todo é convocada a dar conta das mazelas sociais que o capitalismo impõe, na ânsia por compatibilizar capital/trabalho, desonerando as empresas e preservando as desigualdades sociais. Cada voluntário tende a se colocar num patamar de superioridade, de “doador”, de “pai dos pobres” ao atuar junto à população oprimida, perpetuando o ciclo de opressão.

Na opinião de PARANHOS, entretanto, trata-se de uma falsa concepção elitista a de que as classes populares são facilmente suscetíveis à manipulação, à demagogia, perfeitas “massas de manobra”. A manipulação não seria totalmente eficiente, a ideologia esbarra em limites que se referem à consciência de classe e percepção do trabalhador, da realidade social e as classes populares não são tal como peças de argila moldáveis segundo os interesses das classes dominantes.

Quando os participantes dos Clubes de Troca foram questionados sobre os sentimentos relacionados ao ato de receberem doações, e como viam as pessoas que faziam doações, houve respostas do seguinte teor: “Não é bom, a gente recebe porque precisa. Me sinto mal

---

<sup>453</sup>CASTEL, R.

por receber”; “Me sinto triste, mas eu preciso”. “Quem doa é alguém diferente de mim porque tem mais recursos”. “Me sinto humilhada”. “Não aceito doações, aceito presentes – eles doam mas nem sabem quem precisa e do que precisa”; “É difícil, não gosto. É humilhante. Pessoas que doam são diferentes de mim, se ajudam é porque acham que sou necessitada.” . Há respostas, no entanto, antagônicas a estas: “Fico contente por ter alimentos para as filhas e agradeço a generosidade das pessoas que doam os alimentos. São companheiros”; “Me sinto bem, os que doam são iguais a mim, porque todos somos iguais”; “Me sinto contente – os que doam são diferentes de mim, são um pouco melhor”; “Me sinto bem. Tenho que agradecer a Deus porque sempre tem quem dá. Quem doa é autoridade porque acompanha o sofrimento dos outros”.

É desta forma que se percebe o quão estão ainda sedimentadas as práticas assistencialistas no imaginário das pessoas.

#### **4.9 CLUBES DE TROCA “TÍPICOS”**

Traçado um perfil inicial dos componentes dos Clubes de Troca, o próximo passo é apresentar uma panorâmica sobre a dinâmica que se estabelece nas reuniões. Importante esclarecer que cada grupo possui especificidades e características próprias; da mesma forma, cada espaço e sujeitos envolvidos são influenciado pelo conjunto de representações específicas.

Nesta linha de raciocínio, é possível pressupor, por exemplo, que os grupos cujos impulsionadores pertençam à categoria dos assistentes sociais tendam a atuar geralmente sob inspiração do projeto ético-político da profissão, convergente com os Princípios Fundamentais do Código de Ética profissional, quais sejam – de maneira sucinta: a perspectiva do

fortalecimento da democracia, cidadania, autonomia, emancipação, o empenho na eliminação de preconceitos, defesa intransigente dos direitos humanos, recusa ao arbítrio e autoritarismo e, principalmente, “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.”<sup>454</sup>

Da mesma forma, se o grupo de animadores tem procedência nas Comunidades Eclesiais de Base, fiéis aos princípios da Teologia da Libertação, cuja trajetória tem sido baseada nos princípios democráticos, emancipatórios e sobretudo o comprometimento com a população pobre<sup>455</sup> – a tendência é a reprodução de práticas congruentes com tal teor. O mesmo se dá com os militantes dos “novos movimentos sociais”, que têm como horizonte de ação a transformação social e primam pelas relações pautadas na solidariedade e na prática da democracia participativa.

A observância e prática coerente dos princípios acima, convergentes com os da economia solidária, qualifica consideravelmente todo o processo, se for considerada a perspectiva emancipatória e a conseqüente superação das condições de opressão a que os povos vêm sendo submetidos através dos séculos como objetivo a ser perseguidos nos Clubes de Troca. No entanto, impossível pretender uniformizar concepções, práticas, valores, já que nem todos os agentes de organizações que atuam diretamente com práticas de enfrentamento da pobreza e desejam implementar Clubes de Troca, partilham de tais pressupostos.<sup>456</sup> Este raciocínio elucidava os motivos pelos quais há casos extremos de clubes de trocas nos quais predominam relações autoritárias e assistencialistas, não obstante estar a experiência

---

<sup>454</sup>Oitavo Princípio Fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais.

<sup>455</sup>“... o princípio orientador básico, ou seja, a utopia da teologia da libertação, é de, através de sua opção pelos pobres e engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão, desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos.” (SCHERER-WARREN, **Redes de movimentos...** p.33).

<sup>456</sup>Mesmo dentre a categoria dos assistentes sociais e integrantes das CEBs, há aqueles que norteiam sua ação a partir de práticas conservadoras, incompatíveis com a própria profissão ou concepção dos grupos nos quais estão inseridos; o que dirá aos princípios da economia solidária, que exige não só um discurso teórico elaborado, mas requer **práticas** transformadoras – a própria *práxis!* Por este motivo, é que se considera, em toda a trajetória desta dissertação, a pluralidade de sujeitos envolvidos, rejeitando-se rigidez de enquadramentos.

enraizada nos pilares da Teologia da Libertação, nos princípios e valores do cooperativismo – sobretudo a autogestão – e na pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire, que influenciou sobremaneira os fundamentos da Teologia da Libertação.

Evoca-se, neste impasse, o método sociológico weberiano de compreensão da ação social por meio da “construção de tipos”, como recurso metodológico e instrumento de investigação. Procurar-se-á estabelecer um “tipo ideal” capaz de permitir uma análise da dinâmica efetuada no fenômeno “Clube de Troca”. Tal método “(...) investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais e afetivas sentimentalmente condicionadas do comportamento que têm influência sobre a ação, como ‘desvios’ de um desenvolvimento desta mesma ação que foi construído como sendo puramente racional em relação aos fins.”<sup>457</sup> Assim, buscar-se-á a construção do tipo ideal de Clube de Troca, com a descrição de uma experiência orientada segundo inspiração da pedagogia proposta por Paulo Freire (com ênfase na ação dialógica), desenvolvendo práticas coerentes com os princípios da economia solidária, sob inspiração da Teologia da Libertação, tendo como fim contribuir para a construção de uma sociedade justa, livre e democrática, a partir de relações que apontem para uma nova sociedade (Projeto ético-político do Serviço Social).

#### **4.9.1 Como se dá a criação de um novo Clube de Troca**

Buscando compor uma equipe qualificada de pessoas atuantes nos Clubes de Troca de acordo com uma perspectiva libertadora, foram criadas atividades às pessoas interessadas, pautadas pelo método dialógico, problematizador e estudo conjunto da obra de Paulo Freire. Para isso, detectou-se a necessidade de atuar com duplas, trios ou equipes maiores de animadores mesclando aqueles mais experientes com outros iniciantes, para que, através da assessoria e observação participante, diretamente nas reuniões de trocas, em sistema de

rodízio, fosse possível melhor incorporar o processo nas pegadas de Paulo FREIRE. Uma busca constante por meio da práxis: “...unidade dialética entre subjetividade e objetividade, prática e teoria.”<sup>458</sup>

Além das reuniões dos Clubes de Troca, há encontros quinzenais reunindo os “animadores” para troca de experiência, elaboração de cronograma (mapeamento dos clubes de troca a se realizarem no mês), divisão de tarefas, organização de eventos e estudo.

Em maio de 2004 teve início a “Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária”, realizada nas dependências da Casa do Trabalhador, bairro Sítio Cercado, Curitiba – visando qualificar o trabalho junto aos Clubes de Troca, acolhendo também os que trabalham com grupos populares, mesmo que em práticas diversas. A equipe que idealizou a escola detectou a necessidade de abrir tal espaço para conectar as experiências, unificando-as em um referencial teórico-metodológico comum, buscando proteger os Clubes de Troca das práticas autoritárias, assistencialistas, de “violência encoberta” manifesta na “falsa generosidade” e outros riscos a que se encontram expostas as experiências populares orientadas por uma perspectiva libertadora.

Um Clube de Troca nasce quando determinado grupo solicita contribuição dos “animadores” para iniciar a experiência. Os demandantes podem ser Organizações não-Governamentais, agentes pastorais, militantes de movimentos sociais, dentre outros. Pessoas que já desenvolvem algum tipo de trabalho junto à população pobre. Geralmente são grupos que sentem necessidade de qualificar a prática até então desenvolvida. Estabelecido o contato, o primeiro passo é o início de um processo dialógico, o que pode se dar por ocasião de seminários, encontros, fóruns ou reuniões ampliadas. São ocasiões em que se empreende reflexão conjunta acerca da concepção da economia solidária, a proposta dos clubes de troca,

---

<sup>457</sup>WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo : Cortez, 1992, p. 402.

<sup>458</sup>FREIRE, P. **Ação cultural...** p.79.



princípios que norteiam as práticas, metodologia, e sobretudo o projeto de uma nova sociedade – justa, solidária e democrática – que inspira todas as ações empreendidas. Na seqüência, são realizadas “oficinas de moeda social” ou “oficinas de trocas”<sup>459</sup> para, então, iniciar-se o Clube de Troca propriamente dito.

São necessárias algumas providências preliminares, como a confecção da moeda social, convites, determinação do local a serem realizadas as reuniões e outras.

Ao constituir-se um grupo, logo nas primeiras reuniões há uma reflexão coletiva – agora, com todos os participantes do novo Clube de Troca, cujo objetivo é o conhecimento mútuo. Remetendo ao referencial empírico, só através das relações diferenciadas que se travam no cotidiano dos Clubes de Troca é que se irá compreender e incorporar os princípios que norteiam as práticas, porque se estará *vivenciando* nova forma de relacionamento: o ambiente acolhedor que se pronuncia nas reuniões, as formas diferenciadas de sociabilidade, a cordialidade mútua, as trocas que são efetuadas e não se reduzem ao material, mas abarcam sobretudo a afetividade... É isto o que significa, no Clube de Troca, a economia solidária. O seu significado passa a extrapolar qualquer formulação teórica.

Os debates em torno da produção coletiva de um “regimento interno” se inicia na primeira reunião, e tem seqüência nos próximos encontros, a partir das avaliações das atividades. São as normas relacionadas aos dilemas que se apresentam nas reuniões, quando todos são motivados a participar para a sua consecução, exercitando a capacidade de argumentação, a coragem para se posicionar, a prática do debate, a tomada de decisões.

---

<sup>459</sup>Oficinas de Moeda Social são práticas introdutórias de Clubes de Troca, quando as pessoas interessadas em desenvolver uma experiência assim, “ensaiam” a dinâmica, inclusive criando a própria moeda

Este conjunto de normas – legítimas porque construídas coletivamente – compõe *proteção e diretriz* para o bom funcionamento das reuniões, constituindo-se num instrumento de defesa (juntamente com os princípios da economia solidária) contra a possível ocorrência das manifestações de poder e autoritarismo por parte de membros do próprio grupo ou de terceiros. Para uma norma ser modificada, é preciso novo debate, o que suprime possíveis tentativas de imposições arbitrárias.<sup>460</sup>

É comum a produção de faixas ou *banners* contendo as normas elaboradas pelo grupo, podendo ser facilmente visualizados por todos; útil especialmente para novos integrantes ou visitas, para que possam melhor compreender o processo.

Outra providência é a eleição democrática de uma equipe de trabalho e coordenação, que deverá ser rotativa e composta pelos próprios participantes, o que possibilita a prática democrática e o fortalecimento do grupo, que acaba por prescindir de pessoas vindas de fora, ou “figuras de autoridade”. Geralmente, estas duas providências (regimento interno e eleição da equipe de coordenação) são tomadas no decorrer de um certo período inicial, que pode ser de cerca de 4 ou 5 encontros (não há rigidez com relação a este prazo), podendo ser denominado período de “ambientação”. Nas primeiras reuniões, a equipe de animadores de Clubes de Troca coordenam todo o processo, até o momento em que o grupo possa caminhar sozinho.<sup>461</sup>

#### **4.9.2 Dinâmica dos Clubes de Troca**

A seguir, será apresentada a dinâmica de uma reunião “típica” de Clube de Troca, utilizando-se o recurso metodológico da construção de um “tipo ideal” (apresentada no subitem 3.4.3). A descrição desta dinâmica será intercalada com referencial metodológico

---

social.

<sup>460</sup>Ver em anexo exemplo de regimento interno.

constante da “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, principal fonte inspiradora do trabalho – além de outros referenciais considerados pertinentes.

Quando um grupo resolve construir Clubes de Troca em substituição às práticas de doações, que têm como base a distribuição de alimentos, a primeira mudança ocorre na troca da *fila* pelo *círculo*. Segundo Paulo Freire, a ação dialógica só pode acontecer quando houver um ambiente propício, acolhedor, sem qualquer disposição hierárquica. O círculo permite o olhar mútuo, o falar de “igual para igual”; permite *participar* e não somente assistir e acolher, de forma passiva, orientações de terceiros, ou conteúdos “depositados” tais quais prescrições.<sup>462</sup> A disposição em círculo só não ocorre quando o ambiente não comporta (cadeiras fixas, locais pequenos e grande número de pessoas).

As reuniões do Clube de Troca se iniciam com uma **acolhida**, que pode se dar sob a forma de boas vindas, palmas, abraços, apertos de mãos, música, orações. É comum a prática do “minuto de silêncio”, inaugurada no Centro Comunitário Santo Afonso, que possibilita orações individuais, com respeito à pluralidade de crenças. Em seguida, há o momento de homenagem aos aniversariantes da semana (ou da quinzena, conforme a periodicidade com que o grupo se reúne). Nesta ocasião, os aniversariantes são convidados a falar sobre sua origem, o significado do seu nome, trajetória de vida – ou outras temáticas desejadas.

Após a acolhida, há o espaço da mística, que pode ser motivada tanto pelos coordenadores como pelos animadores. Prática difundida nos movimentos sociais, na concepção de PELOSO, a mística anima e favorece a reflexão diante do quadro social desolador, onde reina o fatalismo. Favorece a solidariedade e o cultivo da esperança. Este autor procura exprimir o sentido da mística nos seguintes termos:

---

<sup>461</sup>Paulo Freire explicita a importância da liderança junto ao povo oprimido.

<sup>462</sup>(Educação bancária).

Esta força é uma realidade que mais se vive do que se fala dela. É uma experimentação que contempla a realização de um conteúdo invisível: o valor da vida, a dignidade das pessoas e a eterna rebeldia para continuar livre a função criadora do trabalho, a solidariedade universal. É uma sabedoria, um modo de saborear a vida que junta, sem contradição, o sentimento, a ação e o pensamento.

(...)

Esta energia é uma paixão que anima a militância daqueles que se entregam pela causa popular. Torna-se decisiva na hora do desânimo, da derrota, da decepção e da crise. É o alimento que revigora o povo nas ocasiões onde o poder da opressão leva a pensar que todos os esforços para transformar a situação são impotentes e inúteis.<sup>463</sup>

Em seguida à mística, há um momento de reflexão coletiva sobre temas de interesse comum. Geralmente a reflexão é motivada por dinâmicas de grupo, canções, parábolas, textos, a própria mística, dentre outros. Os temas, de modo geral,<sup>464</sup> relacionam-se ao cotidiano – invariavelmente marcado pela precariedade das condições materiais, culturais e, conforme Pedro DEMO, confronto desigual, já que a pobreza possui uma marca política e não só material.<sup>465</sup> Também se pode resgatar experiências e trajetórias de vida, acesso a políticas públicas, direitos sociais, inter-relacionamento, o novo mundo do trabalho, dentre outros. Muitas vezes, os próprios participantes apresentam temáticas relacionadas às suas experiências, como por exemplo a participação em eventos (que podem ser feiras, seminários de economia solidária, fóruns, ou outros), vitórias ou perdas alcançadas na exigibilidade dos direitos sociais, dentre outros.

Neste sentido, vale apontar aspectos relevantes da *Pedagogia do Oprimido*, que procura promover a intersubjetividade.<sup>466</sup> FREIRE disserta sobre a importância da **palavra** para a *pronúncia* e *transformação* do mundo. Palavra que, proveniente da reflexão, tem o poder de transformar a realidade, porque acompanhada de ação. Palavra que, no Clube de Troca, procura-se restituir àqueles que historicamente a tiveram roubada: “Esta é a razão

---

<sup>463</sup>PELOSO, Ranulfo. **A força que anima os militantes**. São Paulo, Gráfica e Editora Peres, 1998, p. 8 (Caderno de Formação n. 27, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST).

<sup>464</sup>(Temas geradores, ver Paulo Freire).

<sup>465</sup>DEMO, 2003 : 95-6.

por que não é possível o diálogo entre os que querem a *pronúncia* do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro, que os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem este direito, proibindo que este assalto desumanizante continue.<sup>467</sup> Palavra, portanto, compreendida como “fazer história e por ela ser feito e refeito”<sup>468</sup>

Este é o momento *pedagógico*, no qual se prima pelo que Paulo FREIRE denomina *concepção problematizadora da educação e libertação*, contrapondo-se à *educação bancária*. Esta última é assim chamada porque o conhecimento, sob a forma de narrativa, é *depositado* no educando que, na condição de objeto, aceita passiva e docilmente prescrições e conteúdos extraídos de forma fragmentada e distante da realidade por ele vivenciada. Quem *deposita* tal carga de informação é aquele que “conhece”, prescreve, pensa e disserta sobre o seu saber, numa relação rígida e dual na qual um sabe e o outro não sabe: há o que dá e o que recebe passivamente. Os “animadores” dos Clubes de Troca, inspirados na concepção libertadora, rejeitam tal papel de “educadores bancários” e optam pelo papel de *problematizadores*, partindo da realidade concreta, do aqui e agora, do papel mútuo de educador/educando – procurando desconstruir fatalismos, pensando conjuntamente formas de transformação concreta das condições opressivas. Sempre de forma a refletir *com* o oprimido, dialogicamente, não tendo a pretensão de refletir “ao redor dele”.<sup>469</sup>

---

<sup>466</sup>FREIRE, p.43.

<sup>467</sup>*Id.*

<sup>468</sup>FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 9.ed. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

<sup>469</sup>*Id.*

Num terceiro momento, cada participante se apresenta e aos seus objetos (ou serviços) para que se iniciem as trocas.<sup>470</sup> O motivo desta apresentação é a valorização do trabalho e a valorização da pessoa. O trabalhador mostra o produto de seu trabalho, que lhe pertence, numa contraposição ao modo de produção capitalista, que relega o trabalhador, que se torna uma “mercadoria”, a um papel instrumental, secundário e descartável no processo produtivo.

Os objetos de trocas são dispostos em mesas e cadeiras, de maneira informal, e a “feira” (4ª etapa) acontece de forma dinâmica, não demorando mais do que 40 minutos. As relações de “compra e venda” têm a “moeda social” como instrumento facilitador. Alguns grupos preferem expor primeiramente gêneros alimentícios e, depois, os artesanatos, roupas e objetos de trocas diversos. Lanches, geralmente, são consumidos no próprio local, (salgados, doces, bolachas, café, refrescos, dentre outros). Dificilmente as pessoas deixam de vender toda a produção. A “feira” ocorre, em geral, de maneira alegre e cordial, como se fosse uma grande festa. O que primeiramente atrai os participantes é o momento do “lanche”. Muitos associados levam salgados, doces, café, suco e bolachas, que são trocados mutuamente por moeda social. As crianças aguardam ansiosamente por este momento, e nos momentos de “assembléia ou reflexão” geralmente ficam brincando sob a guarda de pessoas responsáveis, que podem ser procedentes do próprio grupo (equipe rotativa de pessoas que cuidam das crianças) ou voluntários que se dedicam exclusivamente a este trabalho. Terminado o lanche, parte-se para a compra e venda de gêneros alimentícios: frutas, legumes, hortaliças, pães. As roupas, calçados e artesanatos diversos despertam menor interesse e ficam para o final da

---

<sup>470</sup> A maioria dos Clubes de Troca tem como norma que cada participante apresente pelo menos 01 objeto que seja resultado do próprio trabalho. Isto porque a tendência é a de se levar somente objetos usados, principalmente vestimentas, o que prejudica a qualidade da “feira”, que aparenta ser um “bazar de roupas usadas”. Acima de tudo, o ato de produzir algo com as próprias mãos favorece a criatividade, auto-estima, valorização do trabalho. É comum que haja como objetos de trocas: artesanato, confecções, hortaliças, frutas, alimentos, refrescos, dentre outra gama de variedades. Alguns Clubes de Trocas com grande número de participantes aboliram esta etapa da apresentação, por ser excessivamente demorada se realizada com um número elevado de pessoas.

“feira”, quando os participantes examinam com mais atenção aqueles objetos de trocas não tão cobiçados.

Quando questionados sobre o que se troca nos Clubes de Troca, os integrantes responderam que, além de roupas, alimentos, artesanato e outros produtos e serviços, também se troca “amizade, carinho, olhares, abraços, idéias, experiências, informações, palavras, amor, alegria, sorrisos, trabalho, aconchego, mística, esforço, valores, atenção, vida.”<sup>471</sup> Portanto, a dimensão do *imaterial* é marcante nestes espaços, convivendo lado-a-lado com o material e, muitas vezes, sobrepondo-se a este.

NEGRI & HARDT,<sup>472</sup> dissertam sobre o trabalho imaterial que possuiria três faces: (a) produção industrial informacionalizada ; (b) tarefas analíticas e simbólicas; e (c) trabalho afetivo, que envolve produção e criação de afetos. Sobre este último, tratam-no nos seguintes termos:

(...) A outra face do trabalho imaterial é o *trabalho afetivo* do contato e interação humanos. Serviços de saúde, por exemplo, baseiam-se essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo, e a indústria do entretenimento está, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afetos. Esse trabalho é imaterial, mesmo quando físico e afetivo, no sentido de que seus produtos são intangíveis, um sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão. Categorias como ‘serviços sociais’ ou serviços de proximidade são com frequência para identificar esse tipo de trabalho, mas o que realmente importa são a criação e manipulação de afeto. Essa produção, troca e comunicação afetivas estão geralmente associadas ao contato humano, mas tal contato pode ser real ou virtual, como ocorre na indústria do entretenimento.

(...)

O trabalho de cuidar de alguém está, certamente, imerso no corpóreo, no somático, mas os afetos que produz são, apesar disso, imateriais. O que o trabalho afetivo produz são redes, formas comunitárias, biopoder.

Findas as trocas, o próximo passo é a **avaliação** do encontro, que geralmente se dá sob a forma de assembléia, devido às questões apresentadas pelo grupo e à necessidade da

---

<sup>471</sup>Constante no folder dos Clubes de Troca produzido pelo CEFURIA.

<sup>472</sup>HARDT & NEGRI, *op.cit.*, p.313-4.

tomada de decisões.<sup>473</sup> Muitas normas constantes do Estatuto/Regimento Interno tornam-se desatualizadas diante das demandas que se estabelecem na prática. O momento da avaliação é espaço de debate, críticas, posicionamentos, votação, deliberação. As assembleias constituem-se em espaço privilegiado para o exercício democrático.

Os grupos menos experientes demonstram pouca participação. A tendência é a atitude passiva, de espera, na confiança de que terceiros tomem a iniciativa de encaminhar o processo, de tomar as decisões. FREIRE adverte que o “mutismo” é uma herança histórica, resultado de 500 anos de violência e dominação. Romper com o silêncio, produzir um dissenso, posicionar-se diante de situações conflitantes – é o exercício necessário para que a ação dialógica possa se estabelecer, e se dê os primeiros passos para a libertação. O Clube de Troca busca constituir-se num espaço para esta prática dialógica libertadora. Ali as pessoas são lançadas ao debate, que é uma forma de aprendizado por excelência.

A última etapa da reunião consiste na “venda”, por “moeda social”, de gêneros alimentícios provindos de doação, principalmente de fiéis da Igreja. Evidentemente, este momento é exclusivo dos Clubes de Trocas que contam com tal recurso. Os alimentos são dispostos numa grande mesa, cujos “balconistas” são os próprios participantes do clube, equipes rotativas de trabalho (que geralmente é a mesma equipe de coordenação). Pode ou não haver o sistema de “senhas” para melhor organização das compras, dependendo das necessidades do grupo. Se este for muito grande, tal providência é necessária.

#### **4.10 UMA APROXIMAÇÃO DOS CLUBES DE TROCA – RELATO DE REUNIÕES**

Visando possibilitar uma pequena aproximação da dinâmica estabelecida nos clubes de trocas, apresenta-se a seguir três relatos de reuniões.

---

<sup>473</sup>Alguns grupos prescindem desta etapa, principalmente aqueles muito numerosos. Neste caso, tais



O primeiro tem a pretensão de narrar a dinâmica de uma reunião inaugural de um Clube de Troca realizado numa Organização Não Governamental ligada à Igreja Católica, Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, cujo público constitui-se das famílias que mensalmente acessam o recurso da cesta básica. A iniciativa de construir um projeto de economia solidária naquele espaço provém de assistentes sociais que atuam na ONG. Como todos os Clubes de Troca que se iniciam, esta experiência contou com a assessoria do Coletivo de Animadores de Clubes de Troca, que participa de algumas reuniões iniciais até que o grupo, fortalecido, possa seguir sozinho.

A segunda experiência a ser narrada é de um grupo que possui cerca de 8 meses de existência e foi gestado a partir das práticas do Centro Comunitário Santo Afonso, com vários integrantes deste. Tal relato inicia-se com uma reunião no Clube de Troca mais antigo, do Centro Comunitário Santo Afonso, porque ali foi gestado um processo para interceder de forma solidária no outro grupo – Nossa Senhora das Vitórias, em Colombo, que estaria passando por dificuldades. A proximidade entre os dois é grande, como se verá no decorrer da explanação.

O terceiro relato é protagonizado por um dos grupos mais antigos, também do Centro Comunitário Santo Afonso,<sup>474</sup> com idade de 1 ano e 09 meses. Este grupo prescinde da figura do animador ou coordenador da entidade. A prática democrática já está praticamente incorporada e as reuniões se dão a partir da coordenação da equipe composta por seis pessoas provindas do próprio grupo, eleitas democraticamente. Ocasionalmente, os animadores ou coordenadora da entidade (assistente social) intervêm com dinâmicas mais elaboradas. Quando o grupo solicita, há também visitas de especialistas procedentes de áreas diversas do

---

debates são realizados no início do encontro.

<sup>474</sup>Há quatro Clubes de Troca no Centro Comunitário Santo Afonso.

conhecimento para possíveis elucidações referentes a temáticas de interesse geral, como direitos e questões relacionadas à saúde, direitos sociais, dentre outros.

Este último relato foi colhido na fase final desta construção, devido à necessidade que a autora sentiu de voltar a campo a fim de apresentar um relato último perfeitamente compatível com a realidade atual, para desenvolvimento mais profícuo desta dissertação.

## **PRIMEIRO RELATO**

Sábado – 10:00 da manhã - 03.04.2004

Centro de Assistência Social Divina Misericórdia - Bairro Santa Helena

Reunião inaugural

Participaram: 16 mulheres e duas crianças (11 e 05 anos) incluindo assistente social, que atua na ONG, estagiária de Serviço Social e duas animadoras, sendo uma delas, a autora desta dissertação. O público constituía-se das mulheres moradoras da região, cujas famílias são atendidas mensalmente com cesta básica.

As mulheres foram chegando aos poucos, silenciosamente, sentando-se, com uma expressão de desconfiança e desconforto, talvez devido a ser aquela uma situação nova, com a perspectiva de alteração no padrão de atendimento vigente até o momento. Segundo a assistente social atuante no Centro de Assistência Social, nas duas reuniões antecedentes o grupo já havia sido avisado de que a partir daquela data iria ser proposta uma experiência de economia solidária substituindo o antigo padrão de atendimento, o que pode ter causado expectativas e receio com relação à possibilidade de alterar-se o fornecimento de alimento.

As pessoas sentaram-se em forma de círculo. Uma das animadoras apresentou-se e expôs o motivo do encontro, explicando com poucas palavras a respeito da dinâmica da

reunião, solicitando que todos se apresentassem e falassem de si. Observou-se, já nas primeiras falas, uma certa descontração por parte dos participantes, que até então se encontravam tensas, o que levou à percepção de que as pessoas a partir do momento em que podem se expor, falar ao grupo, se sentem acolhidas e motivadas à participação. Cada uma falou o seu nome, o que fazia e algumas enriqueceram a apresentação dizendo que gostavam muito de participar das diversas atividades promovidas pela organização.<sup>475</sup> Outra manifestou o desejo de aprender culinária; o menino de 11 anos disse, com orgulho, conhecer o trabalho com artesanato e outra senhora também narrou suas habilidades na confecção de objetos artesanais decorativos.

Já quase no final das falas, três senhoras entraram no círculo, atrasadas e, da mesma forma, foram convidadas a apresentar-se. A primeira delas – que não ouvira a apresentação das demais – apresentou-se colocando em primeiro lugar a situação de doença na família, desemprego do esposo e o grande número de filhos, exprimindo sofrimento. As duas outras retardatárias também seguiram o mesmo padrão de apresentação da primeira, narrando situações familiares difíceis, principalmente de doença, deficiência física, alcoolismo do marido, o grande número de filhos e a necessidade de auxílio.

Ficou evidente o esforço das três últimas em enfatizar a situação social de precariedade capaz de justificar o auxílio sob a forma do alimento.<sup>476</sup> Algumas não falavam nem sequer o próprio nome, mas logo dissertavam sobre as suas dificuldades. Além disso, a postura humilde e de subordinação evidenciavam o padrão de relação típico das práticas assistencialistas e estigmatizantes. A discrepância entre os discursos – das três retardatárias e

---

<sup>475</sup>Naquele espaço há grupos de convivência, como grupo de Terceira Idade.

<sup>476</sup>O padrão usual de atendimento às pessoas pobres, denominadas “assistidos”, segundo YASBEK (*op.cit.* p. 150), consiste em “...separar os mais necessitados, selecionar o grau de carência da demanda para incluí-la ou excluí-la dos recursos e serviços dos programas sociais...” Ainda: “... a ajuda (...) está subordinada a um conjunto de ‘verificações’ comprovadoras da necessidade...”. (*Ibidem*, p.142) – Por esse motivo, cabe ao

dos outros participantes – saltava aos olhos e a explicação plausível para este caso seria o fato de – não havendo participado do início do processo, chegando atrasadas, não perceberam que ali não era o espaço da seleção criteriosa dos “mais pobres dos pobres” para receber o benefício sob a forma de alimento.

Em seguida, a animadora explicou que havia a proposta de se realizar uma experiência de economia solidária, substituindo a simples distribuição de alimentos.

Perguntou aos presentes o que entendiam por *economia* – ou do que se lembravam quando ouviam falar de economia. Após algum silêncio, alguns arriscaram: “*É economizar*” - “*É quando precisa guardar prá não faltar depois*” - “*É segurar*” - “*Lembro de dinheiro*”. Todas as respostas foram semelhantes, sendo que predominou a noção de “poupar”. A animadora dispôs, em seguida, um pacote de 1 kg de feijão aberto no chão, no centro do círculo, juntamente com quatro pratos vazios, dizendo o seguinte: - *Vamos imaginar que estamos diante de uma mesa onde quatro pessoas vão comer. É preciso dividir este feijão. Quem gostaria de fazer isso?* Uma participante do grupo dividiu porções iguais do feijão em cada prato, e ainda sobrou meio pacote. Depois do feijão dividido, a animadora perguntou: - *Quem sabe aqui como é produzido o feijão?* Foi quando várias mulheres puseram-se a falar sobre sua experiência na lavoura, quando lidavam com a plantação de grãos.<sup>477</sup> Explicavam como se prepara a terra, os instrumentos utilizados, como se limpa o feijão... Havia um grande interesse em narrar com detalhes o processo de produção do feijão. A motivação era evidente. Quando se esgotou o assunto, a animadora perguntou sobre a trajetória do feijão até a mesa do consumidor, apontando para a embalagem, a marca do feijão, enfim: o caminho até o mercado e do mercado para a mesa das famílias. Todos

---

“assistido”, empreender uma gama de argumentações capazes de “comprovar” que ele é verdadeiramente necessitado.

participaram do debate, contribuíram de alguma forma. A animadora, então, foi até o centro da roda onde estavam dispostos os quatro pratos com porções de feijão e os redistribuiu, da seguinte forma: um prato ficou vazio, outros dois pratos com apenas poucos grãos e um dos pratos cheio até a borda. Perguntou: - *O que aconteceu agora? Por que há um prato vazio, um cheio demais e outros dois semi-vazios? Por que às vezes nossos pratos ficam vazios nas nossas casas?* As contribuições foram várias: *“Alguns estão vazios porque um está cheio”* - *“O que está cheio não quer dividir”* - *“O que está cheio deveria dividir com os outros”* - *“Na vida acontece assim. Uns têm muito e outros não tem nada”* - *“Com a terra é assim, eu queria tanto um pedaço de terra prá plantar e não tenho. E tem tanta terra aí”* - *“Lá em casa falta comida mas a gente sempre dá um jeito. Pede a Deus, confia muito em Deus e a comida vem.”* - *“A gente tem que dividir o que sobra com o outro que não tem. Se todo mundo fizesse assim não faltava”*

Pergunta: *Quando na nossa casa falta comida é porque falta comida no mundo?* - *“Não, tem comida prá todo mundo. Ali o saco de feijão, está cheio”* - *“Falta repartir.”* E outras contribuições semelhantes.

A animadora tirou dois grãos de feijão daqueles pratos que continham pouquíssimos grãos e colocou-os no prato vazio, sem tocar no prato repleto de feijão e nem no pacote semi-cheio. Perguntou: *“O que vocês acham desta divisão?”* Respostas: *“Acho bom, todos têm que ajudar os que não têm”* - *“Os que têm um pouco, ajudam os que não têm”* - *“Quem tem mais precisa repartir”* - *“Acho que aquele que tem bastante, devia dividir o que tem, e não só os que têm pouquinho”*.

Ninguém aventou a possibilidade de dividir também o pacote de feijão disposto ao lado, semi-cheio. Havia alguns grãos no chão, que escaparam do pacote quando foi feita a

---

<sup>477</sup>Praticamente todas as mulheres ali presentes eram procedentes do meio rural. Está é uma característica marcante de todos os participantes de Clubes de Troca: a grande maioria da população pobre, que

partilha inicial e uma participante sugeriu: - *“Aqueles grãosinhos no chão são o desperdício que acontece. - Alguns desperdiçam enquanto outros não têm nada”*.

Finalmente, estabeleceu-se o debate sobre a produção, distribuição e consumo de mercadorias, sobre outras riquezas produzidas no mundo e forma de distribuição.<sup>478</sup>

Terminada a primeira parte da reunião, passou-se para a próxima etapa: as trocas. Após explicação necessárias sobre a dinâmica dos clubes de troca e distribuição da moeda social, todos levaram seus objetos de troca para a mesa. Eram em pequena quantidade, e constituíam-se de: (a) flores de meia; (b) arranjo grande de flor; (c) um grande pacote de abacates; (d) 01 pacote de bolachas caseiras; (e) maços de couve e cebolinha; (f) torta doce; (g) vaso decorado (animadora); (h) chaveiro de boneca; (i) serviço de massagista (animadora). Cada pessoa, ao redor da mesa, apresentava o seu objeto de troca juntamente com o preço<sup>479</sup>. A animadora advertiu: - *Aqui já existe uma diferença entre a economia solidária e a economia que nós conhecemos aí fora. Todos têm dinheiro mas há poucos produtos. Por exemplo, há uma dúzia de abacates. Quem gostaria de levar abacate?* Várias pessoas levantaram a mão. A animadora continuou: - *Se uma pessoa só comprar todos os abacates, os outros não vão ter nenhum abacate para levar para casa. Precisamos distribuir bem os produtos que existem aqui, como foi feito com o feijão na mesa, ou algumas pessoas não terão o que levar. É diferente de quando vamos ao mercado e as prateleiras estão repletas de produtos sem que nós possamos comprá-los porque não temos dinheiro. O que pode ser feito aqui?* Após todos verificarem que havia poucos produtos, embora todos possuíssem dinheiro (moeda social), motivados pela coordenadora do grupo, resolveram o impasse da seguinte forma: os objetos seriam trocados sem a utilização da moeda social. Feitas as trocas,

---

busca auxílio nas organizações assistenciais, são procedentes da área rural.

<sup>478</sup>Seria feita nova divisão dos feijões, no final da reunião, simbolizando a nova forma de distribuição que geralmente é feita na economia solidária. No entanto, não foi possível porque no final da reunião todos já estavam cansados e não havia motivação para dar prosseguimento à ação dialógica.

sobraram dois maços de couve. O grupo resolveu, então, que seria permitido adquiri-los por meio de moeda social, que poderia ser utilizada na próxima reunião.

Terminadas as trocas, todos se sentaram novamente em círculo. Houve uma pequena avaliação e uma “aproximação” de assembléia. Foram feitos os seguintes encaminhamentos: (1) as reuniões aconteceriam quinzenalmente; (2) todos se comprometeriam a levar ao clube de troca maior quantidade e variedade de objetos para que a “feira” ganhasse em qualidade material (3) os valores máximos admitidos para cada objeto de troca seriam de 5 “Pinhões” (equivalentes a 5 reais); (4) no próximo encontro, seria confeccionado um grande cartaz com as regras explícitas, construídas coletivamente, de forma democrática.

Importante ressaltar a dificuldade demonstrada pelas integrantes em participar de processos decisórios, mesmo em exprimir opinião. Quando a coordenadora do Centro de Assistência Social perguntava sobre encaminhamentos para o próximo encontro, algumas diziam: “O que vocês resolverem está bom”; ou: “Está bom de qualquer jeito”. Quanto às avaliações, foram as seguintes : (1) *Gostei muito, trouxe couve da minha horta, levei um vaso e um chaveiro para dar à minha filha. Vou plantar uma bonita flor no meu vaso. Não teria como comprar coisas assim* (2) *Gostei, aqui a gente conversa;* (3) *Só deixo de vir aqui se estiver muito doente;* (4) *Quando vamos comprar no mercado, pagamos e nem olhamos para a pessoa. Aqui, trocamos e conversamos.* (5) *Aqui conversamos e fazemos amizade.*

---

<sup>479</sup>A moeda social “Pinhão” geralmente equivale ao Real.

## SEGUNDO RELATO

JUNHO DE 2004

CENTRO COMUNITÁRIO SANTO AFONSO / GRUPO N.SRA. DAS VITÓRIAS  
(COLOMBO)

Este relato abarca dois Clubes de Troca distintos. Inicia-se a partir de reunião realizada no Centro Comunitário Santo Afonso, que deu origem a uma mobilização solidária no outro grupo, mais novo, que estava em dificuldades. A coordenadora do Centro Comunitário – Assistente Social - utilizou-se de um recurso de codificação para motivar o diálogo: uma parábola:

*Um rato, olhando pelo buraco na parede, vê o fazendeiro e sua esposa abrindo um pacote. Pensou logo no tipo de comida que poderia haver ali. Ao descobrir que era uma ratoeira, ficou aterrorizado. Correu ao pátio da fazenda advertindo a todos: - Há uma ratoeira na casa, uma ratoeira na casa! A galinha disse: desculpe-me, Sr. Rato, eu entendo que isso seja um grande problema para o senhor, mas não me prejudica em nada, não me incomoda. O rato foi até o porco e lhe disse: há uma ratoeira na casa, uma ratoeira! Desculpe, Sr. Rato, disse o porco, mas não há nada que eu possa fazer a não ser rezar. Fique tranqüilo, o senhor será lembrado nas minhas preces. O rato dirigiu-se então à vaca – há uma ratoeira na casa,, uma ratoeira! A vaca respondeu: O quê, Sr. Rato? Uma ratoeira? Por acaso estou em perigo? - Acho que não – respondeu o rato. Então, o rato voltou para casa, cabisbaixo e abatido, para encarar a ratoeira do fazendeiro. Naquela noite, ouviu-se um barulho, como o de uma ratoeira pegando sua vítima. A mulher do fazendeiro correu para ver o que havia pego. No escuro, ela não viu que a ratoeira havia pego a cauda de uma cobra venenosa. E a cobra picou a mulher... o fazendeiro a levou imediatamente ao hospital. Ela voltou com febre. Todo mundo sabe que para alimentar alguém com febre, nada melhor que uma canja de galinha. O fazendeiro pegou seu cutelo e foi providenciar o ingrediente principal. Como a doença da mulher continuava, os amigos e vizinhos vieram visitá-la. Para alimentá-los, o fazendeiro matou o porco. A mulher não demorou e acabou morrendo. Muita gente veio para o funeral. O fazendeiro sacrificou, então, a vaca, para alimentar todo aquele povo. Na próxima vez que você ouvir dizer que alguém está diante de um problema e acreditar que o problema não lhe diz respeito, lembre-se que, quando há uma ratoeira na casa, toda a fazenda corre risco. O problema de um é problema de todos quando convivemos em equipe.*



Esta foi a maneira como se iniciou o debate no Centro Comunitário Santo Afonso, com o objetivo de abrir uma tornar público um problema que estaria ocorrendo em outro Clube de Troca, buscando desencadear a mobilização de um grupo já estruturado, fortalecido, em favor de outro em fase de consolidação, quando estaria ocorrendo atitudes de autoritarismo por parte de agentes externos, que buscavam impor suas próprias concepções de trabalho, carregadas de preconceitos com relação à população empobrecida participante dos Clubes de Troca, na ânsia de retornar ao padrão assistencialista estigmatizante.

Lida a estória do “rato”, a coordenadora do Centro Comunitário provocou o debate: *Qual a relação entre o rato e os animais da fazenda, e o problema que os companheiros do outro Clube de Troca estão vivenciando? Qual nossa responsabilidade perante eles?* Como estavam presentes participantes dos dois Clubes, o diálogo foi travado de forma acirrada, intercalado por narrações, desabafos, apelos à interferência dos demais na ânsia por solucionar o problema.

Finalmente, uma equipe voluntária, composta por 5 pessoas prontificou-se a comparecer à próxima reunião do Clube de Troca em dificuldade, a fim de tentar reverter o processo que estava sendo desencadeado.

Assim aconteceu, e no dia e horário marcados, compareceram quatro dos voluntários no referido espaço e estes iniciaram um processo de discussão coletiva com todo o grupo, o que culminou na elaboração de um “regimento interno” e da eleição de uma equipe de seis coordenadores provindos do próprio grupo, da mesma forma como é feito no Centro Comunitário Santo Afonso. Além disso, foi elaborado um documento extra, fixando o nome dos seus coordenadores eleitos e as atribuições dos mesmos, de forma a prevenir atitudes de autoritarismo.

**Regras:**

- ⇒ Que cada participante leve ao Clube de Troca pelo menos 5 itens, sendo pelo menos 1 de produção própria;
- ⇒ cumprir o estatuto;
- ⇒ todos participam das decisões;
- ⇒ todos têm vez e voz;
- ⇒ todos participam da resolução dos problemas;

Função dos coordenadores:

- ⇒ trabalhar para o bem do clube, e não em benefício próprio;
- ⇒ zelar pelo bom funcionamento dos trabalhos;
- ⇒ comunicar e colocar em votação todas as propostas elaboradas;
- ⇒ motivar a palavra no grupo;
- ⇒ cumprir e fazer cumprir o estatuto;
- ⇒ mandato de 4 meses. Após este período, nova votação.

A partir deste dia, e com a posterior colaboração suplementar dos “animadores de Clubes de Troca”, que passaram a visitar com mais freqüência o grupo, este pôde retomar suas atividades, agora sob bases verdadeiramente democráticas e – além disso, mais fortalecidos e talvez prontos a reagir a outras possíveis interferências que pudessem atentar contra os valores e princípios da economia solidária.

### **TERCEIRO RELATO**

Grupo “Unidos Venceremos” – Centro Comunitário Santo Afonso

Data: 14.07.2004

Este é o grupo mais antigo. As equipes de trabalho estão consolidadas e as reuniões praticamente prescindem de “animadores”, voluntários, assistentes sociais ou “autoridades” vidas de fora. Estas pessoas só interferem ocasionalmente, quando o grupo solicita.

Havia, neste dia, cerca de 50 participantes. A equipe composta por seis “colaboradores”, que procede do próprio grupo, atuava acolhendo os recém-chegados, encaminhando, orientando, preenchendo fichas de presença, distribuindo senhas para a partilha do alimento que ocorre no final do encontro.

Há uma norma no Centro Comunitário, que consiste no seguinte: quando há pessoas interessadas em ingressar no grupo, antes é necessário que participe de uma reunião específica, em separado, quando há explicações acerca do projeto. Somente na segunda vez é que os novos integrantes poderão participar junto ao grande grupo, com as trocas propriamente ditas. Naquele dia, antes da reunião, entrou na sala um senhor fumando, aparentando embriaguez. Este senhor não pertencia ao grupo e – conforme as normas – deveria antes participar da reunião introdutória se quisesse se integrar. Um dos voluntários, educadamente, avisou-lhe sobre a não permissão de fumar no recinto e solicitou que se retirasse. O senhor iniciou uma discussão, demonstrando que intentava entrar em confronto e imediatamente outras três pessoas intercederam, fazendo um círculo em torno do senhor, solicitando-lhe delicadamente que se retirasse. Uma das participantes do Clube, que levava café para o momento das trocas, lhe ofereceu uma xícara, o que o senhor recebeu, mas mesmo assim não deixou de provocar as pessoas que ali estavam, ameaçando-lhes com o copo de café quente. Foi quando chegou o segurança do Centro Comunitário e o senhor embriagado, assustado, sentou-se junto aos outros novatos para participar da reunião, e depois se retirou.

A reunião iniciou com certo atraso, devido àquela ocorrência. Uma das participantes deu boas vindas e iniciou-se o minuto de silêncio, que é o momento em que cada um faz suas orações particulares. Após, cantaram parabéns para dois aniversariantes da semana, que foram convidados a falar sobre si e da origem do seu nome.

Em seguida, iniciou-se um debate acerca de um problema relacionado à grande quantidade de participantes no grupo, que aumentava a cada dia, dificultando o diálogo. Várias pessoas fizeram uso da palavra, algumas dizendo que havia falta de solidariedade no “ouvir” os companheiros; outros sugeriram que se “fechasse” o grupo temporariamente para novos integrantes; outros advertiam que isto significaria falta de solidariedade com as

pessoas que desejam participar do Clube de Troca, precisam do alimento; houve sugestão de se adquirir um microfone, outros falaram que microfone não funciona porque os fios se “enroscam” porque todos querem falar. A participante que coordenava a reunião solicitava que todos se manifestassem, observando que alguns permaneciam calados, num canto. Alguém observou que há pessoas do próprio grupo que faltam a várias reuniões seguidas e, desta forma, tiram a vaga de outros que querem participar; outra participante advertiu que a falta de dinheiro para passagem leva muitas pessoas a não comparecerem.

Após muitas falas e votação, ficou definido: (a) o grupo não acolheria ninguém mais, por um determinado período – como há quatro grupos no Centro Comunitário, além de inúmeros Clubes de Troca em Curitiba, os interessados em participar seriam encaminhados a outros grupos ou Clubes. (b) Cada participante só teria direito a três faltas consecutivas, sob a pena de perder sua vaga naquele grupo de troca. Uma participante perguntou ao grupo qual seria o procedimento em eventual doença, e se neste caso seria necessário levar atestado médico para comprovar a impossibilidade de participar – no qual o grupo decidiu que só a palavra é importante, já que prevalece a confiança no grupo.

Após as deliberações, a coordenadora do Centro Comunitário solicitou que todos lessem em voz alta as regras constantes do Regimento Interno, que estavam expostas na parede: (1) levar 05 itens ao Clube de Troca, pelo menos 01 que seja produção própria; (2) cumprir com o estatuto; (3) Todos devem participar das decisões; (4) Todos têm voz e vez; (5) que todos participem da resolução dos problemas; (6) Quem vender produtos antes, não participa da feira.<sup>480</sup> Depois disso, a coordenadora iniciou uma reflexão acerca do item 01 e sobre a importância de todos levarem produção própria. Perguntou: “Quem levantou cedo para produzir?” Alguns responderam narrando a dedicação com que trabalharam para que a

“feira” tivesse qualidade. A coordenador voltou a perguntar: “Qual a diferença do resultado do trabalho que realizamos com as próprias mãos e aquilo que compramos no supermercado?”

As respostas foram várias, mas do mesmo teor: os produtos ali continham, na opinião dos participantes: amor, responsabilidade, carinho, partilha, solidariedade, amizade, alegria...

Algumas contribuições do grupo: *“...às vezes as pessoas levam coisas simples, um bolo comum, que não tem todo o preparo, chega aqui, não vende. Se aqui é solidariedade, tem que ser solidariedade! Não podemos desprezar os produtos. Se não tenho fome agora, posso levar para casa e comer depois”* Outra pessoa contribuiu: *“fazer com capricho, aparência, limpinho. Isso é carinho”* - *“Antes eu fazia salgado, não ficava tão bom, tive que mudar a receita e ficou melhor.”*- *“Na vez passada eu não vendi minha produção. No final da feira, troquei tudo por agrião, e foi bom!”*

Em seguida, cada um mostrou aos demais o produto do seu trabalho.

Antes que se iniciasse a “feira”, a autora da dissertação, que ficara até então observando em silêncio, solicitou a palavra e explicou sobre o trabalho que estava sendo elaborado, no qual uma das pretensões, seria narrar a história e a dinâmica do Clube de Troca, de maneira fiel. Falou sobre a necessidade de documentar a experiência para a posteridade e manifestou o desejo de que – sendo aquele um projeto construído coletivamente – contivesse palavras de pessoas ali presentes, que pudessem melhor expressar o que é o Clube de Troca para o leitor que não conhece a experiência.<sup>481</sup>

Após a ‘feira’, que se deu de forma bastante animada, já que havia uma grande variedade de produtos (principalmente alimentícios), a coordenadora do Centro Comunitário sugeriu que o grupo apontasse quais informações, visitas ou atividades gostariam que

---

<sup>480</sup>O Estatuto, bem como o resumo das regras, exposto na parede, é resultado de intenso processo de discussão, a partir de questões que vão surgindo no próprio movimento do grupo. Ocasionalmente, há mudanças ou acréscimo de normas.

<sup>481</sup>Os depoimentos foram colhidos no período da “feira” e no final da reunião.

houvesse na próxima reunião, e foi solicitada a visita de médico e nutricionista para orientações gerais sobre saúde e alimentação.

Uma integrante do grupo reclamou porque várias pessoas ficam quietas nos momentos cruciais, quando é preciso argumentar, defender questões que dizem respeito a todos. Sugeriu-se, então, que na próxima reunião, haveria brincadeiras na quais todos seriam motivados a falar, para que pudessem aos poucos perder a timidez.<sup>482</sup>

Finalmente, foi a vez da compra dos alimentos, por moeda social. Os alimentos, como sempre, ficaram dispostos na grande mesa e – uma a uma – as pessoas foram “comprando”. Uma colaboradora gritava, batendo palmas: “*Vamos escolher, estamos pagando, vamos escolher!*”<sup>483</sup>

.....

Foram os seguintes os depoimentos recolhidos:

*“Aqui, passo horas agradáveis. Participo e aprendo, principalmente com as pessoas que contam as coisas que acontecem com elas. Aqui as pessoas têm ânimo para sobreviver. Fazemos novas amizades... me sinto emocionada.”* (lágrimas nos olhos)<sup>484</sup> *“Quando eu chego aqui, e vejo os meus amigos, eu me sinto muito feliz. Eu amo, adoro o Clube de Troca! Os lugares deviam ser como aqui.”*<sup>485</sup> *“Nos outros lugares, onde dão as coisas, as pessoas não aprendem, é coisa fria. Fica praticamente como uma esmola. Lá dão de graça, aqui é com carinho, é com nossas mãos! O que é dado é uma humilhação”*

Cleusa Francisca da Silva

---

<sup>482</sup>Não obstante esta observação, minha avaliação é a de que este é um grupo com alto nível de participação, se comparado com outros de menor “idade”.

<sup>483</sup>Quando o alimento é “dado” isso é feito de forma estigmatizada. A ênfase na possibilidade de escolher significa a relevância de que aquilo não se trata de doação.

<sup>484</sup>Esta é uma senhora de cerca de 60 anos, que sempre leva um filho deficiente, agressivo: um rapaz que fica na grama sentado e bate em quem dele chega perto. Ela foi uma das que acolheram carinhosamente o rapaz embriagado no início da reunião.

<sup>485</sup>Desta vez, fiz a seguinte pergunta: qual é a diferença entre o Clube de Troca e os lugares que fornecem alimentos gratuitamente?

*“Prefiro aqui. Aqui tem que trabalhar, trabalho de grupo. Vejo meu serviço valorizado, aqui. E tenho informações, agora sei cobrar meus direitos. Vai, pega alimento, vai embora... não sabem que podem conseguir remédio, que temos direito a remédio!<sup>486</sup> Tem pessoas que morrem por falta de medicamento. Aqui, tudo que aprendo ensino para outras pessoas. Aqui se faz amizade, trabalha, leva informação. Aqui não me dão nada. Me perguntam: “Vai lá no Pinhão? Vai pedir?” Não! Vou trabalhar! A gente não vem aqui pedir, a gente vem trabalhar! Sou voluntária e caixa, gosto muito<sup>487</sup>. Tenho contato com todo mundo. Eu gosto de ajudar os outros a se enturmar (sic), eu incentivo os outros a falar. As pessoas têm medo de falar errado, eu dou estímulo.*

*“Gosto muito do Clube de Troca, é um trabalho diferente do que a gente está acostumada a ver. Às vezes a gente ouve falar que na Igreja eles dão alimento e às vezes a gente vai pensando que lá eles vão nos ensinar alguma coisa, mas não. Eles só nos dão o alimento e nos dispensa, é aqui no Clube de Troca que eles nos ensinam vários cursos, e ainda nos falam como e onde devemos cobrar os nossos direitos. E sem contar dos atendimentos individuais, que eles nos atendem muito bem.”<sup>488</sup>*

Ana Regina da Silva

*“Particularmente, para mim, o Clube de Troca é algo muito importante, para quem procura um mundo melhor, aqui nós aprendemos a ser solidários uns para com os outros, transmitindo idéias, trocando conhecimentos sobre o que sabemos e sobre o que pretendemos obter e aprender. Aqui nós nos unimos para nos confraternizarmos e*

---

<sup>486</sup>Referindo-se às entidades assistenciais que fornecem alimentos.

<sup>487</sup>Ela é uma das colaboradoras, que coordena as reuniões.

<sup>488</sup>Este parágrafo foi escrito pela Ana, depois que nós havíamos conversado pela primeira vez. Ela solicitou a oportunidade de escrever.

*chegarmos a uma conclusão de que juntos, em uma só fé, um só amor, conseguiremos alcançar os nossos objetivos, mesmo com as crises que o nosso país está enfrentando. Nós ainda temos uma viva esperança de sermos mais que vencedores.*”<sup>489</sup>

José Carlos

*“Aqui se diverte, é bem divertido! Aprende muito! Converso com as pessoas. Antes, eu só queria falar. Aqui no Clube, aprendi a conversar. Antes, só eu falava, não ouvia”*

Maria de Santos Carvalho

*“Quando entrei aqui, fui recebida com muito carinho, solidariedade. O grupo me levantou quando estava deprimida. Comecei cuidando das crianças, agora sou voluntária. Aqui, tem companheirismo, solidariedade. Se eu vier na Quarta que vem, vou ser bem recebida outra vez, aqui somos todos conhecidos. Aprendi muito aqui. Antes, não me dava com ninguém, hoje sou dada. Antes, era pessoa ruim, não tinha boa vontade de ajudar, hoje tenho. Antes não tinha alegria, hoje tenho. No grupo descobri que eu tenho valor, lutei pelos meus direitos no Posto de Saúde, consegui remédio.”*

Luzia Cândida Ramos

*“Aqui tem união, amizade e conhecimento” - Carlos*

*“Aqui tem união que não tem em outros lugares” – Dirce*

*“Aqui é diferente, tem roupa, calçado, amizade, trocas...”*

---

<sup>489</sup>Este é um rapaz de 25 anos, que preferiu escrever.



*“Aqui é melhor que outros lugares, aqui cada um traz produto, troca, vende. Tem amor, fraternidade, carinho com os que estão aqui. Fico muito contente pela amizade, passatempo alegre.” - Francisco*

*“Gostaria que lá fora tivesse 1% do que tem aqui dentro. Aqui, não sei o que acontece, que fosse 1% do que há aqui... É difícil explicar. Aqui as pessoas vêm, se sentem em casa, não tem briga, confusão, ninguém maltrata.”*

Julio Cesar Nunes

*“Aqui tem compreensão, solidariedade, respeito. Aqui não somos discriminados, tem lugar em que vai, que pessoas olham atravessado. Aqui, não importa sua classe, que seja rico ou pobre, preto, branco. É uma pessoa. Isso me dá confiança, grande força! Na Ação Social, no Posto... eles não ouvem. Pessoas já têm resposta prá dar antes de ouvir! Aqui todos sabem dos problemas de todos! Todos ouvem, se interessam. Nós ajudamos e somos ajudados.”*

Anair Cândida da Silva

*“O Clube de Troca é uma solidariedade entre pessoa que se querem bem. Um tendo consciência do que outro precisa. Não é só troca de objeto, é solidariedade um ao outro, com mais amor, esperança. Não é só querer prá mim, é prá todos. Tem muitas pessoas aí fora que se acham diferente da gente. Antes, eu tinha vergonha de falar, agora, eu falo, entendo a outra pessoa, aprendi a entender. Se existisse isso no mundo inteiro, o que acontece aqui, o mundo seria melhor. As pessoas não sabem o quanto elas são importantes.”*

Vanilde Maurício da Veiga

## CONCLUSÃO

No final desta trajetória, resta empreender uma última reflexão sobre as conquistas acumuladas até aqui.

Quanto a um parâmetro demarcatório entre os Clubes de Troca, o Terceiro Setor e os Movimentos Sociais, propõe-se iniciar com a utilização de um termo considerado capaz de auxiliar nesta distinção: *intencionalidade*, ou as intenções que qualificam a ação. Esta intencionalidade pode ser observada por meio do discurso dos próprios agentes envolvidos – tanto dos Clubes de Troca como do Terceiro Setor.

O discurso do “Terceiro Setor” pode ser percebido nos seguintes termos: (a) “A responsabilidade social está ligada a um projeto estratégico das empresas sem perder de vista seus funcionários e diferentes públicos externos”<sup>490</sup> (b) “Não podemos mais falar em consumidor, temos que falar em interlocutores. Nosso público são pessoas que interagem com a gente e querem produzir com valor agregado. Está na hora de fazermos com os bens sociais aquilo que fazemos com os produtos há mais de 50 anos (...) Nem que seja por solidariedade egoísta, as empresas vão acordar (...) As pessoas estão percebendo que existe oportunidade de negócios no Terceiro Setor”<sup>491</sup>

Apresenta-se, agora, a fala de um “animador de Clube de Trocas”:

Clube de Trocas é a decisão de um grupo de pessoas de se encontrar, juntar as necessidades de produzir e consumir, formar autogestão, ou seja: pessoas que têm algo para oferecer e ao mesmo tempo, precisam receber. Trocando valores, saberes e serviços entre si, usando a moeda social como meio de facilitar as trocas. Primeiramente, uma busca coletiva pela sobrevivência; segundo, ocupando espaço para construir cidadania; terceiro, um lugar para

---

<sup>490</sup>Revista Carta Capital, op.cit. p.11

<sup>491</sup>Entrevista realizada pelo Jornal Zero Hora com Nádia Rebouças, proprietária de uma empresa relacionada a planejamento estratégico, por ocasião do Fórum Social da Publicidade, Porto Alegre, em janeiro de 2003, ocorrida simultaneamente ao Fórum Social Mundial. A introdução da entrevista aborda o novo “filão de mercado”: a responsabilidade social das empresas. Jornal Zero Hora, 24.01.2003. Porto Alegre, p.22.

questionar e ao mesmo tempo criar relações não capitalistas, semeando um ‘novo’ modelo de sociedade.<sup>492</sup>

O antagonismo entre a intencionalidade do Terceiro Setor e a do Clube de Troca, que se pronuncia nestas falas e conseguem exprimir o que já foi pesquisado até aqui, leva a aproximar os Clubes de Troca dos movimentos sociais e também a fortalecer vínculos com a Economia Solidária.<sup>493</sup>

Tais conexões foram detectados por CARLEIAL et al. que sustentam haver certa relação entre Clubes de Trocas com os Movimentos Sociais, o que os diferencia das outras experiências de Economia Solidária, principalmente as cooperativas e empresas autogestionárias.

Enquanto os diversos autores ressaltam os aspectos culturais presentes nos Novos Movimentos Sociais, HARDT e NEGRI apontam para a necessidade de atentar para os estreitos vínculos entre estes aspectos culturais e os econômicos, ressaltando, o potencial da produção imaterial, que tem capacidade de gerar vida, ou *biopoder*.

É possível, com base nas premissas de HARDT e NEGRI sobre o “potencial de subjetividade”, dizer que os Clubes de Trocas constituem-se em potentes fábricas de produção de subjetividade. Ali se gera vida, a partir principalmente da manipulação de afetos e de cuidados, do exercício libertador da palavra, o que se evidencia nas falas dos seus construtores: “No Clube de Troca tem amizade, união e conhecimento” - “Aqui tem união que não tem em outros lugares” - “Aqui é diferente, tem roupa, calçado, amizade, trocas,

---

<sup>492</sup>Antonio Bez, faz parte do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo e compõe a equipe de “animadores de Clubes de Trocas” .

<sup>493</sup>Paul SINGER considera em duas das suas obras, que os Clubes de Troca compõem a Economia Solidária. (Introdução à Economia Solidária – Economia Solidária no Brasil) – Resta fortalecer os vínculos por meio de premissas teóricas.

união...” - “ajudamos e somos ajudados...” - “Queria morrer, quando me deram um abraço. Depois disso, tive novamente vontade de viver”.<sup>494</sup>

Quanto à categoria “economia solidária”, apesar desta agasalhar uma pluralidade de manifestações,<sup>495</sup> é possível dizer que um fator comum é a concepção de trabalho que se faz no cotidiano de acordo com um outro imaginário a ele relacionado, não mais reificado, alienado. Trabalho como criação, como vida, como dignidade. Nas palavras dos construtores dos Clubes de Trocas: “Aqui é trabalho com carinho, com nossas mãos!” - “Vejo meu serviço valorizado, aqui.”<sup>496</sup>

As práticas democráticas constituem outro elo de aproximação entre os Clubes de Troca e a Economia Solidária: o princípio do cooperativismo “cada pessoa um voto” vige com vigor nos Clubes de Trocas, traduzidos pelas seguintes normas: “todos têm voz e vez” e “todos devem participar das decisões e da resolução dos problemas”.

Paul SINGER em diversas obras que versam sobre a economia solidária, dedica espaço para abordar as cooperativas “degeneradas”, o que se traduz numa inquietação deste autor, considerado um expoente brasileiro na economia solidária. Este é um risco em potencial, a que estão expostas todas as manifestações ou “alternativas não capitalistas” que se propõem superar as desigualdades sociais e construir uma nova sociedade. Consideramos o Terceiro Setor como uma tentativa (em termos, bem sucedida) de “degeneração”, de “cooptação” de Organizações Não Governamentais combativas. Estas sofreram um processo de homogeneização, tornando-se difícil distinguir – dentre os conceitos (ideológicos) já arraigados de “responsabilidade social”, “parceria”, “interlocução” – aquelas que atuam na perspectiva emancipatória, posicionando-se diante dos antagonismos de classes, daquelas que

---

<sup>494</sup>Relatos colhidos numa reunião do Clube de Trocas do Centro Comunitário Santo Afonso.

<sup>495</sup>Excluídas desta análise aquelas que Paul SINGER denomina “experiências degeneradas de economia solidária”, que se realizam segundo os padrões típicos do capitalismo

<sup>496</sup>Palavras dos participantes dos Clubes de Trocas

compactuam com os propósitos do capital. Apesar destas marcantes e fundamentais diferenças, procura-se ideologicamente agrupar todas elas, lado a lado, de forma a obscurecer a luta de classes, transformando esta luta de classes num “capitalismo ideal”, porque “humano” e “harmonioso”, como bem denuncia Carlos MONTAÑO.

No entanto, as possibilidades de emancipação atualmente são maiores do que nos períodos precedentes, se retomarmos a análise de HARDT e NEGRI. Nesta fase de desregulamentação dos direitos sociais, quando o trabalhador está livre das amarras do fordismo/taylorismo – neste momento em que predomina o trabalho imaterial, o capital não detém mais o controle das subjetividades que são liberadas. A população pobre e marginalizada continua criando, produzindo: “...o pobre é uma força subjugada e explorada, ma apesar disso, uma figura de produção.” (...) “Só o pobre vive radicalmente o ser efetivo e presente, na indignação e no sofrimento, e por isso só ele tem a habilidade de renovar o ser.”<sup>497</sup>

Milton SANTOS também detecta potencial emancipatório na pobreza, advinda de uma sabedoria que só o pobre tem, e proveniente da escassez a que ele se vê submetido. Nas suas palavras:

“Para eles [os pobres], viver na esfera do consumo é como querer subir uma escada rolante no sentido da descida. Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência de escassez. Por isso não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha. Na briga cotidiana pela sobrevivência, não há negociação possível para eles, e, individualmente, não há força de negociação. A sobrevivência só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. É como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos “não-possuidores” é a prontidão dos sentidos. É com essa força que eles se eximem da contrafinalidade e ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam.”<sup>498</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ARKEL, Henk van *et alii*. **Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do Movimento Monetário Mosaico**. Porto Alegre : Decasa, 2002.
- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis : Vozes, 2003.
- BANCAL, Jean. **Proudhon – pluralismo e autogestão**. Brasília : Novos Tempos, s/d.
- BEHRING, Elaine. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Serviço Social & Sociedade**, n.73. São Paulo : Cortez, março de 2003.
- BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante**. São Paulo : Consulta Popular, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro : Zahar, 1973.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. de Albuquerque; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Pequena história dos movimentos populares. **Revista de Cultura da Editora Vozes**. São Paulo, 1991.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário**. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 2001.
- CAVALCANTI, Soraya Araújo Uchoa. Reforma do Estado e políticas sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n.68. São Paulo : Cortez, 2001.
- CEPAT INFORMA. **Carlos Giuliani : sonho de ajudar os pobres**. Curitiba, agosto de 2001, n. 75, p. 5.
- \_\_\_\_\_. CERIOLI, Gabriela. **Os clubes de troca : uma alternativa que reivindica a solidariedade**. Curitiba, maio de 2002, n. 83, p. 77.
- \_\_\_\_\_. FILIPPIS, Vittorio de. **A geração justiça Social**. Curitiba, agosto de 2001, n. 75, p. 14-15.
- \_\_\_\_\_. CASTELLS, Manuel. **Globalização e antiglobalização**. Curitiba, agosto de 2001, n. 75, p. 20-34.

---

<sup>497</sup>HARDT & NEGRI, op.cit. p.175.

<sup>498</sup>SANTOS, M. op.cit. p.130.

- CEPAT INFORMA. GOHN, Maria da Glória. **O movimento social brasileiro de 90 para cá.** Da crise à retomada. Curitiba, agosto de 2002, n. 100, p.6-11.
- \_\_\_\_\_. NEGRI, Antônio. **O Império de Antonio Negri** – Entrevista com Negri. Curitiba, n. 75, agosto de 2001, p.47
- \_\_\_\_\_. NEGRI & HARDT. **O que querem os manifestantes em Gênova?** Curitiba, agosto de 2001, n. 75, p. 20.
- \_\_\_\_\_. RAMONET, Ignácio. **Da selva de Lancadona para o mundo.** Curitiba, abril de 2001, n. 71, p. 15.
- COCCO, Giusepe; HOPSTEIN, Graciela. **As multidões e o império.** Rio de Janeiro : DP&A, 2002.
- COLIN, Denise Ratmann Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt. **LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social anotada. São Paulo : Veras, 1999.
- CORAGGIO, José Luis. **Política social y Economía del Trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad.** Buenos Aires/Madrid, Myño y Dávila Editores, Universidad Nacional de General Sarmiento, 1999.
- DEL ROIO, José Luiz. **O que todo cidadão precisa saber sobre Movimentos populares no Brasil.** São Paulo : Global, 1986.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: Na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis : Vozes, 2000.
- FALCÃO *et al.* **Mudança Social e Reforma Legal : Estudos para uma nova legislação do Terceiro Setor.** Brasília : Conselho da Comunidade Solidária : UNESCO: BID;FBB, 1999.
- FIORI, José Luis. **“Os moedeiros falsos”. Sobre o Consenso de Washington.** Texto n. 324. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** 9.ed. São Paulo : Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo : Moraes, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 13 ed. São Paulo : Paz e Terra, 1983.
- GEDIEL, José Antonio Peres. **Os caminhos do cooperativismo.** Curitiba : Universidade

Federal do Paraná, 2001.

GIDDENS, Anthony. A Terceira Via em cinco dimensões. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! 21 de fevereiro de 1999.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST : Impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis : Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis : Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo – a economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho**. São Paulo : Unitrabalho, 2000.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. São Paulo, Marco Zero, 1995.

**Jornal Folha de São Paulo. Nem o crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird**. 24 de abril de 2004, p.A-7.

LAFARGUE, Paul. **Direito à Preguiça**. 2.ed. São Paulo : Hucitec, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo : Expressão Popular, 1999.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis : Vozes, 2000.

Marilena CHAUI. Fantasias da Terceira Via. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 19 de dezembro de 1999.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 5.ed. São Paulo : Ched, s/d.

\_\_\_\_\_. **O capital: Crítica da economia política**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 1984.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo : Cortez, 2002.

NAMORATO, Rui. **Os princípios cooperativos**. Coimbra : Fora do Texto, s/d.



NAQUETE, L. **Escravos & Magistrados no segundo reinado**. Brasília : Fundação Petrônio Portela, 1988.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária**. In: Seminário Estadual de Sensibilização sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Porto Alegre, Escola Sindical Sul, junho de 2001.

NAVES, Rubens. Terceiro Setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania. **História da Cidadania**. Org.: Jaime Pinsky & Carla B. Pinsky. São Paulo : Contexto, 2003.

NEGRI, Antonio. **Assim começou o fim do Império**. In COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

NETO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo : Cortez, s/d.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria : Cesma, 2001.

PARANHOS, Adalberto. **Dialética da dominação**. São Paulo : Papirus, 1984.

PASTORINI. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo : Cortez, 2004.

PELOSO, Ranulfo. A força que anima os militantes. São Paulo, Gráfica e Editora Peres, 1998, p. 8. **Caderno de Formação** n. 27, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

PEREIRA, Potyara P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 56. São Paulo : Cortez, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Cultura entre o Estado e o Mercado. **Jornal Folha de São Paulo**. 1º de setembro de 1996.

POCHMANN, Márcio. O abuso do sobretrabalho no Brasil. **Revista Valor**, 27.03.201.

PRIMAVERA, Heloísa. Rede de Troca, moeda social e economia solidária na Argentina: o novo e o velho. **O Girassol - Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária**. Rio de Janeiro, PACS. Outubro, 2003.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Globalização e ciências sociais**. São Paulo : Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4.ed. Rio de Janeiro : Record, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. 3.ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo : Loyola, 1993.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “Reforma do Estado**. São Paulo : Cortez, 2003.

SIMEÃO, Denise. A necessidade de uma frente única contra o neoliberalismo. *In*: “Argentinazo”- Contra o modelo do FMI e a globalização. Unidade Internacional dos Trabalhadores – **Quarta Internacional**. N. 17, janeiro-abril de 2002 (publicação traduzida especialmente para o 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil** : a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo : Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo : Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis : Vozes, 1998.

SIZANOSKI, Raquel. **O novo dentro do velho: cooperativas de produção agropecuária do MST**. (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Dissertação de Mestrado, UFSC, Departamento de Ciências Humanas, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo : Cortez, 1992.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**. São Paulo : Alfa Omega, 2001.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2002.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1996.

